

MARINA CÉLIA MENDONÇA

A LUTA PELO DIREITO DE DIZER A LÍNGUA: A LINGÜÍSTICA E O PURISMO LINGÜÍSTICO NA PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Lingüística.

Área de concentração: Análise do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.

Banca examinadora: Prof. Dr. Valdemir Miotello, Profa. Dra. Fernanda Mussalim, Prof. Dr. Sírio Possenti, Profa. Dra. Tânia Alkmim.

CAMPINAS

2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL -
Unicamp

M523L

Mendonça, Marina Célia.

A luta pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI / Marina Célia Mendonça. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Profº Drº João Wanderley Geraldi.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Lingüística. 3. Língua – Estudo e ensino. 4. Mídia. I. Geraldi, João Wanderley. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: The fight for the right of saying the language: linguistics and linguistic purism in the transition from the XX century to the XXI century.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analysis; Linguistics; Language – Study and teaching; Media.

Área de concentração: Análise do discurso.

Titulação: Doutorado.

Banca examinadora: Profº Drº Valdemir Miotello, Profª Drª Fernanda Mussalim, Profº Drº Sérgio Possenti e Profª Drª Tânia Alkmim.

Data da defesa: 23/02/2006.

Dedico este trabalho às minhas filhas, Carolina e Gabriela, ao bebê que está a caminho, ao Turido, ao Eurico e à Maria Tereza, pelo amor que nunca falta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À minha família, pelo amor e compreensão.

Aos meus amigos do GEDI (Grupo de Estudos do Discurso) e do GADI (Grupo de Análise do Discurso), com quem compartilhei reflexões e dúvidas. Especialmente à Jô, que participou dos encontros e desencontros que envolveram a realização desta tese. Ao Marlon e Weden, pelo espaço de discussões e amizade. À Sheila e Ana Lúcia, pelo companheirismo.

À Bete, Fernanda e Maria Flávia, pela amizade e troca de sempre.

Ao Wanderley, orientador e amigo, pela luz que lançou sobre os dados e leituras.

Ao Sírío e à Tânia, pela leitura deste trabalho e pelas sugestões.

À CAPES, que financiou esta pesquisa durante três anos.

“... o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Michel Foucault

RESUMO

O tema desta pesquisa é a luta pela direito de dizer a língua, entendendo-se por *dizer a língua* um uso da palavra com *poder de dizer*, uma publicização do dizer. O interesse central é analisar os embates entre a lingüística e o senso comum que ocorreram no final do século XX e início do século XXI no Brasil, os quais tematizaram principalmente o ensino de norma culta e a restrição ao uso de estrangeirismos no país. Beneficiei-me dos estudos bakhtinianos utilizando o dialogismo como suporte para as análises feitas; neste campo teórico, a alteridade é constitutiva da subjetividade e é na dialogia que se dá a relação essencial entre o eu e o outro. Utilizei também a abordagem filosófica proposta por Michel Foucault, principalmente quando da reflexão sobre os micro-poderes que agem na mídia brasileira, em que dispositivos como produção de relevâncias em capas de revistas e citação de autoridades sobre língua ajudam a produzir o purismo lingüístico na passagem do século XX para o XXI. Encontrei, na mídia de referência, dois tipos de purismo, que chamei de purismo neoliberal e purismo nacionalista. Procedi a uma abordagem histórica do purismo nacionalista em gramáticas publicadas ao longo do século XX e em discursos de escritores românticos em meados do século XIX. Nas análises, aponto indícios de que o *lugar de dizer a língua* do escritor se constitui na relação com o purismo nacionalista e com o saber gramatical tradicional. Já os gramáticos, na luta para manter valorizado seu *lugar de dizer a língua*, mantêm um diálogo com a tradição gramatical purista e com a lingüística, de forma a modernizar os instrumentos lingüísticos. Os lingüistas, por sua vez, têm nas relações de ensino um espaço para *dizer a língua* – mostro a influência da lingüística nos PCNs e nos vestibulares em relação à textualidade e à variação lingüística. No entanto, sua palavra não tem projeção na mídia – nos embates diretos e indiretos com o purismo neoliberal e o nacionalista, há a construção de simulacros dos sujeitos envolvidos, em que se produz no social a representação do lingüista descomprometido com o cidadão e com a cultura nacional.

Palavras-chave: purismo lingüístico; análise do discurso; lingüística; ensino de língua; mídia.

ABSTRACT

The theme of this research is the fight for the right of saying the language, understanding for saying the language a use of the word with the power of saying, a publicization of the saying. The central interest is to analyze the collisions between linguistics and the common sense that took place in the end of the XX century and at the beginning of the XXI century in Brazil. These collisions dealt mainly with the teaching of the educated norm and the restriction to the use of foreign expressions in the country. I benefited from the bakhtinian studies using the dialogism as a support for the analyses that were done; in this theoretical field, the alterity is constitutive of the subjectivity and it is in the dialogy that the essential relationship between the “I” and the other takes place. I also used the philosophical approach proposed by Michel Foucault, focusing mainly on the reflection about the micro-powers that act in the Brazilian media, in which devices as production of relevances in magazine covers and quotation of authorities on the language help to produce linguistic purism in the transition from the XX century to the XXI century. I found, in the reference media, two types of purism, which I called neoliberal purism and nationalistic purism. I accomplished a historical approach of the nationalistic purism in grammar books that were published along the XX century and in romantic writers' discourses in the middle of the XIX century. In the analyses, I pointed out indications that the writer's place of saying language is constituted in the relationship with the nationalistic purism and with the traditional grammatical knowledge. The grammarians, on the other hand, in the fight to maintain the value of their place of saying the language, maintain a dialogue with the puristic grammatical tradition and with linguistics, in order to modernize the linguistic instruments. The linguists have, in the teaching relationships, a space to say the language – I show the influence of linguistics in the PCNs (National Curriculum Parameters) and in the college entrance exams in relation to textuality and to linguistic variation. However, their word doesn't have projection in the media – in the direct and indirect collisions between the linguistics and the neoliberal and nationalistic purisms, there is a construction of simulacres of the involved subjects, in which it is produced, in the

social part, the representation of a linguist that is neither compromised with the citizen nor with the national culture.

Keywords: linguistic purism; discourse analysis; linguistics; language teaching; media.

SUMÁRIO

0. Introdução	11
1. O discurso e a constituição de subjetividades e realidades	17
1.1 Discurso, dialogia e heterogeneidade discursiva	18
1.2 A constituição de subjetividades e realidades	30
2. O purismo lingüístico e a mídia brasileira na passagem do século XX para o XXI	40
2.1 O purismo e a cidade das letras	41
2.2 O purismo neoliberal em capas de revistas.	51
2.3 A constituição da autoridade sobre língua na mídia.	66
3. O direito de dizer a língua	93
3.1 O lugar de dizer a língua do escritor	94
3.1.1 Língua e nação	94
3.1.2 A metalinguagem purista dos escritores românticos brasileiros – o purismo nacionalista	102
3.1.3 A metalinguagem purista dos escritores brasileiros na passagem do século XX para o XXI – o purismo nacionalista resignificado	107
3.2 O lugar de dizer a língua do gramático	123
3.3 O lugar de dizer a língua do lingüista	137
3.3.1 A universidade, as humanidades e a lingüística	137
3.3.2 O lingüista e um lugar de dizer a língua: as relações de ensino.	148
3.3.3 O purismo neoliberal e simulacros do lingüista produzidos em debate na mídia – não-comprometimento com o cidadão	172
3.3.4 O purismo nacionalista e simulacros do lingüista produzidos	

em debate na mídia – não-comprometimento com a cultura nacional	.	.	.	.	.	.	.	186
4. Palavras que faltam	.	.	.	.	.	.	.	203
Referências	.	.	.	.	.	.	.	208
Anexo 1	.	.	.	.	.	.	.	219
Anexo 2	.	.	.	.	.	.	.	234
Anexo 3	.	.	.	.	.	.	.	245

INTRODUÇÃO

Este texto tem uma história descontínua e registra parte das reflexões sobre linguagem que venho fazendo nesses últimos anos.

Fala nele a voz da professora de lingüística, que tenta passar a seus alunos algumas teses defendidas por essa disciplina tão distante do senso comum. É essa voz que inicia esta pesquisa. A questão que eu achava mais difícil de levar aos meus alunos era a “normalidade” dos estrangeirismos – eles não deformam uma língua, não acabam com ela, o português vai continuar a ser português depois que avalanche da globalização deixar de nos pegar... Era um exercício de argumentação muitas vezes inglório. Havia sempre um “mas” nos questionamentos deles, e eu achava que, por meu discurso ser tão lógico, não havia motivo para questionamentos. Cheguei a dizer a eles que, numa avaliação, *eles deviam se colocar no lugar do lingüista para falar sobre o tema.*

Eles foram inquiridos sobre o tema no ano de 2000 na prova aberta do Provão aplicado aos concluintes dos Cursos de Letras. Numa questão da prova, eles tinham mesmo que proceder a uma análise “científica” do tema. Após a transcrição de parte do texto do Projeto de Lei no. 1676, que visava legislar sobre o uso de estrangeirismos e sobre outras questões relacionadas à linguagem, proposto ao Congresso Nacional em 1999 (ver PL em Anexo 3), e de um texto de Urbano Tavares Rodrigues, os formandos foram convidados a realizar a seguinte tarefa:

Discurso 1

Espera-se que você, como profissional de Letras, perceba **os problemas conceituais** associados à suposição de que uma eventual "invasão de estrangeirismos" possa provocar a "deterioração" de um idioma. Levando em conta as considerações acima, de Urbano Tavares Rodrigues, os conhecimentos que você obteve sobre a história das línguas e outros argumentos que você julgar relevantes, elabore uma argumentação relativa à **pertinência** do projeto de Lei no. 1.676. (BRASIL, 2000)

Eles tinham, como se vê, que ter incorporado a visão dos cientistas da linguagem sobre o referido projeto para responder de forma adequada à questão. É certo que se espera

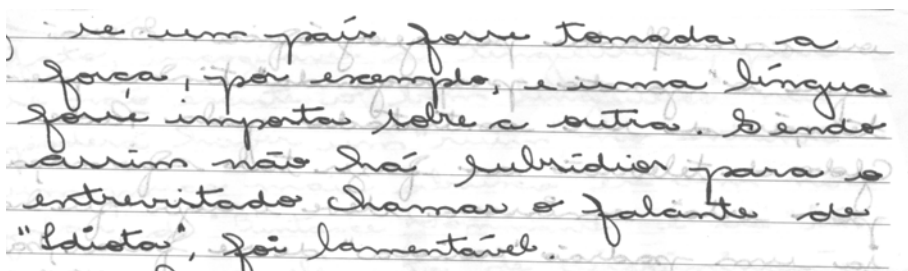
de formandos em Letras que tenham assimilado conteúdos e atitudes básicos ao exercício da profissão, mas a questão que desejo colocar aqui é que este tema era particularmente difícil para meus alunos “assimilarem”.

Um indício dessa dificuldade de meus alunos está nas respostas a uma avaliação para uma turma do último ano do curso. Pedi a eles que comentassem uma fala de Pasquale Cipro Neto publicada em uma entrevista na revista *Veja* (10/09/97), em que o professor-da-mídia afirma que “O sujeito que usa um termo em inglês no lugar do equivalente em português é um idiota”. Encontrei muitos discursos de alunos que mostravam o entrecruzamento de vozes do senso comum e vozes de lingüistas, transcrevo um deles a seguir (Discurso 2). Nele, temos ao mesmo tempo o discurso que circulava na imprensa à época sobre o “perigo” que os estrangeirismos representavam para a cultura nacional e o discurso dos lingüistas.

Discurso 2

... sobre o que refere-se ao uso de palavras inglesas no cotidiano brasileiro, é válido lembrar que do ponto de vista cultural e ideológico realmente pode ser uma invasão perigosa, e quando Galeano atribuiu inúmeros problemas do ponto de vista social e econômico, mas ele não é um lingüista e lingüisticamente falando não há problema neste uso, pois uma língua não acaba em detrimento da influência de uma outra, pois neste caso não é uma “mão de político-linguística” como foi o caso da Higiene que se dizia para a noite ter que aprender a falar francês devido a uma medida ditatorial que obrigou as escolas nigerianas a ensinarem francês. Ofereceria problemas

© DISNEY 



re um país fosse tomada a
força, por exemplo, e uma língua
fosse imposta sobre a outra. Sendo
assim não há subsídios para se
entrevistado chamar o falante de
"Idiotas", foi lamentável.

Essa resistência de meus alunos em aceitar as idéias da lingüística sobre estrangeirismos era algo que me intrigava. Por que o discurso do senso comum era tão forte neste caso? Este questionamento, aliado a um interesse pelo discurso sobre estrangeirismos, me levou a esta pesquisa.

Demorou para eu perceber que o discurso do senso comum sobre esse tema tinha razão de ser, mesmo que eu o achasse “irracional”. Isso só aconteceu depois que eu já havia entrado no doutorado, com um projeto para estudar os discursos sobre estrangeirismos. Uma conversa com meu orientador sobre os dados que tinha em mãos fez com que eu começasse a refletir sobre a rede discursiva que produz o senso comum sobre estrangeirismos. A questão central de minha pesquisa não era mais “Como são os discursos sobre estrangeirismos presentes no senso comum sobre linguagem?”, mas “Em que discursividade eles se fundam?”. O leitor vai encontrar, neste trabalho, tanto tentativas de resposta a uma questão quanto a outra.

Na seqüência de minha pesquisa, o tema passou por mais um deslocamento. Os embates a respeito dos estrangeirismos entre lingüistas e jornalistas, entre lingüistas e o deputado Aldo Rebelo (que propôs o Projeto de Lei citado), levaram-me a esse deslocamento. Era imenso o empenho dos lingüistas nessa questão sobre o uso da língua/dos estrangeirismos em discursos veiculados na mídia. No entanto, percebia que o senso comum sobre a questão predominava. Decidi então estudar esses embates para *dizer a língua* no país, não necessariamente embates sobre uso de palavras/expressões/construções sintáticas estrangeiras. Compreendi que a discussão sobre os estrangeirismos era parte de uma grande polêmica entre lingüistas e sociedade letrada, polêmica que, afinal, já estava me intrigando desde o momento em que percebia a dificuldade de meus alunos em concordarem com algumas teses da lingüística.

Por fim, feito o caminho da delimitação do tema, é preciso deixar claro o que entendo por *dizer a língua*. Não é simplesmente “falar sobre a língua” como qualquer falante faz, mas lançar seu discurso sobre língua em meio aos outros com poder de dizer. Ou seja: *dizer a língua* pressupõe reconhecimento social para fazê-lo, significa entrar na luta em que o discurso é publicizado e ganha poder.

Este estudo divide-se em três capítulos. No primeiro, exponho conceitos e programas de investigação discursiva que utilizarei nas análises, basicamente provenientes de estudos bakhtinianos do discurso e do projeto filosófico de Michel Foucault.

No segundo, a partir dos micro-poderes de que nos fala Foucault, reflito sobre mecanismos com os quais a mídia ajuda a produzir o purismo lingüístico no país. Nas capas de revistas de grande circulação nacional, encontro um mecanismo de “produção de relevâncias” e, em reportagens, reflito sobre o mecanismo de constituição da autoridade sobre língua na mídia a partir das citações feitas pelos jornalistas (essa constituição de autoridade revela o pequeno lugar social que os meios de comunicação dão ao lingüista, justificando sua luta contra o purismo para poder dizer a língua no país, questão a ser discutida no capítulo 3). Ainda neste capítulo, mostro a presença de dois tipos de purismo lingüístico presentes na sociedade brasileira do fim do século XX e início do XXI, os quais chamei de purismo neoliberal e purismo nacionalista.

A luta pelo lugar de dizer a língua será tema do terceiro capítulo, em que, a partir da abordagem histórica e dialógica dos discursos sobre língua no país, mostro a configuração desses dois purismos na voz de escritores, gramáticos, jornalistas e políticos. Inicialmente, aponto indícios do purismo nacionalista em discursos de escritores do século XIX; comparando-os com os discursos de escritores no final do século XX e início do XXI, percebo que o *lugar de dizer a língua do escritor brasileiro* se funda na relação com o purismo nacionalista e com o saber gramatical tradicional. No item seguinte, abordo o purismo nacionalista no discurso de gramáticos brasileiros ao longo do século XX, mostrando como se dá a continuidade e a descontinuidade discursiva em seus discursos. Há um diálogo com o discurso do fazer gramatical tradicional e com o dos escritores,

indiciando que as gramáticas funcionam como instrumentos disciplinares que, através dos *rituais de como dizer*, ajudam a produzir a unidade nacional. Por outro lado, esses instrumentos aproximam-se do parâmetro científico em voga no período em que são produzidos: encontrei neles paráfrases do purismo nacionalista adaptadas ao contexto sócio-histórico em vigor.

O último item trata do *lugar de dizer a língua do lingüista brasileiro*, cujo discurso se constitui na relação polêmica com a tradição gramatical, que tem há muito um lugar para dizer a língua no país. Recuperando a memória do discurso da lingüística brasileira a partir da década de 1970, procuro mostrar como nas relações de ensino, via vestibulares e Parâmetros Curriculares Nacionais, os discursos dos lingüistas são parafraseados, mas também neste caso adaptados ao contexto ideológico que sustenta o modelo educacional do país. Apesar disso, as relações de ensino constituem um espaço de projeção e atuação do lingüista no social. No entanto, sua palavra não tem projeção na mídia – espaço institucional onde têm ocorrido debates entre lingüistas e outros profissionais. Nessa luta pelo direito de dizer a língua, nos embates diretos e indiretos, há a produção de simulacros dos sujeitos envolvidos, em que se produz no social a representação do lingüista descomprometido com o cidadão e com a cultura nacional.

Buscando uma forma de fazer análise do discurso frente à descontinuidade que movimenta a área, tentei proceder basicamente a uma *análise dialógica* dos discursos, delineando seus sentidos na relação com outros discursos postos em pontos distantes ou próximos na linha do tempo. Tentei aplicar, na abordagem dos discursos, a problemática da *dialogia na grande temporalidade* e a categoria da contrapalavra propostas por Bakhtin para analisar o processo de compreensão que se dá quando da retomada do discurso do “outro”. Também utilizei parte das propostas de Maingueneau para a analítica do discurso em relação polêmica, trabalhando com o conceito de simulacro. Além disso, beneficiei-me do projeto filosófico de Foucault quando da abordagem histórica, buscando encontrar uma razão de ser dos discursos analisados, colocando-os na rede discursiva que os funda e na trama dos micro-poderes que lhes dá uma hierarquia (produz-lhes relevâncias), uma visibilidade, uma ordenação.

Foram analisados discursos de vários lugares sociais e de vários momentos históricos: a metalinguagem purista de nossos escritores românticos; a metalinguagem purista das gramáticas brasileiras tradicionais e históricas ao longo do século XX; a metalinguagem presente na imprensa, na TV e na mídia *online* na passagem do século XX para o XXI; o discurso de lingüistas em livros e artigos científicos; o discurso institucional sobre educação.

A proposta de Ginzburg (1986/2002)¹ para a pesquisa na área das ciências humanas – especialmente para estudos históricos – foi uma luz indispensável. O autor trabalha com a metodologia conhecida como “Paradigma Indiciário”, qual seja: a partir de indícios, pistas, o pesquisador chega a hipóteses mais ou menos relevantes. Não procurei seguir à risca uma metodologia, mas esta em questão influenciou minha pesquisa: no fundo, o que encontrava eram mesmo indícios que me levavam à formulação de hipóteses, as quais continuam como tais.

¹ Neste trabalho, segundo sugestão da banca de qualificação de tese de doutorado, opto por fazer as referências no corpo do texto indicando a data da primeira edição, seguida da edição utilizada na consulta. Busco, com isso, facilitar a leitura do texto ao leitor, de forma a não ser necessário que ele vá às referências, no final do trabalho, a todo momento. Quando não for citada a primeira edição, ou eu não encontrar indicação da data desta, a referência se dará simplesmente com a data da edição consultada, como orienta a ABNT. Já nas referências constantes no final do trabalho, a data citada é a da edição consultada.

1.

O DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES E REALIDADES

1.1 Discurso, dialogia e heterogeneidade discursiva

A concepção dialógica da linguagem está no centro das reflexões do Círculo de Bakhtin, composto principalmente pelos intelectuais russos Volochinov, Medvedev e Mikhail Bakhtin, sendo este a figura que mais se destacou do grupo. A linguagem, para o círculo, deve ser pensada como um fluxo discursivo em que as palavras dos outros são constitutivas das do “eu”; assim, uma palavra sempre se constitui *a partir de, com e para* outras palavras. Pode-se considerar, nesse processo, a problemática da *grande temporalidade*:

(...) o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre. Não há palavra que seja a primeira ou a última, **e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado)**. Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. **O problema da grande temporalidade.** (BAKHTIN, 1979/2000, p. 413, negrito adicionado).²

A dialogia, para o autor citado, deve ser posta na grande temporalidade que envolve passado, presente e futuro. As memórias (do passado e do futuro, esta centrada nas antecipações da resposta do outro) são parte constitutiva do enunciado que é produzido, constituindo sua historicidade e singularidade, as quais são inseparáveis.

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava

² Esta é uma citação do texto “Observações sobre a epistemologia das ciências humanas”, cujo título da edição original é *A propósito da metodologia das ciências humanas*. Trata-se do último escrito do autor, de 1974, e foi publicado postumamente na coletânea, traduzida para o português, *Estética da criação verbal*.

uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1929/1988, p. 98)

Na análise de discurso francesa (AD), também a memória é concebida como constitutiva do discurso. Nessa perspectiva, ela não somente é espaço de regularizações, mas de desestabilizações produzidas pelo “choque do acontecimento”, que introduz um “jogo de força na memória”:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como uma “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (PÊCHEUX, 1983/1999, p. 53)

Nas reflexões do círculo, a “compreensão ativa” e a memória do futuro são os fatores desestabilizadores dos sentidos na memória, os quais podem fazer aparecer a singularidade no enunciado, fazendo o papel do que a AD, sob influência de estudos de Foucault, vem chamando de *acontecimento*.

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 1969/2000, p. 28)

Assim, pensada na perspectiva da grande temporalidade, a *dialogia* assume maior complexidade que um “diálogo imediato” produzido, por exemplo, entre dois falantes. O conceito, na obra do círculo, pode dar conta da própria *subjetividade* e do *enunciado*. Vejamos a relação entre dialogia e subjetividade: segundo Geraldi (2003, p. 42), “(...) o pensamento bakhtiniano alicerça-se em dois pilares: a alteridade, pressupondo-se o Outro como existente e reconhecido pelo “eu” como Outro que não-eu e *a dialogia, pela qual se qualifica a relação essencial entre o eu e o Outro*” (itálico adicionado). Para Bakhtin, a

subjetividade se constitui no contexto sócio-histórico, na recepção e incorporação das palavras do outro (BAKHTIN, 1979/2000)³. Inicialmente, tem-se uma *palavra do outro*, que passa a *palavra pessoal-alheia* (com a ajuda de outras *palavras do outro*) e, posteriormente, a *palavra pessoal*. Segundo o autor, esquece-se, neste último estágio, dessa relação dialógica, e a consciência se monologiza. É assim que, para Bakhtin, se constitui a “consciência” do locutor: no esquecimento de que a *palavra pessoal é do outro*. Nesse processo, a palavra do outro passa a anônima e familiar, um todo único e singular, inserindo-se, posteriormente, num novo diálogo.⁴

Também, para o autor (BAKHTIN, 1979/2000)⁵, não há *enunciado* fora da rede dialógica, não há enunciado que não se constitua *a partir* de outro, que não contenha em si outros (ele está sempre *com* outros) e que não se dirija para outros. Bakhtin propõe que a unidade de estudo da linguagem seja o enunciado, unidade concreta de uso lingüístico, a qual comporta um locutor real, uma situação de locução, valores expressivos, uma resposta a enunciados já-ditos, uma projeção da compreensão responsiva do outro... Ou seja: para o autor, os conceitos de enunciado e enunciação se completam, porque o primeiro só se realiza e pode ser analisado/estudado na sua relação com o segundo. O que delimita o enunciado não são suas categorias formais, mas aspectos ligados à enunciação e à alteridade: a tomada da palavra por um locutor e seu “acabamento” – este “acabamento” pressupõe a alternância de locutor, pressupõe a palavra do outro. Assim, os gêneros de discurso, tipos específicos de enunciados, relacionam-se não só com o *já-dito*, com que

³ Ibidem.

⁴ A monologização da consciência, nos estudos bakhtinianos, tem um correspondente *aparentemente* semelhante na AD francesa: o esquecimento n. 1, conceito proposto por Pêcheux e Fuchs (1975/1990) que dá conta do “efeito-sujeito”. Trata-se de uma ilusão ideológica segundo a qual o sujeito tem a ilusão de estar na fonte do sentido, sendo que este sentido é preexistente. Este conceito está relacionado ao de família parafrástica – que define uma identidade de sentido no interior de uma formação discursiva – e ao de assujeitamento ideológico. “O termo “esquecimento” não remete (...) a um distúrbio individual da memória. Designa, paradoxalmente, *o que nunca foi sabido* e que, no entanto, *toca o mais próprio* do “sujeito falante”, na estranha familiaridade que mantém com as causas que o determinam... em toda sua ignorância de causa” (PÊCHEUX E FUCHS, 1975/1990, p. 238). Trata-se de um assujeitamento ideológico que não permite ao sujeito vislumbrar os outros discursos que constituem o seu dizer – esse assujeitamento decorrente da ilusão ideológica não se aplica à visão bakhtiniana de linguagem e subjetividade.

⁵ Esta é uma citação do texto “Os gêneros do discurso”, cujo título da edição original é *O problema dos gêneros do discurso*. Trata-se de texto de arquivos (1952-1953), não revisto pelo autor, fragmento de um estudo mais abrangente que se intitulava “Os gêneros do discurso”, cujo projeto não foi realizado. Foi publicado postumamente na coletânea, traduzida para o português, *Estética da criação verbal*.

dialogam de forma imediata ou não (pode-se dizer que há uma “memória tipológico-discursiva”, digamos, que é o fator de estabilização do gênero), mas também se relacionam com um *porvir* (a memória do futuro): ambos definem, por exemplo, seu estilo. Dessa forma, há uma constante transformação dos gêneros discursivos na infinita cadeia enunciativa, transformação também condicionada pela relação entre gêneros primários e secundários.

Essa é a face *sócio-histórica* da linguagem, a única possível para o Círculo: esta nunca pode ser pensada isoladamente, como individual. Isso porque, por um lado, todo enunciado é dialógico; por outro, as vozes que compõem a dialogia bakhtiniana são sempre sociais. Os sujeitos, por seu turno, também são sempre sócio-históricos, condicionados pelos processos materiais de produção, e constituídos necessariamente na alteridade possibilitada por esse contexto sócio-histórico. Alteridade que lhes permite um status de, digamos assim, um “ser dialético”: o processo de monologização, na assimilação da palavra do outro (do já-dito), transforma essa palavra, é fonte de criação. Tanto que Bakhtin (1979/2000)⁶ associa esse processo ao da criação literária.

A idéia de que todo discurso está atravessado por outro foi incorporada na AD por Authier-Revuz, sob o conceito de *heterogeneidade constitutiva*. A autora, a partir das reflexões do Círculo, assume que todo discurso é constitutivamente heterogêneo porque “(...) toda palavra, por se produzir em “meio” ao já-dito de outros discursos, é habitada por um discurso outro” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 193). Temos um discurso sempre produzido *a partir* de outro, e que permanece *com* ele em si: a sua singularidade específica é a relação com a alteridade. A autora, em estudos da representação metaenunciativa das não-coincidências do dizer, aponta quatro campos de não-co incidência ou heterogeneidade:

- a) não-co incidência **interlocutiva** entre os dois co-enunciadores;
- b) não-co incidência **do discurso consigo mesmo**, afetado pela presença em si de outros discursos;
- c) não-co incidência **entre as palavras e as coisas**;
- d) não-co incidência **das palavras consigo mesmas**, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 20-21)

⁶ Em “Observações sobre a epistemologia das ciências humanas”.

As contribuições bakhtinianas restringem-se, segundo Authier-Revuz (1998, p. 194), aos itens *a* e *b*, sendo que os itens *c* e *d* “(...) concernem ao real da *língua* – como forma, de um lado, como espaço de equívoco, de outro –, não contempladas pela perspectiva dialógica em sua abordagem da enunciação”. Exemplo de não-coincidência interlocutiva, de acordo com Authier-Revuz (1998, p. 193), pode ser encontrado em um enunciado como o seguinte: “X, como você diria”, em que se marca que “as palavras que eu digo são suas, não minhas”. Já a não-coincidência do discurso consigo mesmo tem como exemplo o uso das aspas para demarcar a fronteira com o discurso outro: estrangeiro, proveniente de outro espaço social... Assim, “(...) um discurso produz em si mesmo, por diferença, uma imagem de si”. Trata-se, nos exemplos citados, de uma representação *marcada* do discurso do outro. Casos como esses são chamados pela autora de *heterogeneidade mostrada marcada* (AUTHIER-REVUZ, 1990).

A autora faz uma análise no “fio do discurso”; seu trabalho e outros inspirados nele contribuem para uma reflexão sobre a heterogeneidade da enunciação. Também Bakhtin/Volochinov (1929/1988) analisou manifestações da heterogeneidade enunciativa nas diversas formas dos discursos relatados, mas o autor lhes deu um tratamento mais histórico-sociologizante do que a autora: relacionou-os aos valores presentes nos momentos históricos em que ocorreram. Isto é: para o autor russo, as relações enunciativas presentes nos discursos relatados são efetivamente manifestações da materialidade sócio-histórica, o que não me parece ser uma dimensão a que o trabalho de Authier-Revuz tenha chegado, já que a autora está mais ligada aos “efeitos de sentido” possibilitados pela heterogeneidade discursiva, por um lado (mesmo que esses efeitos de sentido relacionem-se com gêneros específicos); por outro, aos aspectos psicanalíticos da formação da subjetividade (estes não serão abordados por mim neste estudo).

Faraco (2003), ao comentar a importância do conceito de dialogia na obra do Círculo, defende que, além de Bakhtin apresentar o conceito de vozes sociais – chamado de *heteroglossia* ou *multilingüismo* –, é o conceito de *heteroglossia dialogizada* (ou seja;

“o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece”) que parece mais forte:⁷

Para Bakhtin, importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece: elas vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante. (FARACO, 2003, p. 56-57)

Nessa interpretação da obra do autor, não seria somente o fato de que há vozes sociais no discurso que interessaria Bakhtin, mas o que se produz *socioculturalmente* quando se realiza o encontro dessas vozes. No presente estudo, meu principal objetivo não é analisar a heterogeneidade discursiva no fio do discurso, como o faz Authier-Revuz. Inspirada pelo projeto dialógico do círculo de Bakhtin, pretendo analisar enunciados buscando as relações dialógicas presentes neles, condicionadas pelos lugares sociais de onde esses enunciados provêm e pela singularidade do encontro que se realiza nesse processo.

Outro autor que aproveita a dialogia do círculo, trazendo-a para o quadro da AD, é Maingueneau (1984/2005). Uma hipótese em que fundamenta seu estudo da semântica global dos discursos é que “(...) o interdiscurso tem precedência sobre o discurso (...)” ou que é a relação interdiscursiva que estrutura a identidade dos discursos (p. 21). Ao analisar dois discursos devotos importantes na França de meados do século XVII – o humanismo devoto e o jansenismo – o autor mostra que o jansenismo se constitui, em sua identidade, na relação opositiva ao humanismo devoto. Considerando importantes para seu trabalho os escritos do círculo, o autor busca dar-lhes uma “orientação mais precisa”:

Se em algum sentido nosso percurso se inscreve na mesma perspectiva que a de Bakhtin, a de uma “heterogeneidade constitutiva”, operaremos no entanto em um quadro restrito, atribuindo a essa orientação geral um quadro metodológico e um domínio de validade muito mais precisos. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p. 35)

⁷ O comentário do autor refere-se à obra *O discurso no romance*.

É interessante o estudo feito pelo autor de como se dá a constituição do discurso do jansenismo. Apesar de restringir sua análise ao discurso polêmico, Maingueneau assume que o interdiscurso comporta relações várias, não só opositivas, e que o humanismo devoto deve ter-se constituído na relação com vários outros discursos. Desta feita, o trabalho do autor é relevante para a investigação das relações dialógicas presentes em debates e eu o usarei ao analisar alguns embates sobre língua que se dão na mídia impressa e *online*.

Maingueneau coloca a *interincompreensão* como *básica* na relação semântica entre discursos quando em relação polêmica (essa é uma das hipóteses do autor):

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de *interincompreensão* regrada. Cada um introduz o Outro no seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói.

(...) a identidade de um discurso coincide com a rede de *interincompreensão* na qual ela é capturada. Não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido. (MAINGUENEAU, 1984/2005, p.22)

Essa produção do simulacro do discurso-outro, *uma* das formas possíveis da dialogia, encontra-se nos debates que analisarei e será produtiva neste trabalho. Entretanto, ao optar pela semântica do círculo, não operarei com o conceito de *interincompreensão*, por estar diretamente relacionado ao de *formação discursiva*, que não usarei neste estudo segundo razões a serem expostas no decorrer deste item – assim, o simulacro será entendido como uma forma específica de compreensão, uma forma de *compreensão responsiva* ou *contrapalavra*, conceitos estes que estão na base da “semântica do círculo”.

O conceito de *contrapalavra* aparece em Bakhtin/Volochinov (1929/1988) e podemos pensá-lo da seguinte forma: a *contrapalavra*, como resposta à palavra do outro, além de “prolongar” esta – isto é: trazê-la para a perspectiva do *eu* –, também age sobre o outro. Trata-se não só de uma ação do *eu* sobre a linguagem (“ampliando” as possibilidades de dizer e de interpretar), ou do *outro* sobre o *eu*, mas também do *eu* sobre o *outro*. Configura-se, assim, um processo complexo na produção de identidade do *eu* e do

outro. Vale a pena citar aqui o princípio bakhtiniano do não-álibi para a existência, que se aplica também às atividades de linguagem. Bakhtin (1986/1997)⁸, numa reflexão sobre o ato ético – que nos chegou postumamente, inconclusa e com o manuscrito parcialmente danificado pelas condições em que esteve “armazenado” –, afirma que a realização lingüística não pode ser apagada, ela tem necessariamente conseqüências, o que acentua a *responsabilidade* pelo dizer, mesmo que não assumida/percebida pelo falante/autor. Temos, novamente, um enunciado que se produz não somente *a partir* de outros ou *com* eles, mas também *para* outros que lhe seguirão. Todo enunciado proferido participa da cadeia infinita das enunciações.

Na “semântica do círculo”, nas atividades enunciativas, *contrapalavras* retomam o enunciado do outro ressignificando-o segundo conjunturas históricas e sociais específicas, segundo valores e ideologias que constituem os sujeitos envolvidos no processo. De acordo com Bakhtin/Volochinov (1929/1988), a cada reiteração, o enunciado assume sentidos condicionados pela *significação* e pelo *tema*: este, resultado da *conjuntura* em que se realiza a atualização do enunciado, é indício de instabilidade/desestabilização; aquela, fruto da estabilização produzida no sentido pela história, produz o efeito da estabilidade e oferece os liames necessários à realização do tema. Assim, o enunciado possui sempre um sentido *que se move* devido ao tema. Essa questão do sentido na obra bakhtiniana tem sido abordada por Geraldi (1991/1993, 2003), principalmente aplicada às atividades de leitura.

A categoria *contrapalavra*, por dar conta da complexidade do processo de significação nas relações discursivas, será utilizada nas análises que se seguirão. Tomando a *dialogia* como constitutiva da linguagem, considerarei cada ato discursivo como uma retomada e uma ressignificação⁹ de outros – o simulacro será uma forma específica de ressignificação. Assumo, portanto, todo ato discursivo como uma contrapalavra a outros que o antecederam e uma antecipação sempre provisória ao que virá, já que um enunciado não tem o poder de fechar todo o dizível possível.

⁸ Trata-se de seu primeiro texto mais longo – estima-se que tenha sido escrito entre 1919 e 1921, mas foi publicado só em 1986, em russo; sua tradução para o inglês só ocorreu em 1993.

⁹ Considerarei “ressignificação” como uma construção de sentido com base na *significação* e no *tema*, sempre uma compreensão responsiva – não se trata, aqui, de pensá-la como uma má compreensão ou uma mudança de um significado “preexistente”.

A dialogia, nessa grande temporalidade e com essa “semântica”, possibilita pensar um conceito de discurso que se aproxima, *sob determinados aspectos*, à noção de discurso foucaultiano: em sua irrupção de acontecimentos, em sua dispersão temporal, o discurso na perspectiva foucaultiana deve ser pensado no jogo de sua instância.

Mas analisemos com mais cuidado os conceitos desenvolvidos por Foucault: *A arqueologia do saber*, que será fonte para o desenvolvimento da segunda fase da AD¹⁰, apresenta o método e conceitos pertinentes a uma análise baseada na *arqueologia*; nela, o autor define *discurso* relacionando-o ao conceito de *formação discursiva*:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 1969/2000, p. 135, itálico adicionado)

Vemos que o autor distingue enunciado e discurso – para ele, o discurso deve ser tomado como um conjunto de enunciados pertencentes à mesma formação discursiva. Além disso, Foucault destaca, nas formações discursivas, o fato de serem *sistemas de dispersão*, mas também chama a atenção para a idéia de *regularidade*, que define a formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 1969/2000, p. 43)

Também destaca a idéia de *relação entre enunciados* – a regularidade, a unidade da formação discursiva, se dá também na relação entre os enunciados; dessa forma, na

¹⁰ Pêcheux (1983/1990) aponta três épocas para a AD: uma primeira, com o primado da maquinaria discursivo-estrutural; uma segunda, com o primado do interdiscurso como o “exterior específico” de uma formação discursiva; uma terceira época, em que se dá efetivamente a desconstrução da maquinaria discursivo-estrutural, com o primado do *outro* sobre o *mesmo*.

perspectiva foucaultiana, um enunciado deve ser analisado na sua relação com outros. O conceito de *formação discursiva* apóia-se na dispersão, na regularidade e no primado do interdiscurso sobre o discurso e suas construções.

Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto. (...) a unidade dos discursos sobre a loucura seria o jogo de regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não identidade através do tempo, a ruptura que neles se produz, a descontinuidade interna que suspende sua permanência. (...) Se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados; não seria talvez, o conjunto das regras que tornaram possíveis, simultânea ou sucessivamente, [esses enunciados]? Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apóiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição. (FOUCAULT, 1969/2000, p. 37/39)

O conceito de formação discursiva foi usado na AD, no seu segundo momento, mais como um sistema de regularidades do que de dispersão, regularidades que definiriam “o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes” (PÊCHEUX E FUCHS, 1975/1990, p. 166-167). Nesse sentido, perde-se parte do que constitui o conceito foucaultiano, que é a descontinuidade – tomados dessa forma, formação discursiva e discurso são conceitos que se afastam também da concepção bakhtiniana de enunciado e enunciação, devido ao “engessamento” no já-dito e no assujeitamento aos aparelhos ideológicos.¹¹ Mesmo que, no segundo momento da AD, busque-se operar com o conceito de *interdiscurso*, que recuperaria o “exterior específico da formação discursiva”, a tendência nos trabalhos é destacar a regularidade no interior da formação discursiva, e não as regras das relações discursivas com a dispersão proposta por Foucault.

¹¹ Neste momento, a AD utiliza o conceito de formação discursiva relacionando-o com os estudos de Althusser (1970/1992) sobre as ideologias e os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Pela dificuldade de operar com o conceito de formação discursiva, separando-o do sentido que assumiu em vários trabalhos de AD, optei por não usá-lo; como então operar com o conceito de discurso? Esse conceito, necessariamente, deve ser ressignificado, pois, em Foucault, sua gênese encontra-se no conceito de formação discursiva. *Considerarei, portanto, neste estudo, discurso como um conjunto de enunciados ou um enunciado que venha de um lugar social. Ele mantém relações necessárias com outros discursos, relações que o constituem em sua singularidade e historicidade. É esse lugar social de onde provém e essas relações interdiscursivas que definem sua possibilidade de ser, possibilidade sempre condicionada pela historicidade e pela abertura do acontecimento das relações renováveis.* Neste trabalho, falarei do discurso dos gramáticos, do discurso dos escritores, do discurso dos lingüistas, do discurso do político e do discurso do jornalista. São as relações sócio-históricas – nas quais as instituições, as práticas sociais e as ideologias têm um valor relevante – e as relações interdiscursivas que dão a esses discursos sua “semântica”, sua possibilidade de ser e significar. O discurso, quando representado por um enunciado, não será considerado como individual, mas como um feixe de vozes sociais entrecruzadas. Vê-se que a dialogia bakhtiniana dá conta desse fenômeno, entretanto também remete à idéia de discurso proposta por Foucault, um *sistema de dispersão*, com regularidades definíveis nas relações interdiscursivas. No Foucault da micro-física do poder (em que o discursivo é só um elemento a mais na rede de micro-práticas), o autor amplia o estudo das “redes” históricas que constituem as realidades e as subjetividades no social (como veremos no item seguinte), o que é conciliável com a alteridade constitutiva do sujeito e de seu discurso na perspectiva do círculo, em que se destacam as vozes sociais como necessárias nessa constituição.

Também é necessário considerar como se concebe o *sujeito* quando se fala em discurso. O sujeito de Foucault é perceptível, no discurso, em posições ocupadas; para o autor, trata-se de uma posição-sujeito. Não interessaram às suas análises o indivíduo que enuncia porque evitava a “interpretação subjetivista” e “psicológica” – e aqui percebemos a saudável radicalidade do autor na “sociologização” e “historicização” das práticas e discursos.

(...) renunciaremos (...) a ver no discurso um fenômeno de expressão – a tradução geral de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (...) é preciso reconhecer (...) que não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações. (FOUCAULT, 1969/2000, p. 61-62)

Essa perspectiva pode ser copaginada com as concepções de sujeito do círculo de Bakhtin, já que nestas a alteridade constituída no grande diálogo destrói a idéia de sujeito “dono de seu dizer” – neste quadro teórico, também se anula aquilo que Foucault desejou anular: o sujeito transcendental. A voz que fala no texto, na perspectiva do círculo, apesar de ter um corpo e ser representada por um indivíduo, vem sempre de um lugar social e nele encontra sua razão de existir e dizer. Mesmo que a categoria “sujeito”, em Foucault, se distancie da de “homem empírico”, Foucault não nega sua existência nas análises que produz, fazendo referência ao indivíduo que é vítima dos micro-poderes. O autor dá destaque aos sujeitos produzidos nas práticas, em processos de *subjetivação*; mas também fala de homens que são, por exemplo, vítimas de sistemas disciplinares como o exército e a prisão. *Considero, assim, os projetos filosóficos em questão copagináveis, especialmente se destacada a fase genealógica de Foucault, como veremos no item a seguir.*

Neste trabalho, além de considerar o conceito de *subjetivação*, também operarei com este conceito de sujeito: *uma voz social dentro do discurso, a qual vem de um lugar social específico, e que define sua identidade na relação com esse lugar e com a rede discursiva das memórias (do passado e do futuro).*

1.2 A constituição de subjetividades e realidades

O projeto filosófico de Michel Foucault, como apontado no item anterior, será fonte das reflexões feitas aqui sobre a constituição de subjetividades e realidades. O tema da subjetividade é central na obra do autor¹². Interessa aqui particularmente a produção discursiva da subjetividade, um dos *modos de subjetivação*.

Na chamada fase *arqueológica* de sua obra, o autor refletiu prioritariamente sobre a transformação histórica dos saberes que permitiram o surgimento das “ciências humanas”, nas quais o homem é tomado como objeto de conhecimento (ou seja: é *objetivado*) e é sujeito produzido por esse saber (FOUCAULT, 1966/1995). Essa fase é composta pelas seguintes obras: *História da loucura*, de 1961, *O nascimento da clínica*, de 1963, *As palavras e as coisas*, de 1966, e *A arqueologia do saber*, de 1969. A metodologia utilizada nesse projeto está explicitada em *A arqueologia do saber*; como já assinalado no item anterior; nesta fase o autor opera com conceitos como o de *formação discursiva*, o de *descontinuidade/dispersão discursiva* e o de *acontecimento* discursivo.

A fase *genealógica* se constitui a partir da publicação de *Vigiar e punir*, em 1975, fase que Machado (1979/1985) considera complementar à *arqueológica*: na obra foucaultiana, o exercício de uma *arqueologia do saber* é complementado pelo projeto de uma *genealogia do poder*.¹³ Temos, segundo o autor, a passagem de uma fase de estudos

¹² Para uma evolução da reflexão do autor sobre o sujeito, consultar Fischer (1999).

¹³ Essa continuidade entre arqueologia e genealogia não é consensual entre os leitores do autor. Renato Janine Ribeiro (s/d), analisando o Foucault político, vê na fase arqueológica de *As palavras e as coisas* um quadro pessimista que tornava difícil o advento do novo, enquanto em *Vigiar e punir*, o autor incitaria à ação: (...) Dizia-se [em 1968], o que hoje se esqueceu, que Foucault era um dos grandes estruturalistas – isto é, que dava a primazia à estrutura inconsciente sobre a ação consciente, ao macro sobre o micro, aos condicionantes sobre o voluntarismo. Isso vale para *As palavras e as coisas*, que revolucionou a leitura da filosofia e do pensamento clássicos, mas que, sobretudo, negava a possibilidade de pensar a passagem de uma época à seguinte por suas contradições internas: da Renascença ao tempo clássico/barroco e deste ao moderno, não se poderia explicar a lógica da mudança histórica. Era essa a derrota da sincronia para a diacronia, com um estudo mais acurado das solidariedades que mantêm determinado sistema, mas, também, uma descrença na possibilidade de ruptura a partir de contradições internas. Era, portanto, um golpe no marxismo, que é dialético justamente porque define o real pela contradição, que é o que efetua a passagem de uma etapa da História a outra. (...) Hoje ninguém pensa em Foucault como estruturalista; aliás, o termo fez água, sumiu. (...) Já a escolha foucaultiana (ou foucaldiana, como querem alguns) implicava desistir da mudança do mundo por uma ação certa, mirando o foco do inimigo, que era o capital. Não se acreditava mais que esse tipo de ação

de *como* os saberes aparecem para um estudo de *por que* aparecem. Na genealogia, é acrescentada à análise histórico-arqueológica “a questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção de saberes” (p. X). Assim, na genealogia, consideram-se as condições de possibilidades externas aos próprios saberes.

Na genealogia, acentua-se na obra do filósofo a análise da relação entre os saberes e os micro-poderes, ou melhor: o estudo da microfísica do poder, que se organiza em uma rede difusa de dispositivos, manobras, táticas, técnicas, funcionamentos. O autor defende a tese de que há uma rede de micro-poderes que agem sub-repticiamente no controle do homem – sendo a disciplina uma técnica desses dispositivos de poder, vejamos como Foucault a descreve: “(...) não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente” (FOUCAULT, 1975/1986, p. 153). O filósofo argumenta que essas formas de micro-poderes invadem os grandes aparelhos de Estado – nas análises de *Vigiar e punir*, as prisões e o aparelho judiciário – e modificam seus mecanismos, impondo-lhes seus processos.

Parece importante destacar que a forma de pensar o poder em Foucault difere daquela pensada por Althusser (1970/1992), filósofo-base para a AD. Para este, o poder se manifesta prioritariamente através da violência, nos Aparelhos Repressivos do Estado (em que se incluem o judiciário e as prisões), e através da ideologia dominante, nos Aparelhos

fosse possível (os poderes eram múltiplos, “mil poderezinhos”) nem desejável (o foco no centro manteria o poder como tal, só mudando o seu detentor).

Mas houve uma alegria nessa política dos enfrentamentos locais. Queria-se, talvez, menos; os críticos de Foucault alegavam que ele não punha em xeque o capital, apenas seus sintomas; os foucaultianos respondiam que não, que o poder assim se percebia mais complexo do que uma leitura simplista (leia-se: marxista) mostrava. Era inegável um débito de Foucault, como de Deleuze e Clastres, seus contemporâneos, com o anarquismo. Foi possivelmente essa a primeira vez que o anarquismo saiu dos chavões que marcavam seu século e quase meio de idade para ter um pensamento talvez não exatamente seu, mas bastante próximo disso. Onde estava essa alegria de pensar, que aliás aproximou todos esses autores de Nietzsche? Estava na disposição a agir na esfera local, na prontidão a ler sinais do novo, na idéia de que o poder estava em toda a parte – e, por isso, numa presteza a agir. Vejamos *Vigiar e punir*, livro de 1975, publicado quase às pressas (dizia-se que ia sair um livro pirateando as idéias de Foucault e que ele se antecipou a isso). *Pouco a ver com o impacto d’As palavras e as coisas, que foi de 1967. As palavras falavam em quadros que condicionavam nosso pensamento e tornavam difícil o advento do novo. Vigiar tratava da ação, mais que do pensamento, e – se mostrava o peso do mundo disciplinar, se lia a modernidade a partir dos jesuítas e de sua imposição de uma ordem, barrando um agir livre – inspirava a cada página uma revolta, que se daria no plano da ação, mesmo que essa não fosse muito raciocinada, mesmo que (ou porque) ela prescindisse da macroteoria, da dialética, do marxismo. (...) – itálico adicionado.*

Ideológicos de Estado (entre eles, o aparelho religioso, o familiar, o sindical, o de informação, o cultural e o escolar). Por outro lado, Foucault destacou que não desejava pensar o poder como algo que viesse do Estado para a “infraestrutura”, mas que gostaria de analisá-lo em suas micro-práticas: “(...) como ele [poder] se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas” (FOUCAULT, 1977/1985, p. 6); micro-práticas que ajudariam a impulsionar o funcionamento geral das engrenagens do poder. Trata-se de um deslocamento da centralidade do poder do Estado para uma microfísica difusa do poder, que contudo pode estar articulada ao Estado (aos contextos institucionais) e o sustentar.

Daí a necessidade de utilizar uma *démarche* inversa: partir da especificidade da questão colocada, que para a genealogia que ele [Foucault] tem realizado é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc – e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado. A análise ascendente que Foucault não só propõe, mas realiza, estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. (MACHADO, 1979/1985, p. XIII-XIV)

Outro ponto que distingue Foucault de Althusser é que aquele se recusou a associar às suas análises fenômenos ideológicos, pois não desejava encontrar os fenômenos de “oposição a alguma coisa que seria a verdade”, mas “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 1977/1985, p. 7). Trata-se de um conceito específico de ideologia marxista contra o qual reage o autor, o qual vem definido em Thompson (2000) nos seguintes termos:

As doutrinas e idéias constitutivas da ideologia [marxista] pertenciam ao reino da abstração, da má-representação e da ilusão; elas expressavam os interesses das classes dominantes e tendiam a sustentar o status quo; eram fenômenos que poderiam ser explicados, desmascarados e – de acordo com ao menos uma concepção implícita no trabalho de Marx –

substituídos, em última instância, pela análise científica das condições materiais de produção e da mudança social. (THOMPSON, 2000, p. 62)

Mesmo que Althusser não defina ideologia como uma “falsificação da realidade” – e, portanto, não seja o alvo direto da crítica de Foucault –, o poder ideológico que emana dos Aparelhos Ideológicos de Estado é, em sua obra, fator relevante; já Foucault não se refere ao poder ideológico em seus escritos.

Portanto, tanto a direção do movimento do poder (de cima para baixo ou de baixo para cima nessa “arquitetura social”) parece diferenciar a obra de Foucault da de Althusser, quanto os *mecanismos de produção de poder*: o primeiro os busca essencialmente nas *práticas*; o segundo, também na *ideologia*. Em ambos, temos a produção de *sujeitos*. No primeiro, as *práticas* produzem *saber* sobre indivíduos e esse saber, entre outras coisas, os *subjetiva* no social: constitui-se o louco, o delinquente, por exemplo. Prática que produz saber que produz sujeitos. No segundo, os *Aparelhos Ideológicos de Estado* são concebidos como instituições que inculcam a *ideologia dominante*, o que produz o *sujeito* (em Althusser, e na Análise de Discurso que se produziu a partir de seus escritos, tem-se um *sujeito interpelado pela ideologia*) e ajuda a reproduzir as relações de produção na sociedade.

É na fase genealógica que Foucault desenvolve sua reflexão sobre a construção histórica das subjetividades a partir das micro-práticas do poder. Inquirido sobre o que viria a ser sua “abordagem genealógica”, diz:

Queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de submetê-los a um sujeito constituinte. *É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica.* É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma histórica que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 1977/1985, p. 7, *itálico adicionado*)

Como se vê, o *sujeito* em Foucault deve ser pensado como uma constituição histórica; não se trata de um sujeito transcendente, imune ao campo de acontecimentos.

Não se entenda por “livrar-se do próprio sujeito” que o autor não se preocupe com o homem e seus problemas reais, que sua obra esteja dissociada de questões éticas e políticas. Ao analisar a micro-física do poder, suas interpretações contribuem para a compreensão da produção do real que nos envolve, mesmo que não se proponha fazer uma teoria crítica desse real. É a *positividade* do poder que interessa ao autor (entendendo-se por positividade aquilo que o poder produz), mais do que sua negatividade.

Em *Vigiar e punir*, o filósofo mostra como mecanismos disciplinares e discursivos, ao produzirem saberes sobre o *delinqüente*, o *preso*, constituem o *sujeito-delinquente*. Um mecanismo utilizado para essa produção de saber é o Panóptico, uma proposta arquitetural de Bentham em que o poder é invisível e inverificável, onipresente, e o prisioneiro se sabe vigiado sempre, perscrutado, examinado, tornando-se objeto de “estudo” para ser disciplinado. Além do saber produzido por essa técnica disciplinar, arquitetônica, tem-se, nas análises do filósofo, o saber desenvolvido pelas ciências humanas e biológicas que buscavam conhecer o prisioneiro, produzindo, nessas práticas, uma *subjetivação* do objeto-prisioneiro estudado.

Dessa forma, a *subjetividade*, para o autor, é constituída a partir de micro-poderes que originam a produção de saberes sobre indivíduos e realidades; ela é um produto também discursivo. É uma das *positividades* do discurso.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1975/1986, p. 172)

Em *História da loucura*, estudo anterior a *Vigiar e punir*, já tínhamos a história da constituição do *sujeito-louco-doente*, quando o homem “louco” se torna objeto de saber da ciência. A ciência vai constituindo-se como tal, dividindo-se em áreas e definindo-as a partir desse “perscrutamento” dos homens, que são ao mesmo tempo objetivados e subjetivados. É um poder que se estabelece quando da produção de um saber, saber este bem caracterizado por Fischer:

Enclausurado, o louco é submetido ao olhar médico e jurídico, torna-se objeto de saberes. Criminosos passionais enclausurados, por exemplo, ao serem interrogados sobre seus desejos, seu passado até então desconhecido, sua percepção do mundo, muito mais do que sobre o próprio crime, são instados a confessar o que há de mais secreto em suas vidas. É a história do Outro, do Diferente; é o nascimento da psicologia, da psiquiatria e de toda uma ciência médica que existe para explicitar a verdade básica do sujeito, sua loucura agora é doença e, sendo assim, precisa ser tratada. Inicia-se a era do patológico, acentua Machado, tempo que ainda existe, e cada vez mais, para todos nós. (FISCHER, 1999, p. 46)

Atravessa a obra do autor essa *relação entre saber e modos de subjetivação*. Ela se realiza através de poderes difusos e se concretiza em contextos institucionais, como hospitais, hospícios e prisões, em que claramente se associa *saber* a formas de realização do *poder* – na perspectiva foucaultiana, ambos são as duas faces da mesma moeda, um não pode ocorrer independentemente do outro. Nas palavras do filósofo:

(...) não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. (...) Resumindo, não é a atividade de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1966/1995, p. 30)

Foucault (1971/2001), refletindo sobre procedimentos de controle do discurso, analisa o mecanismo *vontade de verdade* e a *disciplina*. Esses dois mecanismos também põem luz nas relações entre saber e poder – neste caso, eles se ancoram no discurso. Para o autor, “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1971/2001, p. 10). A *vontade de verdade* caracteriza o “discurso verdadeiro” em determinado contexto histórico – apoiando-se sobre um suporte institucional, é reforçada e reconduzida por práticas, como a pedagogia e o sistema de livros, e “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1971/2001, p. 17). Um

exemplo dessa vontade de verdade pode ser encontrado na prática do sistema penal, que buscou sua *justificação* numa teoria do direito, no saber sociológico, psicológico, médico e psiquiátrico. Há em nossas sociedades atuais, segundo o autor, uma agudização dessa vontade de verdade, o que conduz à exclusão daqueles que buscam “contornar essa verdade”.

Quanto à disciplina, trata-se de um procedimento interno de controle do discurso: “No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber” (FOUCAULT, 1971/2001, p.33) – no caso da lingüística, disciplina sobre a qual reflito neste estudo, há uma relação bastante tensa com o senso comum, de exclusão de um saber que não “está no verdadeiro”. Para encontrar-se no verdadeiro, é preciso obedecer às regras de uma “polícia discursiva”, sempre reativada a cada um dos discursos.

Além de refletir sobre esses mecanismos de controle do discurso (*vontade de verdade e disciplina*), neste estudo tomarei a mídia como instância de poder nas análises que farei de discursos veiculados em meios de comunicação impressos e *online*. Os meios de comunicação foram largamente apontados nas Ciências Humanas como espaços de exercício de poder – aliás, as relações de poder são tema privilegiado nessa área, o que parece redundante reafirmá-las.

Althusser (1970/1992), por exemplo, vê os meios de comunicação como um Aparelho Ideológico de Estado, através do qual se promoveria a inculcação ideológica da classe dominante. Um outro estudo, já clássico, das relações entre mídia e poder é a reflexão de Adorno e Horkheimer sobre a *indústria cultural*. Os autores, integrantes do grupo que ficou conhecido como Teoria Crítica, ou Escola de Frankfurt, propuseram esse conceito, em 1947, para representar o processo econômico que transforma o bem cultural em mercadoria. A indústria cultural, segundo os autores, atribui às artes (bens culturais) uma nova qualidade, transformando-as em cultura de massa.

Em todos os seus ramos fazem-se (...) produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo. Os diversos ramos assemelham-se por estrutura, ou pelo menos ajustam-se uns aos outros. Eles somam-se quase sem lacuna para constituir um

sistema. Isso, graças tanto aos meios atuais da técnica, quanto à concentração econômica e administrativa. A indústria cultural é integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. Ela força a união dos domínios, separados há milênios, da arte superior e da arte inferior. Com prejuízo para ambos. A arte superior se vê frustrada de sua seriedade pela especulação sobre o efeito; a inferior perde, através de sua domesticação civilizadora, o elemento de natureza resistente e rude, que lhe era inerente enquanto o controle social não era total. (ADORNO, 1978)

É assim que os bens culturais se orientam, nessa indústria, segundo o princípio de sua comercialização, e não de seu conteúdo – eles não são *também* mercadoria, mas o são integralmente. A cultura de massa é feita de uma série de bens obtidos pelo padrão industrial de produção: serialização-padronização-divisão do trabalho. Segundo Adorno (1978), a padronização dessa cultura não é explicitada, pois se mostra como um insistente novo, e cada produto apresenta-se como individual, todavia o arcabouço permanece o mesmo. Rüdiger (2002), em comentário da obra dos autores da Teoria Crítica, aponta o fato de que o conjunto da vida cultural contemporânea se encontra dominado pelo valor de troca:

Os programas de rádio servem para vender cerveja, e, os filmes, no mínimo, para vender fitas de vídeo e sessões de cinema. Conforme declaram os executivos do negócio, os *videoclips* são instrumentos de venda de discos, cuja missão é fazer com que o artista cause boa impressão no mercado. “O videoclip, em si, não é uma arte, mas um meio de promover sua venda”, de modo que, nele, não é possível distinguir o que é arte e o que é anúncio. (RÜDIGER, 2002, p. 25)¹⁴

A “maquinaria” da indústria cultural, pelas múltiplas formas de constituição de realidades e indivíduos quando da produção de bens culturais denominados “de massa”, foi, ao longo do século XX, analisada como mecanismo de poder. Adorno e Horkheimer, bem como outros teóricos da Escola de Frankfurt, encabeçaram grande parte das críticas a essa indústria – aqui entendida no sentido amplo do termo, como processo econômico. Parecem-me relevantes, para esta pesquisa, as contribuições desses teóricos por avançarem análises dos processos através dos quais a indústria cultural *produz realidades* ao ressignificar a

¹⁴ Rüdiger, no trecho entre aspas, cita Jhally, S. *Os códigos da publicidade*. Lisboa: ASA, 1995, p. 128.

cultura popular e a erudita, tornando-as cultura de massa. Segundo Adorno (1978), a ressignificação se daria segundo os seguintes processos (conforme citação anterior): a especulação sobre os efeitos da arte erudita a frustraria em sua seriedade e a arte popular sofreria uma “domesticação civilizadora”.¹⁵

Essa cultura de massa, por sua vez, só se produz a partir de uma “construção industrializada” do homem-leitor/espectador/ouvinte, em suma, do consumidor. Pode-se dizer, à luz das pesquisas foucaultianas, que as instâncias produtoras de cultura de massa, através de pesquisas realizadas para saber o que se deseja consumir no nível simbólico, transformam esse homem-leitor/espectador/ouvinte em um objeto de perscrutamento para, posteriormente, subjetivá-lo. Tem-se, assim, o sujeito-consumidor para o qual se dirige o bem cultural, sujeito esse produzido pela prática das pesquisas sobre o consumidor (uma micro-prática de saber e poder mercadológicos, digamos assim).¹⁶

¹⁵ Não me interessa, neste estudo, comentar em profundidade a obra dos autores, nem tampouco discutir as críticas que suas análises suscitaram (entre as mais pertinentes, podem-se destacar aquelas que indicaram o caráter parcial de sua visão: ao olhar para a maquinaria da indústria cultural e seus possíveis efeitos sobre o homem inserido nessas sociedades pós-guerras e bárbaras – mas não menos bárbaras e violentas –, esses teóricos não avaliaram que a prática de leitura dessa cultura de massa poderia desconstruir em parte o projeto contido na maquinaria). Também não comentarei os desdobramentos da Teoria Crítica, que extrapolam meus interesses imediatos nesta pesquisa. Ver a respeito Rüdiger (2002).

¹⁶ Um estudo de Muniz Sodré (2000) sobre a identidade do afro-descendente no Brasil e sua relação com a mídia pode ilustrar esse poder dos meios de comunicação na produção de realidades. O autor entende *identidade* como um construto histórico, que só se produz na relação com “indivíduos e grupos hegemônicos”. A prática social da discriminação, para o autor, produz a identidade. Essa prática está presente nos textos publicitários publicados, por exemplo, em revistas como *Raça-Brasil*, que supostamente viriam construir o caráter positivo da identidade do afro-descendente brasileiro, “(...) buscando a valorização de suas especificidades fenotípicas e sociais” (SODRÉ, 2000, p. 253). Isso porque, ao longo da história, essa identidade se dá, através da mídia (em livros como os de Monteiro Lobato, em novelas, com a falta de visibilidade nas mídias em geral), com aspectos negativos (mais feio, inferior, mais pobre etc). Entretanto, o autor mostra em suas análises que a revista em questão dirige-se a um “filão novo” no mercado e não tem um objetivo tão eticamente louvável. Uma pesquisa levada a cabo em 1997 pela empresa Grottera Comunicação revelou que “(...) os negros integrantes de 1,7 milhão de famílias, com alto nível de escolaridade (...) e renda familiar média pouco acima de dois mil dólares mensais, eram atrativos o suficiente para motivar uma grande variedade de negócios” (SODRÉ, 2000, p. 248). Outras pesquisas de marketing foram feitas para traçar o perfil do virtual consumidor afro-descendente – digamos que essas pesquisas ajudam a *subjetivar* o integrante desse grupo social, subjetivação reforçada e desenvolvida pelas peças publicitárias. Nessas peças, a “(...) questão do cabelo parece constituir uma espécie de índice semiótico da revalorização identitária” (SODRÉ, 2000, p. 253), e a preocupação com o cabelo é quase obsessiva. Nesse processo, segundo o autor, predomina a construção da identidade pela integração aos “valores brancos” (cabelo alisado), em oposição aos valores fenotípicos do afro-descendente. Digamos que a publicidade, dessa feita, com essa micro-prática mercadológica, ajuda a produzir o *sujeito-afro-descendente* no social.

Considerando o projeto de pesquisa de Foucault, procurarei analisar neste estudo como micro-práticas ajudam a pôr em funcionamento a “maquinaria” da indústria cultural quando o assunto é língua. Tomarei a mídia como *uma instância de poder e saber* e, enquanto tal, *produtora de realidades e subjetividades*.

Analiso alguns discursos sobre língua no país, tentando compreender como se formaram, quais foram suas condições de crescimento e variação. Essas análises tomam como indissociável a relação entre produção de saber e poder – inclusive, a luta pelo discurso, pelo direito de dizer a língua, passa pelo reconhecimento de um saber. Um grupo de discursos analisados apresenta o que chamo de *purismo nacionalista*. O recorte histórico será, por um lado, o discurso dos gramáticos ao longo do século XX no Brasil; por outro, o discurso romântico (séc. XIX) dos escritores brasileiros e sua ressignificação no discurso de escritores contemporâneos. Esses discursos puristas estão imbricados, na trama dos discursos que se enredam, deslocam e ressignificam, mas que compartilham traços comuns. Num segundo momento, tento recuperar discursos de lingüistas brasileiros nos últimos trinta anos e analiso sua ressignificação produzida pela mídia em debates e sua importância no ensino de língua no país.¹⁷ Dessa forma, busco mostrar parte da complexidade da configuração dialógica dos discursos sobre língua no país. Pode-se dizer que esses discursos, em sua trama histórica, produzem uma batalha pelo direito de dizer a língua, uma luta para a *(re)instituição de lugares de dizer a língua*. O lugar do gramático, o do escritor, o do político, o do jornalista, o do lingüista.

¹⁷ É preciso deixar claro que, quando falo em discursos de lingüistas, eles não provêm necessariamente do *indivíduo-lingüista* graduado em Lingüística. O fato de que são raros, no país, os cursos de graduação em Lingüística e de que para considerar-se um lingüista, na maioria dos casos, é preciso realizar uma pós-graduação na área, colocaria um problema ao que se propõe neste estudo. Afinal, quem é lingüista? O graduado? O pós-graduado? Aquele que defende os pontos de vista desses dois? Entretanto, essas questões não são pertinentes neste caso, porque tomo *como definição de discurso aquele enunciado que vem de um lugar social*, e o lugar social do lingüista é marcado institucionalmente (pelos sistemas de apropriação do discurso que são as universidades), mas também o é pela memória discursiva que veicula esses discursos, avalizados pela disciplina *Lingüística*. Então, “o discurso do lingüista” será aquele que vem desse lugar social. Um exemplo representativo dessa possível questão é o caso que será analisado posteriormente numa polêmica entre Lage e Bagno. O primeiro autoproclama-se jornalista, e, *apesar de doutor em Lingüística*, desanca o lingüista, criticando não o profissional Bagno, mas o discurso que vem desse lugar social ocupado pelo lingüista, lugar que o jornalista Lage não quer ocupar. Dessa maneira, Lage, doutor em lingüística, estará, no debate, do lado oposto dos lingüistas, e não será considerado lingüista em minha análise.

2.

O PURISMO LINGÜÍSTICO E A MÍDIA BRASILEIRA NA PASSAGEM DO SÉCULO XX PARA O XXI

2.1 O purismo e a cidade das letras

Leite (1999) faz um estudo da configuração do purismo brasileiro a partir da segunda metade do século XIX. A autora propõe a distinção entre *purismo discursivo metalingüístico* e *purismo discursivo, stricto sensu*. Enquanto este não desencadeia metalinguagem e se realiza por meio de “escolhas” lexicais e sintáticas do falante, aquele se realiza metalingüisticamente. O objeto escolhido por ela para análise será a metalinguagem purista, pela qual “(...) é possível recuperar posições ideológicas dos falantes diante de certos fatos que implicam a defesa e preservação da história e da cultura do homem, pela língua que usa” (p. 50). A autora toma purismo como “um fenômeno de preservação da norma”, nem sempre ligado à “correção” – a relação entre purismo e correção é corrente na lingüística e encontra-se, por exemplo, em Camara Jr:

PURISMO – Atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma (v.), que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí a hostilidade aos estrangeirismos (v.), aos neologismos (v.) e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. A lingüística ora vê o purismo literário com desconfiança, como um elemento de perturbação no manuseio espontâneo da língua (como acontece com a escola lingüística norte-americana), ora aconselha “um purismo inteligente, adaptado às evoluções necessárias” (Dauzat, 1930, 8) (como é a orientação das escolas francesa, italiana e espanhola modernas). (CAMARA Jr., s/d, p. 323)

Tomo também o purismo como *um fenômeno de preservação da norma*, concordando com a proposta de Leite (1999). No entanto, é necessário precisar os significados de norma. A autora mostra que cada um dos diferentes purismos encontrados nos dados que analisou defende a preservação de um tipo específico de norma. Assim, ela distingue, na metalinguagem produzida no país a partir do século XIX, três tipos consecutivos de purismo:

1. O histórico ortodoxo (em que se buscava a preservação da *norma prescritiva portuguesa*);

2. O nacionalista (em que a norma a ser preservada era a *objetiva* praticada no Brasil);
3. O histórico heterodoxo (em que há um embate entre norma *prescritiva e objetiva*).

A autora concebe essas normas conforme Rey (1972): “a norma lingüística denominada objetiva é aquela que é efetivamente praticada pelos falantes no uso espontâneo da língua, no registro culto ou popular. A norma prescritiva é a que está codificada nas gramáticas normativas” (LEITE, 1999, p. 27).

A autora estuda, no que chama de *purismo histórico ortodoxo*, a polêmica lingüística travada entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro a respeito da redação do Projeto do Código Civil, no final do século XIX e início do XX. Segundo a autora, a metalinguagem reacionária à mudança elaborada nessa época no Brasil, cuja “(...) ideologia aparente é a de que somente no passado reside a cultura e a pureza da língua” (p. 50), tem as mesmas características do purismo que vinha sendo praticado desde o século XVIII. No começo do século XX,

(...) as polêmicas lingüísticas revelam ter vigorado naquela fase a certeza de que a língua portuguesa devia ficar fixada no período clássico, tido como o de maior esplendor e beleza. (...) não se admitiam interferências de palavras estrangeiras, nem de palavras novas ou velhas. As palavras estrangeiras, especialmente francesas, representavam o perigo de transformar a língua, descaracterizá-la. As novas, desprestigiadas, eram negadas por desviarem a língua do caminho da perfeição. As velhas eram rechaçadas por fazerem parte de uma fase mais pobre da formação da língua. Enfim, tudo, no fundo, levava a um só caminho: preservar a tradição clássica do português. O purismo ortodoxo foi praticado para se alcançar esse objetivo. (LEITE, 1999, p. 242)

Quanto ao *purismo nacionalista*, a autora coloca como fundamental para compreendê-lo a metalinguagem produzida por Mário de Andrade, em que o nacionalismo se reflete como a negação da presença portuguesa na linguagem e a tentativa de levar à escrita uma linguagem mais próxima da que se usava no Brasil: “Neste período, solidificou-se o uso brasileiro e fez-se também uma metalinguagem purista que o consagrou, trabalhando no sentido de preservá-lo” (p. 243). Sua ideologia aparente, segundo a autora, é

“(...) da rejeição de um passado cultural que não está diretamente relacionado à sociedade” (p. 50).

Analisando a metalinguagem purista mais recente, a autora encontra o que chama de *purismo heterodoxo* a partir do exame de Manuais de Redação de jornais e de textos publicados em jornais e escritos por articulistas, cronistas e leitores. Conforme Leite, convivem nessa metalinguagem um fluxo inovador “(...) representado pela atualização da língua padrão adequada ao uso brasileiro”¹⁸ (p. 243), isso no uso lingüístico que se faz na mídia, e um refluxo conservador que mostra uma resistência a esses novos usos de linguagem. Nesse purismo, há um aproveitamento da sincronia, mas também se considera a diacronia:

A diacronia é usada como forma de poder para a realização da violência simbólica pela linguagem, já que quem conhece a norma culta detém uma espécie de poder, e a demonstração disso pode agredir quem não a conhece. Portanto, mesmo nas altas camadas da sociedade, ficam estigmatizados os que ignoram a tradição da língua, diante dos que a conhecem. (LEITE, 1999, p. 50)

Um exemplo desse purismo pode ser encontrado no discurso abaixo, analisado em outra seção deste capítulo:

Falar e escrever bem ajuda na hora de arrumar emprego, conseguir promoção e até para conquistar namorado ou namorada. Mas não vá exagerar na dose e virar um patrulheiro da língua, porque pega mal. (PAPAROUNIS, 2002)

O enunciador incorpora a norma objetiva, materializada nas expressões cotidianas “exagerar na dose”, “pega mal”, que revelam um estilo informal de linguagem, num fluxo inovador no uso lingüístico; entretanto, mantém o purismo lingüístico ortodoxo, preso à

¹⁸ A autora concebe língua padrão conforme Coseriu (1992), segundo quem língua padrão é “uma segunda língua comum que se estabelece por cima da língua comum (...), como forma idealmente unitária da mesma, pelo menos para aquelas tarefas e atividades (culturais, políticas, sociais, educacionais) que são (idealmente) tarefas e atividade de toda a comunidade idiomática. Com isso, a língua exemplar [ou língua padrão] confirma a coesão e a individualidade da comunidade correspondente a uma língua histórica e é a expressão mais eloqüente da unidade étnico-cultural da comunidade idiomática” (*apud* LEITE, 1999, 28).

norma prescritiva que postula os padrões do certo e errado, ao enunciar “Falar e escrever bem...”. O mesmo ocorre em outro discurso:

Mas a verdade é que as empresas estão muito preocupadas com as escorregadelas e, em alguns casos, com os verdadeiros tombos que seus profissionais estão levando na hora de escrever ou mesmo falar em bom português. Não é raro encontrar executivos usando por aí expressões como "a nível de (sic) produção", ou "vou estar enviando (sic) o documento", ou ainda começando uma frase com algo como "*Me (sic) informaram que as dúvidas seriam esclarecidas*", entre outras pérolas. (SILVEIRA, 2002 – itálico adicionado)

A mesma questão da colocação pronominal que aparece na polêmica entre Rui Barbosa, em *Réplica*, e Ernesto Carneiro Ribeiro, em *Tréplica*, é atualizada no discurso do início do século XXI (na polêmica, discute-se a inadequação de iniciar-se frase ou período com pronome átono), mas o estilo informal revela influência da norma objetiva, praticada pelos falantes no uso cotidiano: “escorregadelas”, “verdadeiros tombos”, “usando por aí”.

Vê-se que a análise da autora sobre o purismo heterodoxo confirma-se nos discursos acima apresentados. Por esse motivo, não descartarei suas conclusões sobre o purismo lingüístico contemporâneo. Desejo, sim, aprofundar suas análises sobre esse fenômeno. Nos discursos que analisei, como se verá, encontrei duas grandes tendências, que denominei *purismo neoliberal* e *purismo nacionalista*.

Neste estudo, ampliarei o conceito de *purismo nacionalista*, tal como o propõe Leite. Ao invés de pensá-lo necessariamente como uma atitude lingüística de preservação da norma objetiva brasileira por oposição ao purismo ortodoxo que buscava a preservação da norma prescritiva portuguesa, como fizeram os modernistas e, como veremos, os românticos, verei nele *um mecanismo que ajuda a sustentar a atitude nacionalista de exaltação do sentimento nacional, atitude de preferência pelo que é próprio da nação à qual se pertence*. Assim, serão analisados, entre outros, discursos que criticam o uso de estrangeirismos no Brasil, principalmente os anglicismos. É no contexto da acentuada globalização econômica e cultural pela qual os países vêm passando que se destaca esse discurso. Ele já emergia entre os portugueses, que lutavam, no século XIX, contra o poderio cultural do francês, e parte do purismo encontrado nos documentos da época ilustram esse

embate purista (LEITE, 1999). Esse purismo, em Portugal, é mais antigo: já está presente em *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, documento anterior ao século XV,

(...) quando os vernáculos começaram a se estabelecer como línguas nacionais, em que há reação contra a cultura clássica latina. Nesse documento, a defesa da língua nacional surge na reação contra os empréstimos de termos alatinados ou de outra origem, pelos falantes do galego-português. (LEITE, 1999, p. 24)

No caso específico da luta contra os estrangeirismos no Brasil do final do século XX e início do século XXI, o *purismo nacionalista*, como a análise mostrará, se constituirá como uma reapropriação do *purismo ortodoxo*, no sentido que lhe atribui Leite, em que se deseja ver preservada a *norma prescritiva*. No entanto, essa luta pela preservação dos valores da nação, centralizando-se nas questões relativas à língua nacional e/ou à exclusão de estrangeirismos, em minha pesquisa, pode manifestar-se também no *purismo nacionalista* como o propõe Leite, em que se busca a preservação da norma objetiva. Os românticos, como veremos no próximo capítulo, lutavam contra um outro que era Portugal, na produção de sua identidade como nação, e aí se manifesta seu *purismo nacionalista*, na tentativa de preservar (e até produzir) uma norma nacional, na busca, para o português do Brasil, de uma língua mais pura utilizando o parâmetro da língua praticada no país. Neste caso, o *purismo nacionalista* se apóia na *norma objetiva*. É a essa tendência nacionalista relacionada ao uso lingüístico, ora apoiada na norma prescritiva, ora na norma objetiva, que chamarei *purismo nacionalista*.

Em sua reflexão sobre purismo lingüístico, Leite (1999) também assume que ele é “fato persistente na língua” (p. 16), “um fenômeno comum à linguagem, que tem diferentes configurações, condicionadas pela concepção de língua em vigor em cada época” (p. 17):

O purismo é um fenômeno lingüístico e como tal existe e se manifesta em todas as épocas. Podemos dizer que ele é um efeito da natureza funcional da linguagem. Isto é: se a língua é um instrumento de

comunicação, um bem comum, todos os usuários são seus depositários e atribuem-se o direito de cuidar dela. (LEITE, 1999, p. 242)

Apesar de a autora mostrar que o purismo tem uma configuração diferente em cada momento histórico, sendo, portanto, permeável aos aspectos sócio-políticos e ideológicos, ela *destaca sua caracterização como fato de linguagem*. Pensar o purismo como efeito da natureza funcional da linguagem parece-me que seja naturalizar um fenômeno histórico-social. Se “todo falante quer cuidar de sua língua”, esse fato se deve à rede discursiva purista presente nas relações sócio-históricas; esse “querer cuidar da língua” não é fato lingüístico – *stricto sensu* -, basta observar o comportamento dos falantes para se confirmar essa afirmação. A normatização parte do adulto (mas não da criança que ainda não teve acesso à escola ou aos discursos puristas veiculados na mídia), nas relações com os valores condicionados sócio-historicamente, como salienta Castilho quando comenta o conceito *amplo* de norma lingüística:¹⁹

Tem-se observado que é próprio da comunidade lingüística corrigir as execuções que representem desvios da norma, como nos casos das analogias próprias da linguagem infantil (...). Ao censurar esse uso, está o adulto buscando integrar a criança na comunidade amplamente considerada, e não apenas em determinado estrato dessa comunidade. O que o move, portanto, é a pressão social, que unifica os traços culturais para que não se perca a identidade do grupo. E a língua, como traço cultural saliente, é ao mesmo tempo fator de coesão social e alvo de pressões da sociedade, ciosa de preservar sua identidade. (CASTILHO, 2002, p. 29)

Assim, ao invés de considerar o purismo um fenômeno comum à linguagem, parto de outro princípio: o *purismo é uma atitude lingüística histórico-sócio-politicamente condicionada*, e por isso não é “um efeito da natureza funcional da linguagem”, não é efeito *natural* da linguagem, mas um produto dos micro e macro-poderes exercidos em nossa sociedade. Há uma rede de discursos puristas que se dissemina pela sociedade brasileira por conta do valor politicamente constituído da escrita, do livro e da sociedade letrada, por

¹⁹ Segundo o autor (CASTILHO, 2002), há um conceito amplo e um estrito do conceito de norma. Enquanto no primeiro ela é entendida como fator de coesão social, no segundo corresponde aos usos e aspirações da classe social de prestígio.

conta do valor dado historicamente às gramáticas tradicionais e à mídia. Essas vozes puristas são incorporadas em diversos espaços sociais, até na família. Assim, todos os usuários da língua “atribuem-se o direito de cuidar dela” não para que a comunicação ocorra em harmonia, mas para que se possa “falar bem” – e estar de acordo com a *cidade letrada*, e obter status com isso, e conseguir se destacar e ser valorizado no social.

Assumo o conceito de *cidade letrada* conforme o propõe Rama (1984/1985). Em ensaio que mostra como se deu o controle de populações na América espanhola e portuguesa, desde o início de sua colonização, o autor fala de cidades ordenadas, que buscavam “(...) organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana” (p. 23), no interior das quais se localizavam cidades não menos amuralhadas que as regeram e conduziram, as *cidades letradas*: “(...) o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder (...)” (p. 43).²⁰

Refletindo sobre a supremacia da cidade das letras ao longo da história da América Latina, Rama a atribui “(...) ao paradoxo de que seus membros foram os únicos exercitantes da letra num meio desguarnecido de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta (...)” (p. 49-50). Sobretudo a sociedade colonial brasileira, em comparação com as colônias hispano-americanas, carecia de sistema de educação e de difusão das letras. Só em 1757 é que o Marquês de Pombal, ao expulsar os jesuítas da Colônia, prescreve e oficializa o ensino de língua portuguesa no território brasileiro, tornando-o obrigatório – antes desse período, a educação estava confiada aos jesuítas, realizada em colégios religiosos. Ademais, até o século XIX, foi oficialmente proibida a implantação de imprensas no país, assim como a difusão de livros publicados no exterior. O Brasil precisou esperar também para ter uma universidade: data de 1920 a primeira instituição universitária brasileira, que reuniu as faculdades de Medicina e Direito (de 1832) e a Escola Politécnica (1894); em 1931 transforma-se em Universidade do Brasil e em 1945 passa a Universidade Federal do Rio de Janeiro (BERENBLUM, 2002). Esses dados são indicativos da pouca escolaridade

²⁰ A análise que o autor faz do espaço urbano (com a cidade ordenada, a cidade letrada, a cidade escriturária) a serviço do poder das elites sobre a população nos remete à reflexão de Foucault sobre a relação entre Panóptico, prisões e exercício de dominação.

da sociedade brasileira durante sua história, e do escasso acesso aos livros, o que acentua o “poder da palavra escrita” de uma pequena parcela da sociedade.

Rama (1984/1985) também atribui a supremacia da cidade das letras à sacralização das letras, e por consequência, da escritura, dentro da tendência gramatológica da cultura européia. A cidade letrada era uma cidade escriturária que representava uma minoria dentro da “cidade real”. Era rodeada na vida social por anéis de populações que não dominavam a escrita – a cidade real organizava-se, segundo o autor, do centro para a periferia. Essa situação é confirmada no Brasil por Silva Neto (1963, p. 69):

Em cada uma das *ilhas* que formam o *continente* brasileiro, as cidades foram focos de irradiação civilizadora. À proporção que delas se caminha para a periferia vai aumentando o influxo índio. (...) À proporção que se parte do foco intensamente cultivado, há um declive no tempo. Luís d’Alincourt, que viajava de São Paulo a Goiás, diz que, à proporção do afastamento das vilas, os habitantes dos campos se tornam cada vez mais selvagens.

Assim, a cidade letrada via-se não só em situação minoritária dentro da sociedade, mas em necessidade de exercer uma atitude defensiva dentro de um meio hostil. Isso, segundo Rama (1984/1985, p. 57-58), ajuda a entender a

(...) fervorosa adesão letrada à norma cortesã peninsular e logo à Real Academia da Língua. (...) O uso dessa língua [escrita e “pura”] purificava uma hierarquia social, dava provas de uma proeminência e estabelecia um cerco defensivo em relação a um contorno hostil e, sobretudo, inferior.

O autor destaca que o manejo dessa língua minoritária, quase secreta, não somente definia essa cidade letrada para si mesma, mas também, defendendo e purificando essa língua, mantinha sua ligação com a metrópole, *a qual sustentava seu poder*. De acordo com Rama, o purismo lingüístico “(...) foi a obsessão do continente no transcurso de sua história” (p. 61).

Silva Neto (1963) também destaca a extrema submissão literária e lingüística que ocorreu no Brasil desde fins do século XVIII com o desejo de a elite local “imitar a

sociedade de além-mar” – os modelos supremos eram a corte de Lisboa e a Universidade de Coimbra.

Os puristas e os gramáticos exerceram uma fiscalização mais severa e temível que o da própria Inquisição... Condenar-se-ia tudo aquilo que não fosse rigorosamente cortado pelos figurinos da metrópole. Não se aceitavam as alterações, naturais e respeitáveis, que a língua assumira na América. (SILVA NETO, 1963, p. 71-72)

Rama mostra, além disso, que a *disputa pelo poder* passa pela escritura na história da América Latina – “(...) só no seu campo [da escritura] se desenrola a batalha de novos setores que disputam posições de poder” (p. 63). Os grafites o atestam ao longo da história, com seus autores que, apesar de marginais ao mundo letrado, utilizam a escrita como forma de protesto. Rama recolhe três fatos históricos nos séculos XVI, XVIII e XX, respectivamente, em que a escrita, mesmo em sua forma marginal, é instrumento de luta pelo poder; em todos eles, a escrita clandestina é condenada como registro em material não autorizado pelo círculo de prestígio político e econômico.

No século XVI, depois da derrota asteca de 1521 em Tenochtitlan, capital do império asteca e hoje localizada na cidade do México, motes e escritos maliciosos foram pichados nas paredes do palácio de Cortés (conquistador espanhol que comandou a batalha contra o povo nativo), em Coyoacán. De autoria de capitães espanhóis que se consideravam enganados, os grafites foram assim condenados pelo conquistador: “Parede branca, papel de idiotas” (inscrição escrita por Cortés no muro de sua habitação, em resposta aos capitães).

Outro caso relatado por Rama data de dois séculos depois, no Alto Peru (atual Bolívia). O inspetor de correios Alonso Carrió de la Vandra, a respeito dos grafites que cobriam as paredes das pousadas do Alto Peru, manifesta-se de forma pejorativa: “Além das desonestidades que com carvões imprimem nas paredes, não há nem mesa nem banco em que não esteja esculpido o sobrenome e o nome a golpe de ferro *desses idiotas*” (p. 64, *itálico adicionado* – Rama vê nesse “gravar” de nomes uma forma de alcançar existência e permanência; eu diria: uma forma, mínima que seja, de “poder dizer”).

Já na segunda metade do século XX, os grafites políticos invadem as cidades latino-americanas. Segundo o autor, neste gesto o afã de liberdade manifesta-se através de escritura clandestina, o que obriga as autoridades a restringirem seu uso, impondo normas e canais exclusivos: “(...) o que [se] tentava era conservar essa ordem dos signos que é a tarefa estimada da *cidade letrada* que se distingue porque aspira à unívoca fixação semântica e acompanha a exclusividade letrada com a exclusividade de seus canais de circulação” (p. 65).

O autor destaca que a cidade letrada soube transformar-se quando necessário para continuar detentora do poder, temos como exemplo a “revolução” romântica, que buscou valorizar a linguagem popular, opondo-se à linguagem purista tradicional; neste gesto, acredito que os escritores lutavam pelo direito de dizer a língua, como será analisado no capítulo 3. Além disso, a apropriação do domínio do popular e oral pela escrita produz deslocamentos que consagram novamente a escrita, produz a “folclorização” daquilo que é cultura popular.

A constituição da literatura, como um discurso sobre a formação, composição e definição da nação, haveria de permitir a incorporação de múltiplos materiais alheios ao círculo anterior das belas letras que emanavam das elites cultas, mas implicava, além disso, uma prévia homogeneização e higienização do campo, o que somente podia ser realizado pela escritura. A constituição das literaturas nacionais que se cumpre no final do século XIX é um triunfo da *cidade das letras*, que pela primeira vez em sua longa história, começa a dominar o seu contorno. (RAMA, 1984/1985, p. 93)

Esse poder da escrita, associado à tradição gramatical do continente europeu seguida pela elite brasileira, é um fator que acentuou o purismo entre nós. Este, como dissemos, não pode ser naturalizado, sendo *sócio-histórico-politicamente produzido*.

2.2 O purismo neoliberal em capas de revistas

Neste item será analisado um mecanismo de produção de realidades sobre língua na mídia brasileira na passagem do século XX para o século XXI – o discurso presente em capas de revistas. É preciso deixar claro que não considero esse e outros mecanismos discursivos responsáveis somente pela produção de uma *representação* da realidade. Pelo poder que a mídia exerce na vida das pessoas, uma hipótese que me parece mais forte é que as *realidades* por ela produzidas sejam incorporadas pelos sujeitos-leitores²¹ como efetivas *realidades* e transplantadas para o social. Isto é: a realidade produzida pela mídia pode chegar a se constituir a realidade do telespectador, em termos de valores compartilhados, comportamentos adquiridos etc. Mas perceba-se que se trata de *realidades*, no plural, visto ser esperado que elas, atravessadas por outras, não sejam as únicas, quer dizer, não sejam compartilhadas por todos. Então, não se trata aqui de fazer uma reflexão positivista que distinga o real do falso, a realidade de sua representação, mas de acreditar que a representação já contenha em si uma possível realidade.

A produção de realidades na mídia sobre o que é a língua portuguesa, como ela é, sobre a língua nacional e sua relação com a população, sobre como os falantes usam a língua, entre outras, tem sido feita principalmente a partir do século XIX no Brasil. Alkmim (2002), em estudo sociolinguístico de cunho historiográfico, confirma a presença de estereótipos linguísticos de falas de negros em charges do século XIX nos aspectos fonético e gramatical: os dados que a autora encontra nas charges são muito parecidos com os que se encontram na literatura (prosa de ficção e teatro) do mesmo século. Isso é forte indício para a autora concluir que os estereótipos aproximam-se do uso efetivo que africanos faziam da língua. No entanto, ela chama a atenção para o seguinte fato: características fonéticas e gramaticais de falas de personagens negros desse período podem ser encontradas no falar brasileiro da época. Ou seja: seu estudo mostra que a mídia ajuda a constituir estereótipos linguísticos da fala de negros, constituindo um modo de falar para brancos diferente do de

²¹ Aqui leitor é tomado numa perspectiva mais ampla, incluindo o telespectador, o internauta, o ouvinte.

negros, isto é, constituindo uma *realidade lingüística* para o Brasil dos 1800. Temos, nessa produção de realidade, o racismo reforçado pela mídia.

Também Lopes da Silva (2000) reflete sobre o tema: mostra como diálogos na telenovela *A Escrava Isaura* (adaptada da literatura brasileira para a TV pela rede Globo), e a tradução de uma fala de uma personagem negra do filme *No coração de Clara* revelam os preconceitos lingüísticos e sociais presentes na sociedade brasileira. O autor, ao apontar a presença do preconceito lingüístico na mídia, indicia que ela o constitui e perpetua, sendo uma instância de poder. Segundo Lopes da Silva, “(...) mais do que imaginária, a fantasmagoria lingüística é, como dizem os marxistas, ideológica. Sua função é, no limite, reforçar e justificar estratificações sociais, culturais e econômicas” (p. 60). A mídia aí também está constituindo uma *realidade lingüística* para o Brasil.

Britto (1997) é outro autor que estuda a mídia como instância de poder na sua relação com a língua e com a norma: toma-a como um *formador de opinião*. Nesse papel, se por um lado ela contribui para o “afrouxamento” do padrão normativo – incorporando em seu cotidiano registros lingüísticos informais, variantes de diferentes segmentos sociais e vocabulário gírio e erótico – a fim de obter sucesso comercial (cf. Preti), por outro ela reforça o normativismo:²²

(...) a mídia, paradoxalmente, mantém, em nível doutrinário, a defesa de um português puro, correto, estabelecido a partir de gramáticas tradicionais, mostrando grande preconceito particularmente com as variedades populares. (...) a normatização observa-se mais intensamente nos programas e publicações em que o assunto é a própria língua. Veiculados em seções especiais (páginas de cultura, horários educativos, colunas de avaliação do próprio jornal) estes textos ganham um estatuto diferenciado, em que se manifestaria a voz da autoridade. (...) (BRITTO, 1997, p. 188)

Britto destaca a mídia como *formadora de opinião pública* ao apontar, por um lado, o sucesso editorial dos autores do “gramatiquismo jornalístico” – por exemplo, o *Manual de Estilo e Redação de O Estado de São Paulo*, em 1995, trazia na capa de sua reimpressão a informação de haver mais de 450.000 exemplares vendidos – e, por outro, seu uso

²² A análise do autor coincide com a de Leite (1999), que vê, como dissemos, no discurso contemporâneo um *purismo heterodoxo*, que mescla o uso da norma objetiva e uma metalinguagem baseada na norma prescritiva.

escolar, reforçando, segundo o autor, “(...) o caráter ideológico normativista e a noção de senso comum de português correto e incorreto” (p. 200).

Uma hipótese para explicar esse sucesso dos manuais de redação é que seu normativismo é uma versão “atualizada” das gramáticas normativas, que são os orientadores sobre língua na tradição gramatical brasileira. Essa versão parece mais invasiva porque sai do espaço escolar e adentra o cotidiano do leitor adulto, na voz do jornal-objeto-de-consulta-cotidiana.

Já os colunistas que falam sobre a língua talvez tenham parte de seu sucesso creditado ao estilo “professor de português moderno, mas nem tanto”, presente em suas colunas. Em estudo anterior, analisei discursos de Pasquale Cipro Neto publicados pela *Folha de São Paulo*, em que o colunista assume esse estilo. Ao mesmo tempo em que escreve sobre a diferença entre o padrão oral e o escrito, como a lingüística contemporânea, e cita a “língua padrão”, conceito desenvolvido no interior da lingüística, não aplica ao padrão lingüístico a variação lingüística, tomando-o como estanque.²³ Assumo a hipótese de que esse estilo “vende” porque não se opõe ao senso comum. A “modernidade”, ancorada na lingüística, perpassada pelo purismo, também está presente nas gramáticas tradicionais que serão analisadas no próximo capítulo.

Senso comum e padronização são conceitos que se cruzam quando se fala em mídia. As idéias, postas na mídia, são convertidas em mercadoria e devem ajustar-se ao *leitor-consumidor* (ADORNO, 1978). Considerada pelo prisma da Teoria Crítica, essa conversão

²³ Ver Mendonça (2001). Os discursos analisados de Pasquale são os seguintes:

“(...) Trata-se de caso clássico da diferença entre o padrão oral e o escrito. Na fala, no dia-a-dia, a preposição simplesmente some antes do relativo “que”.

“A firma que meu pai trabalha”, “A garota que você estava na semana passada”, “O copo que eu bebi”, “Ele cuspiu no prato que comeu”, por exemplo, são construções frequentes na língua oral.

Ao pé da letra, o que significa “Ele cuspiu no prato que comeu”? Que o cidadão não é adepto de hábitos higiênicos. Antes de deglutir o prato (tomado no sentido lato ou no de “refeição”), dá-lhe uma sonora cusparada. Haja estômago!

Para que a frase tenha o sentido desejado, é preciso acrescentar-lhe um “em”: “Ele cuspiu no prato *em* que comeu”. (...)” (Pasquale Cipro Neto. *Folha de São Paulo*, 16/09/99)

“Na semana passada, tratei do emprego do pronome relativo regido por preposição. A base da conversa foi uma questão do vestibular da Fuvest, de 1999.

Faltou discutir esta frase: “Eis o documento _____ cópia me refiro”. (...)

Qual é o pronome adequado então? Tchã, tchã, tchã! Ninguém menos que um moribundo: o pronome “cujo”, que, como dizia mestre Otto Lara Resende, “bateu asas e voou”. Voou na língua do dia-a-dia, mas não na língua padrão. (...)” (CIPRO NETO, 1999)

de idéias em mercadorias ultrapassa o nível de *formação de opinião*, como lembra Rüdiger (2002) ao comentar o caso do jornalismo: de “produto informativo de um grande mercado de opiniões”, em que “a variedade de opiniões permitia que se agisse sobre o processo político, se alimentasse boatos e, mal ou bem, se articulasse uma opinião pública”, o jornalismo passa a estar subordinado “à publicidade de opiniões ou opinião publicada dos grupos de pressão mais organizados” (p. 21).

Nesse sentido, a mídia é instrumento, ou um dos muitos mecanismos, de funcionamento de uma máquina maior, que é o sistema econômico que transforma idéias – e na pesquisa de Adorno, os bens do “espírito” – em mercadorias. Vislumbra-se, nos exemplos citados, algumas micro-práticas em que se reforça esse seu poder de atuação no social: o lançamento, no mercado das idéias, de professores-modelo (os professores de mídia); a produção de manuais de redação; a veiculação (através de traduções de filmes ou de diálogos dramatúrgicos) de idéias preconcebidas sobre como é que os falantes de normas não cultas usam a língua etc. *Constroem-se, dessa forma, realidades lingüísticas sobre o português brasileiro*. A seguir, farei uma abordagem de capas de revistas de grande circulação nacional para refletir sobre essa *construção de realidades lingüísticas no Brasil atual*.

Para as reflexões sobre essa produção de realidades, utilizarei uma tendência recente de pesquisa em comunicação de massa: a hipótese da *agenda setting*, ou do agendamento, proposta pelo norte-americano Maxwell McCombs no final da década de 1960. Hohlfeldt (2001), analisando as relações de poder da mídia a partir dessa hipótese, afirma que uma das diferenças entre essas pesquisas e as anteriores é que se considera que *os meios de comunicação não impõem o quê pensar, mas sobre o quê pensar*: a agenda da mídia passa a ser a do público. Da mesma forma, a agenda do público influencia a da mídia, além de haver um interagendamento entre os diferentes tipos de mídia (neste caso, segundo o autor, os meios impressos exercem maior influência sobre o público e sobre outras mídias). Dessa maneira, o poder da mídia se manifesta, entre outros mecanismos: pela *acumulação* – quando se dá relevância a um determinado tema, destacando-o dos outros acontecimentos diários –; pela *onipresença* – um acontecimento, transformado em notícia, ultrapassa os espaços tradicionalmente a ele determinados e se torna onipresente (migra para outros

“espaços” da mídia) – e pela *relevância* – o aparecimento do fato em diversas mídias o torna relevante.

Tomemos esses mecanismos de *produção de relevâncias* como parte do processo de *produção de realidades* no social, no caso deste estudo, *produção de realidades sobre língua*. Encontram-se diversos trabalhos que investigam e criticam o purismo lingüístico presente na mídia em colunas assinadas por “professores da mídia” em jornais e revistas, e em manuais de redação dos grandes jornais.²⁴ A presença exaustiva dessas colunas, nesses meios, principalmente em jornais, já é indicativa da relevância que se dá ao enfoque normativo da língua em nossa sociedade contemporânea.

Buscando um outro viés, investiguei a presença do discurso sobre língua em capas de revistas de grande circulação. Optei por uma revista de “atualidades”, *Veja*; outra de divulgação científica: *Superinteressante*; outra de negócios: *Vocês/A* (essas três publicadas pela Editora Abril-SP); e uma outra de educação, *Nova Escola*. O recorte foi do início do ano de 2000 a novembro de 2005.

Parto do princípio de que um tema que seja capa de uma revista seja tomado pelo leitor como de relevância. Mas a questão que me parece mais importante nessa investigação é: *como o tema língua aparece nesse contexto?* Aliado a quais outros temas ele aparece? Esse pode ser um dos mecanismos do *sistema mídia* na produção de realidades sobre língua.

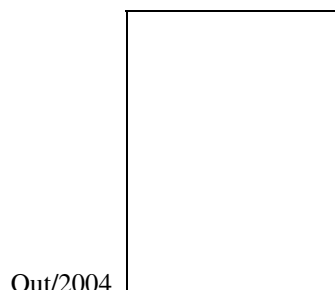
Pode-se dizer que há dois assuntos de interesse geral presentes nas revistas: os cuidados com o corpo/aparência e os cuidados com a saúde física e mental (e sua relação com a vida estressante do brasileiro). Essa, podemos dizer, é a *agenda* do brasileiro no início do século XXI vislumbrada nesses meios impressos. Há uma obsessão pelo corpo (saudável, bonito, malhado), pelos problemas enfrentados devido ao *stress* do dia-a-dia e seu impacto na saúde, e pela necessidade de se dar bem no mercado de trabalho, o que exige “boa aparência” e resistência física e mental. Assim, grande parte das preocupações com o corpo e com a saúde é devida às questões profissionais e à busca de sucesso. Devem-se incluir nessa agenda da mídia: a política (tema recorrente nas capas de *Veja*); os novos temas que afetam a educação, esses tratados pela revista *Nova Escola* (multiculturalismo,

²⁴ Consultar LEITE, 1999; BRITTO, 1997; POSSENTI, 2000; BAGNO, 2000.

novas didáticas, computador e educação etc), os desenvolvimentos da engenharia genética e das neurociências.

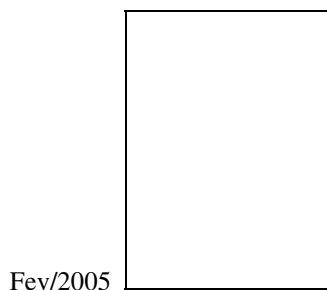
Já as capas que fazem referência a aspectos ligados à língua são poucas. Na *Superinteressante*, revista de divulgação científica, a linguagem só entra como interessante para estar na capa quando diz respeito a autores/obras que suscitam algum mistério a ser revelado pela revista (ou quando o assunto está já na agenda do leitor, como o livro *O Código da Vinci*). Nesse caso, o tema “linguagem” é minimizado – pois não se discutem obras em si, mas os mistérios que subjazem aos temas abordados. Por outro lado, pode-se perceber aí a função que o veículo se atribui: desmascarar os mitos que envolvem o leitor no social, levar ao leitor um conhecimento que ele ainda não tem, o que também se perceberá de forma evidente na *Nova Escola*. Vejamos duas ocorrências registradas na *Superinteressante*:

Discurso 3



Sumário:
Mistério revelado

Em *O Código Da Vinci*, o escritor Dan Brown misturou Jesus, Maria Madalena, Cavaleiros Templários, Opus Dei e Leonardo Da Vinci e conquistou o mundo. Saiba o que há por trás das teorias conspiratórias e das supostas verdades históricas do livro.



Sumário:
Santo Graal

Poucas histórias estão tão cercadas de mistério quanto a desse cálice. Os mitos falam em rei Artur, cavaleiros templários, poderes infinitos, milagres, sangue de Cristo, o papel de Maria Madalena. Mas, afinal, o que se sabe de concreto sobre o Cálice Sagrado?

Na revista *Nova Escola*, as matérias destacadas na capa foram sobre o uso da biblioteca (maio/2003), e sobre o letramento e a alfabetização (setembro/2001). Destaca-se, então, nesta revista, a importância da leitura, tema que abrange as diversas disciplinas escolares. Na matéria sobre letramento, a revista se propõe ensinar aos professores aquilo que eles não sabem – representativo desse papel de “professor” assumido pela revista é o

fato de que encontramos, no sumário *online*, a seguinte chamada para um link: “Tudo o que você queria saber sobre letramento”.

A maior parte do que aparece sobre linguagem, nas capas da revista *Veja*, são destaques de autores best-sellers, entre eles Paulo Coelho (23/03/05), Luís Fernando Veríssimo (12/03/03), autores de auto-ajuda (13/11/02). Há uma matéria de capa sobre o dicionário Houaiss (Discurso 4).

Discurso 4 ²⁵



Veja, 29 de agosto de 2001

²⁵ Chamadas na capa, abaixo do subtítulo: “O *Houaiss* tem 68.000 verbetes a mais que o *Aurélio* e é um dos três mais completos do mundo” / “A saga da equipe de 140 estudiosos que fez o *Houaiss* em dez anos de trabalho” / “Tem 27 séculos a paixão humana por colecionar palavras. O fascínio dos dicionários não pára de crescer” / “Quem foi Antônio Houaiss, idealizador do projeto, considerado o maior estudioso das palavras da língua portuguesa”.

Observe-se que o subtítulo apresentado “Chega às livrarias o dicionário *Houaiss* para brigar com o *Aurélio*, que já vendeu 45 milhões de cópias em quase trinta anos de vida” não enfoca o valor cultural do projeto, mas comercial, de mercado.

A matéria de capa da *Veja*, nesses cinco anos, que traz a questão da língua desvinculada de autores/obras é aquela que traz por título “Falar e escrever bem” (Discurso 5). Essa matéria foi bastante criticada por lingüistas, por seu aspecto purista e preconceituoso, como será comentado a seguir neste estudo. Chamo a atenção, por ora, para o subtítulo: “O brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente. Mas está fazendo tudo para melhorar, porque precisa disso na profissão, nos negócios e na vida social”. Veja-se que o “bom uso da língua” está associado ao sucesso profissional.

Discurso 5



Veja, 07 de novembro de 2001

Essa relação entre uso da língua e sucesso profissional se dá de forma mais evidente nas capas da revista *VocêS/A*, que focalizam continuamente a necessidade de “expressar-se bem” para conseguir sucesso nas exposições orais – “*Faça melhor*: Reinaldo Polito ensina como fazer uma palestra de última hora” (set/2002); “*Faça melhor*: Como vender sua idéia em 10 slides” (jan/2003)²⁶; “O que fazer antes, durante e depois que **falar em público**” (jun/2004). Todos esses discursos são *destaques na capa*, mas não *matéria de capa*. Eles convergem discursivamente a favor da busca do sucesso profissional

Discurso 6



VocêS/A, outubro de 2002.

²⁶ No sumário *online* desse número da revista, temos a seguinte chamada: “*Como vender sua idéia em 10 slides*: aprenda a fazer uma apresentação que vai direto ao assunto”.

Também se coloca, na agenda do leitor, que é necessário o “aperfeiçoamento do uso do português” para se obter sucesso nas entrevistas constantes em processos de seleção de profissionais concorrentes a altos cargos nas empresas – coloca-se que o “português” pode ser o diferencial do candidato à vaga (Discurso 6). A matéria da *VocêS/A* de out/2002 também será discutida neste estudo, quando se analisará a constituição da autoridade sobre língua no país.

Veja-se um último discurso em que o uso da língua está a serviço do sucesso profissional:

Discurso 7

Chamadas na capa:

- ❑ Falar e escrever bem é a nova preocupação do brasileiro que quer crescer na profissão, fazer negócios e subir na vida
- ❑ 10 truques para melhorar sua escrita
- ❑ Teste para avaliar seus conhecimentos
- ❑ As vantagens de saber português (chamada em destaque)

Título da reportagem:

- ❑ O valor do bom português (com uma caneta-tinteiro colocando o acento em “português”)

Subtítulo da reportagem:

- ❑ Falar e escrever bem ajuda na hora de arrumar emprego, conseguir promoção e até para conquistar namorado ou namorada. Mas não vá exagerar na dose e virar um patrulheiro da língua, porque pega mal.

(PAPAROUNIS, 2002, p. 32-37, matéria de capa)

Veja-se que a matéria destaca, em primeiro lugar, a chamada “Falar e escrever bem é a nova preocupação do brasileiro que quer crescer na profissão, fazer negócios e subir na vida”. O título da reportagem (“O valor do bom português”) se interpreta na relação com as chamadas da capa, em que o valor do “bom português” significa prioritariamente “crescer na profissão, fazer negócios e subir na vida”. O subtítulo indicia também o enfoque que a reportagem dará ao tema: “Falar e escrever bem ajuda na hora de arrumar emprego, conseguir promoção e até para conquistar namorado ou namorada. *Mas não vá exagerar na dose e virar um patrulheiro da língua, porque pega mal*” – o enunciado em itálico introduzido pelo operador MAS é o argumento mais forte nesta construção argumentativa *mas q*; no entanto, a preocupação com o uso da língua para conseguir emprego e/ou

promoção não é anulada, somente seu exagero é que se descarta.²⁷ O subtítulo, dessa forma, sustenta as interpretações anteriores de que o sucesso na profissão pode depender do uso da língua feito pelo profissional.

Vê-se que os discursos sobre língua constituem uma agenda que integra um objetivo maior: o de *participar do mercado*, seja conhecendo autores/obras/conceitos que estão no conhecimento de tantos (participação no *mercado das idéias*), seja conseguindo emprego, seja conseguindo sucesso no emprego que já se tem. Note-se que essa agenda não se produz independentemente do contexto sócio-histórico no qual vivem os brasileiros: a lógica neoliberal mobiliza esses discursos.

O neoliberalismo surge com a crise capitalista do início dos anos 70, acompanhada da crise do Estado de Bem-Estar. O Brasil, porém, viveu o impacto neoliberal de modo retardatário. Esse caráter retardatário tem raiz política: a crise do regime militar e a ofensiva democrática e popular nos anos 80 diminuíram o espaço para o domínio neoliberal. No Brasil, somente em 1994 é que há a refundação liberal do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Chauí (2001), em resumo crítico das recentes linhas político-econômicas, destaca no neoliberalismo as seguintes características:

A nova forma de acumulação do capital se caracteriza pela desintegração e desqualificação da mão-de-obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela (como resposta ao desemprego estrutural) e novos meios de prover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira). (CHAUÍ, 2001, p. 21)

Essa política econômica, como era de se esperar, movimenta as discussões sobre língua analisadas na mídia, pois afeta diretamente a relação do homem contemporâneo com o trabalho. Há o *desemprego estrutural* gerado pela introdução de automação e pela “(...) velocidade da rotatividade da mão-de-obra, que se torna desqualificada e obsoleta muito

²⁷ Para uma abordagem aprofundada da Semântica Argumentativa, consultar Ducrot (1984/1987).

rapidamente em decorrência da velocidade das mudanças tecnológicas” (CHAUÍ, 2001, p. 19); e a *terceirização estrutural*, que, ampliando o setor de serviços, fragmenta o trabalho em tarefas terceirizadas e enfraquece a noção de “classe operária”. Segundo a autora, um subproduto do ideário neoliberal é o ideário pós-moderno, que tem, entre seus traços principais, a *insegurança*, esta gerada pelas incertezas e violências institucionalizadas pelo mercado. Nesse cenário, podemos dizer que, no campo do trabalho, prolifera um “salve-se quem puder”.

Na implantação desse modelo no Brasil, Guimarães (2001) aponta algumas estratégias: alterou-se o padrão das relações entre o Estado brasileiro e o mercado capitalista mundial, com a promoção de avanço dos direitos do grande capital financeiro em detrimento da soberania nacional; alterou-se o padrão dos direitos e deveres entre os cidadãos, em detrimento da universalização dos direitos sociais promovida pela Constituição de 1988 e, conseqüentemente, dos direitos dos trabalhadores; reduziu-se o Estado do Bem-Estar Social; aumentaram-se muito os impostos indiretos e a carga fiscal para os assalariados, mas os ganhos do capital foram consistentemente protegidos da tributação. O autor destaca que houve, no país, grave deterioração do mercado de trabalho. O desemprego aberto aumentou de 4,5 milhões para mais de 7,64 milhões em 1999, segundo o IBGE, e a informalidade elevou-se de 51% em 1989 para 59% em 1999. Além disso, o gasto nas áreas sociais recuou de 18,5% do PIB em 1995 para 14,5% em 2000. Nesse contexto, o Brasil viveu uma explosão da violência urbana na década de 90.

Segundo Boito (2002),

Podemos pensar os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos: a) o círculo externo e maior representando a política de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução dos direitos sociais; b) o círculo intermediário, representando a política de privatização e c) o círculo menor e central da figura, representando a abertura comercial e financeira. Os interesses da grande maioria dos trabalhadores ficam do lado de fora dessa figura de três círculos, já que tais interesses não são contemplados pelo neoliberalismo. Todos os três círculos abarcam apenas interesses da burguesia e do imperialismo (...).

O autor vê, na burguesia brasileira, um bloco de poder dividido em frações, em que um ganha mais que o outro com o neoliberalismo. A política neoliberal prioriza o grande capital bancário em detrimento do grande capital industrial, e tem mostrado preferência pelo capital financeiro internacional. Já o pequeno e médio capital, voltado para o mercado interno e de base nacional, é a fração da burguesia que ganha menos com o neoliberalismo:

(...) ganha com a desregulamentação, mas perde com as privatizações (fim dos preços subsidiados da energia, dos combustíveis e dos transportes), com a abertura comercial e com a desregulamentação financeira, políticas que se encontram associadas à alta taxa de juros. (BOITO, 2002)

Ainda contemplando o bloco de poder dividido em fatias desiguais, o autor chama a atenção para um novo setor da burguesia brasileira que se desenvolveu graças à política neoliberal: a burguesia de serviços, que explora comercialmente atividades e serviços sociais antes assegurados pelo Estado (saúde, educação e previdência). Essa nova burguesia de serviços teria a seu favor o fato de que o imperialismo e todas as frações burguesas presentes no bloco no poder pressionam pela redução dos gastos sociais do Estado e produzem a apologia do mercado, estigmatizando os serviços públicos.

É possível afirmar que essa nova burguesia de serviços é, hoje, um dos setores mais reacionários da burguesia brasileira. Isso porque qualquer política reformista, que queira melhorar e expandir os serviços públicos de saúde e de educação, estará pondo em risco a própria existência das empresas desse setor. (BOITO, 2002)

Pode-se considerar que a expansão dessa nova burguesia seja indicativa de uma outra característica da política neoliberal: a focalização dos gastos sociais em programas e públicos específicos (ou seja: os gastos devem ser orientados para a população de baixa ou nenhuma renda). Vejamos o caso da saúde: a população mais pobre tem direito à saúde garantido pelo Estado, enquanto que a outra parcela da população tem que procurar pelo serviço médico no mercado. No entanto, a população mais pobre somente tem acesso a serviços no que diz respeito à medicina preventiva e curativa básica. Dessa forma, os procedimentos mais complexos estão disponíveis apenas aos que podem pagar por ele.

Para concretizar essa proposta, torna-se imprescindível o incentivo à saúde privada, o que beneficia a nova burguesia de serviços.

Vê-se, nesse sentido, o neoliberalismo como um modelo político-econômico excludente, em que a grande maioria da população dos países pobres (como é o caso do Brasil) está excluída dos serviços sociais básicos antes assegurados, pelo menos em parte, pelo Estado. Segundo professa o ideário liberal, a pobreza desses contingentes da população constituiria uma situação transitória, que seria naturalmente superada à medida que a riqueza dos que se encontram em outra situação econômica transbordasse para os mais pobres.

Além disso, devido à deteriorização do mercado de trabalho, também parte da burguesia (que chamarei aqui de “classe média”) se vê ameaçada pela insegurança profissional – há um aumento na concorrência por cargos que exigem profissionais capacitados. É nesse contexto histórico que são produzidos discursos que buscam na língua – ou no que a mídia chama de “norma culta”²⁸ – *uma ferramenta para suplantare as dificuldades individuais de acesso aos bens, aos serviços e ao “emprego”*. Essa é uma *realidade prática* de uso da língua, a qual possibilitaria a esse profissional da classe média distinguir-se da maioria ou, ao menos, atingir aquilo que minimamente se esperaria do profissional capacitado: um “bom uso” da língua.

A partir da análise feita, é possível dizer que estamos frente a um tipo especial de *purismo*: um *purismo neoliberal* (que advoga – frente ao “salve-se quem puder” ou ao “é agora sua grande chance” – a necessidade de limpar os “erros” da fala e da escrita da classe média, que quer ter sucesso econômico ou acesso aos bens produzidos pelo mercado). Trata-se de uma *atitude lingüística sócio-politicamente condicionada*, em que, frente ao desemprego estrutural, à terceirização, à insegurança, *supervaloriza-se o sucesso pessoal/individual*, em detrimento da “coletivização” (com suporte na classe social, nos interesses sociais, na busca de um bem-estar comum etc); em que o sucesso buscado à

²⁸ O conceito de norma culta tem sido utilizado, no senso comum, como sinônimo daquela presente nos instrumentos lingüísticos como gramáticas e dicionários. Mas, para os sociolingüistas brasileiros, metodologicamente, norma culta é considerada a norma utilizada por falantes que possuem nível universitário.

exaustão é fruto do esforço de cada um, não das condições sociais a que teve acesso o indivíduo.

É certo que a norma prescritiva tem sido instrumento de exercício de poder ao longo da história, como vimos no item anterior. Portanto, dominar a “norma culta” já fazia parte dos desejos/das necessidades das classes dominantes. Assim, os enunciados que constituem o purismo neoliberal não são novos. Mas, no contexto histórico em que vivemos, *esse desejo e essa necessidade se explicitam* nos discursos analisados, *eles se naturalizam* através da mídia, em sua construção de relevâncias. *Eles se agudizam*, e a língua, poderoso elemento de exclusão social, encontra aí um recanto aprazível: alguns brasileiros conseguirão chegar perto do tal “bom uso”; a maioria, não – o que é adequado para o neoliberalismo, em que as oportunidades, em tese acessíveis a todos, são privilégio de poucos.

Assim, podemos dizer que, no *purismo neoliberal*, temos uma *paráfrase* de discursos presentes na tradição gramatical (que privilegia a correção, a clareza, em suma, o “bom uso” da língua) *adequada ao contexto de produção do discurso*, que nos remete ao *tema*, segundo o compreende Bakhtin/Volochinov (1929/1988). É dessa forma que concebo sua constituição dialógica: é uma contrapalavra em forma de paráfrase que se move na direção de permitir ao falante a concretização de emergente objetivo, qual seja, *obter sucesso profissional*.

A semântica desse purismo é marcada pelos assuntos já privilegiados pela tradição purista tradicional, acrescida daqueles que compõem o ideário neoliberal ligado ao mundo do trabalho. A semântica também se define discursivamente pela *déixis enunciativa*, que delineia uma cronologia e um espaço na cena enunciativa (MAINGUENEAU, 1984/2005), construindo um cenário nacional quase apocalíptico da atuação profissional e sua relação com a língua. No entanto, também se define em função dos aspectos históricos vividos pelo falante e suas relações com as estruturas de poder, sendo uma delas a língua.

2.3 A constituição da autoridade sobre a língua na mídia

Um outro mecanismo que ajuda a produzir o *purismo neoliberal*, além da produção de realidades em capas de revistas, é a constituição da autoridade sobre língua na mídia.

Indício dessa constituição é quem é convidado para falar sobre língua em programas de TV, isto é: a quem é dado o *status* de autoridade em assuntos ligados à linguagem. Analisemos um debate veiculado inicialmente pela TVE e depois, em 29/03/05, pela TV Cultura (SP). O tema central foi o “internetês” – linguagem especial utilizada principalmente por jovens internautas. A questão geral colocada pelos organizadores do debate foi: “As licenças de linguagem na internet empobrecem a língua portuguesa?”. Participaram como convidados um jornalista (editor do Caderno de Informática da Folha de São Paulo, Rodolfo Lucena), um professor-da-mídia (Sérgio Duarte Nogueira), um escritor (Deonísio da Silva) e um “acadêmico” (pesquisadora, autora de crítica literária e professora universitária, Marisa Lajolo). Observe-se que o lingüista não entrou nas opções do programa para o debate – apesar de que um participante *online* tenha citado o lingüista Marcos Bagno e o professor-da-mídia tenha atacado diretamente este lingüista e feito referências indiretas “àqueles que não desejam que se ensine norma culta na escola” (veremos, nas análises do capítulo 3, que essas críticas se baseiam em um simulacro do discurso do lingüista).

O purismo aparece, no debate, mesclado pelo discurso “moderno” proposto pela lingüística. Só não ocorre na fala do “acadêmico” – assim definido no programa –, fala que também é ressignificada, principalmente pelo escritor. Esse purismo, que se aproxima do purismo heterodoxo proposto por Leite (1999), aparece em discursos como:

- 1) jornalista: “Os brasileiros que não têm acesso à escola mal falam algum português inteligível, esse é um problema mais grave para a língua portuguesa e para a cultura do que alguns códigos que adolescentes podem vir a ter”.
- 2) professor-da-mídia: “Agora, detalhe, a língua padrão, se não aprender a língua na escola, vai aprender onde? Não vai ser na rua, não vai ser na internet. Então, ele [o jovem] precisa conhecer para ter mais um elemento de comunicação que *é a forma*

ainda mais usada, né? É a forma que atinge a grande maioria dos falantes da nossa língua.” (itálico adicionado)

- 3) escritor: “O português está sendo assassinado a tecladas”; “É preciso trazer o rebanho para o bom aprisco”; “Na internet há um rebaixamento da língua portuguesa [devido à falta de edição dos textos]”; “Monteiro Lobato dizia que um país se faz com homens e com livros. Não com essas abreviações, tropeços, nessa meio epilepsia da linguagem, essa pressa danada. Ler é pensar. Eu prefiro ler a linguagem sofisticada do Guimarães Rosa”.

Ao citar Monteiro Lobato, o escritor faz referência a uma citação feita por Marisa Lajolo. A pesquisadora havia indicado a obra de Lobato aos professores, pois o escritor constrói um educador preocupado em formar um público para as grandes obras: dona Benta. Lajolo havia finalizado sua fala no debate dizendo que o vilão da leitura e da literatura não é o internetês, e o que se precisa no Brasil é de educadores bem formados e bem pagos. Mas é o escritor que faz a última fala do debate, e ressignifica o discurso do “acadêmico”, sugerindo que devemos ler Lobato pelas referências à linguagem que ele faz, sugerindo que o purismo do autor é exemplo para os professores. Nesse sentido, ele se apropria do status da “acadêmica” ao comentar sua fala e a ressignifica na direção purista, fazendo dela um simulacro. O esquema do debate, que não dá direito de resposta aos debatedores, também ajuda a produzir esse sentido, com o qual se encerra o programa.

Neste debate, já temos um indício de que o lingüista nem sempre é, numa escala de prioridades, o escolhido para falar sobre língua. Gostaria, neste item, de ampliar essa reflexão a partir da investigação da citação do discurso da autoridade em reportagens na imprensa: quem a mídia cita como *argumento de autoridade* em reportagens que tematizam a língua? Quem é posto como autoridade, “especialista no assunto”? Parto do pressuposto de que essa micro-prática ajuda a constituir no social essa forma de purismo e o *sujeito especialista em língua*.

Foucault (1971/2001) aponta um mecanismo de controle dos sujeitos na sua relação com os discursos: “Rarefação (...) dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-

lo” (FOUCAULT, 1971/2001, p. 37). Trata-se de um mecanismo que seleciona os sujeitos que falam. No caso específico de nossa análise neste item, interessam os *sistemas de apropriação do discurso*, pelos quais alguns se tornam autorizados a enunciar alguns discursos; mas outros, não.

Porém, quando o tema é *língua*, veremos que o direito/poder de manifestar o saber não se restringe ao profissional que passou pelo sistema de apropriação do discurso que delega ao indivíduo o título de graduado ou pós-graduado em Língua Portuguesa/Letras/Linguística, sistema que constitui o sujeito linguísta. O lugar de “especialista no assunto” é ocupado por diferentes sujeitos. No próximo capítulo aprofundarei esta questão da relação entre o social e a disciplina linguística e da definição de seu campo de atuação no campo das letras. Por ora, interessa-me refletir sobre a constituição da autoridade sobre língua a partir do mecanismo da citação.

Vejamos quem é citado como autoridade numa reportagem da revista *VocêS/A* (out/2002), sob o título: “Português: que língua é essa?” (Discurso 8). Mantive os “títulos”, ocupações e publicações atribuídas às autoridades citadas:

- *headhunter* Laís Passarelli, da Passarelli Consultores;
- Clemência Beatriz Wolthers, sócia-gerente do Pinheiro Neto Advogados, o maior escritório de advocacia do país;
- professora de português Laurinda Grion, autora do livro *400 Erros que os Executivos Cometem ao Falar e Redigir* (editora Edicta, 241 páginas);
- advogado Guilherme Duque Estrada de Moraes, vice-presidente executivo da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química);
- o jornalista Eduardo Martins, editor do jornal *O Estado de S. Paulo* e autor do *Manual de Redação e Estilo* do Estadão;
- o professor Sérgio Nogueira Duarte, mestre em língua portuguesa, autor da coleção de livros *Língua Viva*, da Editora Rocco, e apresentador do “Programa de Palavra”, que vai ao ar pela TV Senac;
- Fabio Zanini, gerente de comunicação e serviços de Intranet da empresa AstraZeneca.
- o diretor de assuntos corporativos da Souza Cruz, Constantino Mendonça.

Português: que língua é essa?

Acredite: falar e escrever em bom português é tão importante para sua carreira quanto dominar o inglês

Por Mauro Silveira

Como vai o seu português? Você já imaginou ouvir essa pergunta durante uma entrevista de emprego ou em uma conversa com seus superiores antes de receber uma promoção? Provavelmente não. Em plena era da globalização, onde o culto ao idioma inglês é reflexo da realidade de um mundo sem fronteiras, perguntar a um profissional se ele domina sua língua materna pode soar como ofensa. Mas a verdade é que as empresas estão muito preocupadas com as escorregadelas e, em alguns casos, com os verdadeiros tombos que seus profissionais estão levando na hora de escrever ou mesmo falar em bom português. Não é raro encontrar executivos usando por aí expressões como "a nível de (sic) produção", ou "vou estar enviando (sic) o documento", ou ainda começando uma frase com algo como "Me (sic) informaram que as dúvidas seriam esclarecidas", entre outras pérolas.

A pouca intimidade com o idioma por parte de inúmeros profissionais pode ser claramente notada pelos erros grosseiros presentes nos currículos recebidos por headhunters e consultores de carreira. Recentemente, um candidato de 49 anos que buscava uma vaga de gerente geral numa grande empresa escreveu dizendo ter participado de processos de fusão, aquisição e cisão de empresas de familiares (quando o correto seria simplesmente dizer empresas familiares). Mais à frente, esqueceu os hífen ao escrever a palavra mão-de-obra. Antes de finalizar, teve tempo para um novo deslize ao se apresentar como especialista em análises de investimentos indústrias (e não industriais). Isso sem falar nos erros de pontuação ao longo do texto, o emprego de maiúsculas em situações que não exigiam o uso e as seguidas repetições de palavras numa mesma frase. Quais as chances do candidato em questão conseguir a vaga desejada? Mínimas. "Eu fico profundamente irritada quando recebo um currículo com erros graves de português e isso cria, logo de cara, um impacto negativo", afirma a headhunter Laís Passarelli, da Passarelli Consultores.

Erros desse tipo podem comprometer a empresa, os negócios e a sua própria carreira. Você confiaria, por exemplo, num médico que se apresentasse como cirurgião cardíaco? Claro que não, pois nesse caso seria ele a pessoa com problemas no coração. O melhor é sair correndo do consultório – e procurar um cardiologista. Se o presidente de uma empresa disser que o tráfico na companhia cresceu, talvez seja o caso de chamar a polícia. Tráfico significa comércio – daí a expressão narcotráfico para descrever o comércio ilegal de drogas. O correto é tráfego, que quer dizer movimento, fluxo (de mercadorias, de correspondências, de documentos, etc).

É verdade que um profissional que não domina o inglês sofre discriminação e enfrenta mais dificuldades ao longo de sua carreira. Mas não é menos verdade que falar e escrever bem em português também é fundamental. "Não é fácil encontrar profissionais alfabetizados em português", afirma Clemência Beatriz Wolthers, sócia-gerente do Pinheiro Neto Advogados, o maior escritório de advocacia do país. "E isso é um pré-requisito para qualquer profissional". Mas, afinal, por que boa parte dos profissionais brasileiros, muitos deles fluentes em mais de um idioma, sente tanta dificuldade em se expressar na sua língua materna? Há inúmeras razões. Para a professora de português Laurinda Grion, autora do livro 400 Erros que os Executivos Cometem ao Falar e Redigir (editora Edicta, 241 páginas) esse é um problema de base. "As escolas não ensinam os alunos a fazerem leituras críticas, a saborearem um romance. As pessoas escrevem mal porque não sabem ler." O advogado Guilherme Duque Estrada de Moraes, vice-presidente executivo da Abiquim – Associação Brasileira da Indústria Química, concorda: "Ninguém mais

lê. Na verdade faltam às pessoas mais Machado de Assis, Eça de Queiroz, Aluisio Azevedo, José de Alencar. Gente que se notabilizou pelo uso da forma culta do português." Já o jornalista Eduardo Martins, editor do jornal O Estado de S. Paulo e autor do Manual de Redação e Estilo do Estadão, critica a qualidade do ensino superior. "As faculdades deveriam suprir as deficiências dos alunos, pois falar e escrever bem são habilidades importantes para a formação profissional do indivíduo." Some-se a isso a baixa qualidade da música veiculada por programas de massa no rádio e na TV, que colocam em segundo plano a MPB mais sofisticada para abrir espaço para os pagodes e as canções pseudo-sertanejas – que, cá entre nós, não primam nem um pouco pelo refinamento e pelo bom português.

O fato é que as pessoas estão mais sujeitas a cometer erros de português hoje do que antigamente. O vilão dessa história, em grande parte, é o correio eletrônico. Isso porque, de uma hora para outra, as pessoas foram obrigadas a voltar a escrever com regularidade. É só pensar no seu cotidiano no escritório. Em um só dia, provavelmente, você dispara dezenas de e-mails, a maioria com destinos diferentes. É nessas horas que surgem dúvidas que vão da grafia das palavras a questões gramaticais. E nem sempre os prazos apertados permitem uma consulta mais cuidadosa ao dicionário. A questão é que quando um profissional comete um erro grave de português, seja falando ou escrevendo, as pessoas começam a duvidar de suas qualificações, por melhores que elas sejam. "Conheço boas companhias que perderam concorrências públicas por causa de erros de português na proposta apresentada", afirma o professor Sérgio Nogueira Duarte, mestre em língua portuguesa, autor da coleção de livros Língua Viva, da Editora Rocco, e apresentador do Programa de Palavra, que vai ao ar pela TV Senac.

A preocupação das empresas em relação ao português é tão grande que várias delas estão contratando professores para seus funcionários – e isso inclui tanto o pessoal administrativo quanto os executivos. Nogueira Duarte, por exemplo, já deu aulas para mais de 100 empresas, entre elas a Globosat, o BNDES, a Souza Cruz e a TV Globo. Para atender toda essa demanda, ele deixou de lecionar em algumas escolas e fechou um acordo com outros dez professores. "Quando não posso atender uma empresa por problemas na agenda, eles me substituem", conta.

O laboratório farmacêutico AstraZeneca se antecipou ao problema e lançou recentemente cinco fascículos, batizados de Língua de A a Z, para serem distribuídos aos seus mais de 1 000 funcionários. Os temas foram assim divididos: ortografia e acentuação, crase e hífen, concordância, verbos e parônimos (palavras com sons e grafias semelhantes). "Nós já tínhamos sentido anteriormente a necessidade de aprimorar o nível de conhecimento do pessoal", diz Fabio Zanini, gerente de comunicação e serviços de Intranet da empresa. "Fizemos uma pesquisa interna e os funcionários também manifestaram o desejo de ter uma fonte de consulta para dúvidas sobre português. Quando alguém não recebe o fascículo num determinado mês, logo reclama. Muitos levam material para casa para os filhos também estudarem."

Os fascículos foram escritos com exclusividade para a AstraZeneca pelo jornalista Eduardo Martins, do Estadão. Ele acredita que esse tipo de iniciativa pode ajudar as pessoas a escrever melhor e a se expressar com mais clareza. "É claro que não tenho a pretensão de formar romancistas do nível de Machado de Assis, mas é perfeitamente possível, com treino, dedicação e muita leitura, fazer com que alguém escreva de forma elegante e com estilo agradável." Nunca é tarde para fazer uma revisão geral. O diretor de assuntos corporativos da Souza Cruz, Constantino Mendonça, de 52 anos, decidiu voltar a estudar português juntamente com os 12 companheiros de equipe. As aulas são ministradas na própria empresa, no Rio de Janeiro. "Nós produzimos uma grande quantidade de textos aqui na Souza Cruz", diz Mendonça. "Temos em nossa intranet uma infinidade de documentos que pedem uma boa redação." Mendonça convidou o professor Sérgio Nogueira Duarte para comandar o treinamento, que acontece uma vez por semana. O resultado, segundo ele, vem agradando a todos. "Tem sido uma experiência bastante positiva rever os conhecimentos da língua portuguesa. As pessoas estão refletindo mais antes de escrever."

Nem sempre é fácil mobilizar o pessoal para voltar a estudar português. Guilherme Duque Estrada de Moraes, da Abiquim, tentou fazer um esforço concentrado para incentivar sua equipe em 2001. Comprou livros de gramática e distribuiu uma vasta papelada sobre o assunto. Depois, contratou a professora de português Laurinda Grion. Não deu certo. "As pessoas de nível mais elevado, entre elas engenheiros e advogados, abandonaram o curso com receio de se expor", conta Moraes. "Os resistentes eram justamente aqueles que mais necessitavam fazer bom uso do idioma no dia-a-dia. Eles não queriam dar a entender que tinham nível superior mas não sabiam escrever." Como os problemas continuaram, Moraes e a professora Laurinda Grion voltaram à carga neste ano. Em vez de batizarem o treinamento com o nome de "curso de português", decidiram por algo mais sofisticado: Técnicas de Redação - Como Escrever com Clareza. Deu certo. Hoje, 42 pessoas freqüentam as aulas simplesmente porque Moraes e Laurinda souberam usar com elegância o idioma para tornar o treinamento mais atraente. "As pessoas estão mais receptivas", diz ele. "Mesmo assim, ainda há quem resista dizendo que é perda de tempo. O importante é que muitos já estão escrevendo melhor e com mais clareza."

(SILVEIRA, 2002)

A reportagem, escrita por Mauro Silveira, que tem como tese que “falar e escrever em bom português é tão importante para a carreira quanto dominar o inglês”, não inclui nenhum argumento de lingüista. O especialista-referência, por um lado, é aquele que contrata ou gerencia o profissional que deve “usar bem” a língua; por outro, é o “conselheiro gramatical”, isto é, o professor-da-mídia (no caso, Eduardo Martins e Sérgio Nogueira Duarte) e o professor de português que se destacou no mercado – que publicou livros, que dá cursos para empresas etc.

O discurso é adequado a um leitor que se preocupa com o trabalho e com a ascensão profissional. Essa preocupação é de se esperar na revista *VocêS/A*, direcionada a um público que visa aperfeiçoar-se no meio profissional, principalmente composto por funcionários de grandes empresas, em cargos de níveis médio e alto. Na revista, o leitor encontra dicas, depoimentos, novas expectativas em relação à atuação, habilitação e qualidade dos profissionais. Os exemplos citados na matéria já indiciam o público a que se dirige a reportagem: executivos; aqueles que enviam os currículos a *headhunters* e consultores de carreira. Esses são os profissionais visados por esse periódico. A escolha da autoridade que sustenta a argumentação indica o nível do cargo a que aspiram esses profissionais: “Clemência Beatriz Wolthers, sócia-gerente do Pinheiro Neto Advogados, o maior escritório de advocacia do país.” *Falar bem* depende do contexto profissional em que se falará, e a autoridade no assunto *língua* se mistura com a autoridade no *assunto profissional*. Temos, no caso, uma forma de positividade do *purismo neoliberal*, que institui

como *autoridade lingüística* o profissional de sucesso no mercado. Tão bem sucedido que escolhe o “bom profissional” para o mercado e assim sucessivamente.

Uma reportagem publicada pelo caderno Sinapse, da *Folha de São Paulo* de 24/06/2003, de autoria de Heloísa Helvécia, sob o título “Cada um com a sua língua”, foi matéria de capa do caderno e tratou das gírias e jargões e suas influências no meio profissional e na comunicação do dia-a-dia (Discursos de 9 a 12). Esta reportagem tematiza o uso de gírias e jargões, dando-lhe um enfoque menos purista, mesmo que centralize a discussão num aspecto normativo: as gírias ou jargões são ou não um uso adequado de linguagem?

Discurso 9



FOLHA [sinapse]

São Paulo, terça-feira, 24 de junho de 2003

Telefone: 0/xx/11/32
Na internet: www.folhasinapse.com.br
E-mail: folhasinapse@folha.com.br
Endereço: Al. Barão de

NESTA EDIÇÃO

LINGUAGEM

Capa **8**

Jargões e gírias, apesar de legítimos, ainda são alvo de preconceito e complicam a comunicação

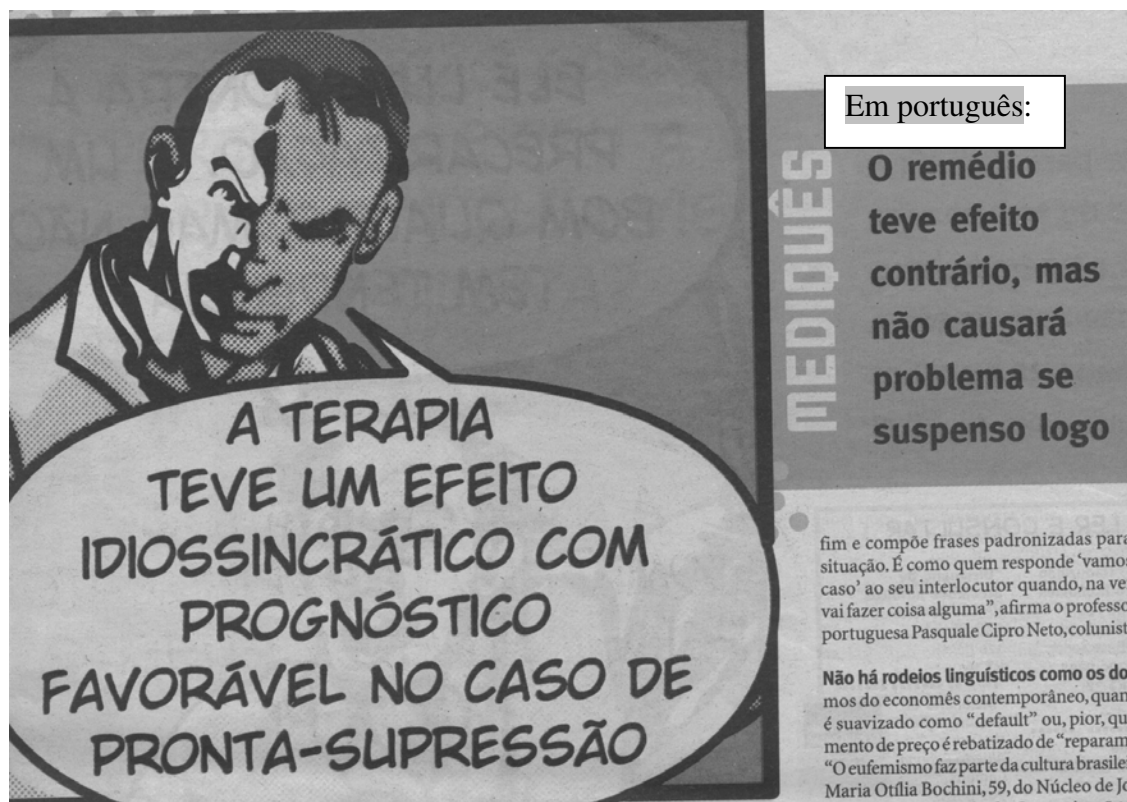
Leitura
As ra
e a hi
livro

PRO
Ex
Gi
liç
de
P
M
ge

Klebs Junior



Discurso 11



Discurso 12²⁹

Cada um com a sua língua

Por HELOÍSA HELVÉCIA; colaboração de HELOÍSA VIANNA
free-lance para a Folha.

Rufus é um sujeito que abusa de citações, palavras incomuns e jargões, mas não tolera nada disso no discurso dos outros. Por meio de Rufus, personagem do recém-lançado "Diário de um Fescenino", o escritor Rubem Fonseca descreve o truque do "psitacismo", que, segundo o dicionário, é uma arte e um método: a arte de construir frases ocas à maneira do papagaio; o método de adquirir conhecimento pela fixação na memória, sem a intervenção da inteligência.

Jargão é uma coisa para uns, outra para outros. "Antigamente, jargão era a gíria dos marginais, mas, até hoje, há estudos nos quais a palavra é usada como sinônimo de gíria. Há uma confusão grande", afirma Dino Preti, professor titular de língua portuguesa da PUC-SP e coordenador científico, na USP, do Nurc (Núcleo de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta). **De acordo com ele, jargão é a "linguagem científica ou técnica banalizada". Por definição, é uma forma de falar inadequada à situação. "A pessoa quer se promover, mostrar que fala uma linguagem que o outro desconhece, o que disfarça uma ignorância."**

²⁹ Foram colocados em negrito os fragmentos analisados diretamente.

É fácil apontar o jargão dos outros, difícil é viver sem um. Do telemarketing ao ministério, da mecânica ao magistério, toda atividade tem vocabulário próprio. Cada especialista recorre à sua "rebimboca da parafuseta" ou à sua "política fiscal contracíclica". Então, por que a censura? "O jargão tem um sentido mais pejorativo nos meios acadêmicos, mas, na verdade, a própria academia o usa muito", diz Preti.

É fácil apontar o jargão dos outros, difícil é viver sem um. Então, por que a censura?

No livro "Línguas e Jargões" (Editora da Unesp, 1996), o historiador Peter Burke explica como o conceito sofreu alterações desde a Idade Média. No início, a palavra descrevia o gorjeio das aves e também a fala incompreensível, um gargarejo: "jargon", em francês, e "gargle", em inglês, saem da mesma raiz. Ao se espalhar de uma língua para outra, o termo ganhou o sentido de gíria de submundo e só passou a designar as linguagens técnicas a partir do século 19, com o surgimento de profissões, quando grupos de novos especialistas começaram a marcar seus territórios temáticos, criando jeitos próprios de falar.

O personagem Rufus, do romance de Rubem Fonseca, não tem paciência para a "cantilena eivada de frases latinas" de seu advogado. Não por gosto, mas por necessidade, a funcionária pública Clóris Castillo, 50, pacientemente transpôs a "incomunicabilidade" jurídica. Durante um processo de separação, ela aprendeu que "incomunicabilidade" é uma cláusula para impedir que um bem seja dividido com o marido ou com a mulher do herdeiro beneficiado. "Você até deduz o significado de algumas expressões, como 'impenhorabilidade', mas, em geral, eu vivia cheia de dúvidas, fragilizada. Tinha de pesquisar e me virar." Em oito anos de litígio, ela buscou esclarecimento onde pôde. Ia até o fórum, lia, estudava os termos jurídicos. "Não quero generalizar, mas os advogados com os quais tive contato falavam de um jeito arrogante. Não explicavam muito, não."

Não há campo que use mais palavras desnecessárias que o das leis, na opinião do advogado Rui Fragoso, 47, da comissão de ensino da OAB-SP. Ele diz que o uso pernóstico do português é tão anacrônico quanto o anel da advocacia - embora o ensino de direito ainda não reflita mudanças. "O advogado deve ser moderno e confiável. O jargão só inspira confiança nos incautos." Fragoso afirma que ainda se verifica um excesso de expressões em latim e brocardos (aqueles provérbios jurídicos), quando a meta é clareza e concisão. "A pretensa erudição esconde a ausência de conhecimentos da língua e de argumentos. Sentença ou petição boa é aquela que o leigo entende." Em outro campo, o da medicina, a situação não é muito diferente. Pacientes que "não entenderam nada" que o médico disse representam a principal queixa feita no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, segundo a presidente, Regina Carvalho. A falha na comunicação, diz ela, é um efeito da linha americana, que revolucionou o ensino médico no mundo todo, a partir dos anos 20, introduzindo as normas de comportamento, a roupa branca, a visão tecnicista e a linguagem de especialista. Para devolver uma abordagem mais ampla à profissão, o conselho vem propondo reformulações nos currículos das escolas, como a volta de matérias humanísticas. "O profissional ganhou credibilidade com essa postura mais técnica, mas perdeu empatia. As novas diretrizes se preocupam com a linguagem, que dificulta a relação entre médico e paciente", afirma.

Há muitos léxicos dentro da medicina – óbvio, em um campo tão complexo e com tanta subdivisão. "Acontece até mesmo de dois colegas de especialidades diferentes não se entenderem", diz o cirurgião plástico Alberto De Luiz, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. **Ele considera um dever traduzir conceitos no diálogo com o paciente, mas**

acrescenta: "Um sinal de desenvolvimento humano é a capacidade de dar nomes às coisas. O jargão é natural, há termos científicos que não têm sinônimos precisos".

Isso foi comprovado numa pesquisa feita na USP. O grupo de estudos linguísticos pediu a bioquímicos que descrevessem experiências, primeiro no vocabulário próprio, depois de forma simplificada. "Os especialistas não conseguiram narrar certos experimentos em linguagem comum. Algumas noções são inseparáveis de sua linguagem científica", conta Preti.

Nenhum problema, portanto, com o vocabulário especial. O problema é o uso mal-intencionado, afirma ele. "O jargão nasce quando essa linguagem é vulgarizada, quando há pedantismo, pretensão, quando alguém usa 'palavras difíceis' para mostrar superioridade intelectual. É um signo identificador, mas, hoje, tem essa marca negativa, é um falso identificador. Comparo o uso do jargão àquelas pessoas que passam a colocar vocábulos estrangeiros na conversação. É uma situação social curiosa: faz o interlocutor emudecer, perder a face", comenta.

O educador Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras, tem outro ponto de vista. Entende por "jargão" tanto a linguagem técnica como a popular. "O jargão nasce e se desenvolve a partir de uma verdade do povo. Os defensores da norma culta não podem criticá-lo nem dizer que é destituído de um procedimento cultural. Num país pobre, sem escola e sem acesso a livros, proibir também as formas de falar seria um ato criminoso contra a cidadania." Na visão de Niskier, se um termo científico não é absorvido pela maioria, não é jargão. "Jargão é o que 'pega', é o bordão que todo mundo entende." Ele considera que esses grupos de vocábulos produzem uma preguiça mental. "A pessoa fica naquilo, usa 'ad nauseam', para citar apenas um..."

Quando termos e expressões são repetidos como mantras, quem os escuta perde a chance de se deter para refletir e esmiuçar significados. "O clichê está pronto. A pessoa pega a palavra do começo, a do meio e a do fim e compõe frases padronizadas para qualquer situação. É como quem responde 'vamos estudar o caso' ao seu interlocutor quando, na verdade, não vai fazer coisa alguma", afirma o professor de língua portuguesa Pasquale Cipro Neto, colunista da Folha.

Não há rodeios linguísticos como os dos eufemismos do economês contemporâneo, quando o calote é suavizado como "default" ou, pior, quando o aumento de preço é rebatizado de "reparametrização". "O eufemismo faz parte da cultura brasileira", lembra Maria Otília Bochini, 59, do Núcleo de Jornalismo e Cidadania da Escola de Comunicações e Artes da USP. O talento nacional para arrumar um jeitinho de dizer as coisas ficou mais evidente quando as sucessivas crises puseram os economistas na berlinda.

"Inflação inercial", conceito que tenta justificar a inflação do presente em razão da passada, foi a expressão que mais feriu os ouvidos do economista Antonio Lanzana. "Essa criação brasileira empresta um termo da física, o que virou moda em economia. Mas como explicar com a inércia um movimento de preços? Por princípio, é impossível", diz.

Lanzana é autor de "Economia Brasileira - Fundamentos e Atualidade" (Atlas, 2001), leitura para não iniciados. Professor da USP, ele dá cursos de MBA, enfrenta salas de aula com profissionais de diferentes áreas e está acostumado a falar sem usar a língua da ordem secreta. "A tradução exige o domínio completo de um conceito, mas é possível usar terminologia acessível sem perder profundidade." **Para quem quiser se irritar menos ao ouvir algum sábio na TV apostando que "vai dar um down de 25 bases point na reunião do Copom" (previsão de queda nos juros de 0,25%), ele sugere o investimento em livros de economia escritos em bom português.**

Um dos indicados é "Traduzindo o Economês" (Best Seller, 2000), de Paulo Sandroni. Para o autor, economista e professor da PUC e da FGV de São Paulo, é ilícito usar "banda diagonal endógena" para explicar coisas importantes a milhões de pessoas. "Há uma forma quase fraudulenta de tratar assuntos públicos. A linguagem vira arma, escolhida com a intenção política

de mascarar, e não de esclarecer", diz. Ele afirma que a motivação maior para traduzir economês foi um trauma pessoal. Vinte anos atrás, ao escrever sua primeira obra, teria exagerado na linguagem acadêmica. "Meus colegas brincavam, diziam que o quarto capítulo do livro era usado em hospitais, para fazer dormirem os pacientes mais agitados do setor de neurologia", lembra.

A platéia pode não dormir, mas costuma perceber quando o orador fala difícil só para impressionar. "Não vejo problema no uso do jargão. O problema é a artificialidade do discurso", opina Reinaldo Polito, 52, professor de expressão verbal. "O critério é sempre o da naturalidade. O melhor vocabulário é aquele que, sem descer à vulgaridade, funciona para o grupo ou para diferentes níveis de educação e formações."

Se é fácil falar difícil, complicar a escrita é "baba". Basta construir períodos extensos para confundir o leitor, uma vez que pesquisas de psicolinguística mostram que só se fixa frases com até 22 palavras. "Esse é um tempo de complicação linguística. Os modismos se reproduzem como coelhos, e há um exagero de textos incompreensíveis, que alijam as pessoas", diz Maria Otília Bochini.

"Como pode um posto de saúde distribuir um alerta contra a dengue que começa com 'Aedes aegypti'?", a professora exemplifica e, antes que argumentem contra, rebate: "Dizer que simplificar é banalizar é coisa de gente preguiçosa, porque dá mais trabalho explicar sem usar palavras técnicas. Textos de contratos, comunicados oficiais e informativos dos quais as pessoas dependem para tomar decisões precisam ser claros".

O informatiquês não é problema para o músico e suporte de informática Heron Martins Silva, 46. Acostumado a dar treinamentos e aulas particulares, ele desenvolveu, para ser claro, seus próprios truques didáticos. "A pessoa teme ser enganada e é obrigada a confiar na nossa palavra. Tento simplificar buscando comparações que aproximem o computador do universo de interesses do aluno, do seu campo de domínio ou do seu mundo emocional e sensorial. Quem opera na frequência do jargão é inseguro, usa o poder para evitar a crítica. É um jeito de se defender para não ser atacado."

Ninguém quer explicar nada, e sim preservar seu poder por meio da linguagem

Inconscientemente, ninguém quer explicar nada, e sim preservar seu poder por meio da linguagem, de acordo com Sírio Possenti, autor do livro "Os Humores da Língua" (Mercado de Letras, 2002). "A bula de remédio, por exemplo, não é feita para informar, mas para cumprir uma lei que manda informar", diz esse professor de linguística da Unicamp. Ele chama a atenção para o fato de que a língua serve menos para a comunicação e mais como marca social. "Quanto mais dividida é uma sociedade, mais diversidade de línguas ela vai apresentar. Por meio do léxico, os grupos criam laços com seus pares e separam os diferentes. É um jogo de poder, mas o que não é?", pergunta.

Nesse jogo, vale a estratégia do polvo, que, quando acuado, solta sua tinta para deixar a água turva, confundir os peixes e se safar. A comparação é de Vito Giannotti, 58, ex-pescador, pesquisador de movimentos sociais e uma espécie de inimigo número um do sindicalês. A linguagem sindical, diz, é resultado de um liquidificador em que foram misturadas todas as "pragas do apocalipse": um pouco de juridiquês, outra dose de economês, intelectualês, politiquês. "As pessoas se contaminam, pegam palavras que, para elas, nada significam e vão tascando no discurso. É uma coisa ridícula, há epidemias de 'emblemático', 'cenário', 'falácia', 'interface' etc.", diz. O paradoxo, aponta, é o fato de um discurso que pretende atrair as massas acabar sendo incompreensível para a maioria. "O jargão funciona como uma grande muralha", afirma.

Giannotti coordena o Núcleo Piratininga de Comunicação, no Rio, entidade que assessora o movimento sindical traduzindo informações e fazendo a patrulha do sindicalês tanto em boletins e

jornais como na linguagem oral. "Não se sabe conversar, só debater. É preciso sempre 'pegar um gancho', 'fazer uma colocação' ou 'abrir' uma 'discussão substancial', e o coitado do trabalhador leva anos para saber que substância é essa", diz.

A fala do presidente Lula é, segundo Giannotti, um bom exemplo de como é formada essa linguagem mais política. "O discurso dele reflete toda a trajetória de 30 anos e a convivência com os mais diferentes níveis linguísticos. A cada contato que faz, Lula aprende no mínimo dez palavras -e vem usando adequadamente a maioria delas. Mas não há como não engravidar pelo ouvido. Ele só deveria evitar expressões de quem estudou em Paris, como 'en passant'."

Para o professor Possenti, da Unicamp, a crítica aos jargões é romântica, uma espécie de utopia pré-Babel. "Não dá para falar de linguística sem usar jargão. Um aspecto constitutivo de qualquer saber é uma linguagem própria", afirma Possenti. Segundo ele, é ingenuidade tentar combater as divisões sociais começando pela língua. "O problema é a mídia ouvir o economista sobre a alta de juros, em vez de ouvir o feirante", argumenta. Economista usa jargão, feirante usa gíria, mas a diferença entre os dois fenômenos linguísticos é menos científica e mais baseada no status, segundo ele. "Na verdade, é uma distinção social. Jargão é a gíria dos bem-postos, e gíria é o jargão dos despossuídos."

Embora entenda o jargão como um instrumento de exclusão, Dino Preti é avesso ao preconceito linguístico. "Não existem mais linguagens puras ou padrões melhores ou piores. O que existe são variações. A linguagem culta é ideal em certas condições e, em outras, não. Até palavrão é ideal algumas vezes." O falante culto, afirma, não é o que conhece a gramática, mas o que sabe se adaptar às variações de linguagem, de acordo com cada situação. "Uma coisa é o especialista usar 'deletar' entre colegas, outra é ostentar o fato de ser um técnico em computação."

No fim, o importante mesmo é a comunicação. Nessa hora, muitas vezes, vale mais ouvir que falar. (HELVÉCIA, 2003)

É preciso analisar a forma como aparece essa reportagem no *suporte-jornal* para tentar compreender o embate purista e não-purista que se trava neste caso. Partimos da pesquisa de Barzotto (1998) com o *suporte-revista*.³⁰ O autor chama a atenção para o fato de que há uma não-coincidência entre as chamadas de capa, o título no sumário e o da reportagem em números de uma revista analisada por ele, o que pode sugerir ao leitor que “o que ele vai ler ainda não foi anunciado” (p. 45). Esse “efeito de novidade”, no caso que analiso aqui, se mantém. Indica, além disso, um aspecto purista da reportagem, reforçado pelas imagens e balões com falas, que acompanham o texto da matéria. Vejamos os discursos 9, 10 e 11.

³⁰ O autor utiliza como base, em sua pesquisa, trabalhos recentes realizados no domínio da História Cultural, particularmente por Roger Chartier, que têm chamado a atenção para a importância de se considerar a *materialidade dos objetos portadores de textos* como partícipes da “construção de sua significação”. No artigo, faz análise da revista *Realidade*, publicada pela editora Abril de 1966 a 1976. Analisa a capa, contracapa e o sumário de três exemplares, observando a relação entre procedimento de composição (questões relacionadas ao suporte: disposição do texto, tipografia, ilustração) e de textualização (conteúdo propriamente dito).

A manchete na capa (Discurso 9) “Falar difícil é fácil – Linguagens técnicas se transformam em jargão generalizado e dificultam o diálogo entre profissionais e leigos”, acrescida do discurso posto no balão, leva a uma interpretação negativa do jargão por prejudicar a comunicação. Pode-se entender que parte do subtítulo “Linguagens técnicas se transformam em jargão generalizado” seja uma paráfrase do discurso do lingüista Preti no interior da reportagem: “De acordo com ele [Preti], jargão é a “linguagem científica ou técnica banalizada”. Por definição, é uma forma de falar inadequada à situação. “A pessoa quer se promover, mostrar que fala uma linguagem que o outro desconhece, o que disfarça uma ignorância”.” Assim fala, no discurso da jornalista que critica o jargão, a voz de um lingüista.

No índice do caderno (Discurso 10), temos a seguinte chamada: “Jargões e gírias, apesar de legítimos, ainda são alvo de preconceito e complicam a comunicação”. Esse discurso, numa de suas interpretações possíveis, tem a mesma direção argumentativa do anterior, presente na capa: o jargão dificulta a comunicação.³¹ Incorpora a voz dos lingüistas exposta na reportagem, explicitando a descontinuidade do discurso desses lingüistas – privilegia a posição de Preti em detrimento da de Possenti. Vejam-se os últimos parágrafos do Discurso 12; observe-se que, no início do penúltimo, encontra-se o mesmo movimento da argumentação que se encontra na chamada em questão: “Embora entenda o jargão como um instrumento de exclusão, Dino Preti é avesso ao preconceito lingüístico”. *É o preconceito que se manifesta quando se faz determinado uso do jargão que é o ponto de vista que se destaca nesse discurso*, o qual faz uso da construção *embora p, q*, em que o argumento que acompanha o operador *embora* é descartado; o mesmo se dá na chamada do Discurso 10: “Jargões e gírias, apesar de legítimos, ainda são alvo de preconceito e complicam a comunicação”, com o uso do operador *apesar*. Assim, os outros aspectos do jargão destacados por Possenti – sua constitutividade do saber lingüístico; sua legitimidade, portanto; seu caráter de exclusão devido às relações de poder no social – são descartados no movimento argumentativo.

³¹ Um outro sentido possível para a chamada seria que o jargão, sendo alvo de preconceito, é *vítima* de preconceito – o que realmente acontece nessa reportagem quando é tomado como um uso inadequado, não como um uso necessário por ser uma linguagem técnica.

Já a manchete que introduz a reportagem (Discurso 12) – Cada um com sua língua – e um título de seção do texto – “Ninguém quer explicar nada, e sim preservar seu poder por meio da linguagem” – remetem, o primeiro indiretamente e o segundo diretamente, ao discurso do lingüista Possenti. No entanto, o outro título de seção – “É fácil apontar o jargão dos outros, difícil é viver sem um. Então, por que a censura?” – remete ao discurso de Preti. Assim, mostra-se, nas diversas reestruturações discursivas operadas pela(s) jornalista(s), um deslocamento de sentidos que revela a tensão discursiva no interior da própria lingüística.

Se não bastassem essas vozes contrastantes focalizadas nas posições dos lingüistas citados no discurso, fala nos boxes que acompanham os balões (Discurso 11) uma voz purista – “mediquês” e outros jargões não são considerados português. Esse discurso purista aparece em outras vozes presentes no texto. Veja-se a citação indireta, feita pelo locutor, de um economista: “Para quem quiser se irritar menos ao ouvir algum sábio na TV apostando que “vai dar um down de 25 bases point na reunião do Copom” (previsão de queda nos juros de 0,25%), ele [Lanzana] sugere o investimento em livros de economia **escritos em bom português.**”

Dessa forma, no suporte-jornal (em que se considerem manchetes, subtítulos, fotos etc), os sentidos são produzidos nesse embate de vozes não puristas e puristas. Trata-se do *purismo neoliberal*, indiciado pelo próprio enfoque dado ao tema “gírias e jargões” proposto na capa do caderno (Discurso 9) “Falar difícil é fácil – Linguagens técnicas se transformam em jargão generalizado e **dificultam o diálogo entre profissionais e leigos**”. Esse purismo também é indiciado no sumário (Discurso 10): “Jargões e gírias, apesar de legítimos, ainda são alvo de preconceito e **complicam a comunicação**”, discurso esse que, entendido na relação com a capa, pode significar “complicam a comunicação entre profissionais e leigos”. A conclusão das jornalistas, após a citação de Preti sobre a ostentação da linguagem do especialista, também indicia esse purismo – “No fim, o importante mesmo é a comunicação. Nessa hora, muitas vezes, vale mais ouvir que falar” – porque reforça a relação entre “bom uso” de linguagem e desempenho profissional.

Apesar de relativamente purista, vê-se na reportagem *um espaço dedicado aos lingüistas para dizer a língua*, já que o ponto de vista que se destaca é o dos lingüistas

citados. Além dos subtítulos das seções, inspirados nos discursos de Preti e Possenti, a reportagem tem a introdução da discussão e seu fechamento embasados nos pontos de vista e comentários de Preti. O locutor que organiza as várias vozes que compõem esse discurso valoriza, inclusive, o discurso científico sobre a linguagem. Vejamos um fragmento do Discurso 12, novamente transcrito abaixo: o discurso científico proveniente da lingüística avaliza o argumento do cirurgião plástico.

Ele [o cirurgião plástico Alberto De Luiz] considera um dever traduzir conceitos no diálogo com o paciente, mas acrescenta: "Um sinal de desenvolvimento humano é a capacidade de dar nomes às coisas. O jargão é natural, há termos científicos que não têm sinônimos precisos".

Isso foi comprovado numa pesquisa feita na USP. O grupo de estudos lingüísticos pediu a bioquímicos que descrevessem experiências, primeiro no vocabulário próprio, depois de forma simplificada. "Os especialistas não conseguiram narrar certos experimentos em linguagem comum. Algumas noções são inseparáveis de sua linguagem científica", conta Preti.

Nenhum problema, portanto, com o vocabulário especial. O problema é o uso mal-intencionado, afirma ele. (HELVÉCIA, 2003 – negrito adicionado)

Inclusive, ao citar o discurso de Preti – “Nenhum problema, portanto, com o vocabulário especial. O problema é o uso mal-intencionado, afirma ele.” –, o enunciador que coincide com o ponto de vista do locutor incorpora o ponto de vista do enunciador citado devido à opção pela pontuação feita. Ou seja: o uso do ponto final entre os dois enunciados deixa de conferir a Preti o enunciado “Nenhuma problema, portanto, com o vocábulo especial”, passando este à perspectiva do enunciador que coincide com o locutor, reforçando a concordância do locutor com o ponto de vista defendido no contexto científico.

Entretanto, embora se destaque o discurso de lingüistas nesta reportagem, nela, como na de *VocêS/A*, ainda temos que *os especialistas-referência são os profissionais da área afetada pelo uso da linguagem*. Quer dizer: no primeiro caso, como a reportagem visava apontar para o leitor que sua carreira dependia do uso que fazia da língua (ou da “norma culta”), buscaram-se autoridades na área empresarial e na área de contratação/seleção de pessoal; no segundo, em cada área profissional em que o jargão/gíria

afeta de alguma forma a comunicação, foi ouvido um especialista (na medicina, na economia, no direito...) que lida com o “problema” e que acumulou conhecimento pela experiência e pelo reconhecimento na área de atuação. As autoridades citadas são as seguintes (com as ocupações, títulos e publicações tal e qual aparecem no texto):

- o escritor Rubem Fonseca;
- Dino Preti, professor titular de língua portuguesa da PUC-SP e coordenador científico, na USP, do Nurc (Núcleo de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta);
- o historiador Peter Burke;
- o advogado Rui Fragoso, da comissão de ensino da OAB-SP;
- Regina Carvalho, presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo;
- o cirurgião plástico Alberto De Luiz, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica;
- o educador Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras;
- o professor de língua portuguesa Pasquale Cipro Neto, colunista da *Folha de S.Paulo*;
- Maria Otília Bochini, do Núcleo de Jornalismo e Cidadania da Escola de Comunicações e Artes da USP;
- o economista Antonio Lanzana, autor de *Economia Brasileira - Fundamentos e Atualidade* (Atlas, 2001), professor da USP, “dá cursos de MBA, enfrenta salas de aula com profissionais de diferentes áreas e está acostumado a falar sem usar a língua da ordem secreta”;
- Paulo Sandroni, autor de *Traduzindo o Economês* (Best Seller, 2000), economista e professor da PUC e da FGV de São Paulo;
- Reinaldo Polito, professor de expressão verbal;
- o músico e suporte de informática Heron Martins Silva;
- Sírío Possenti, autor do livro *Os Humores da Língua* (Mercado de Letras, 2002), professor de lingüística da Unicamp;

- Vito Giannotti, ex-pescador, “pesquisador de movimentos sociais e uma espécie de inimigo número um do sindicalês, (...) coordena o Núcleo Piratininga de Comunicação, no Rio, entidade que assessora o movimento sindical traduzindo informações e fazendo a patrulha do sindicalês tanto em boletins e jornais como na linguagem oral.”

Mesmo que os lingüistas tenham sido, de alguma forma, prestigiados, eles são um grupo dentre outros que dizem a língua. Ganha relevância nessas análises o fato de que *qualquer profissional, desde que bem sucedido em sua área, fala sobre língua como autoridade no assunto*. Não é o fato de passar pelo sistema de apropriação do discurso, nem necessariamente o “bom uso” da língua que o faz ser autoridade em língua, mas o *sucesso profissional nas áreas valorizadas* é que avaliza o bom uso. Fica claro que o *purismo neoliberal*, em sua *positividade*, institui como *autoridade lingüística quem já atingiu poder no mercado de bens simbólicos e materiais*.

Quando não se trata do purismo neoliberal, mas de outra forma de purismo, a autoridade sobre língua já não se relaciona diretamente com aqueles que obtiveram sucesso profissional em diversas áreas de atuação, *mas também não se relaciona prioritariamente com lingüistas*. Analisemos uma matéria sobre o uso do gerúndio, assinada por Luísa Alcalde (ver o Discurso 13 e sua transcrição a seguir).

As autoridades citadas são:

- “o gramático Pasquale”, também referido como “o professor de português Pasquale Cipro Neto, apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela TV Cultura de São Paulo e pela rede de televisões educativas”;
- “o lingüista Dallari”, também referido como “Bruno Dallari, professor de lingüística do curso de pós-graduação da PUC-SP”;
- “o publicitário Ricardo Freire, colaborador do *Jornal da Tarde*, de São Paulo”.

Uma questão que parece relevante não é somente se os lingüistas são citados, mas o que se faz com seus enunciados nas matérias ajudando a produzir uma *política da citação*. No Discurso 13, mesmo que o lingüista Dallari seja citado, em debate com Pasquale, ele já está em desvantagem no processo do desenvolvimento argumentativo da matéria.

Linguagem

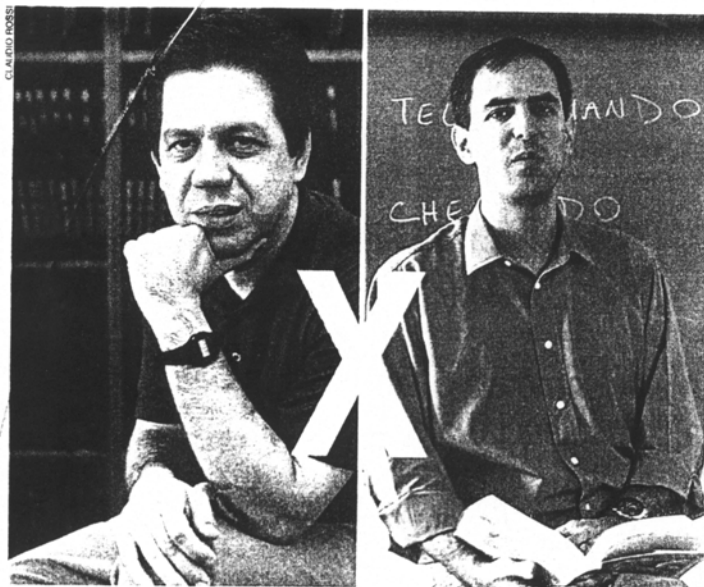
Mania de gerúndio

Muita gente usa dois ou três verbos para falar o que poderia ser dito com apenas um. Isso é certo ou errado? Professores dão sua opinião

por Luísa Alcalde

Vou estar lendo esta reportagem e depois vou estar mandando a revista para você." É quase certo que você já tenha ouvido uma frase como essa. Ou tenha se surpreendido falando ou escrevendo assim. Essa forma de expressão, condenada por gramáticos e tolerada por lingüistas, invadiu a fala do dia-a-dia nos escritórios, nas centrais de atendimento de empresas de telemarketing e nas rodinhas de amigos. Ninguém sabe bem ao certo de onde vem a mania de falar no gerúndio, a forma verbal usada para dar a idéia de algo em processo de execução, caracterizada quando o verbo termina em "ndo", como lendo, falando, mandando. O fato é que vem incomodando ouvidos mais sensíveis.

Há 15 dias, circula na internet um bem-humorado manifesto antigerundista, de autoria do publicitário Ricardo Freire, colaborador do *Jornal da Tarde*, de São Paulo. Para ele, a única solução para se livrar dessa "praga" é promover uma campanha de desmoralização, pelas quais já passaram expressões antecessoras do gerundismo, como "a nível de". Mais do que protestos, o gerúndio tem susci-



O gramático Pasquale é contra o gerúndio, mas o lingüista Dallari não vê isso como pecado

tado polêmicas. Para o professor de português Pasquale Cipro Neto, apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela TV Cultura de São Paulo e pela rede de televisões educativas, essa nova mania de usar o verbo "estar" seguido de outro verbo no gerúndio é no mínimo esquisita.

A dupla de verbos que é um trio

De acordo com Pasquale, essa dupla de verbos na verdade é um trio, porque sempre vem acompanhada de outro verbo. Por exemplo: "O economista vai estar realizando uma série de palestras." Nesse caso, por que não usar apenas a forma verbal "realizará"? pergunta o professor.

Já Bruno Dallari, professor de lingüística do curso de pós-graduação da PUC-SP, não considera o gerundismo uma praga. Ele segue a linha

dos lingüistas que acham que, se a mensagem comunica, é válida. Os gramáticos, como Pasquale, não são tão liberais. Considerados puristas, recusam os modismos que desviam a forma culta da língua. Porém, para Dallari, "é um erro considerar o uso do verbo auxiliar uma deturpação da língua. É apenas uma incorporação de novas formas ao idioma." Ele acredita, até mesmo, que o gerúndio seguido de um verbo auxiliar é uma forma verbal com grandes possibilidades de ser incorporada à gramática daqui a alguns anos, como aconteceu com o legal, o bacana e outros termos hoje usados no dia-a-dia. Resta ficarmos esperando para ver quem acabará estando com a razão. ▀

Leia o manifesto antigerundista no site www.jt.estadao.com.br/editorias/2001/02/16/var958.html

(Fonte: *Tudo* (01/04/01))

Mania de Gerúndio

Muita gente usa dois ou três verbos para falar o que poderia ser dito com apenas um. Isso é certo ou errado? Professores dão sua opinião.

“Vou estar lendo esta reportagem e depois vou estar mandando a revista para você”. É quase certo que você já tenha ouvido uma frase como essa. Ou tenha se surpreendido falando ou escrevendo assim. Essa forma de expressão, condenada por gramáticos e tolerada por lingüistas, invadiu a fala do dia-a-dia nos escritórios, nas centrais de atendimento de empresas de telemarketing e nas rodinhas de amigos. **Ninguém sabe bem ao certo de onde vem a mania de falar no gerúndio, a forma verbal usada para dar a idéia de algo em processo de execução, caracterizada quando o verbo termina em “ndo”, como lendo, falando, mandando. O fato é que vem incomodando ouvidos mais sensíveis.** Há 15 dias, circula na internet um bem humorado manifesto antigerundista, de autoria do publicitário Ricardo Freire, colaborador do *Jornal da Tarde*, de São Paulo. Para ele, a única solução para se livrar desta “praga” é promover uma campanha de desmoralização, pelas quais já passaram expressões antecessoras do gerundismo, como “a nível de”. Mais do que protestos, o gerúndio tem suscitado polêmicas. **Para o professor de português Pasquale Cipro Neto, apresentador do programa *Nossa Língua Portuguesa*, transmitido pela TV Cultura de São Paulo e pela rede de televisões educativas, essa nova mania de usar o verbo “estar” seguido de outro verbo no gerúndio é no mínimo esquisita.**

A dupla de verbos que é um trio – De acordo com Pasquale, essa dupla de verbos é na verdade é um trio, porque sempre vem acompanhada de outro verbo. Por exemplo: “O economista vai estar realizando uma série de palestras”. Nesse caso, por que não usar a forma verbal “realizará”?, pergunta o professor.

Já Bruno Dallari, professor de lingüística do curso de pós-graduação da PUC-SP, não considera o gerúndio uma praga. Ele segue a linha dos lingüistas que acham que, se a mensagem comunica, é válida. Os gramáticos, como Pasquale, não são tão liberais. Considerados puristas, recusam os modismos que desviam a forma culta da língua. Porém, para Dallari, “é um erro considerar o uso do verbo auxiliar uma deturpação da língua. É apenas uma incorporação de novas formas ao idioma”. Ele acredita, até mesmo, que o gerúndio seguido de um verbo auxiliar é uma forma verbal com grandes possibilidades de ser incorporada à gramática daqui a alguns anos, como aconteceu com o legal, o bacana e outros termos hoje usados no dia-a-dia. Resta ficarmos esperando para ver quem acabará estando com a razão. (ALCALDE, 2001 – negrito adicionado)

Na matéria, está evidente o ponto de vista do locutor: o título já produz um ponto de vista negativo sobre o uso do gerúndio, denominando-o “mania”, denominação que será retomada na fala do locutor e no enunciado atribuído a Pasquale (o qual aparece no discurso indireto) – ver enunciados em negrito no discurso transcrito acima.

Ademais, parte do subtítulo (“Muita gente usa dois ou três verbos para falar o que poderia ser dito com apenas um”) e o título de seção (“A dupla de verbos que é um trio”) são paráfrases do argumento usado por Pasquale, perceptível na passagem destacada a seguir:

De acordo com Pasquale, essa dupla de verbos na verdade é um trio, porque sempre vem acompanhada de outro verbo. Por exemplo: “O economista vai estar realizando uma série de palestras”. Nesse caso, por que não usar apenas a forma verbal “realizará”?”, pergunta o professor.

O locutor, além disso, inicia e termina sua matéria com o uso do gerúndio, uso que considera jocoso, bem à maneira do “bem-humorado manifesto anti-gerundista, de autoria do publicitário Ricardo Freire” – este, um discurso extremamente purista que foi publicado na internet e que condena o chamado “gerundismo”. Vale a pena destacar que, no fechamento da matéria, o uso que o locutor faz do gerúndio não coincide com aquilo de que as autoridades citadas falam: verbo auxiliar + infinitivo + gerúndio (vou estar fazendo). É este o enunciado que fecha a matéria: “Resta ficarmos esperando para ver quem *acabará estando* com a razão” (itálico adicionado). Acrescente-se a isso o fato de haver uma nota no pé da página que sugere a leitura do manifesto antigerundista, indicando o *site* em que se encontra disponível. Destaque-se ainda que, antes de introduzir a polêmica entre o lingüista, que acha que “se a mensagem comunica, é válida”, e o gramático “não tão liberal”, há o ponto de vista negativo do locutor a respeito do uso do gerúndio: “O fato é que [a mania do gerúndio] vem incomodando ouvidos mais sensíveis”.

Esses indícios puristas ajudam a significar a matéria no *suporte-revista*, em que manchete, subtítulo, título de seção, abertura e fechamento de matéria, figuras, boxes, fotos, legendas etc. são elementos constituintes do sentido em sua materialidade e podem direcionar a interpretação do leitor. A aparente imparcialidade sugerida por parte do subtítulo (“Isso é certo ou errado? Professores dão sua opinião”) e pelas fotos, e a orientação argumentativa do enunciado da legenda (“O gramático Pasquale é contra o gerúndio, mas o lingüista Dallari não vê isso como pecado”), privilegiando o discurso do lingüista na construção *p mas q*, são minimizadas frente às pistas que indicam a crítica ao “gerundismo”.

Vejamos um último caso, (Discurso 14) em que a revista *Veja* (25/07/01) noticia o lançamento no mercado editorial da *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* (esta estaria, segundo a matéria, “dando um carimbo acadêmico ao verdadeiro português utilizado pelos brasileiros”).

Gramática

Todo mundo fala assim

Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito

Leonardo Coutinho

Deu dez horas ou deram dez horas? Hoje é quinze ou hoje são quinze? Assisti o filme ou assisti ao filme?*

A vida é cheia dessas dúvidas, principalmente quando se quer caprichar. Quem se angustia diante dessas questões vai ter uma surpresa e um alívio: vem aí um habeas-corpus para uma infinidade de pecados gramaticais, principalmente na língua falada. Será lançada no segundo semestre a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, dando um carimbo acadêmico ao verdadeiro português utilizado pelos brasileiros. Preparado por especialistas de doze universidades, o trabalho não revoga as normas da boa sintaxe. Apenas identifica a lógica gramatical praticada no dia-a-dia por pessoas instruídas até o curso superior. Numa comparação simples, as gramáticas tradicionais baseiam suas regras nos textos dos melhores autores do idioma, enquanto esse novo trabalho desvenda o português que as pessoas de fato andam falando por aí. Pela tradicional lei da gramática, trata-se de um compêndio que analisa a estrutura da fala coloquial. Dito à maneira do estudo: é um livro que mostra o jeito como a gente conversa.

"O objetivo era descobrir como se fala corretamente no Brasil", diz o coordenador do projeto, Ataliba de Castilho, presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Isso deu um trabalhão. Em quase trinta anos de pesquisa, 32 estudiosos dissecaram mais de 1 500 horas de gravações feitas em cinco capitais brasileiras. Foram entrevistadas 2 356 pessoas com formação superior, cujos pais também nasceram nas capitais escolhidas para

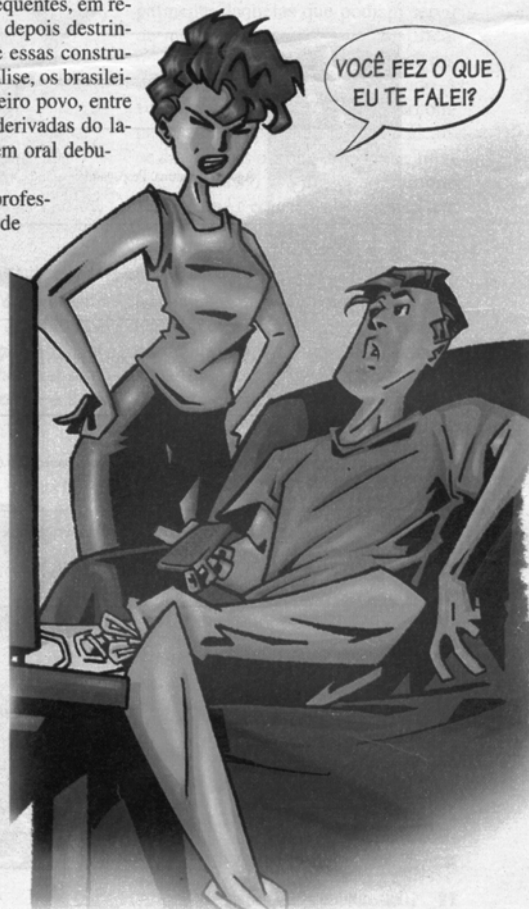
pesquisa: Salvador, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A escolha não se deu porque se supunha que nessas cidades se fale mais corretamente, mas, sim, porque elas foram consideradas as que têm as características claramente identificáveis. "Dá para dizer: é assim que se fala em tal lugar", exemplifica Ataliba de Castilho. As gravações serviram para encontrar os desvios mais frequentes, em relação à norma culta, e depois destrinchar a lógica que rege essas construções. Graças a essa análise, os brasileiros se tornarão o primeiro povo, entre os que falam línguas derivadas do latim, a ter sua linguagem oral debulhada e sistematizada.

No ano passado, a professora Maria Helena de Moura Neves, da Universidade Estadual Paulista, lançou sua *Gramática de Usos do Português* (Editora Unesp, 1 037 páginas, R\$ 70,00), que analisa as estruturas mais correntes usadas nos jornais, na dramaturgia e na

Este é um caso de samba do pronome doido. A frase mistura a terceira pessoa do singular com a segunda



Quase todos ignoram, mas a norma culta manda chegar a algum lugar



* De acordo com a gramática tradicional, o certo em cada caso é: "assisti ao filme" (o verbo assistir, no sentido de presenciar, pede a preposição a); "deram dez horas" e "hoje são quinze" (na ausência de sujeito, o verbo deve concordar com a palavra seguinte).



Na gramática tradicional, só se aceita *aonde* quando na expressão existe a idéia de destino, direção



Só se usa *onde* quando se quer dar a idéia de lugar. Neste caso, o certo é *aonde*



O futuro do presente é quase ignorado na linguagem oral. Pela norma culta, o certo é *farei*



O verbo *reter* deve ser conjugado como o verbo *ter*. Logo, o correto é *retiver*

literatura moderna. Ela integra o grupo que preparou o novo projeto e diz que a virtude dessas iniciativas é admitir que a língua vive em transformação, ao contrário do que se vê na maioria das gramáticas tradicionais. "Ninguém tem autoridade para dizer o que é certo ou não em um idioma", afirma Maria Helena. Isso cutuca o vespertino dos beletristas.

O professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e considerado um

dos maiores gramáticos brasileiros em atividade, dá sua apreciação sobre o resultado do projeto Norma Urbana Culta: "Desde a Antiguidade, a gramática foi sempre o registro dos fatos da língua observado no uso das pessoas, principalmente daquelas que podiam servir de modelo. O trabalho vem ratificar uma realidade já antes intuída e até trabalhada pelos estudiosos do passado. A verdadeira e saudável educação da competência lingüística é colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações para o uso do idioma. Repito sempre que a educação lingüística tem de fazer de cada pessoa um poliglota em sua própria língua". Numa tradução livre, o professor Bechara diz que não há nenhuma novidade no trabalho sobre a língua oral e que o melhor ensino do português continua sendo o tradicional. A partir do ano que vem, no entanto, as escolas poderão decidir se seguem ou não esse conselho. A primeira edição da nova gramática é apenas

para professores e estudiosos, mas dentro de alguns meses sai um subproduto, voltado para estudantes, bem nos moldes dos guias práticos utilizados atualmente para o ensino do português. Só é preciso avisar aos mais afoitos que o insuportável uso que se vem fazendo do gerúndio (amanhã *estarei fazendo* ou ele vai *estar falando*, por exemplo) continua a ser um crime inafiançável contra o idioma. ■

veja 25 de julho, 2001 71

Fonte: *Veja*, 25/07/01

Autoridades citadas no Discurso 14:

- “o coordenador do projeto [NURC], Ataliba de Castilho, presidente da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina”;
- “a professora Maria Helena de Moura Neves, da Universidade Estadual Paulista”;
- “o professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e considerado um dos gramáticos brasileiros em atividade”.

O título da matéria, assinada por Leonardo Coutinho, é “Todo mundo fala assim”. Pode-se dizer que aí fala a voz do lingüista Castilho, ressignificado a partir das suas citações feitas pelo locutor na forma do discurso direto: “O objetivo era descobrir como se fala corretamente no Brasil”, “Dá para dizer: é assim que se fala em tal lugar”. Pode-se dizer que essa ressignificação é um simulacro do discurso do lingüista, para quem, em se tratando do Projeto NURC, “é assim que se fala em tal lugar” significa provavelmente “é uma norma culta falada em tal lugar”, o que não equivale a “*Todo mundo fala assim*” – em que se pensa a “norma” como um bloco homogêneo.

Já o subtítulo é um discurso purista, que ressignifica também em forma de simulacro o “falar corretamente” (“O objetivo era descobrir como se fala corretamente no Brasil”) do discurso do lingüista, tomando esse falar, numa relação polêmica com ele, como “desvios da linguagem oral”: “Vem aí uma gramática anistiando os principais desvios da linguagem oral. Mas atenção: o português continua a merecer respeito”. A segunda sentença, introduzida pelo operador MAS, traz o argumento mais forte do locutor, opondo-o à conclusão subjacente da primeira sentença. Assim, “anistiar os principais desvios da linguagem oral” é “deixar de respeitar o português”.

No lugar social de onde fala o jornalista, influenciado pela tradição gramatical, considerar a hipótese de haver várias normas cultas, ou ainda que as normas cultas apresentem características que não são abonadas pelas gramáticas normativas, ou até que essas características, mesmo não sendo abonadas por essas gramáticas, não sejam consideradas erros ou “desvios”, parece impossível. A semântica do discurso da tradição gramatical pauta-se nos valores do certo/errado, no uso lingüístico abonado por escritores, o

que leva o jornalista a dar essa contrapalavra ao discurso do lingüista, cujos enunciados parecem significar a partir do uso abonado ou não pelo falante, da ocorrência ou não de fatos lingüísticos na fala.

Também o discurso direto com a opinião de Bechara é ressignificado pelo jornalista:

O professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras e considerado um dos gramáticos brasileiros em atividade, dá sua apreciação sobre o resultado do projeto Norma Urbana Culta: “Desde a Antigüidade, a gramática foi sempre o registro dos fatos da língua observado no uso das pessoas, principalmente daquelas que podiam servir de modelo. O trabalho [do projeto NURC] vem ratificar uma realidade já antes intuída e até trabalhada pelos estudiosos do passado. A verdadeira e saudável educação da competência lingüística é colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações para o uso do idioma. Repito sempre que a educação lingüística tem de fazer de cada pessoa um poliglota em sua própria língua”. **Numa tradução livre, o professor Bechara diz que não há nenhuma novidade no trabalho sobre a língua oral e que o melhor ensino do português continua sendo o tradicional.**(negrito adicionado)

O discurso direto atribuído a Bechara afirma terem sido as gramáticas “sempre o registro dos fatos da língua observado no uso das pessoas, principalmente daquelas que podiam servir de modelo”; mas há novidades não reconhecidas pelo gramático no trabalho realizado pelo projeto NURC, que enfoca a fala e o falante com nível universitário, não a escrita de escritores reconhecidos (que são o modelo dos gramáticos). O jornalista, numa “tradução livre” do discurso do gramático, toma “o registro dos fatos da língua observado no uso das pessoas” (que para Bechara aproximaria gramáticos e lingüistas) como “trabalho sobre a língua oral”.

Bechara, quando fala do ensino de língua, tem seu discurso ressignificado em forma de simulacro: usa o discurso dos lingüistas sobre variação lingüística (“A verdadeira e saudável educação da competência lingüística é colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações para o uso do idioma. Repito sempre que a educação lingüística tem de fazer de cada pessoa um poliglota em sua própria língua”), porém o locutor compreende em sua fala um “discurso tradicional” sobre ensino de português. Talvez esse simulacro ocorra devido a uma conjunção de fatores: devido ao lugar que esse jornalista ocupa, ao lugar que atribui a Bechara (gramático) e ao fato de que, no senso comum de

ensino de língua materna, “colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações para o uso do idioma” costuma significar “colocar ao alcance das pessoas o maior número de informações sobre língua padrão”. O único uso lingüístico ensinado na escola, segundo o senso comum brasileiro, é o uso da língua padrão. Além disso, temos no fragmento uma relação discursiva polêmica, que, segundo Maingueneau (1984/2005), é o contexto discursivo privilegiado em que os simulacros ocorrem: apesar do fato de que ambos os discursos – o de Bechara e o do jornalista – venham de um lugar social que tem produzido no país discursos puristas, o gramático e filólogo se desloca para o lugar dos lingüistas em seu discurso, o que possibilita que, neste espaço discursivo, se configure uma polêmica.

A semântica diferente desses discursos pode ser sistematizada no seguinte quadro:

Jornalista/tradição gramatical	Lingüista
A norma culta é homogênea	A norma culta varia
Discurso do certo e do errado	Discurso do que ocorre ou não na fala do falante
Discurso do uso abonado ou não pelo escritor	Discurso do uso abonado ou não pelo falante
Ensino de norma culta (como um bloco sem variação)	Ensino de norma culta (que varia) e de variação lingüística

Quadro 1 – Discursos que distinguem o jornalista e a tradição gramatical do lingüista

Nessas ressignificações dos discursos citados, o locutor impõe um discurso purista, reforçado pelo fechamento da matéria – “Só é preciso avisar aos mais afoitos que o insuportável uso que se vem fazendo do gerúndio (amanhã *estarei fazendo* ou ele vai *estar falando*, por exemplo) continua a ser um crime inafiançável contra o idioma” – e pelas imagens com balões e legendas, as quais aparecem ao lado do texto. Nelas, dá-se enfoque, apesar de “todos falarem assim”, ao uso lingüístico prescrito pelas gramáticas tradicionais.

Dessa forma, mesmo que o lingüista seja citado como uma das autoridades sobre língua na mídia do fim do século XX e início do XXI, pode-se dizer que sua voz tem sido ressignificada e abafada por outra, esta sobressalente, a dos puristas. Trata-se, no caso, da voz que vem do lugar do gramático, a do lugar do jornalista, a do lugar do profissional de

sucesso – na verdade, todos esses lugares se sobrepõem. Todos eles lutam por um lugar para poder dizer a língua, mas nesta luta, o lingüista, apesar de autoridade constituída pelo *sistema de apropriação dos discursos*, não tem seu discurso reconhecido como válido; *mesmo que as matérias o citem, seu discurso é ressignificado, e de seu lugar de dizer a língua, emana uma voz abafada, colocada em segundo plano e até transformada em simulacro, fazendo-o dizer o oposto do que diria de seu lugar de lingüista.*

No próximo capítulo, a partir de uma abordagem histórica, refletirei sobre a constituição do lugar de dizer a língua do escritor, do gramático e do lingüista no Brasil. Farei, a seguir, um estudo mais detalhado dessa *luta pelo direito de dizer a língua* no país.

3.

O DIREITO DE DIZER A LÍNGUA

3.1 O lugar de dizer a língua do escritor

3.1.1 Língua e nação

Língua e nação são conceitos que se entrelaçam. A constituição de uma *língua nacional* – como “realidade” homogênea e portadora de elementos de identidade – está necessariamente ligada à constituição de uma nação.

Seguindo Chauí (2000), tomo *nação* não como realidade preestabelecida, mas como um construto produzido historicamente. Gnerre (1985) mostra como o esforço de constituição de um sistema de escrita para as variedades valorizadas sócio-cultural e politicamente no final da Idade Média, na Europa, faz parte de uma tentativa de constituição de *nações* a partir da legitimação daquilo que viriam posteriormente a ser *línguas nacionais*. No caso, na associação das línguas à escrita, houve a preocupação de aproximação ao latim - isto é, houve um processo lento de elaboração lexical e sintática dessas variedades. Cita o caso de Portugal e Espanha, que precisavam da afirmação lingüística para afirmarem-se interna e externamente (em suas colônias) como nações “poderosas”. O processo de gramatização da língua também foi relevante para essa legitimação que se propunha, como aponta Gnerre (1985). Assim, ao lado da escrita e dos dicionários, as gramáticas também desempenharam importante papel político a serviço da colonização de povos nos idos da expansão ultramarina.

(...) a língua é [para João de Barros, gramático português na época da expansão colonial] um instrumento para a difusão da “doutrina” e dos “costumes”, mas não é somente instrumento de difusão, pois “as armas e padrões portugueses (...) materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e a linguagem que os Portugueses nestas terras deixaram”. (Gnerre, 1985, citando João de Barros)

Auroux (1992) apresenta dados que mostram que, na Idade Média, praticamente não houve gramatização dos vernáculos. Já no Renascimento, na Europa, há uma gramatização massiva das línguas européias:

Não há (...) nada de comparável, quantitativa ou qualitativamente, ao processo [de gramatização] que se dá no final do século XV a partir das línguas que vão daí para frente dominar a história da Europa (italiano, espanhol, francês, português, alemão, inglês), mas também do húngaro (1539), do polonês (1568) e do velho-eslavônio (1596) (...). (AUROUX, 1992, p. 37).

Uma importante causa da gramatização das línguas vernáculas, de acordo com o autor, foi a política de expansão lingüística de uso interno ou externo que se desenvolverá com a constituição das nações européias no século XVI.

O aparecimento, em 1494, da primeira gramática castelhana, a de Nebrija, é simultâneo aos acontecimentos decisivos para a história da nação espanhola: o casamento dos reis católicos, a Queda de Granada, e a viagem de Colombo, isto é, a unificação, o fim da *reconquista* e o início da construção do império colonial. O próprio Nebrija, dava três finalidades à sua gramática: fixar a língua (senão encontrar-se-ão, ao fim de cinquenta anos, tantas diferenças quanto entre duas línguas) a fim de que duressem os relatos de exploração da monarquia, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças, permitir aos estrangeiros aprender o castelhano (trata-se igualmente de dar leis aos povos conquistados). (AUROUX, 1992, p. 48-49)

O autor coloca em pauta o papel político das gramáticas e dicionários, concebendo sua produção como um processo de *gramatização* que possibilita a dominação de povos nas colônias, a partir do Renascimento, *por fornecer um modelo de descrição de suas línguas, modelo europeu advindo da tradição greco-romana, transferido às línguas européias e posteriormente às das populações colonizadas*. Essa *instrumentação* lingüística, conceito proposto pelo autor, “mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as novas outras culturas do planeta” (Auroux, 1992, p. 8-9), mas também exerceu papel importante na construção de uma unidade para as línguas, ou seja: construção da imagem de um todo homogêneo, que o é independentemente do espaço, do tempo e dos falantes. O autor mostra, inclusive, que há uma grande semelhança entre as gramáticas e, em seu conteúdo, uma espantosa estabilidade no tempo, o que é conseqüência da transferência de paradigmas de descrição.

A idéia de “nação” teve desenvolvimento no final do século XVIII. Com a Revolução Francesa e seu ideário de liberdade, a soberania, antes associada ao monarca e seu poder divino, migra para o Estado e seus cidadãos: a garantia de liberdade encontrava-se no Estado soberano. O povo passa de súdito a cidadão e o Estado deixa de ser domínio da família real e passa a pertencer ao povo. Nessa conjuntura faz-se necessário “inventar” a nação – diga-se: construir a “consciência nacional” de pertencimento a uma comunidade que se une não pelo poder divino do monarca, mas porque “decidiu” fazê-lo.

Assim, segundo Hobsbawm (*apud* CHAUÍ, 2000) a invenção histórica do Estado-nação data do início do século XIX. O historiador mostra que a idéia de nação surge como uma solução do problema de “(...) dar à divisão econômica, social e política a forma da unidade indivisa” (CHAUÍ, 2000, p. 17). Chauí aponta que Hobsbawm destaca o papel das línguas nacionais na construção e reforço de identidade dos sujeitos que constituíam o Estado-nação em meados do século XIX, momento em que o conceito de nação se entende como “(...) um processo de expansão, isto é, de conquista de novos territórios, falando-se, então, em ‘unificação nacional’” (CHAUÍ, 2000).

Em exposição da produção histórica das nações, Berenblum (2002) cita o caso da nação francesa como representativo da expansão e codificação de uma língua ligada ao processo de unificação política, caso que servirá de modelo para outras nações européias. Entre os séculos XIV e XVI vai-se legitimando a variedade lingüística falada em Paris, associada à escrita, em contexto em que se falavam cinco línguas regionais diferentes. A Academia de Língua, apoiada pelo Estado, tinha a função principal de velar pela pureza da língua, a qual possibilitaria a unidade lingüística no território. Com a Revolução Francesa, dá-se uma política de unificação lingüística em que o francês é considerado a língua do progresso e da razão, a “língua revolucionária”, que “expressaria melhor” que os outros vernáculos o ideário da Revolução. Face à necessidade de difundir essa “língua revolucionária” – de cujo uso a maioria da população estava excluída, por se tratar de língua vinculada aos grupos emergentes -, implantou-se um sistema educacional, em que a educação tornou-se obrigatória. Surgem então as gramáticas e dicionários escolares, baseados na língua escrita.

Vejamos o caso do Brasil. Sabe-se que a política lingüística, ao longo da história da nação-Brasil, foi marcada por um processo de desapropriação de identidades sociais e glotocídios. Lembremos que a política de Pombal, no Brasil de meados do século XVIII, instituiu como obrigatório o uso da língua portuguesa, pouco falada por aqui, já que se falava predominantemente até essa data, no litoral brasileiro, o nheengatu, do tronco tupi, também conhecido como língua geral. Os jesuítas o usavam como língua missionária; os índios e negros o utilizavam; os colonizadores portugueses também, para contato com os nativos e como “linguagem familiar”. Documentos atestam sua permanência em várias regiões da colônia, inclusive em São Paulo:

(...) é indiscutível que [Padre Vieira] estava bem informado, em 1694, quando reconhecia: “... as famílias dos portugueses, e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a Portuguesa a vão os meninos aprender à escola...” (SILVA NETO, 1963, p. 55)

O zelo da coroa portuguesa com a difusão da língua portuguesa foi freqüente. Silva Neto (1963) cita medidas tomadas pela metrópole: ordens régias em 1717, 1722 e 1727 determinavam que os missionários ensinassem português aos índios; em 1751 “ordenava-se ao Pe. Antônio Machado que estabelecesse uma ou duas escolas e fizesse com que os rapazes de onze anos para baixo fossem a elas” (p. 65); em 1753, recomendou-se ao administrador dos índios da aldeia de Santana de Macapá que lhes ensinasse português e que não permitisse que eles se dirigissem uns aos outros senão na língua da metrópole. Até que, em 1757, com a expulsão dos jesuítas, proibiu-se o uso da língua geral e tornou-se obrigatório o emprego da língua portuguesa.

À época, o português era a língua em que a sociedade letrada se exprimia em determinados contextos institucionais: era a língua da administração – “(...) só em português era possível entender-se oficialmente com os agentes do Estado” (SILVA NETO, 1963, p. 67) –, era a língua exigida para o exercício de cargos públicos, a língua em que eram redigidos os documentos jurídicos, a língua de comunicação com a metrópole nas cartas. Com a vinda da família real para o Brasil no início do século XIX, produziu-se uma

“luzitanização” do Rio de Janeiro, vieram cerca de quinze mil pessoas para cá, trazendo os hábitos da vida lisboeta e reforçando o uso do português no país (SILVA NETO, 1963).

Com os escritores românticos, como veremos a seguir, reforça-se a relação entre língua e nação brasileira, na busca de uma *língua nacional*. Mas o movimento de “nacionalização da língua” como símbolo de identidade nacional também encontra espaço em outros âmbitos da sociedade letrada. Dias (*apud* BERENBLUM, 2002) aduz outros fatos históricos: em 1826, um Deputado apresenta uma emenda para que os diplomas dos médicos fossem redigidos em *linguagem brasileira*; um ano depois é aprovada a lei 15/10/1827, que obriga os professores a alfabetizarem em *língua nacional* – será a partir dessa lei que o termo língua nacional será utilizado em documentos oficiais e nos textos constitucionais até meados do século XX.

Outro fato também representativo do uso da língua para a unificação nacional encontra-se na ditadura de Vargas, em que a política lingüística adotada visava à unificação da nação brasileira, para o que era necessária uma língua nacional, só uma. Houve, na ocasião, perseguição política aos que utilizassem uma língua estrangeira – principalmente aos imigrantes (OLIVEIRA, 2000). Além disso, assinala Vlach (2000) que o Estado Novo utiliza a escola pública como instrumento para produzir uma “ideologia nacional”, necessária para a construção da Nação-Brasil; desta feita, adota uma política de expansão do ensino público, dando ênfase nas seguintes disciplinas: a geografia, a história e a *língua portuguesa*. Ensinar *língua nacional* fazia parte de um projeto político de constituição de uma *identidade nacional*.

Chauí (2000), adepta da tradição filosófica marxista, que atribui às ideologias da classe dominante um papel importante na manutenção das relações sócio-econômicas, discute o que considera os “mitos” que fundaram a *nação-Brasil* – esses mitos, é preciso destacar, foram produzidos pela sociedade letrada. Um “mito” relevante para este estudo é o da *nação una e indivisa*, sem conflitos, contradições ou diferenças etno-sociais, sendo estas “dissimuladas” sob a forma de *desigualdades*, o que lhes ameniza o caráter de espoliação e violência.

Essa produção de unidade nacional Alfredo Bosi (1981) vê na nossa vasta *cultura de conciliação*, muito clara no imaginário do país da “mestiçagem bem-sucedida” que

ainda persegue a construção de nosso *nacional*. Isso se percebe, por exemplo, no Alencar de *Guarani*, no qual o que temos não é

(...) a história de um conflito insuperável entre o índio Peri e o colonizador d. Antônio de Mariz, mas a sujeição (voluntária, não é estranho?) do primeiro ao segundo. E, no fim, a perspectiva da união conjugal das raças figura-se no par Ceci e Peri. A nobreza do herói guarani não é tratada em oposição à sobrançeria do fidalgo lusitano: ambas se correspondem e se casam no correr da narrativa. (BOSI, 1981, s/p)

Segundo o autor, Alencar faz “apologia de uma nação amorosamente mestiça”, em que o índio entra em comunhão com o colonizador e se sacrifica a ele. Lembra o crítico (BOSI, 1992, p. 178) que, tanto no *Guarani* quanto em *Iracema*, há a conversão ao cristianismo e a mudança de nome dos protagonistas americanos: Peri, no primeiro caso, é batizado por d. Antônio, cujo nome “herda”; o índio Poti, de *Iracema*, é batizado como Antônio Felipe de Camarão. Nos romances citados, o processo de renomeação e a atribuição de nova identidade religiosa e pessoal são realizados pelo senhor colonial. A personagem Iracema também se submete aos “encantos” do português Martim Soares Moreno, colonizador do Ceará, por quem rompe com sua nação tabajara. Dessa maneira, Bosi vê, na mitologia romântica do autor – também em seus romances urbanos – um *complexo sacrificial*, uma sublimação, em que a “nobreza dos fracos só se conquista pelo sacrifício de suas vidas” (BOSI, 1992, p. 179). É importante destacar o processo de *renomeação*, que me parece mostrar que *a unidade se realiza em português*.

O primeiro quartel do século XIX, no Brasil e em todo o resto da América Latina, configurou-se como um momento de ruptura entre nação/colônia, o que exigia a articulação entre a *rebeldia* por parte do Novo Mundo, por um lado, e, por outro, a resistência por parte do Velho Mundo. A esse processo Bosi (1992, p. 177) chama de *dialética da oposição*. Nesse contexto, o esperado seria o índio ocupar o papel de rebelde, sendo ele o nativo por excelência em oposição, na construção da identidade brasileira, ao invasor europeu. Nessa dialética, paradoxalmente, Alencar funda o romance nacional com *Guarani* e *Iracema*, produzindo o mito de origem centrado na conciliação.

Já na poesia de Gonçalves Dias, que antecede a prosa indianista de Alencar, a oposição colonizado/colonizador se materializa em confrontos sangrentos e trágicos para os americanos, como se dá no nativismo exaltado latino-americano.

Nos *Primeiros Cantos* do maranhense lateja a consciência do destino atroz que aguardava as tribos quando se pôs em marcha a conquista européia. O conflito das civilizações é trabalhado pelo poeta na sua dimensão de tragédia. Poemas fortes como *O canto do piaga* e *Deprecação* são agouros do massacre que dizimaria o selvagem mal descessem os brancos de suas caravelas. (BOSI, 1992, p. 184)

Segundo o crítico, a “fusão totalizante” da conciliação também se verifica posteriormente, na literatura nacional, no Macunaíma preto-branco-índio de Mário de Andrade. É assim que nosso nacional, para Bosi, constitui-se mais como *conciliação* (no caso, entre colonizado e colonizador) que *conflito*. Lembremos que o inimigo, no *Guarani*, são os aimorés, “(...) marcados pelos epítetos de *bárbaros, horrendos, satânicos, carniceiros, sinistros, horríveis, sedentos de vingança, ferozes, diabólicos...* (...)” (BOSI, 1992, p. 178).

Entretanto, em nossa sociedade colonial, a relação colonizado/colonizador se manifesta em forma de *contradição*: Bosi vê nela o que denomina *dialética da colonização*. Não enxerga aí uma *assimilação*, na semântica do Gilberto Freire de *Casa-Grande & Senzala*, em que se louva “(...) o senhor de engenho luso-nordestino que, despido de preconceitos, se misturou, fecunda e *poligamicamente*, com as escravas, dando assim ao mundo exemplo de um convívio racial democrático” (BOSI, 1992, p. 28). Mas encontra, na sociedade colonial, uma dialética de rupturas, diferenças, contrastes; ao mesmo tempo, cultura-reflexo da cultura do colonizador e cultura-criação que reflete o colonizado. Os exemplos presentes na literatura e apontados pelo crítico são muitos:

O primeiro aculturador dê exemplo: Anchieta compõe em latim o seu poema à Virgem Maria quando, refém dos tamoios (...) sente necessidade de purificar-se. O mesmo Anchieta aprende o tupi e faz cantar e rezar nessa língua os anjos e santos do catolicismo medieval nos autos que encena com os curumins. (...)

(...) a advertência sombria que sai das homilias de Antônio Vieira barrocamente cindidas entre a defesa dos bons negócios e a condenação dos abusos escravistas que eram a alma desses negócios. (...) o sentimento que oscila, no *Uruguai* de Basílio da Gama, entre a glorificação das armas coloniais, com Gomes Freire de Andrade à testa, instaurador de novo pacto entre as potências de além-mar, e a poetização dos selvagens rebeldes, afinal os únicos seres dignos de entoar o canto da liberdade. (BOSI, 1992, p. 31/34)

Embora o crítico aponte, na dialética da colonização, a presença de ruptura e de contrastes, em nosso imaginário cultural a construção da unidade e das não-diferenças predomina no discurso político dirigido ao público. Tomemos como exemplo o fragmento do discurso de posse, em 2003, do Ministro de Estado da Cultura.

Discurso 15

Como sustentar que a mensagem que temos a dar ao planeta, como nação que se prometeu o ideal mais alto que uma coletividade pode propor a si mesma: o ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e mesmo com o contraditório? O papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico – é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação de desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano.

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura – unidade básica, abrangente e profunda – também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um habitante da região amazônica, cultivando carimbos e encantados, sintam-se – e, de fato, sejam – igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que veio criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural – mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, **essa cultura é uma cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa.** (GIL. *Discurso de posse como Ministro de Estado da Cultura do Brasil*, em 15/01/2003 – fragmento, negrito adicionado)

No discurso do político, a língua nacional ilumina e abriga a construção da unidade da nação.

3.1.2 A metalinguagem purista dos escritores românticos brasileiros – O purismo nacionalista

A busca do *nacional* pela constituição da *língua nacional* pode ser encontrada na produção literária brasileira. O *lugar do escritor* se funda, desde o século XIX, no país, como o *lugar do defensor e até criador do idioma nacional*. Língua e nação se fundem, nesse lugar, de forma marcante.

Gonçalves de Magalhães, em “Lede”, prefácio a *Suspiros Poéticos e Saudades* (marco introdutório do movimento romântico no país), afirma que “uma nova idéia pede um novo termo”, o que justificaria o uso de neologismos em sua poesia com o fim de exprimir melhor o nosso jeito de ser e pensar. Vê-se aí reforçada a relação entre *ser nacional e língua nacional*. Segundo Pimentel Pinto (1978), é comum, em meados do século XIX no Brasil, a defesa do uso de neologismos na língua literária e na oratória. A autora afirma que essa defesa, ou por nacionalismo, ou por reconhecimento da mudança inelutável, é ponto vital na definição da língua do Brasil. Isso, por seu turno, confirma a forte relação entre *nacionalismo* e definição de *norma lingüística*.

Ser autor de obra *nacional* passava, à época, por uma *elaboração do que é nacional*, e de como os elementos nacionais poderiam ser objeto de estetização. Junqueira Freire, em 1852, por exemplo, valoriza os estrangeirismos: toma-os como constituintes de um projeto para se elaborar a nova literatura na América portuguesa, um benefício de que a nova nação precisava – “Mas por que não poderemos, sem crime de lesa-literatura, abraçar os termos de que carecemos?” (FREIRE, in PIMENTEL PINTO, 1978, p. 24). Essa rebeldia romântica, a proclamar liberdade para a língua no Brasil, alia-se a outro brado, este diretamente relacionado com meu interesse aqui: *o lugar de dizer a língua do escritor*. O autor clama “(...) por liberdade para o escritor, que só se deve deter ante uma barreira – a da eufonia” (PIMENTEL PINTO, 1978, p. XVIII), sendo precursor de uma bandeira posteriormente abraçada por Alencar.

Segundo Pimentel Pinto (1978), é com Gonçalves Dias que se inicia “(...) a *fixação dos padrões literários brasileiros em termos de língua*” (p. XX). Apesar de semi-ortodoxo, pois valoriza os clássicos, “a gramática e o gênio da língua”, assume que “(...) devemos

admitir tudo o que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas” (DIAS, in PIMENTEL PINTO, 1978, p. 38). Vê não só como irremediáveis as influências do tupi no português do Brasil, mas como “eufônicas”, contrapondo-se a argumentos que apontam o problema de as palavras estrangeiras “soarem mal” e, por isso, não deverem ser usadas na escrita. Para o poeta, não adiantaria a atuação do escritor no “depuramento” das possíveis imperfeições dessas palavras estrangeiras ao português, de forma que o papel do escritor é expressar essa nova forma de viver (a do Brasil) com esses termos novos:

Discurso 16

Quanto à escolha de palavras indígenas e à sua introdução no nosso idioma, ter-me-ia lembrado “arredondar” algumas delas – das mais ásperas ou das menos sonoras, se eu não soubesse que isso há de ser elaboração lenta do povo e obra do tempo. Em tais casos, a multidão tem mais gosto que um colégio de modistas (...).

Acontece também que em distâncias tão consideráveis como são as do Brasil, o teor da vida muda e os homens adotam esta ou aquela maneira de viver, formaram uma linguagem própria sua, mais expressiva e variada. (...)

O que o simples bom senso diz é que se não repreenda de leve num povo o que geralmente agrada a todos. (DIAS, Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal, 1857. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 36-37)

Conforme Pimentel Pinto (1978), Alencar, por sua relevância como romancista, foi tomado como símbolo do pensamento romântico sobre língua do Brasil. Buscou incorporar o tupi e formas populares de linguagem à sua produção literária, o que, para o autor, fazia parte da construção de uma literatura nacional. Tinha um plano ambicioso de revisão da língua e da literatura em língua portuguesa. Defendia os neologismos de fundamento estético, alguns estrangeirismos e velhas fontes da língua, tendo por objetivo principal romper com o passado português e com a atitude purista ortodoxa.

Discurso 17

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas: essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classicismo. (...)

Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo. (ALENCAR, *Poscrito a Diva*, 1865. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 56)

Portanto, apesar de suas polêmicas sobre língua terem sido apontadas como uma luta em proveito próprio – já que argumentava a favor do uso que ele mesmo desejava fazer da língua – e não para caracterizar o português realmente falado no Brasil (LEITE, 1999), elas têm um valor importante na metalinguagem romântica e no que chamo de *purismo nacionalista*. O outro de que se desejava distanciar, à época, é o português, então se buscava uma nova linguagem para expressar as idéias e as coisas da nova nação: esta incorpora galicismos e palavras provenientes do tupi, cria novos termos, tendo por objetivo constituir uma literatura própria, com estilo próprio para a nação em emergência. Nesse processo, Alencar busca valorizar um estilo diferente do dos clássicos portugueses. Isso pode ser visto quando responde a uma crítica do Dr. Henriques Leal, que o acusara de apresentar um estilo frouxo e desleixado – sem elos produzidos por conjunções – especialmente em *Guarani*: “(...) aqueles que censuram minha maneira de escrever, saberão que não provém ela, mercê de Deus, da ignorância dos clássicos, mas de uma convicção profunda a respeito da decadência daquela escola”³².

Nesse movimento de negação da linguagem literária clássica portuguesa, o escritor assume uma atitude purista nacionalista ao não querer ver a língua literária nacional maculada por aquilo que renega. Coloca-a como superior ao “português ortodoxo”, por supostamente expressar o modo de vida que se levava por aqui e os seus habitantes. Ainda: vê uma relação indissolúvel entre língua e nação, como se aquela traduzisse esta, como se, sem aquela, não houvesse esta.

Discursos 18

(...) a esposa que lhes [aos portugueses que por aqui ficam] balbucia as ternas confidências do amor feliz, e depois os lindos filhinhos que enchem a casa de rumor e alegria, lhes ensinam todos os dias em suas carícias essa linguagem, que, se não é clássica, tersa e castiça, é a linguagem do coração, da felicidade, da terra irmã e hospedeira. (ALENCAR, *Bênção Paterna*, 1872. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 95)

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que as instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada. (ALENCAR, *Poscrito a Diva*, 1865. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 55)

³² ALENCAR, *Pós-Escrito* à 2. ed. de *Iracema*, 1870. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 84.

Cumpra não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas que aportam a suas plagas trazidas pela emigração. (...) Os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônica até a africana, que fazem neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e da língua. (...)

Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das idéias, a língua.

Todos os povos de gênio musical possuem uma língua sonora e abundante. O Brasil está nessas condições; a influência nacional já se fez sentir na pronúncia muito mais suave do nosso dialeto. (ALENCAR, *Pós-Escrito* à 2. ed. de *Iracema*, 1870. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 74)

Observa-se que já se encontrava, nos 1800, uma polêmica sobre *ser nacional* e o que esse processo tinha a ver com a *língua nacional*, polêmica que foi *ressignificada* de forma específica na passagem do século XX para o XXI, como veremos. A discussão sobre a forma como os modernistas da primeira geração buscavam o nacional, bebendo na taça das vanguardas européias, é outro caso significativo da complexidade do que vem a ser tido como *nacional* em diversos períodos da constituição da *nação-Brasil*.

Desejo destacar o papel que o escritor se atribui nesse processo de constituição do nacional via produção literária. Como já foi destacado, Junqueira Freire já clamava pelo direito de dizer a língua, um direito que achava que deveria vir acompanhado de liberdade criadora. Em Gonçalves Dias, a problemática da intermediação entre língua popular e escritor na produção literária fica mais explícita, problemática que será largamente abordada por Alencar. Este autor vê no escritor um papel central na “transposição” da linguagem popular para a obra literária – é ele quem “depura-a de sua vulgaridade”³³; são os bons escritores que “talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor”, são eles que “vão corrigindo e limando [a gramática rude e incoerente saída da infância do povo]”³⁴. Por seu turno, é o povo que tem a soberania para modificar a gramática da língua que ele usa, o germe da mudança está no “espírito popular, no falar do povo”³⁵. E ao público leitor cabe a sanção ou o aplauso das ousadias de linguagem perpetradas pelos escritores³⁶. Essa missão do

³³ ALENCAR, *Poscrito a Diva*, 1865. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 58.

³⁴ ALENCAR, *Pós-Escrito* à 2. ed. de *Iracema*, 1870. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 74

³⁵ *Ibidem*, p. 75.

³⁶ ALENCAR, *Poscrito a Diva*, 1865. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 59.

escritor e o papel da população no processo de elaboração lingüística se encontram bem caracterizados no seguinte fragmento:

Discurso 19

(...) compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado; tudo isso lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que por ventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino. (ALENCAR, *Bênção Paterna*, 1872. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 94)

O papel do escritor fica bem marcado neste período de construção da nação, pós-independência política, mas também aparece em momentos posteriores. Conforme Pimentel Pinto (1978, p. XXXI), Machado de Assis reconhece ao escritor o papel de depurador das criações populares, mas no sentido de dar-se (como escritor) o direito de rejeitar inovações. Esse “apurar do ouro fino”, esse “escoimar das fezes” de que nos fala Alencar confirmam os estudos de Rama (1984/1985), segundo quem o escritor ajuda a configurar a cidade das letras: a escritura, sob o aval do homem das letras, seleciona as formas da língua que supostamente devem ficar para a posteridade, para a história, para a nação. É através do controle do acesso à escrita e do poder que historicamente se constrói em torno dela que se submete a oralidade à sua ordem, à ordem do certo e do errado, do eufônico ou não, do bem-construído ou não, do que deve entrar para a estrutura ou para o léxico da língua ou não. O escritor, colocado como “depurador das criações populares”, confirma que “pelo prisma do letrado, ao outro sempre se atribui uma falta” (GERALDI, 1996a, p. 140).

O lugar do escritor dizer a língua não somente se constitui nas polêmicas em que sua metalinguagem nacionalista se manifesta, nem somente no papel que a cidade das letras lhe atribui, mas também *se constitui no prestígio que a longa e arraigada tradição gramatical portuguesa vem dando a esse sujeito letrado*. Uma passada de olhos por gramáticas ao longo desses últimos séculos confirmaria o que já é senso comum: o escritor é o modelo de linguagem, ele é a autoridade que avaliza o discurso normativo gramatical.

É certo que os gramáticos selecionam, dentre os usos de determinado escritor, aqueles que melhor cabem na doutrina gramatical. Além disso, é certo que nem todo escritor serve como parâmetro de linguagem para esses instrumentos lingüísticos, de forma que há uma seleção em privilégio daqueles que cabem no modelo exigido nessas gramáticas. Entretanto, pode-se dizer que, na configuração da cidade das letras (RAMA, 1984/1985), gramáticos e escritores, *de forma geral*, dão-se as mãos, um se beneficiando do discurso do outro, um se apoiando na autoridade do outro..

Essa prática de buscar a autoridade lingüística nos escritores também migra para os debates sobre uso da língua. Os textos de Alencar citados neste trabalho, por exemplo, visam convencer a seus críticos que as seleções léxicas ou gramaticais que faz nas suas obras devem ser aceitas. Uma das formas de proceder à argumentação é buscar exemplos nos escritores clássicos (latinos e portugueses). Sobre o uso dos pronomes, respondendo a uma crítica de que ele, como os brasileiros, “afrancesava” o discurso antepondo o pronome ao verbo, sendo que a regra básica portuguesa seria a posposição, escreve o seguinte:

Discurso 20

Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento.

Em latim coloca-se ao gosto do escritor e segundo aquela regra. (...)

Nos clássicos [portugueses] achamos exemplos dessas variedades:

Na *Crônica do Condestável* lê-se *nos arrasta* e logo depois *morriam-nos*, *se obrigam* e *acendeu-se* etc. Em Garcia de Resende *se reunir*, e *achando-se*. Em Vieira *se prezava* e *resolve-se* etc. (...) (ALENCAR, *Pós-Escrito* à 2. ed. de *Iracema*, 1870. In PIMENTEL PINTO, 1978, p. 79)

3.1.3 A metalinguagem purista dos escritores brasileiros na passagem do século XX para o XXI – O purismo nacionalista ressignificado

Vejamos um caso recente de *reforço desse lugar de dizer a língua que é o do escritor*. Para tal, recuperarei um viés da polêmica que o uso dos estrangeirismos – no

caso, de anglicismos – suscitou na sociedade brasileira na passagem do século XX para o século XXI.

Lacoste (2005) reflete sobre a propagação do inglês no plano mundial como a língua da globalização e da União Européia, apontando algumas causas dessa propagação e as reações que ela apresenta entre as populações de diversas comunidades. De acordo com o geógrafo, essa mundialização do inglês norte-americano se dá após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na Europa Ocidental, quando acontece a abertura na Europa de fábricas norte-americanas (que constituíram a segunda indústria mundial), levando aos quadros a necessidade de aprender inglês. Ainda: o desenvolvimento do turismo (hoje, a mais importante atividade mundial) tornou-se motor da difusão mundial do inglês, assim como o das ciências informáticas, que são sobretudo americanas (estas estão na origem do desenvolvimento da internet). A influência dos EUA no aspecto cultural também é abordada pelo autor:

A mundialização do inglês norte-americano se faz também indiretamente por meio de uma série de fenômenos culturais mais ou menos associados uns aos outros: pelo cinema americano (...) e especialmente pela enorme massa de produções musicais que são, dia e noite, difundidas por emissoras de rádio e de televisão do mundo inteiro. A língua do *rock* é o inglês, seja ele cantado por franceses, japoneses ou russos, e pouco importa que o sentido das palavras não seja compreendido. Ele contribui para manter na moda tudo o que é americano. E tudo isso tem consequências geopolíticas e participa das rivalidades de poderes e de influências em nível mundial e no quadro dos países. O paradoxo – que é sobretudo geopolítico – é que o papel e a influência dos Estados Unidos nunca foram tão grandes e nunca o antiamericanismo se expressou tão claramente na opinião pública de todos os países. Se os atentados de 11 de setembro escandalizaram os meios intelectuais, por outro lado, suscitaram uma certa satisfação (“bem feito para eles”) nos meios populares de numerosos países, da Ásia e da América Latina especialmente, e mais ainda no mundo muçulmano. (...) (LACOSTE, 2005, p. 11)

Para o geógrafo francês, a geopolítica é espaço de conflitos e rivalidades. Podemos dizer, seguindo a lógica do autor, que a globalização, vista sob esse prisma, não seria a concretização do imperialismo norte-americano (visto de forma determinista, em discursos que tomam as mudanças advindas da globalização como inevitáveis, necessárias) e nem

propiciaria o fim dos Estados Nacionais. Por um lado, podemos dizer que ela amplia conflitos, como propõe Lacoste (2005). Segundo Stuart Hall (*apud* BERENBLUM, 2002), a globalização veio acompanhada de um fascínio pela diferença, pela “alteridade”, pelo interesse local; por isso, é preciso considerar as novas articulações que se constroem entre o global e o local, as novas identidades nacionais que se produzem nessas articulações (isso significa que as comunidades de países pobres como o Brasil não simplesmente perderiam sua identidade, mas a reconstruiriam nessa articulação). Por outro lado, é fato que a globalização se distribui desigualmente, tanto entre países, quanto entre grupos no interior de cada país.

Em relação à questão lingüística nesse processo de globalização, acredita Berenblum (2002, p. 95) que:

(...) a emergência de uma relação hegemônica entre as línguas nacionais e a “língua das relações internacionais”, não minimiza as relações de poder que se dão dentro e entre as sociedades nacionais. Pelo contrário, contribui para aprofundá-las. À existência, desde a consolidação dos Estados Nacionais, de variedades ou línguas de prestígio que se encontram em conflito com outras consideradas “inferiores”, se acrescenta o domínio diferencial de uma língua que, inicialmente “estrangeira”, se torna a “segunda língua”, valorada e requerida em determinados mercados lingüísticos nacionais.

Tomarei as polêmicas sobre a preservação da língua portuguesa, no Brasil recente, como parte desse processo conflitivo de articulação entre local e global face à geopolítica atual. É preciso destacar que, em cada país, em cada grupo social, esses conflitos se manifestam de determinada forma. No Brasil, as matérias sobre o assunto publicadas na mídia, no final do século XX e início do XXI, são abundantes e indicam que estamos vivendo um momento de reafirmação de valores nacionais na constituição de nossa identidade como seres globais-mas-nem-tanto. Entretanto, os dados de que disponho (analisei textos publicados na mídia, reduto da sociedade letrada) não são suficientes para serem generalizados à sociedade brasileira. Permanece a indagação: como o falante comum (veja-se: não aquele que escreve para um painel de leitores num jornal) reage aos anglicismos e às práticas culturais norte-americanas?

Pesquisa desenvolvida por Ieda Maria Alves (USP-SP) e citada por Faraco (2004) mostra que a porcentagem de estrangeirismos no uso dos brasileiros não é tão elevada quanto a impressão dos falantes faz crer, resultado que nega uma “invasão de estrangeirismos”, no caso, anglicismos. Oliveira e Paiva (2001), em carta ao Painel do Leitor do jornal *Folha de São Paulo*, escreve ter afirmado, na página 338 de sua tese de doutorado, o seguinte:

(...) a preocupação dos puristas não encontrou respaldo em minhas pesquisas. A maioria dos informantes não acredita que a língua portuguesa esteja ameaçada pela presença dos empréstimos, posicionando-se contra a idéia de se proibir o uso de palavras estrangeiras que tenham correspondentes em português. (OLIVEIRA E PAIVA, 2001) ³⁷

Essas conclusões já ajudam a responder à questão posta, isto é: o falante pode ter uma visão diferente daquela produzida na mídia, a qual costumamos chamar de “senso comum”. Essa hipótese só poderia se confirmar considerando-se a realidade econômico-cultural brasileira, em que as diferenças e, sobretudo, as injustiças são imensas, o que coloca grande parte da população fora do pequeno círculo da sociedade letrada e de seus privilégios em relação ao acesso a bens materiais e simbólicos. Nesse contexto, fica aberta uma importante pergunta: qual o poder do senso comum sobre língua numa sociedade desigual como a nossa?

Interessa-me, neste momento, mostrar que esse *sentimento* de que haja uma invasão de estrangeirismos (uma *atitude lingüística*, digamos assim, da elite e da classe média

³⁷ Carta completa: "Tendo sido citada no artigo 'A intriga das línguas' (Mais!, pág. 22, 15/4), do deputado Aldo Rebelo, em que ele reproduz um pequeno trecho de minha tese de doutorado, gostaria de esclarecer que nunca me posicionei a favor da contenção de empréstimos através de leis, pois, como linguista, não posso defender que a língua seja regulada por leis, a não ser as de seu uso. Na página 338 de meu trabalho, afirmo que 'a preocupação dos puristas não encontrou respaldo em minhas pesquisas. A maioria dos informantes não acredita que a língua portuguesa esteja ameaçada pela presença dos empréstimos, posicionando-se contra a idéia de se proibir o uso de palavras estrangeiras que tenham correspondentes em português'.

Gostaria que fosse reproduzido o trecho final da conclusão de meu trabalho, em que digo: 'Acreditamos que não compete ao linguista sugerir ao governo medidas restritivas, pois o problema linguístico é apenas um reflexo da dependência econômica, política e cultural. Se as relações de dependência forem alteradas, certamente também haverá alterações no comportamento linguístico'."

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG) - carta ao Painel do Leitor da *Folha de São Paulo* (19/04/01)

brasileiras em relação a esse uso) pode ser comprovado, *qualitativamente*, pela presença da metalinguagem purista na voz de políticos, de escritores, de jornalistas, de professores-da-mídia, de leitores de jornais. Mesmo que essa atitude possa não se manifestar na *maioria* da população brasileira, deve ser considerada pelo enfoque que a mídia deu à questão nessa passagem de século. Vejamos algumas cartas de leitores a jornais de referência, que indiciam essa preocupação presente no cenário nacional letrado:

Discursos 21

Adorei o artigo de José Wilker "A euforia nacional do cinema", de 24/3. Os artigos de Wilker, Verissimo, Tutty Vasques, Zuenir Ventura, Moacir Werneck de Castro, Xexéo, o Caderno B, a revista Domingo e a revista Programa, com as críticas de cinema de Pedro Butcher e Marcelo Janot, são as razões de minha leitura diária do JB. Isso além do brinde semanal da espantosa lucidez de Barbosa Lima Sobrinho. Gostaria, no entanto, que José Wilker substituísse o habitual The End, e que todos os demais articulistas evitassem estrangeirismos, colaborando com o esforço do professor Sérgio Noronha, que com a sua excelente Língua Viva vem dando substancial impulso à valorização da nossa língua. (...) Cibele Vrcibradic - Rio de Janeiro. (JORNAL DO BRASIL. 31/03/1998. Editoria: Opinião dos Leitores, p.10)

O estrangeiro é aqui

The Wall Street Journal Americas e Fortune, são títulos de dois suplementos do JB. Se a moda pega, logo teremos, como assinantes que somos há mais de 20 anos, o orgulho tupiniquim de lermos o News Papers Brazil... Marcio Flavio Fassheber Chelles – Rio de Janeiro.

Língua portuguesa

Numa época em que o JB vem publicando numerosas cartas e artigos em defesa de nossa língua, que repudiam o uso abusivo e indiscriminado de estrangeirismos, é absolutamente lamentável encontrar referência aos "playoffs" do Campeonato Brasileiro de Futebol. Expressões como essa, "beach soccer" e similares são injustificáveis e provocam justíssima revolta. Hugo Dart – Rio de Janeiro. (JORNAL DO BRASIL. 11/11/1999. Editoria: Opinião dos Leitores, p.10)

Estrangeirismos

Quero cumprimentar o JB pelo excelente editorial A Língua Ferida. Há dias, lemos o artigo de Ricardo Cravo Albin Desprotegida flor do Lácio, devidamente louvado pelo professor José Carlos Barbosa Moreira, em carta publicada em 5/2. Quero acrescentar um apelo às empresas de publicidade que usam e abusam do inglês. Dois exemplos: num anúncio de loja de artigos de couro: "discontinued models up to 50% summer 2000"; e num anúncio de sapatos: "always young". Gostaria, também, de dar um testemunho, como professor da Escola de Engenharia da UFRJ. As redações dos alunos, na grande maioria, tanto na graduação, como na pós-graduação, revelam um desconhecimento de nossa língua incompatível com o grau de escolaridade de seus autores. É muito triste! Dirceu de Alencar Velloso – Rio de Janeiro. (JORNAL DO BRASIL. 26/02/2000. Editoria: Opinião dos Leitores, p.08)

O belo rasqueado

Do Amazonas conhecemos o Bumba-Meu-Boi. Do Nordeste, o forró. Do Rio Grande do Sul, o vaneirão.

O folclore e a cultura brasileira são ricas e muito vastas. E essa riqueza é oriunda, em grande parte, das danças que enfocam as culturas regionais.

Do Mato Grosso temos a dança do rasqueado, menos conhecida nacionalmente, é verdade, porém não menos bela se comparada às outras danças.

Eu, cuiabano de 'chapa-e-cruz' (como se diz lá) e estudante temporário em Campinas, SP, espantei-me ao ler que a Danielle F. Donda, fiel fã do Black Sabbath (**Folhateen** de 3/11), menospreza uma das riquezas nacionais e se vangloria com estrangeirismos.

Se ao menos ela tomasse conhecimento prévio da cultura nacional, quem sabe, assim, pudesse vir a criticar as danças do país. *Helder R. Luz* (via e-mail) (FOLHA DE SÃO PAULO. *Folhateen*, Cartas, 10/11/1997)

Gostaria de fazer um apelo à TV brasileira. Peço a volta do seriado infantil 'O Sítio do Pica-Pau-Amarelo'. Se o programa voltasse a ser apresentado, ajudaria a incutir a cultura brasileira na mente de nossas crianças-povoada de estrangeirismos.

Washington Aparecido Barbosa Silva (Guarujá, SP) (FOLHA DE SÃO PAULO. *TV Folha*, Cartas, 01/02/1998)

Estrangeirismo

Vejo nos jornais, agora que se fala tanto em segurança no trânsito, o emprego insistente de "kit" de primeiros socorros, que todo motorista deve ter em seu porta-luvas.

Impressiona-me a facilidade com que a imprensa assimila expressões do idioma inglês em substituição a corretíssimos termos do vernáculo, muito mais ricos e expressivos, notadamente no caso do tal "kit", quando temos variados recursos para expressar essa idéia.

No entanto, a despeito de termos como, digamos, estojo de ferramenta, estojo escolar, estojo de primeiros socorros, jogo de ferramentas, jogo de cama e de mesa, conjunto de chá e café, vamos engolindo servilmente o paupérrimo kit, agora já sem aspas porque introduzido no linguajar escrito e falado.

Esse jornal, que, sem favor algum, é dos grandes formadores de opinião, bem que poderia iniciar um movimento de valorização de nosso idioma, recomendando a seus redatores que limitassem o emprego de estrangeirismos, usando-os somente quando não houver o correspondente no português. - **Alberto Contar** (Maringá, PR) (FOLHA DE SÃO PAULO. Painel do Leitor, 31/01/1999)

Mania de estrangeirismos

É lamentável que um caderno como o *Folhateen* mantenha tantos estrangeirismos em sua redação. Além do abuso do título do caderno estar parte em inglês, recentemente é lançada uma campanha intitulada "Hall of Fame 2001". Seria mais coerente que algo que aparentemente se preocupa com a educação juvenil mantivesse pelo menos os seus títulos em português. **Flávio de Lima Gentil, 20** - Ituiutaba, MG (FOLHA DE SÃO PAULO. *Folhateen*, Cartas, 10/12/2001)

Estrangeirismos

Concordo com o leitor Flávio de Lima Gentil (ed. de 10/12) sobre os estrangeirismos que o *Folhateen* impõe em suas páginas. Isso seria fruto da falta de criatividade e de informação da Redação na hora de criar nomes em português? - **Alessandro Librandi, 31** - São Paulo, SP (FOLHA DE SÃO PAULO. *Folhateen*, Cartas, 17/12/2001)

Os leitores do JB e da *Folha* acham que é preciso valorizar nossa língua, e isso significa não usar estrangeirismos; que os jornais não deviam usar títulos estrangeiros ou expressões estrangeiras “injustificáveis”, com “equivalentes” em português; que as empresas de publicidade abusam do uso do inglês; que os alunos universitários redigem mal e “revelam um desconhecimento de nossa língua” incompatível com seu grau de escolaridade (sugere-se que o “mau uso” do português esteja relacionado ao excessivo uso dos estrangeirismos); que é necessário valorizar a cultura nacional e não se vangloriar com o estrangeiro. Enfim, os leitores (em discursos claramente puristas pela preocupação com a “deturpação da língua e da cultura nacionais”) elogiam os articulistas e jornalistas que criticam os estrangeirismos.

Esse discurso contra os estrangeirismos também veio do lugar do político: o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – como já citado na Introdução deste trabalho – em 1999 propôs ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 1676/99, visando legislar sobre o *planejamento lingüístico* e a *política lingüística* no país (Anexo 3). Esses conceitos podem ser definidos como se segue:

Chamaremos *política lingüística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento lingüístico* a implementação prática de uma política lingüística, em suma, a passagem ao ato. Não importa que grupo pode elaborar uma política lingüística: fala-se, por exemplo, em “políticas lingüísticas familiares” (...). Mas, num campo tão importante quanto as relações entre língua e vida social, só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas lingüísticas. (CALVET, 1993/2002, p.145)

Esse projeto, que criticava e desejava restringir o uso de estrangeirismos, foi bastante debatido na sociedade letrada.³⁸ Acredito que a proposta de planejamento lingüístico, nesse contexto histórico, revela o uso político do conflito identitário por que passa a sociedade letrada brasileira e, ao mesmo tempo, acirra os discursos sobre o *poder de dizer a língua*. Centrarei minha análise, neste item, na posição dos escritores brasileiros sobre esse projeto: como eles buscam um lugar para dizer a língua dentro dessa polêmica?

³⁸ O projeto de Rebelo será discutido com mais detalhes no decorrer deste trabalho.

Minha hipótese é que o escritor tem um lugar para dizer a língua na produção do senso comum sobre linguagem. Desejo refletir sobre como se dá sua metalinguagem purista nesse processo de articulação entre local e global na atualidade, e como, então, o discurso purista nacionalista nessa passagem de século dialoga com o purismo nacionalista dos românticos.

Analisemos a posição de Ariano Suassuna. O autor discute, em crônicas veiculadas na *Folha de S. Paulo*, a problemática do uso do inglês para a vida nacional. A escolha desse autor para a análise se deu pelo fato de o *nacional* estar presente em toda a trajetória artística de Suassuna, configurando-se, portanto, um espaço profícuo de diálogo com os autores românticos citados.³⁹

Discursos 22

O deputado Aldo Rebelo apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei destinado a defender a língua portuguesa das palavras e expressões que a estão desfigurando.

Entre os bens culturais que um povo possui, a língua que ele fala é, talvez, o mais importante e, sem dúvida, o primeiro com o qual seus cidadãos entram em contato. No meu caso particular, isto é tanto mais verdadeiro na medida em que, sendo escritor, a língua portuguesa é meu instrumento de trabalho. **Para mim, o exercício da literatura pode ser um ofício duro, mas é também um jogo exaltador e indispensável, fascinante, poderoso. Encaro a literatura como missão e festa, ao mesmo tempo. (...)**

Pode-se imaginar, então, como fico preocupado ao ver a língua portuguesa desfigurada, como está acontecendo. Sei perfeitamente (e o deputado Aldo Rebelo sabe também) que um idioma é uma coisa viva e pulsante. Não queremos isolar o português, que, como acontece com qualquer outra língua, se enriquece com as palavras e expressões das outras. **Mas elas devem ser adaptadas à forma e ao espírito do idioma que as acolhe. Somente assim é que deixam de ser mostrengos**

³⁹ O fragmento a seguir exemplifica as contribuições estéticas que a crítica de arte tem atribuído ao escritor: “Quanto ao primeiro [Teatro Popular do Nordeste], de cujo manifesto Ariano Suassuna foi redator, consistiu num vigoroso movimento, que na sua amplitude não se restringia apenas ao teatro, mas significava um passo adiante da cultura moderna (rotulava-se antiacadêmico e contra as frivolidades da arte), processando-se em vários pontos do Nordeste, inclusive na Bahia, a partir da herança da arte popular, com seu epicentro em Recife, pelo conjunto de intelectuais que o apoiavam, embora sem ligação interregional, semelhando o movimento do romance nordestino dos anos 30, em que os vários autores publicavam suas obras impondo um novo traçado estético à ficção, sem qualquer articulação entre si. (...) O Movimento Armorial ganhou impulso logo no seu lançamento, no ocaso dos anos 60 (...). Além da própria dramaturgia de Ariano Suassuna, projetou seus reflexos em outras linguagens (...) induzindo à recriação de matérias-primas nacionais e à utilização das cores do sertão - vermelho, ocre, castanho, amarelo, azul e verde, marcadas pela nostalgia barroca de um imaginário povoado de madeira, pedra, frutos, animais, profetas, virgens, santos (os martirizados, São Sebastião e Antônio Conselheiro) e mitos, assim como na poesia e na prosa literária. Tanto um quanto outro movimento - o teatral e o musical - produziram efeitos na Bahia, refletindo-se principalmente na estética do tropicalismo (...). (MATTOS, 2002: s/p)

que nos desfiguram e se transformam em incorporações que nos enriquecem. (...) (SUASSUNA, 2000a – negrito adicionado)

(...) gostaria de dizer que, talvez por ser escritor, não considero a defesa e a preservação do nosso idioma um problema sem importância. (...) minha luta em defesa do Português é entendida por mim como parte indispensável da outra, maior: a luta contra a entrega do nosso território, da nossa economia, da nossa identidade cultural. Porque para mim, como escritor, é por aí que a luta maior começa. (SUASSUNA, 2000b – negrito adicionado)

A atitude do cronista em relação à defesa da língua e de outros aspectos da cultura nacional pode ser comparada à do poeta romântico “eleito”, aquele que deveria trazer a Boa Nova, os valores sagrados (no caso de Gonçalves de Magalhães, em “Lede”, os valores que vinham da Europa), aquele que se atribuía a tarefa de construir a Pátria. Mas no final do século XX e início do XXI, a função do escritor é proteger a cultura nacional dos avanços da globalização cultural e econômica; e a identidade se produz no discurso de Suassuna pela *exclusão do outro* (no caso, a língua inglesa e seu falante). Esse *expurgo do outro* tem sido apontado como um dos mecanismos que constituem a identidade de grupos e sua unidade (RAJAGOPALAN, 2002). Assim, no processo de construção de identidade nacional, o senso comum produz um inimigo, na conjuntura atual trata-se do norte-americano que nos explora, induz ao consumo daquilo que nos descaracteriza como nação e introduz em nossa língua itens lexicais que “desfiguram” o português – já no purismo nacionalista romântico, tratava-se de se proteger da tradição portuguesa. O papel do escritor, no discurso de Suassuna, é de ajudar a livrar a nação dessa influência negativa. Esse novo colonizador não deveria ser integrado às nossas produções culturais, e a língua deveria manter-se livre dessa influência que a descaracteriza. Assim, ao lançar uma contrapalavra ao discurso nacionalista romântico, o Suassuna cronista não se filia à *cultura de conciliação* de que nos fala Bosi: ressignifica esse discurso face à conjuntura atual – é o *tema*, como o entende Bakhtin/Volochinov (1929/1988), que lhe dá uma nova feição. A língua portuguesa é tomada pelo escritor como um instrumento de representação da nação, em suas especificidades culturais, e deve ser mantida como tal. Está clara, no discurso de Suassuna, a relação entre língua e aspectos culturais e políticos, relação que o autor destaca ao colocar a defesa do idioma como parte da luta “contra a entrega do nosso território, da nossa economia, da nossa identidade cultural”. Sua “desfiguração” com o uso do inglês

seria iminente, por isso deveria ser objeto de uma política de “defesa” e “preservação”. Se os nossos românticos, representados pela figura de Alencar, manifestavam seu purismo nacionalista rejeitando o português clássico e buscando uma forma mais nacional de produção artística, o autor do final do século XX e começo do XXI não quer ser dominado pela cultura nem pela economia dos EUA, e com base nesse novo “inimigo”, ressignifica o discurso purista nacionalista dos românticos. O que está em jogo é a identidade nacional, identidade que deve ser reconstituída constantemente pelo escritor, que se atribui essa missão. *Temos aí uma manifestação purista de linguagem, acompanhada da postura nacionalista.*

Vejamos como aí se processa a ressignificação: trata-se de uma *paráfrase* do discurso nacionalista romântico ao retomar a problemática da “necessidade” de proteger a língua nacional – aí se encontra seu caráter purista. Porém, esse discurso tem um outro alvo de ataque e uma nova postura política frente a esse alvo. Então, digamos que seja uma *paráfrase que se move devido ao tema.*

A mesma postura purista nacionalista manifesta-se em discurso de Lygia Fagundes Telles (Discurso 23 – transcrição e texto escaneado), comentando o referido projeto em *O Estado de S. Paulo*: “Uma extraordinária arma para impedir a colonização da língua portuguesa”, “Para a escritora Lygia Fagundes Telles, nos últimos anos muitos abusos foram cometidos. ‘Precisávamos de algo para proteger a língua portuguesa’”.

Discurso 23 ⁴⁰

Abuso de estrangeirismos causa polêmica – Projeto que impõe restrições está em exame no Congresso e desperta reações inflamadas

LÍGIA FORMENTI - Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados promete criar muita polêmica. De autoria do deputado Aldo Rebelo (PcdoB), o projeto proíbe o uso abusivo de palavras estrangeiras em produtos, nos veículos de comunicação e na publicidade.

Apesar de ainda estar no primeiro estágio de apreciação do Congresso – na Comissão de Educação e Cultura -, a proposta já desperta reações inflamadas: “É de uma xenofobia absurda”, afirma o sócio e diretor-geral da agência de publicidade UPgrade, Caio Ortiz. **“Vamos poder contar com uma extraordinária arma para impedir a colonização da língua portuguesa”, acredita a escritora Lygia Fagundes Telles.**

Na versão atual, a proposta é severa: nomes como o da agência APgrade, por exemplo, poderiam ser considerados em desacordo com a lei. “UPgrade não pode ser simplesmente trocada por

⁴⁰ Os fragmentos em negrito são os discursos citados da escritora.

melhoria ou progresso”, argumenta Ortiz. “Muitas das expressões não têm palavras substitutas no português”.

Para Ortiz, cabe a cada pessoa a escolha da melhor forma de se expressar. “É como se eles quisessem colocar uma camisa-de-força”.

Na publicidade, afirma Ortiz, o uso de expressões estrangeiras é bastante comum. “Isso não é pedantismo: os livros que lemos são, em sua maioria, estrangeiros, muitos termos vêm do inglês e não vejo razão forte o suficiente para restringir esse uso”.

Abel Reis, vice-presidente da AgênciaClic, também critica o projeto. “Considero os princípios equivocados”, diz. “Restringir a interação com outras culturas é também uma forma de preconceito e o preconceito nunca é bem-vindo”. Mas Reis acrescenta que o projeto tem um ponto positivo: ele põe em discussão o uso exagerado de estrangeirismos. “Pena que o assunto tenha vindo à tona dessa forma”. Segundo Reis, muitas das expressões estrangeiras poderiam ser evitadas.

Homem do campo - Para Aldo Rebelo, o projeto era indispensável: “Estamos assistindo a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa”, opina. “Isso traz uma confusão para crianças em fase de alfabetização.” Rebelo dá vários exemplos das palavras usadas desnecessariamente. A lista é extensa: *recall, franchise, coffee-break, self-service*. Ele lembra ainda as palavras que sofreram algumas alterações, como atachar ou printar.

Rebelo garante que o movimento está ocorrendo com muita rapidez. Na exposição de motivos do projeto, ele afirma: “Corremos o risco de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas”.

LÍNGUA É
ELEMENTO DE
IDENTIDADE
NACIONAL

O deputado lembra que a língua é um elemento de identidade nacional e que é preciso protegê-la. “Alguns pontos do projeto poderão ser modificados”, diz. Entre eles está o da multa. Hoje Rebelo admite substituí-la pela prestação de serviços à sociedade. “Mas é importante lembrar que, no nosso projeto, também damos ênfase a campanhas de esclarecimento”.

Nos últimos anos, o uso de expressões estrangeiras no comércio tornou-se bastante popular. Em vez de liquidação, por exemplo, hoje nas lojas são colocadas faixas com a inscrição *sale*.

“O recurso faz com que a liquidação tenha um charme maior”, explica a gerente de Marketing da rede de lojas Victor Hugo, Mônica Andrade. “O proprietário é uruguaio, mora nos Estados Unidos e acredito que ele queira dar um ar mais cosmopolita à marca”. A prática, continua, já está incorporada aos costumes. “Acho que os clientes estranhariam se voltássemos a dizer simplesmente liquidação”.

Para a escritora Lygia Fagundes Telles, nos últimos anos muitos abusos foram cometidos. “Precisávamos de algo para proteger a língua portuguesa”.

Já o gramático Evanildo Bechara julga o projeto desnecessário. “Ele é bem intencionado, mas trará pouco resultado prático”. Segundo o professor, a língua deixou de ser considerada um organismo vivo, que nasce, cresce e morre: “Hoje sabemos que a língua é um fenômeno histórico-social”, diz. “Ela acompanha a história do homem que a fala e, por isso, está sujeita a todas as influências”.

Para o professor, quanto maior o contato com outras culturas, maiores serão as possibilidades de palavras estrangeiras serem adotadas. “O Brasil, como é considerado mais filho de Portugal do que irmão, acaba sendo menos preocupado com a preservação de alguns termos, é mais cosmopolita,” afirma.

No entanto, o fato não significa, na sua opinião, que a língua portuguesa esteja ameaçada. “O sistema lingüístico não é feito apenas do vocabulário, ele é composto também pela concordância, pela conjugação de verbos, pela ordem das palavras”, diz. “Podemos até adotar algumas palavras do vocabulário estrangeiro, mas nos apropriamos delas e fazemos algumas alterações.”

Bechara entende que não se consegue mudar, por decreto, o fato mais importante, que é a pouca valorização do que é nacional. “O mais importante é criar essa mentalidade”, garante. (FORMENTI, 2000)

**Projeto que impõe
restrições está em exame
no Congresso e desperta
reações inflamadas**

LIGIA FORMENTI

Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados promete criar muita polêmica. De autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdo B), o projeto proíbe o uso abusivo de palavras estrangeiras em produtos, nos veículos de comunicação e na publicidade.

Apesar de ainda estar no primeiro estágio de apreciação no Congresso - na Comissão de Educação e Cultura -, a proposta já desperta reações inflamadas: "É de uma xenofobia absurda", afirma o sócio e diretor-geral da agência de publicidade UPgrade, Caio Ortiz. "Vamos poder contar com uma extraordinária arma para impedir a colonização da língua portuguesa", acredita a escritora Lygia Fagundes Telles.

Na versão atual, a proposta é severa: nomes como o da agência UPgrade, por exemplo, poderiam ser considerados em desacordo com a lei. "UPgrade não pode ser simplesmente trocada por melhoria ou progresso", argumenta Ortiz. "Muitas das expressões não têm palavras substitutas no português."

Para Ortiz, cabe a cada pessoa a escolha da melhor forma de se expressar. "É como se eles quisessem colocar uma camisa-de-força."

Na publicidade, afirma Ortiz, o uso de expressões estrangeiras é bastante comum. "Isso não é pedantismo: os livros que lemos são, em sua maioria, estrangeiros, muitos termos vêm do inglês e não vejo razão forte o suficiente para restringir esse uso."

Abel Reis, vice-presidente da AgênciaClic, também critica o projeto. "Considero os princípios equivocados", diz. "Restringir a interação com outras culturas é também uma forma de preconceito e o preconceito nunca é bem-vindo." Mas Reis acrescenta que o projeto tem um ponto positivo: ele põe em discussão o uso exagerado de estrangeirismos. "Pena que o assunto tenha vindo à tona dessa forma." Segundo Reis, muitas das expressões estrangeiras poderiam ser evitadas.



Lygia: "Uma extraordinária arma para impedir a colonização da língua portuguesa"

Ed Ferreira/AE - 8/4/96



Rebelo: "Estamos assistindo à descaracterização da língua"

de motivos do projeto, ele afirmou: "Eu fui pela prestação de serviços à

explicar a gerente de Marketing da rede de lojas Victor Hugo, Mônica Andrade. "O proprietário é uruguaio, mora nos Estados Unidos e acredito que ele queira dar um ar mais cosmopolita à marca." A prática, continua, já está incorporada aos costumes. "Acho que os clientes estranhariam se voltássemos a dizer apenas liquidação."

Para a escritora Lygia Fagundes Telles, nos últimos anos muitos abusos foram cometidos. "Precisávamos de algo para proteger a língua portuguesa."

Já o gramático Evanildo Bechara julga o projeto desnecessário. "Ele é bem intencionado, mas trará pouco resultado prático." Segundo o professor, a língua deixou de ser considerada um organismo vivo, que nasce, cresce e morre: "Hoje sabemos que a língua é um fenômeno histórico-social", diz. "Ela acompanha a história do homem que a fala e, por isso, está sujeita a todas as influências."

Para o professor, quanto maior o contato com outras culturas, maiores serão as possibilidades de palavras estrangeiras serem adotadas. "O Brasil, como é considerado mais filho de Portugal do que irmão, acaba sendo menos preocupado com a preservação de alguns termos, é mais cosmopolita", afirma.

O destaque que o jornal dá à escritora e sua posição (ver foto e legenda no texto escaneado) são indicativos de quanto a opinião do escritor conta para a mídia em casos como esse – apesar de que outras autoridades tenham sido citadas pela matéria, inclusive o gramático Evanildo Bechara, suas posições não tiveram o destaque dado ao escritor. Em contextos como esse, refunda-se o lugar de dizer a língua do escritor.

Também outros acadêmicos (da Academia Brasileira de Letras) manifestam esse compromisso de preservação da língua nacional face ao uso dos anglicismos. Veja-se fragmento de discurso de Arnaldo Niskier em *Seminário sobre a língua portuguesa: desafios e soluções* (realizado na sede do Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo, em maio de 1999 – Discurso 24). Observe-se como enunciados de seu discurso são paráfrases dos de outros escritores citados.

Discurso 24

Da mesma forma com que temos que defender aquela trilogia do índio, do negro e do branco, **temos que defender, na presença dessas três vertentes que constituíram o povo brasileiro, a preservação, a valorização, o fortalecimento da língua portuguesa, que é a nossa língua oficial, sem prejuízo para os dialetos, que são aqui falados, ou eram aqui falados, agora com menor frequência.** E até mesmo as manifestações africanas, que vieram no bojo dos navios negreiros, que chegaram aqui, lamentavelmente, tirando os negros das suas origens para, de alguma forma constituir-se o povo brasileiro.

Então, nós que somos jornalistas, escritores, educadores, professores, devemos ter uma preocupação muito grande em defender a língua portuguesa, até porque estamos sofrendo uma pressão - que os quarenta acadêmicos já conhecem, na Academia Brasileira de Letras - por parte de outros povos mais desenvolvidos, como é o caso do povo francês, que nos convida para uma luta comum em defesa da Latinidade. **É muito interessante o que o Governo francês passou a fazer, há algum tempo, atraindo o Brasil para uma luta comum de preservação, não, de fortalecimento da Latinidade, como a única probabilidade existente para que possamos, de alguma maneira, reagir à avalanche da língua e da cultura inglesas.** Hoje, há 500 milhões de pessoas falando o inglês, há 170 milhões de pessoas falando o francês, e nós sabemos que há 200 milhões de pessoas falando a língua portuguesa, e só o Brasil representa 160 milhões desse total. (NISKIER, 1999 – negrito adicionado)

A semântica do purismo nacionalista define-se, como foi dito, pelo discurso de preservação/valorização da língua nacional (em detrimento de outras línguas). Aí se encontra sua identidade discursiva. Além disso, esse discurso se manifesta, da posição do escritor, como uma missão que esse lugar lhe confere. Contudo, revelam-se diferenças que

indicam uma adaptação desse purismo ao momento histórico em que se realiza: há um outro inimigo.

	Purismo nacionalista do escritor romântico	Purismo nacionalista do escritor no final do século XX e início do XXI
Semelhanças	• Preservação da cultura e da língua nacionais • O escritor tem uma missão “sagrada” de proteção e construção da nação.	• Preservação da cultura e da língua nacionais • O escritor tem uma missão “sagrada” de proteção e construção da nação.
Diferença	• Inimigo: língua portuguesa falada em Portugal	• Inimigo: língua inglesa dos EUA

Quadro 2: Purismo nacionalista do escritor brasileiro

Defendo que há uma complexidade dialógica que envolve o purismo nacionalista praticado no Brasil contemporâneo, marcado por um fluxo que se prolonga historicamente, mas também que se esgarça em determinados pontos, como vimos. Esse fluxo, por um lado, se esgarça porque, obviamente, há autores que não assumem essa tarefa de zelo pela língua nacional. Millôr Fernandes é um deles, para surpresa do jornalista que o entrevista na revista *Língua Portuguesa* (veja-se que se insiste na pergunta, parecendo não se acreditar na posição de Millôr):

Discurso 26

O estrangeirismo empobrece a língua portuguesa?

De maneira nenhuma. Antigamente, tivemos palavras como porta-seios, uma coisa muito feia, que felizmente foi substituída pelo galicismo "sutia". **Toda língua é invadida e, como mulher, fecundada.**

De vez em quando a nossa leva na bunda, mas nada que, lavada, não fique novinha. Houve tempo em que o galicismo era uma aberração. Não se podia escrever "amante", mas "amásia". Era assustador.

Uma vez, era menino, escrevi um conto em que um cara sai pela rua gritando: "Assassinato! Assassinato!" Quiseram que eu colocasse, por respeito à língua, "assassínio", pra evitar o "galicismo"... Quem sai à rua gritando "Assassínio!" é bicha.

Os excessos, como sale, delivery ou 50% off não incomodam a você?

O estrangeirismo não me incomoda. É evidente que essa coisa pouco natural de importar outra língua é muito Barra da Tijuca [bairro da elite carioca], é esse negócio de Estátua de Liberdade de

gesso colocada na frente da porta. **Pode haver a penetração que quiser, mas é preciso fazer as coisas que nos são naturais. O cara que use delivery com as nega dele. Eu, por exemplo, escrevo aquilo que chega até mim, naturalmente. Devo ter sido a primeira pessoa a escrever whisky na forma "uísque". E ficou. Uso "saite" no lugar de site, que já está consagrada. Os portugueses usam "sítio" e é legítimo. A língua é assim, arbitrária. Se dependesse só do meu arbítrio, aí eu faria uma moção pros órgãos oficiais.** Não há porquê do Banco do Brasil usar home delivery quando poderia simplesmente fazer "entrega em domicílio". Os órgãos oficiais brasileiros não podem fazer esse tipo de coisa. (MILLÔR FERNANDES, 2005 – negrito adicionado)

O autor não apresenta uma postura de quem se vê no papel de guardião da língua nacional, mas percebe-se que ele nem sempre assume o lugar de escritor. Em reação à iniciativa do Deputado Aldo Rebelo em processá-lo por “desacato à autoridade” (Discursos 27), assume um discurso que se aproxima do dos jornalistas em relação ao Projeto de Lei em questão.

Discursos 27

Legislador, não passes da corrupção

A língua é a mais complexa, a mais milagrosa, a mais estranha, a mais gigantesca e variada invenção humana. E nada é mais dinâmico e menos sujeito a tutelas autoritárias. Agora, mais uma vez, vê-se um cidadão, “eleito pelo povo”, propor uma lei proibindo o uso de palavras estrangeiras em nosso cotidiano, hebdomadário e até anuário.

Pera aí: estava em sua proposta de governo que ele tinha autoridade para interferir no que eu falo, escrevo ou pinto em minha tabuleta? Ele sabe, literalmente, do que está falando? Quanta idiotice! OBS: Não adianta correr ao Aurélio.

- 1) Reproduzindo texto supostamente meu, o deputado bota, como meu, se referindo a ele: “Ele sabe do que está falando? Quanta **idiotice!**”
Ora, eu escrevi **idiotice**. Acredito, portanto, que não cometi o “crime” de que o deputado e sua advogada Zilah Joly me acusam. O deputado nem leu corretamente o que escrevi e confundiu idiotice com **idiotice**, o que é uma comprovação da mesma. (...)
- 5) Mesmo acabada a imunidade geral, o parlamentar tem direito total (compreende-se que até, ocasionalmente, ofensivo ou resvalando por aí) ao uso de sua palavra. Não pode ser condenado por isso. **E o jornalista, que vive só e apenasmente da palavra, não pode nem discordar da legislação semântica do parlamentar sem ficar sujeito a pagar R\$ 30.200?** (MILLÔR FERNANDES, 2001 - negrito adicionado)

(...) como já foi divulgado, estou sendo processado pelo deputado Aldo Rabelo, por ter dito que um projeto de lei de sua autoria - restringindo o uso de palavras estrangeiras - é uma **idiotice**. Apesar de se achar no dever de botar algemas em nossa língua, o deputado, seus assessores e advogados não conheciam a palavra **idiotice**. (...) trata-se do pior tipo de censura. Pois, se eu for obrigado a pagar R\$ 30.200,00 ao deputado Rabelo, entrarão logo em pânico **os meus coleguinhas [jornalistas]**, muitos dos quais, acreditem, não ganham nem 20 mil euros por mês. (MILLÔR FERNANDES, 2002 – negrito adicionado)

Do lugar do jornalista, quando se fala sobre o projeto do deputado Rebelo, emana um discurso que embasa sua semântica na “democracia” – argumenta-se a favor do direito de o brasileiro usar a língua como quiser. Mas esse discurso do jornalista, diferentemente do de Millôr, pode encaixar-se no purismo nacionalista. Isso se observa, por exemplo, em editoriais da *Folha de São Paulo* (Discurso 28). Então, o fluxo discursivo desse purismo também se esgarça na voz do jornalista, *ao sabor da “modernidade democrática”* (principalmente quando, do lugar do jornalista, afirma-se que o projeto de Aldo Rebelo representa um entrave ao “livre direito” de expressão, mas ainda se prega a liberdade vigiada do uso ditado pelas gramáticas normativas, que são o espaço privilegiado do *bem dizer*, do “bom gosto”).

Discurso 28

PORTUGUÊS A FÓRCEPS

O PROJETO de lei que proíbe o uso de estrangeirismos no Brasil deu mais um passo nesta semana ao ser aprovado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O texto segue a plenário. **É um despropósito a idéia de tentar regular o que as pessoas escrevem e falam. Pelo projeto, do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), mesmo estrangeiros que residam no Brasil há mais de um ano estão obrigados a usar o português no trabalho.**

Tudo isso seria flagrantemente inconstitucional se o projeto não trouxesse uma ressalva no inciso I do parágrafo 1º do artigo 3º. Ela isenta da obrigatoriedade do português "situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação". Como a escusa abarca a totalidade das ações comunicativas, ninguém estará obrigado a cumprir a lei.

Isso não significa, infelizmente, que ela não possa trazer dor de cabeça aos cidadãos. Se o projeto for aprovado e regulamentado, algum fiscal poderá tentar aplicar multa ao comerciante que escreva "sale" em vez de "liquidação" em sua vitrine. Também será perigoso convidar alguém para participar de um "workshop" sem, antes, obter uma salvaguarda na Justiça.

Da mesma forma que os totalitarismos falharam em tentar controlar o que a população pensava, não há modo de regular o que as pessoas dizem ou escrevem, pelo menos não durante muito tempo.

Há, por certo, um uso exagerado de estrangeirismos em locais como os shopping centers. Mas o máximo que se pode fazer nesse caso é lamentar o mau gosto. O culto da língua não pode ser imposto de cima. Ele depende de disposições coletivas, de leitura, de educação de qualidade. E é no mínimo pouco democrático transformar em lei o gosto da Academia Brasileira de Letras. (*Folha de São Paulo*, Editoria: OPINIÃO Página: A2, 30/03/2001 – negrito adicionado)

O fluxo do purismo nacionalista esgarça-se também sob o vendaval da *missão política de cuidar da nação*, e é daí que emergem propostas de planejamento lingüístico, como a feita por Rebelo, cujos discursos serão discutidos em seção deste capítulo. Esgarça-se, enfim, sob o peso da tradição gramatical, como será visto na próxima seção, em que o discurso dos gramáticos sobre o uso de estrangeirismos se parafraseia ao longo do século XX, nele predominando a preocupação com a *estrutura da língua*. Em todos os pontos em que se produz a descontinuidade desse fluxo, ele se fortalece e fixa suas raízes na sociedade brasileira. Na luta pelo direito de dizer a língua, a cidade das letras exerce o poder de publicizar o discurso que é atribuído à sociedade como um todo, produzindo o senso comum, neste caso, sobre o uso de estrangeirismos.

Semântica do purismo nacionalista	Preservação/valorização da língua nacional face à presença de anglicismos			
	escritor	jornalista	político	gramático
Semântica das ramificações do purismo nacionalista	Missão “sagrada” de proteção e construção da nação	Liberdade atribuída pela democracia	Planificação lingüística	Estrutura da língua

Quadro 3 - Purismo nacionalista na passagem do século XX para o XXI

3.2 O lugar do dizer a língua do gramático

Os gramáticos também, de seu lugar de dizer a língua, exercem poder sobre o social – neste item, recupero discursos sobre estrangeirismos em gramáticas, cujas datas de edição variam de 1918 a 2000. Esses discursos encontram-se, em sua maioria, na seção dedicada aos vícios de linguagem, na qual se define e proscribe o estrangeirismo (fica clara, nessa seção, o purismo nacionalista desses instrumentos lingüísticos). No caso de gramáticas que não contêm essa seção, procurei indícios ao longo do texto para pensar esse discurso sobre o

uso da língua estrangeira: uma nota de rodapé, um comentário...⁴¹

Tomo as gramáticas como instrumentos de construção e legitimação de uma imagem da língua nacional, isto é, construção daquilo que se vem a chamar *língua nacional*. Gnerre (1985), como dissemos, já apontava a importância desses instrumentos no processo de legitimação de uma língua e de uma variedade na constituição das nações européias. Auroux (1992) também é autor que coloca em pauta esse papel político daquilo que conceitua como *gramatização*.

Mas essa produção de *saber* sobre a língua tem ainda um papel político importante na atualidade. As gramáticas são tomadas pelo “senso comum letrado”, em nossa sociedade, como instâncias de autoridade, e a elas os brasileiros adultos escolarizados recorrem para poderem falar de sua língua, para redigirem em sua língua, para tirarem dúvidas sobre o uso de sua língua. A mídia, por seu turno, apropria-se dos discursos das gramáticas; o faz não só por utilizar como autoridades citadas gramáticos ou professores que escreveram gramáticas, mas por reatualizar, como vimos no capítulo anterior, o purismo constantemente presente nesses instrumentos lingüísticos. Em suma, as gramáticas são as instâncias mais conhecidas que produzem um *saber* sobre a *língua nacional* no Brasil. Ao produzirem saberes sobre a língua portuguesa, *elas instituem realidades sobre como é essa língua nacional, sobre o que ela é e não é, sobre quando ela está ameaçada em seu jeito de ser*. Portanto, além de instâncias de legitimação de uma variedade de prestígio, parto da hipótese de que esses

⁴¹ ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3^a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1956.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
CIPRO NETO, Pasquale, INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares S.A., 1972.
FARACO, C. E., MOURA, F. M. *Gramática*. 12.ed. São Paulo: Ática: 2000.
MACIEL, Dr. Maximino. *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*. 7^a. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Aillaud, Alves & Cia: Paris, 1918.
MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
NICOLA, José de, INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 7.ed. São Paulo: Scipione, 1991.

instrumentos *produzem realidades lingüísticas para a nação*.

Bagno (2002) faz um estudo em que destaca semelhanças no discurso sobre estrangeirismos ao longo de parte da história do Brasil e de Portugal, do final do século XVIII até o início do século XXI. Grande parte desses discursos destacados pelo autor é de gramáticos/filólogos e escritores. Bagno chama a atenção para que, até o início do século XX, o estrangeiro-inimigo da língua portuguesa foi o francês. Cita, entre outros autores: Frei Francisco de São Luís, que no final do século XVIII abordava o “vício de falar francês”; Almeida Garret, que na primeira metade do século XIX falava da subserviência à “galomania”; Padre José Agostinho Macedo (1761-1831), que escrevia sobre a “peste francesa”; Cândido de Figueiredo (final do século XIX e início do XX), que reage contra a “malária francesa” ou o “enxerto de francesia”. O autor afirma que o mesmo discurso contra a língua estrangeira invasora agora se aplica ao uso do inglês no Brasil e mostra-o em textos de jornalistas, principalmente.

Aqui, retomo e desenvolvo estudos meus sobre a aproximação e o distanciamento entre discursos sobre estrangeirismos em gramáticas (MENDONÇA, 2003/2005a). Em Mendonça (2003), aponto as seguintes semelhanças entre esses discursos, que denominei *políticas de fechamento* operadas pelas gramáticas quanto ao uso lingüístico: a necessidade de demarcação/separação do estrangeirismo com as aspas; a necessidade de domesticação do estrangeirismo pela língua importadora, ou seja, a conformação daquele ao sistema lingüístico desta; a reação ao estrangeirismo que representa perigo à unidade lingüística nacional (antes, o francês; hoje, o inglês); a concepção do estrangeirismo como vício de linguagem. Vejamos um discurso, da primeira metade do século XX, em que algumas dessas *políticas de fechamento* ocorrem:

Discurso 29

Apesar do combate que lhes deram incansáveis vernaculistas, como Fr. Francisco de S. Luís, Filinto Elísio, Silva Túlio, Castilho e outros, **as palavras e expressões francesas vão tomando de assalto o nosso vocabulário, dele desterrando vozes e expressões castiças**. Isto se justifica pela posição saliente que ocupa a França na moderna civilização. Os escritores brasileiros contemporâneos, antes de se aperceberem do necessário cabedal de conhecimento do idioma pátrio, põem-se a ler as obras dos escritores franceses, viciando o estilo.(...)

É galicismo léxico o emprego desnecessário de uma palavra francesa em português, ou o emprego de uma palavra portuguesa com a acepção particular que tem no francês. (...)

Estendemo-nos um pouco na enumeração das palavras francesas para acautelarmos contra o seu emprego os menos experientes. **Usá-las, quando delas não haja necessidade, ou mesmo neste caso, sem as acomodar ao gênio da língua, constitui vício de linguagem.** (COUTINHO, 1936/1973, p. 195-196 – negrito adicionado)

Considerando-se a discussão feita sobre a relação entre língua nacional e escritores/gramáticos e outros integrantes da sociedade letrada, pode-se afirmar que, na primeira metade do século XX, a construção da unidade lingüística passava pela desmoralização do emprego do francês, já que seu uso era corrente devido à posição que ocupava a França na então “moderna civilização”. O repúdio ao “outro” (à outra língua) realiza-se ao mesmo tempo em que é feita a valorização do português, elevado em sua “qualidade” de idioma pátrio que deve ser preservado em sua “pureza”. Assim, produz-se uma realidade de que o uso do francês é vicioso e de que o português é língua pura: discursos como esses, pelo viés do *purismo nacionalista*, ajudam a produzir a unidade lingüística nacional. Compare-se esse discurso com o que se segue, já da segunda metade do século XX, constante na seção “Vícios de linguagem” da gramática. O uso “condenável” que se destaca já é o do inglês – essa, como veremos, é uma das realidades lingüísticas dessa segunda metade do século.

Discurso 30

Estrangeirismo – uso de palavras ou construções próprias de línguas estrangeiras. (...)

Exemplo de anglicismo condenável:

“O desenvolvimento de nossa Marinha Mercante é um dos pontos fundamentais para o *boom* da exportação.” (JB, 7/11/73) (CEGALLA, 1989, p. 530)

Como Bagno (2002), partirei principalmente das *coincidências discursivas* para pensar os discursos sobre os estrangeirismos nas gramáticas; mas essas coincidências, como as do item anterior, serão vistas como parte do processo dialógico que constitui o discurso em seu fluxo, em que há um trabalho sobre a palavra do outro, sobre o dado, quando da sua retomada, produzindo descontinuidades. Elas se condensam em estabilidade e instabilidade e se constituem como uma *contrapalavra* ao outro discurso que é reiterado.

Analisemos a coincidência discursiva que considera o estrangeirismo como um vício de linguagem. Taxar como vício de linguagem um uso lingüístico constitui um processo

explícito de exclusão – próximo àquilo que Foucault (1971/2001) denominou *interdição*, um mecanismo disciplinar de controle do discurso. Segundo o autor, temos três tipos de interdição: tabu do objeto, ritual da circunstância, direito exclusivo do sujeito que fala. A constituição de vícios de linguagem por nossa tradição gramatical encontra-se na região proximal da constituição de *rituais de modos de dizer* na divisão entre o bem-dizer e o mal-dizer.

Assim, *o disciplinamento da língua se dá não só pela transferência de paradigmas descritivos* – como entende Aurox (1992) –, *mas também pela constituição de uma norma prescritiva*. No caso do estrangeirismo, a norma prescreve como e quando usar a palavra/construção sintática estrangeira, e o uso que não se encaixa nas condições prescritas é colocado na ordem do discurso como vicioso. A palavra/construção sintática estrangeira só não é um “vício” quando já se produziu um “esquecimento” de que ela seja o discurso do outro. Podemos recuperar aqui o processo de internalização da palavra do outro de que nos fala Bakhtin (1979/2000), para quem, como vimos, no último estágio da internalização da palavra alheia, ela passa a palavra própria. Esse “esquecimento” do discurso alheio como estrangeiro – uma constituição de aparente “monologização” – é produzido principalmente nos contextos institucionais, e encontra nos dicionários e nas gramáticas um instrumento de difusão e fixação. No discurso a seguir, vê-se explicitado esse esquecimento da dialogização na produção do *neologismo* fruto de interferência lexical de outra língua. Esse esquecimento se dá via incorporação da palavra ao léxico da língua importadora e sua conseqüente adaptação à estrutura da língua (processa-se a *domesticação da língua estrangeira*):

Discurso 31

As palavras de origem estrangeira normalmente passam por um processo de aportuguesamento fonológico e gráfico. Quando isso ocorre, muitas vezes deixamos de perceber que estamos usando um estrangeirismo. Pense em palavras como **bife**, **futebol**, **beque**, **abajur**, **xampu**, tão freqüentes em nosso cotidiano que já as sentimos como portuguesas. Quando mantêm a grafia da língua de origem, as palavras devem ser escritas entre aspas (na imprensa, devem surgir em destaque – normalmente itálico: *shopping center*, *show*, *stress*).

Atente para o fato de que os empréstimos lingüísticos só fazem sentido quando necessários. É o que ocorre quando surgem novos produtos ou processos tecnológicos. Ainda assim, esses empréstimos devem ser submetidos ao tratamento de conformação aos hábitos fonológicos e morfológicos da língua portuguesa. São condenáveis abusos de estrangeirismos decorrentes de afetação de comportamento ou de subserviência cultural. A imprensa e a publicidade não resistem à

tentação de utilizar a denominação estrangeira de forma apelativa, como em expressões do tipo *os teens* (por adolescentes) ou *high technology system* (sistema de alta tecnologia).⁴² (CIPRO NETO, INFANTE, 1998, p. 109-110)

Consideremos a orientação constante nas gramáticas para a demarcação/separação do estrangeirismo com aspas. As aspas são uma manifestação marcada da heterogeneidade discursiva e um de seus efeitos de sentido é separar discursos estranhos, alheios aos discursos pronunciáveis pelo sujeito que usa a linguagem (Authier-Revuz, 1998). Maingueneau (1987/1993, p. 90) afirma a seu respeito que “Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo.” Depreende-se que as aspas podem ser vistas como um *tácito e taxativo* colocar à distância. Dessa feita, não só o vício de linguagem é proscrito pela *denominação e diferenciação* em relação ao “bom uso” no estabelecimento de rituais do como dizer (num processo que inclui a *gramatização* na constituição de seções para as gramáticas), mas também é marcado *graficamente*, pela *norma ortográfica*, como o “outro” de quem se deve separar.

Essa estabilidade na forma de prescrever uma norma para as relações entre línguas nacionais e estrangeiras – a constituição do estrangeirismo como vício de linguagem, sua demarcação com aspas, a exigência de sua domesticação – não se realiza a despeito das conjunturas históricas. As metáforas utilizadas para se referir à língua ou para descrevê-la, nesses discursos, permitem perceber uma adaptação das gramáticas ao modelo científico das ciências da linguagem dominante nos momentos históricos em questão.

Vejamos o caso da *naturalização das línguas*, isto é, sua tomada como organismos vivos em gramáticas dos três primeiros quartéis do século XX. Sua corporificação, presente nas metáforas que fazem referência ao ato de vestir-se, é recorrente, e a metáfora do “gênio da língua” também é recorrente nessas gramáticas, como se observa nos excertos abaixo:

⁴² Perceba-se que, neste caso, os gramáticos não tratam o uso de estrangeirismos pela imprensa e pelos publicitários como “erros” ou “desvios da norma culta”, mas como “tentação”, “forma apelativa”. Isso é indício de que o gramático realiza alianças mesmo quando “condena” usos da língua.

Discursos 32

Estendemo-nos um pouco na enumeração das palavras francesas para acautelarmos contra o seu emprego os menos experientes. Usá-las, quando delas não haja necessidade, ou mesmo neste caso, sem as acomodar ao **gênio** da língua, constitui vício de linguagem. (COUTINHO, 1936 /1973. p. 195-196 – negrito adicionado)

Indispensável se torna que o vocábulo exótico, ao entrar no português, se expunja desde logo de todos os estigmas, que lhe assinalam a ascendência, isto é, da marca exótica, de cunho alienígena, e sofra a naturalização, transplantação ou aclimação, **vestindo-se** dos característicos idiomáticos, adaptando-se à mesma forma daqueles com que vem concorrer, assumindo na república de palavras, que é o vocabulário ou léxico, a cor ambiente, a **feição mesológica**, o tipo ou a fâcies consentânea com **a fisionomia da língua do país**. (...)

Nota: Para que se justifique, o *neologismo* deve, antes de tudo, ser necessário e, depois, ser formado de acordo com o **gênio** da língua. Não sendo conveniente nem corretamente formado, o *neologismo* passa a ser *barbarismo*. (ALMEIDA, 1956, p. 404-407/418-419 – negrito adicionado)

(...) Onde, pois as novas palavras?

Provêm muitas da importação *estrangeira*, que pode ser *histórica* ou *episódica*, segundo uma nomenclatura pessoal, à falta de melhor. Quer dizer, formada a língua, o seu vocabulário se acrescenta com inúmeras vozes novas de *empréstimos* a outros idiomas, que, nem por isso, virão a cobrar a dívida. O mais das vezes tais empréstimos se ajeitam às fôrmas da língua adquirente, de tal modo que o apedeuta não está em condições de saber que esta ou aquela palavra é estranha ao acervo tradicional do idioma. (...)

Caído no uso comum, tende o estrangeirismo a **despir-se dos trajes forâneos e vestir-se ao jeito da terra**, como se vê em *pudim*, *bife*, *clube*, *fraque*, *mandioca*, *molambo*, *capivara*, *cigarro* ou *futebol*. (MELO, 1956/1971, p. 214/216. Negrito adicionado)

Perceba-se que a mesma metáfora do gênio da língua e sua importância para se pensar o uso de palavras estrangeiras já está presente no purismo nacionalista de nossos escritores românticos: “Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada: a gramática e o gênio da língua” (DIAS, in PIMENTEL PINTO, 1978, p. 38). Isso é indício do cruzamento desses discursos ao longo da história, em que o escritor se apóia no discurso dos gramáticos e estes, no daquele.

Essas metáforas são mais recorrentes nos discursos até a década de 70 do século XX. Uma explicação para essa ressignificação do discurso sobre o estrangeirismo pode-se encontrar nas críticas desenvolvidas por lingüistas, levando a um estilo supostamente mais “objetivo” (diga-se: “científico”) nos discursos sobre língua⁴³. É que as concepções

⁴³ Castilho (1988), em coletânea de artigos distribuída às escolas estaduais do estado de São Paulo, lista critérios inconsistentes usados em gramáticas na definição da norma lingüística, entre eles critérios norteados por uma concepção *naturalista* da língua.

lingüísticas e seus paradigmas científicos haviam se modificado na passagem do século XIX para o XX. Os estudos lingüísticos do século XIX, sob impacto dos trabalhos do alemão Augusto Schleicher, faziam-se com a aproximação aos estudos da natureza, visto ser a biologia ciência “rigorosa” que serviria de modelo para colocar os estudos sobre a linguagem no rol das pesquisas “científicas”. Leite (1999) considera o *purismo ortodoxo* uma atitude lingüística que se realiza sob a concepção evolucionista da língua, predominante no século XIX: a língua, face ao perigo da morte/extinção, deveria ser preservada segundo o modelo dos clássicos. Já no século XX, com o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem, e no Brasil, sob a influência da lingüística de linha saussuriana, configurou-se um espaço científico não propício para a concepção de discursos sobre língua carregados das metáforas “biologizantes”, sequer utilizadas no modelo biologizante de Chomsky, bastante produtivo, em termos científicos, na atualidade pela relação com a neurologia e com a metáfora do funcionamento computacional da linguagem.⁴⁴

Minha hipótese é que, embora os desenvolvimentos da lingüística não encontrem diretamente eco no fazer gramatical tradicional, eles influem de alguma forma nesse fazer. Para justificar essa afirmativa, é necessário considerar as relações entre lingüística, conteúdo de ensino e gramáticas tradicionais. A lingüística hoje tem encontrado um espaço no ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras – apesar do pouco espaço dedicado a ela na mídia de referência – tendo em vista a influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) no direcionamento pedagógico, principalmente na rede pública (cf. análises no próximo item). Os Parâmetros incorporaram (à sua forma, é certo) muito das pesquisas desenvolvidas na relação entre lingüística e ensino. Por outro lado, as gramáticas tradicionais dividem com a Lingüística um espaço nos cursos de Letras brasileiros desde 1962, quando o Conselho Federal de Educação a incluiu como disciplina obrigatória nesses cursos. É de se esperar, portanto, que se meschem, na prática docente dos professores, conteúdos escolares produzidos a partir do produto dos estudos desenvolvidos

⁴⁴ Ver Possenti (2001), em polêmica na mídia sobre a questão: “Há muitos problemas no texto de Colucci. Há outro de ordem geral que diz respeito à própria metáfora da evolução. Os lingüistas a abandonaram no final do século passado [século XIX], depois de a cultivarem de variadas formas e terem percebido que não funciona. Explica pouco e mal. As metáforas hoje são outras. A lingüística mais biologizante é a chomskyana, mas sua metáfora é computacional, isto é, privilegia as operações do cérebro, não o próprio organismo.”

no interior da Lingüística e conteúdos já “tradicionalmente” escolares instrumentalizados pelas gramáticas.

Assim, tendo em vista não só a tradicional relação entre gramáticas prescritivas e pedagogia de línguas no Brasil, como também a recente presença da lingüística na definição do conteúdo pertinente ao ensino de língua – tal como colocado nos PCNs –, e ainda a *disciplina* lingüística presente nos cursos de Letras nas últimas décadas, compreende-se que grande parte desses instrumentos lingüísticos incorpore conteúdos como “Funções da Linguagem” e “Variação Lingüística”. Além disso, uma nova concepção de língua tornava-se necessária para uma ainda legitimação desse *saber gramatical*, de forma que ele parecesse “científico” na então conjuntura dos saberes lingüísticos que enfatizava ora o aspecto social da linguagem, ora o estrutural. Seguindo esta lógica de modernização do instrumento sob influência da Lingüística, o fazer gramatical teria que abandonar atitudes de preconceito lingüístico duramente criticadas pela Sociolingüística. A seção “Vícios de linguagem” deveria, então, não mais fazer parte desses instrumentos lingüísticos. Mas não é o que se observa em muitas gramáticas das três últimas décadas do século. O velho e o novo caminham juntos em muitas dessas gramáticas: apesar de a língua ser tomada mais como *estrutura* do que como *organismo* – o que é “moderno”, apesar de ainda estar longe de ser fato social como o propõe a Sociolingüística –, ainda o estrangeirismo não é *fato estrutural*, mas *indício de doença* (porque é “vício”).

Mesmo gramáticas que não apresentam a seção dedicada aos vícios de linguagem, e por isso resvalam para os discursos “modernos” dos lingüistas que rejeitam os preconceitos lingüísticos, podem ainda revelar-se puristas em relação ao uso de estrangeirismos, configurando parte do que estou chamando de *purismo nacionalista*. Então, na transferência de instrumentação lingüística, o estabilizado historicamente não só diz respeito ao conteúdo, à divisão do objeto e, portanto, do *saber* sobre ele que é então reiterado, mas também diz respeito à atitude lingüística: a apreciação sobre o uso de palavras/estruturas sintáticas estrangeiras.

Tomemos o caso de Cunha (1972). Essa gramática, já no início da década de 70, não continha uma seção para tratar de vícios de linguagem, mas vejamos um fragmento seu a seguir.

Discurso 33

O emprego do GERÚNDIO com valor de ORAÇÃO ADJETIVA tem sido considerado por certos gramáticos um galicismo intolerável. Cumpre, no entanto, que é antiga no idioma a construção quando o GERÚNDIO expressa a idéia de atividade atual e passageira. Exemplo:

Vi um menino / **chorando**. /

Distinto deste é o emprego, cada vez mais freqüente nos dias que correm, do GERÚNDIO como representante de uma ORAÇÃO ADJETIVA que designa um modo de ser ou uma atividade permanente do substantivo a que se refere:

Apareceu um homem / **tendo um nariz aquilino**. /

Preciso de uma secretária, / **sabendo falar inglês**. /

Tal construção é um simples decalque do francês. (CUNHA, 1972, p. 418)

Este é um discurso de um *enunciador-científico* que converge com o discurso que lingüistas vêm fazendo nessas três últimas décadas, sobre os “exageros” puristas de certos gramáticos; um *enunciador-científico* que pesquisa, na história do uso do português, as ocorrências do gerúndio – os lingüistas (diga-se, cientistas da linguagem) criticavam os gramáticos pela prática de simplesmente reproduzir discursos de outros gramáticos, sem realizar pesquisa empírica séria.⁴⁵

No entanto, também se encontra na seqüência desse discurso um *enunciador-purista-nacionalista*, que defende a pureza da língua: “Tal construção é um simples decalque do francês”. Então, no interior de uma gramática “moderna”, o estrangeirismo continua sendo posto como uma construção a ser evitada, pois introduz um elemento estranho à estrutura da língua importadora; ainda é tomado, senão como vício de linguagem, pelo menos como um uso lingüístico criticável. Temos aí a convivência do novo e do antigo no discurso do gramático da década de 1970.

Vejamos também o discurso abaixo.

Discurso 34

VÍCIOS DE LINGUAGEM

(...) **estrangeirismo** – é o emprego de palavras ou expressões estrangeiras ainda não adaptadas ao idioma nacional:

O exame *antidoping* obrigatório continua longe do tênis. (Thales de Menezes)

A divisão de *merchandising* da Rede Globo deu um belo presente à Casa dos Artistas. (Maria Lúcia Rangel)

⁴⁵ Ver Perini (1985).

Estrangeirismo	forma equivalente em português
bom-tom	educação, boas maneiras
costume	traje, vestido, terno
chance	oportunidade, ocasião, vez
salta aos olhos	é claro, é evidente
show	espetáculo, exibição (...)

Quando o vocábulo estrangeiro revela-se muito útil ou necessário, tende a adaptar-se à pronúncia e grafia do português. É o que chamamos de “aportuguesamento”. Veja:

beef – bife

basket-ball – basquetebol (...) (FARACO & MOURA, 2000, p. 596-597)

Na seção “Vícios de linguagem”, afirma-se, acima, que “chance” é estrangeirismo, ou seja: palavra estrangeira ainda não adaptada ao idioma nacional. Sabemos que, neste caso, já houve um aportuguesamento da palavra, que se pronuncia segundo o sistema fonético/fonológico do português, e com ortografia compatível com nosso sistema ortográfico. Reitera-se, assim, um discurso cristalizado no tempo; discurso de que os gramáticos lançam mão sem reflexão mais profunda: não é coerente com o conceito por eles mesmos elaborado (ou adotado). Entretanto, pelos exemplos escolhidos, os gramáticos inscrevem-se nos discursos “modernos”, diga-se “científicos”, em que as fontes devem ser jornais/revistas – em contraposição a um fazer gramatical “antigo/conservador”, que privilegiava o texto literário⁴⁶.

O novo convive com o antigo nesta gramática também por outro viés: ao mesmo tempo em que temos um discurso purista pela própria presença da seção “Vícios de linguagem”, temos um discurso “científico” (Discurso 35), que descreve a língua, considerando o inglês uma língua que enriquece o português na atualidade, inclusive quando mantém seu aspecto gráfico e suas características fonológicas de origem.

Discurso 35

No português atual continuam ativos os mesmos processos formadores de palavras. A título de exemplificação, apresentamos algumas ocorrências frequentes, **entre as inúmeras que têm caracterizado o enriquecimento do léxico contemporâneo do português falado no Brasil.**

1. Largo emprego de palavras estrangeiras, sobretudo emprestadas do inglês, aportuguesadas ou não.

Na base da competição sem lei, ameaças de desemprego e lucro a todo custo, a selvageria

⁴⁶ Ibid., p.86-87. O autor defende um fazer gramatical que use como padrão a norma técnico-jornalística.

do sistema econômico faz do estresse a doença deste fim de século. (Revista de Domingo, Jornal do Brasil)

estresse – do inglês stress: conjunto de reações do organismo a agressões de ordem física, infecciosa, e outras.

Gugu inaugura o maior parque indoor da cidade. (O Estado de São Paulo)

indoor – do inglês indoor: em ambiente fechado.

Noite da região agita-se com novos points.

Point – do inglês point: ponto de encontro para lazer ou diversão, sobretudo noturna. (...) (FARACO & MOURA, 2000, p. 189 – negrito adicionado)

Comparados, os dois fragmentos parecem pertencer a discursos distintos, cada um deles inscrito numa perspectiva. Isto mostra que o fazer gramatical contemporâneo dialoga com os discursos que o circundam: de um lado se vê compelido a dialogar com o passado, reatualizando o já-estabelecido; por outro, moderniza-se incorporando discursos sobre os funcionamentos da língua no seio da sociedade, funcionamentos que têm sido objeto de estudo dos lingüistas.

Outra gramática do final do século XX comenta um neologismo – *iloviei* – em um grafite em muro de cidade paulista, e se insiste que as formas “*iloviar*” e “*ilovi*” devem ser lidas com a vogal inicial como é pronunciada em inglês (Discurso 36). Por outro lado, os gramáticos mostram como o neologismo segue as regras morfológicas do português: “da expressão inglesa *I love you* a pessoa formou o verbo **iloviar** (ailoviar), de primeira conjugação./ **Iloviei** é uma primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo iloviar, que apresenta o radical *ilovi* (ailóvi) + a vogal temática de primeira conjugação **a** + a desinência **r**.” Assim, ao mesmo tempo que os gramáticos reatualizam o velho princípio do aportuguesamento segundo o gênio da língua, esse discurso é investido pelo “tema”, tal qual o concebe Bakhtin/Volochinov (1929/1988). Nessa contrapalavra, pode-se entrever o valor que se atribui à palavra inglesa neste contexto histórico, “no calor da globalização”, pelos gramáticos incorporarem o automatismo do uso do inglês – temos nesse caso uma postura “mais livre” frente aos neologismos, um “descuido” que o rigor normativo condena, quando da orientação para leitura de “*iloviei*” como “*ailoviei*”.

Discurso 36

(...) para neologismar, não basta apenas criatividade; é necessário obedecer a certas normas da língua para compor os vários segmentos que formam a estrutura da palavra. Caso contrário, torna-se

impossível decodificá-la.

Veja um caso: do inglês *surf* temos a forma aportuguesada **surfe**. Acrescentando uma vogal temática de primeira conjugação ao radical **surf-**, temos o tema **surfa-**. Mais a desinência do infinitivo temos **surf****ar**. Ainda com o radical **surf-** mais o sufixo **-ista** temos **surfista** (aquele que pratica o esporte) (...)

GIL, I LOVE YOU COMO NUNCA I LOVIEI NINGUÉM

(Desenho a partir de grafite num muro em Santo André – SP)

Observe que a pessoa apaixonada criou um neologismo, um verbo novo, obedecendo a certas regras da estrutura de palavras: da expressão inglesa *I love you* a pessoa formou o verbo **iloviar** (ailoviar), de primeira conjugação.

Ilovei é uma primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo iloviar, que apresenta o radical *ilovi* (ailóvi) + a vogal temática de primeira conjugação **a** + a desinência **r**. (NICOLA, INFANTE, 1991, p. 73)

Essa gramática também se mostra “moderna” ao não falar em vícios de linguagem – esta seção não existe nesta gramática – e, quando se trata de assuntos relacionados àquilo que tem sido postulado como vício nas gramáticas tradicionais ao longo do século XX, isso é feito de forma difusa, em boxes espalhados ao longo do texto.

Pode-se dizer que os discursos sobre os estrangeirismos, ao longo do século XX no Brasil, apesar de coincidentes, de carregarem consigo valores cristalizados no tempo, produzem-se segundo circunstâncias históricas diferentes, o que lhes dá configuração diversa. Os discursos produzidos no interior da lingüística têm um papel importante nesta configuração: o *científico* dos três primeiros quartéis do século é diferente do *científico* do último – e aqui fica claro que a *vontade de verdade* movente orienta esses discursos. O primeiro discurso está preso a uma concepção de língua relacionada à evolução biológica. O segundo, a uma língua que deve ser pensada em seus aspectos políticos/sociais e, neste caso, principalmente estruturais. Mas, nos discursos recentes, temos, na contrapalavra do gramático, dois discursos concorrentes: um científico (segundo os moldes de cientificidade atuais) e outro purista (por vezes, *purista nacionalista*), que era o científico segundo os parâmetros do século XIX.

Além disso, uma certa “assimilação” daquele que mantém um domínio em diversas esferas da vida social, cultural, econômica e política convive com a reação à dominação,

esta presente na força do discurso normativo e purista. Força purista que me parece desequilibrar esse confronto observado nos discursos.

Esse desequilíbrio de forças era de se esperar. As gramáticas funcionaram, como vimos, ao longo de nossa história, por um lado, como instrumentos que possibilitaram um conhecimento de línguas de povos a serem colonizados – o que permitiu a catequização, o glotocídio e até o genocídio –; por outro lado, funcionaram como instrumentos de construção de nacionalidade, através da descrição de uma variedade lingüística e sua imposição como língua nacional. Assim, a realidade *língua nacional*, construída nesses instrumentos, não só é homogênea no sentido de estar livre da “variação sem controle”, mas também no sentido de estar livre da influência do estrangeiro, o qual deve ser mantido além das fronteiras que a norma estabelece. *O purismo, então, tem sido condição necessária desses instrumentos na construção da unidade nacional.* Dessa forma explica-se sua permanência, não por ser um fato lingüístico – como propõe Leite (1999) –, mas por ser instrumentalizado nos instrumentos políticos que são as gramáticas.

Considerando que a subjetivação seja um *construto*, isto é, como outras realidades sociais, seja produzida por instituições, dispositivos e mecanismos vários, não se dando como uma realidade preestabelecida, podemos dizer que os instrumentos lingüísticos constituem um espaço para essa construção do *sujeito-nacional* sob o signo de uma identidade nacional. Da mesma forma que as gramáticas instituem uma *língua nacional* homogênea, pura, elas também ajudam a constituir nossa identidade nacional ainda com o lacre da pureza, da unidade. *Mais que técnicas de transferência de saber* (como propõe Aurox, 1992), *elas são instrumentos de produção de saber*, e também por isso *instrumentos de ação no social e no político.* Esta é uma positividade desses instrumentos disciplinares, também expressa nos discursos sobre estrangeirismos: ajudam a constituir a unidade lingüística que produz a Nação.

Por um sistema de referências entrecruzadas, o gramático exemplificando suas normas como resultantes do “bom uso” dos escritores e estes remetendo às normas da defesa da língua, *o lugar de dizer a língua se deixa ocupar pelo escritor e pelo gramático,*

concomitantemente: um sustenta o outro. Mas há, nas gramáticas a partir da década de 70, as remessas a exemplos do uso da escrita exterior ao cânone (grafite, no Discurso 36); a incorporação de discursos sobre os funcionamentos da língua no seio da sociedade; os exemplos de linguagem retirados de jornais/revistas; a ausência da seção dedicada aos vícios de linguagem. Todos esses elementos indiciam que um novo pacto está em construção: os gramáticos, para permanecerem em um mundo que se imagina “cientificizado”, começam um diálogo com o outro lado, os lingüistas, mas se recusam a divorciar-se da tradição que o binômio escritor-gramático fixou.

Dessa maneira, há necessidade de considerar um outro lugar de dizer a língua que se configura no final do século XX e início do XXI: o do lingüista – este, representando o *saber científico* produzido no interior das universidades brasileiras, abre espaço entre os outros que dizem a língua em nosso social.

3.3 O lugar de dizer a língua do lingüista

3.3.1 A universidade, as humanidades e a lingüística

Uma primeira hipótese que tenho sobre o lugar do lingüista dizer a língua é que haja pouco reconhecimento social da lingüística no país. Acredito que esta falta de valorização seja, em parte, devido a uma crise das humanidades no contexto brasileiro atual.

A universidade e, por extensão, seus membros são vistos no Brasil como apartados do social. São comuns as perguntas que indagam sobre qual é (ou deve ser) a relação da universidade com a sociedade. Ou como inserir aquela nesta. Essas questões já pressupõem que universidade e sociedade sejam realidades distintas.

Ribeiro (2002) mostra como uma mínima parcela da sociedade brasileira teve acesso ao ensino universitário na história do país, apesar do expressivo aumento da população universitária a partir das décadas de 1950 e 1960. Segundo a autora, o número de matrículas registradas no ensino superior amplia-se de 96.691 em 1960 para 425.478 em

1970, e para 1.377.286 em 1980. Face à população total do país na entrada da década de 1960 (mais de 70 milhões), temos nessa época menos de 2% da população freqüentando o ensino universitário. Ribeiro destaca, a partir de trabalho de Rossato, que a ampliação de matrículas que se verifica nessas décadas se dá em função da Reforma 5.540/68, com a qual o governo federal cria mecanismos para a expansão do ensino superior:

(...) [o governo federal favoreceu] a criação de IES em cidades de grande, médio e pequeno porte, desde que atendesse a interesses políticos do momento: passou-se de 260 instituições em 1960 para 441, em 1968; para 756, em 1972; e para 843, em 1974, havendo em 1974 apenas 57 universidades. O crescimento se deu via instituições particulares e, sobretudo, através de estabelecimentos isolados. (RIBEIRO, 2002, p. 366-367).

Já a década de 80 registra um inexpressivo aumento de alunos matriculados: de 1.377.286 em 1980, para 1.594.668 em 1994. Ainda segundo a autora, o número de IES passa de 865 em 1980 para 873 em 1994.

A esses dados acrescenta-se o da escolarização universitária em 2004:

Apesar do aumento da oferta de cursos superiores, apenas 9% dos jovens [brasileiros] de 18 a 24 anos de idade estão na faculdade, comparado a 27% no Chile, 39% na Argentina, 62% no Canadá e 80% nos EUA. (GENRO, PALOCCI, 2004)

Os números indicam que o ensino universitário, apesar da expansão das últimas décadas, constitui realidade ainda distante da maioria do povo brasileiro. Mas isso explica só em parte por que a universidade e seus membros (entre eles os lingüistas) são vistos como distantes da sociedade e até apartados dela. Outra forma de pensar a separação entre sociedade e universidade é considerar que esta não represente aquela, ou seja: a sociedade brasileira não está representada na universidade porque esta é elitista e branca, principalmente a universidade pública. É com base nessa concepção que políticas atuais buscam democratizar a universidade brasileira pelo viés da inclusão, na universidade, da população de baixa renda e de etnias historicamente desprestigiadas. É o caso de projetos de lei que propõem cotas nas universidades para esses segmentos sociais (PL 3198/00) e a

proposta do PROUNI (PL 3582/04) – como foi dito, essas políticas também apontam a existência de separação entre o conhecimento científico produzido em contexto acadêmico e segmentos da sociedade que não têm acesso a ele; resultam ainda da separação entre oportunidades sociais e econômicas, geradas pelo ensino universitário, e determinados segmentos sociais, que ficam alheios a elas.⁴⁷

É preciso considerar que, ao longo das últimas décadas, as relações entre universidade e sociedade variaram em função de diferentes concepções políticas que dominaram o cenário nacional. Chauí resume essas relações:

Os anos 70, silenciando a universidade crítica, deixaram realizar o sonho de ascensão social da classe média da ditadura, destruindo a qualidade do ensino público em todos os graus, na alegria da massificação. Os anos 80 acreditaram numa universidade autônoma e democrática, capaz de equilibrar as exigências do rigor acadêmico e as demandas de uma sociedade marcada pela carência, pela miséria e pela violência. Os anos 90 tornaram-se prosaicamente *realistas*: do lado das associações docentes, estudantis e de funcionários, o discurso está centrado na idéia de *interesse das categorias*, enquanto do lado das direções universitárias prevalece o discurso de *eficiência, produtividade e competitividade*, associado à imagem de ligação umbilical entre os *interesses da sociedade*

⁴⁷ “1. O Programa Universidade para Todos (**PROUNI**) visa democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior (...)

5. Logo, na medida em que o PROUNI incentiva as instituições privadas a oferecerem uma bolsa de estudo para cada nove alunos regulares, permite-se, assim, que estudantes de baixa renda, oriundos da rede pública de ensino básico, transponham a enorme barreira hoje colocada para os que terminam o ensino médio e sonham poder cursar a educação superior. Além disso, se a elevação do padrão educacional de uma população não for suficiente, como medida isolada, para se alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico, é certo que, criadas as demais condições, ela é medida indiscutivelmente necessária para que tal ideal seja atingido. (...)

9. Assim sendo, este Projeto de Lei tem o altivo propósito de modificar a difícil realidade do ensino superior no Brasil, pois o país figura entre os países da América Latina com uma das mais baixas taxas de cobertura do ensino superior. Apesar do aumento da oferta de cursos superiores, apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos de idade estão na faculdade, comparado a 27% no Chile, 39% na Argentina, 62% no Canadá e 80% nos EUA.

10. A meta proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.172 de 06 de janeiro de 2001) é a de prover, até o final da década, educação superior para pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos, razão pela qual torna-se imperativo que tais medidas sejam adotadas imediatamente, ampliando o número de bolsa de estudo para alunos de baixa renda. (PL 3582/04, GENRO, PALOCCI, 2004)

Proposição: **PL-3198/2000**

Ementa: Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências. (projeto de lei proposto pelo deputado federal Paulo Paim (PT/RS), com a proposta de cotas em universidades para afrodescendentes, PAIM, 2000)

civil e da pesquisa, isto é, os interesses do mercado. (CHAUÍ, 2001, p. 142-143)

Se a universidade brasileira, na década de 70, massificava-se buscando permitir o acesso da “classe média da ditadura” a estruturas de poder; se nos anos 80 precisava democratizar-se no sentido de “atender às demandas de uma sociedade marcada pela carência, pela miséria e pela violência”; e se precisava ser produtiva conciliando interesses da sociedade civil e da pesquisa na década de 90... é porque a universidade tem sido vista como afastada do “social” – este ora identificado com “classe média aliada da ditadura”, ora com “sociedade carente”, ora com “mercado”. No entanto, como acredita Chauí (2001), a universidade é uma instituição social e não deveria ser vista como desligada das demandas da sociedade, não deveria ser vista como uma “outra” realidade: ela modificou-se em função das ideologias políticas ao longo das últimas décadas e foi usada a favor dessas – é, portanto, elemento constitutivo do tecido social, este entendido no sentido amplo do termo.

Some-se a essa separação entre universidade e sociedade uma crise das “humanidades”, e está configurado um contexto histórico apto a construir os embates entre lingüistas e outros membros da sociedade letrada. Sobre essa crise, afirma a filósofa que há no Brasil um “(...) desprestígio crescente das humanidades, uma vez que sua produção não pode ser imediatamente inserida nas forças produtivas, como os resultados das ciências” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Assim, as humanidades são tidas como “(...) peso morto nas universidades, como lugar da letargia e do desperdício” (CHAUÍ, 2001, p. 108).

Partindo da análise dos debates e exposições apresentados em simpósio internacional sobre a situação do ensino e da pesquisa em humanidades e ciências sociais no Brasil e na América Latina (organizado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 1994), a autora destaca que uma das preocupações que mais foram postas em evidência foi o lugar, papel e sentido da universidade e, particularmente, das ciências humanas e sociais, na sociedade contemporânea. Na perspectiva da filósofa, configura-se nessas preocupações algo de que os pesquisadores ainda não haviam se dado conta, ou seja, a *inessencialidade das humanidades*, proclamada desde 1964 no Brasil.

Num primeiro momento, de 1964 a 1974, essa inessencialidade teria aparecido sob a imagem do perigo subversivo: “Éramos inessenciais para um projeto político do qual surgíamos como adversários: o projeto de “integrar a nação” à modernidade capitalista” (CHAUI, 2001, p. 161).

O segundo momento, segundo a autora, situa-se entre 1974 e 1985. Entre outros aspectos históricos citados por Chauí, destaco a reformulação curricular realizada: o surgimento da licenciatura curta em ciências sociais e em letras veio atender à unificação das disciplinas de história, geografia e ciências sociais na de “estudos sociais”, e das disciplinas de língua e literatura na de “comunicação e expressão”. Também houve a exclusão da filosofia do então segundo grau.⁴⁸ Essas mudanças, entre outros fatores, encolheram o campo de atuação dos formandos nas áreas de humanidades. Adicione-se a isso o fato de ter havido a desvalorização da pesquisa no interior das universidades e sua valorização em institutos externos a elas, que absorveram pesquisadores universitários:

Como observou Francisco de Oliveira, enquanto, na universidade, as direções institucionais pertenciam aos quadros da administração ditatorial e não representavam a produção intelectual, que por isso permanecia invisível ou na sombra, nos institutos e centros privados, as direções e os pesquisadores se confundiam e se representavam mutuamente perante a opinião pública política e acadêmica, dando visibilidade e prestígio ao que se fazia fora da universidade, como se nesta nada se fizesse. (CHAUI, 2001, p. 163)

É assim que, de acordo com a autora, foi possível não buscar, nas humanidades que se faziam nas universidades, a solução para problemas sociais brasileiros advindos da grande crise mundial do capitalismo, conhecida como “crise do petróleo”. Apesar do *boom* das ciências sociais nesse período, ele não atinge as universidades brasileiras, que seriam inessenciais pois reproduziriam escolarmente o que se pensava e se pesquisava nos centros e institutos de pesquisa externos – é preciso destacar aqui que mudanças ocorridas no período da ditadura política brasileira levaram a uma “escolarização” das universidades, como interpreta Chauí, reduzindo recursos das universidades públicas, mantendo quase fixo

⁴⁸ A partir de 2005, essa disciplina foi re-introduzida na grade curricular do Ensino Médio.

o quadro de docentes e ampliando o número de vagas (isso gerou uma queda na qualidade de ensino dos cursos de graduação e licenciatura).

Um terceiro momento em que se situa a inessencialidade das humanidades se dá desde 1985 até nossos dias. Segundo a autora, essa inessencialidade aparece na terceira etapa de duas formas diferentes: ora de maneira *acusatória* (os ex-membros da universidade, que foram para os institutos privados de pesquisa, acusaram-na de improdutiva, corporativa, rotineira, irrelevante, a despeito de todo o processo de descaracterização por que ela passara devido às investidas da ditadura política e do fato de ela oferecer a esses institutos os pesquisadores formados nela); ora produzida pelas *condições materiais da sociedade brasileira*, entre outros fatores relacionadas ao neoliberalismo, à globalização, à fragmentação e dispersão dos conhecimentos que levam à “crise dos paradigmas” que caracteriza a pós-modernidade. Segundo a autora, a saída dessa crise, apontada por muitos, seria a “modernização” realizada, por exemplo, pela constituição de “universidade de serviços” ao mercado, baseada na docência e pesquisa de “resultados”.

Mas lembra Chauí que esse processo nos faria voltar ao modelo medieval de universidade, cujo sistema de ensino estava submetido a uma verdade e a um saber transcendentais, externos a ela, dos quais a Igreja era senhora absoluta; no novo modelo, o conhecimento estaria ligado a outro senhor, este profano, o mercado. Outro “arcaísmo” da modernização proposta seria o reaparecimento do “mecenato”, em que a produção científica está ligada ao interesse de poder econômico do órgão financiador. Assim é que a filósofa chama a atenção para como essa “modernização” das humanidades destruiria a própria concepção moderna do conhecimento, que se constituiu segundo o “trabalho autônomo e a autonomia criadora” (CHAUÍ, 2001, p. 167).

A autora propõe um *combate* a esse discurso da “modernização” em duas frentes: “uma delas voltada para o sentido e significado das teorias e pesquisas e outra voltada para o campo da instrumentalidade institucional” (CHAUÍ, 2001, p. 170). A primeira proposta consiste em concentrar esforços – diga-se, pesquisas – na compreensão das razões que levaram à crise dos paradigmas, por um lado, e por outro, tomar o ensino não como transmissão de conhecimentos, mas espaço para a “aparição de sujeitos de conhecimento”

(não o dissociando da pesquisa), e encaminhar as pesquisas para as questões que envolvem “as carências e demandas profundas da miséria e do desemprego da classe trabalhadora da nossa sociedade” (CHAUÍ, 2001, p. 172). Quanto às condições instrumentais do trabalho acadêmico – segunda proposta -, a autora sugere políticas que envolvem a reformulação das relações das humanidades com as agências de financiamento e a difusão dos resultados das pesquisas.

Chama a atenção, na exposição feita, tanto a crise das humanidades quanto a luta contra ela, produzida no seu próprio interior. Como veremos a seguir, também os lingüistas reagem à falta de reconhecimento da disciplina, esta incluída na crise das humanidades e sofrendo efeitos semelhantes aos observados em outras disciplinas da área.

Segundo Rajagopalan (2003), no cenário internacional, a lingüística é ciência que tem sofrido reveses, perdendo espaço em vários meios universitários e também no seu reconhecimento social. Nos EUA, há diminuição de verbas para pesquisas na área e casos de fechamento de departamentos, como o da Universidade de Yale; no Reino Unido, a situação se repete, e muitos departamentos de lingüística têm se transformado em “(...) simples prestadores de serviços a longa distância, assinando convênios em países distantes na África e no Oriente Médio que necessitam de treinamento em larga escala de professores de inglês etc” (RAJAGOPALAN, 2003, p.38).

O autor acredita que, no Brasil, haja também uma crise da lingüística e que esta diga respeito ao seu pouco reconhecimento social; face a isso, o autor defende que os lingüistas enfrentem o momento assumindo um compromisso social em sua prática científica, buscando uma intervenção no plano político. Isto é: o lingüista, como cientista social, teria um importante papel a desempenhar a serviço da comunidade, contribuindo “(...) para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade à qual pertence” (RAJAGOPALAN, 2003, p.123). Para o autor, não seria suficiente uma maior divulgação das pesquisas feitas na área; seria preciso que houvesse uma maior interação entre o lingüista e o “leigo”, já que aquele teria assumido uma postura arrogante em relação a este. Segundo o autor, para os lingüistas, “(...) o leigo é demasiado ingênuo e precisa ser devidamente instruído para pensar de forma correta” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 102); e se

travaria um diálogo de surdos entre lingüistas e “leigos”, sem que um lado quisesse realmente ouvir o outro.

Assumo, como o autor, que haja no Brasil um vão que separa lingüistas e senso comum, já que, como se verá nas análises de debates, um produz do outro simulacros, um compreende o enunciado do outro segundo suas próprias “categorias”, o que faz parecer impossível a ambos a aceitação de argumentos. Mas resta definir quem vem a ser o “leigo” de quem o lingüista se afasta – o falante comum (aquele que está na periferia da cidade das letras)? a sociedade letrada, que vem excluindo ao longo da história da nação o “falante comum” de seus círculos? os professores da mídia e os jornalistas, com quem os lingüistas têm se confrontado e que produzem, baseados na tradição gramatical, o senso comum sobre língua no país?

Além disso, quando se fala em *crise da lingüística*, deve-se considerar pelo menos dois aspectos: crise da relação da lingüística com qual setor da sociedade? A crise é efetiva ou é *falta de reconhecimento*?

Como argumentarei neste estudo, os conhecimentos produzidos pela lingüística tiveram um papel importante nas *relações de ensino* no país, e ainda têm. A falta de valorização se dá na *mídia*, que continua ainda bastante purista, em que pesa mais a tradição gramatical brasileira do que as posições dos lingüistas. *Assim, acredito que a falta de valorização deve ser localizada num setor específico do social*. Ademais, talvez não caiba, para este setor, a idéia de crise da lingüística no país, pois não houve momento algum, mesmo quando o estruturalismo estava em evidência na universidade brasileira, que essa disciplina tivesse alguma projeção na mídia nacional. Dessa maneira, o senso comum brasileiro – produzido institucionalmente principalmente pela mídia – é guiado pela forte tradição purista de nossas gramáticas tradicionais.

Face a esse *desconhecimento social*, pode-se dizer que alguns lingüistas pleiteiam um espaço nas discussões públicas sobre língua. Faraco (2002) chama a atenção para a falta de “popularidade” da lingüística, apesar de se constituir como saber científico desde fins do século XVIII. Segundo o autor, as pessoas só têm acesso ao dizer “mítico” sobre a língua: “Em termos de língua, ainda vivemos culturalmente numa fase pré-científica e, portanto, dogmática e obscurantista” (FARACO, 2002, p. 39). Frente à situação, esse lingüista

assume a língua como instrumento político. Deseja, portanto, que a lingüística tenha um maior espaço na esfera sócio-política:

Se pensarmos que a questão da língua no Brasil não é uma questão apenas lingüística, mas, antes de tudo, uma questão política, uma questão que interessa à *polis* como um todo, na medida em que ela atravessa diretamente e afeta profundamente inúmeras situações sociais (...) fica evidente que está mais do que na hora de se instaurar, no espaço público, um indispensável embate entre os múltiplos discursos que dizem a língua no Brasil; de colocar a voz da lingüística no campo das batalhas culturais como uma voz pelo menos equípole com as demais. (...) Aos lingüistas, coloca-se o desafio de (...) buscarem meios para projetar sua voz, contribuindo, assim, para a instauração de uma necessária guerra cultural entre os discursos que dizem a língua no Brasil. (FARACO, 2002, p. 39/47)

Trata-se, como diz Faraco, de guerras em torno da língua, guerras entre os que dizem a língua no país. O autor reivindica também uma participação nas decisões sobre *políticas e planificações lingüísticas* que sejam propostas.

Calvet (1993/2002), comentando as “gestões sobre o plurilingüismo”, inclui a participação dos lingüistas (considerando-se o contexto mundial) nesse jogo decisório de *poder dizer a língua*. Distingue a “gestão *in vivo*” da “gestão *in vitro*”. No primeiro caso, a população, cotidianamente confrontada com o problema da comunicação, resolve-o. Um exemplo seria o fenômeno da *neologia espontânea* que, segundo o autor, foi particularmente ativo nas sociedades coloniais africanas, confrontadas com tecnologias (o trem), com estruturas (o hospital) ou com funções (governador) importadas das metrópoles, as quais era preciso nomear. O segundo caso trata-se, segundo o autor, de uma abordagem do poder, *envolvendo lingüistas e suas hipóteses, análises, descrições, de um lado, e o Estado/políticos com suas escolhas e ações, de outro.*⁴⁹

O interesse dos lingüistas pelas políticas e planificações lingüísticas no Brasil se ampliou após o deputado Aldo Rebelo propor o Projeto de Lei n. 1676/99. Em julho de 2000, a ABRALIN (Associação Brasileira de Lingüística), após simpósio sobre o assunto,

⁴⁹ Talvez pudéssemos dizer que tanto a gestão *in vivo* quanto a *in vitro* constituem “abordagens do poder”, porque as gestões *in vivo* como a neologia “espontânea”, por exemplo, também se produzem porque a população se sente acuada pelo poder das práticas que invadem sua vida cotidiana e lhes dá uma “resposta lingüística”, digamos assim.

colocou-se à disposição do Congresso Nacional para prestar assessoria no processo de discussão e formulação de leis sobre a questão. Temos aí uma organização dos lingüistas propondo-se a uma maior participação política na sociedade e, por consequência, reivindicando um reconhecimento social como especialistas em linguagem. Entretanto, não me parece que essa discussão tivesse como principal objetivo uma ação corporativa, para reforçar o poder da disciplina na sociedade brasileira. Sem dúvida, houve também esse objetivo, que acabou sendo alcançado:

(...) não foi por acaso que o Projeto de Lei Aldo Rebelo foi efetivamente discutido, criticado e substituído na Comissão de Educação do Senado Federal (...). Tampouco foi a solidez do nosso conhecimento lingüístico que se impôs aos parlamentares. Foi determinante para o embargo da proposta inicial, isto sim, a gestão política – que, embora de caráter institucional, porque referendada pelas três associações acadêmico-profissionais da área, a saber, ABRALIN, ALAB e ANPOLL, resultou de um processo de engajamento pessoal, de dura aprendizagem e ação custosamente coordenada de um pequeno grupo de lingüistas que tomaram a si a tarefa de levar adiante o compromisso profissional e social da comunidade científica em lingüística de se fazer presente nas questões da vida nacional que digam respeito à sua especialidade técnica, compromisso assumido pela ABRALIN em 1998 (...). (GARCEZ, 2004, p. 136-137)

Acredito que os lingüistas poderem participar das discussões sobre políticas lingüísticas no país não é algo que traga lucros prioritariamente à categoria; a sociedade, de forma geral, deve se beneficiar das pesquisas realizadas sobre língua e atitude lingüística. Por isso, não me parece que os lingüistas, como propõe Rajagopalan (2005), devam ficar fora das discussões sobre políticas e planificações lingüísticas. Essas são sim tarefas de políticos, mas há lingüistas que buscam na ciência uma forma de intervenção na esfera política.

Um outro lado a se considerar quando se fala em planificação lingüística é o do falante comum da língua. Calvet (1993/2002) aponta que conflitos podem advir da divergência entre a “gestão *in vivo*” e a “gestão *in vitro*”, por exemplo presentes quando se busca impor a um povo uma língua que ele não considera como tal, mas dialeto, ou quando se tenta impor uma língua minoritária, se já existe uma outra amplamente utilizada. Um

fato que ilustra situação conflituosa entre planificação lingüística e sentimento do falante é a gestão *in vitro* responsável pela construção de um padrão lingüístico para a Noruega, quando, depois de três séculos de dominação dinamarquesa, esse país passou para a jurisdição sueca no início do século XIX. A situação lingüística, à época, era a seguinte: coexistiam o dinamarquês como o padrão urbano e diferentes “dialetos”. Numerosas propostas de padronização lingüística se sucederam, incidindo essencialmente sobre a grafia da língua:

(...) se oporiam inicialmente o dinamarquês (*dansk*) ao norueguês (*norsk*), depois o *rigsmaal* ao *landsmaal*, o *bokmaal* ao *landsmaal* e, por fim *bokmaal* ao *nynorsk*. Por trás dessas classificações, há realidades variáveis: *rigsmaal* e, depois, *bokmaal* designam sempre a língua mais próxima do dinamarquês, enquanto o *landsmaal* e, depois, o *nynorsk* designam a língua que se tentou padronizar, partindo dos diferentes dialetos do país. (CALVET, 1993/2002, p. 152-153)

Assim, ao longo do século XX, foram votadas pelo Parlamento norueguês várias reformas ortográficas, em que os defensores do *bokmaal* são sobretudo de direita e os do *nynorsk*, de esquerda. Essas duas línguas coexistem até hoje, sendo encontrados tanto jornais como livros didáticos redigidos em ambas. Entretanto, uma pesquisa de opinião mostrou, em 1945, que a população preferia uma fusão do *landsmaal* com o *nynorsk*, o que revela que, neste caso, “(...) os sentimentos lingüísticos, a política lingüística “espontânea”, *in vivo*, eram diferentes das escolhas dos planejadores, *in vitro*, muito mais marcados que o conjunto de falantes pela vontade de distinguir o norueguês do dinamarquês” (p. 153).

Isso revela que o sentimento do falante também deve influenciar no poder decisório das instâncias institucionais, detentoras de poder.

A política lingüística suscita problemas de controle democrático (não deixar os que tomam decisões fazer o que lhes der na telha) e de interação entre a análise das situações feita pelas instâncias de poder e a análise sempre intuitiva, feita pelo povo. (CALVET, 1993/2002, p. 148)

3.3.2 O lingüista e um lugar de dizer a língua: as relações de ensino

Conforme Geraldi (1996b/2005), a constituição da *disciplina* Lingüística, “aquilo que é requerido para a produção de novos enunciados” (FOUCAULT, 1971/2001), constituiu-se no Brasil em polêmica com os estudos gramaticais, cujos enunciados estavam sujeitos ao juízo do certo/errado, ao caráter prescritivo. Na lingüística, ao se propor que “o informante adequado para dizer a língua é o falante”, ao se priorizar a descrição lingüística, produz-se uma ruptura com a disciplina gramatical e se institui uma nova ordem para a produção dos enunciados, excluindo qualquer julgamento de certo/errado. O autor acredita ter sido este o “pecado original” da lingüística no mundo letrado: dar autoridade sobre a língua ao falante – mesmo que vários trabalhos não focalizem a oralidade, esse é o enfoque que, no plano do ideológico, se atribui socialmente à disciplina. Defende Geraldi que, então, desde o início de sua “implantação” no país, nos anos 60, a lingüística teve que “provar a que veio”, em confronto com os gramáticos e filólogos. Veja-se que nem se cogitava ainda um espaço na mídia, buscava-se um espaço na academia.

É assim que a introdução da lingüística como disciplina universitária no Brasil, na década de 60, teve que ser justificada – não bastava ser ciência para ser estudada, foi preciso provar para que servia. Uma das formas de justificar sua importância foi a aplicação ao ensino de línguas (maternas e estrangeiras). Geraldi (2005) cita como dados relevantes para pensar a participação da lingüística no ensino praticado no Brasil – portanto, como *dado para pensar a constituição de um lugar para dizer a língua no país* – o Centro de Lingüística Aplicada do Yázigi, da década de 60 e o surgimento do LAEL, um importante centro de pesquisa da PUC/SP, à mesma época.

(...) a Lingüística, para nascer entre nós, teve que antes mostrar a que veio. Justificar sua utilidade. E inicialmente isso se fez pela rápida absorção entre nós da “lingüística aplicada” ao ensino de línguas estrangeiras, mas também pela presença dos lingüistas em projetos de ensino de língua materna. (GERALDI, 2005)

Essa hipótese de Geraldi é confirmada, em parte, pela de Rajagopalan (2004), segundo quem a lingüística aplicada tem um papel importante (e deverá ainda ter) para

tornar a lingüística socialmente relevante. Sua aplicação aos problemas vividos pelas sociedades, principalmente na área da educação, faz com que, segundo o autor, o lingüista desça de sua “torre de marfim” e olhe para a realidade social que o rodeia. Rajagopalan defende que, devido às origens epistemológicas da disciplina lingüística, o cientista da linguagem construiu um saber que, autonomista e distante do “senso comum”, diz pouco aos homens e suas relações com a língua. Por essa razão, a disciplina teria “deixado os lingüistas na mão”, isto é, teria produzido a cisão entre saber acadêmico e saber do senso comum, teria produzido o fosso entre lingüista e sociedade.

(...) quero sustentar a seguir que foi sobretudo *a lingüística como disciplina* que nos deixou na mão – e nem tanto os lingüistas em seu esforço de difundir uma mensagem.

A pergunta que devemos nos fazer é: que tipo de lingüística é essa que nos deixou na mão? Em seu livro *Politics of Linguistics*, Frederick Newmeyer (1986) defende seu modo preferido de fazer lingüística. O autor o chama de “autonomismo” e o distingue de dois outros modos antagônicos – a “abordagem humanista” e a “abordagem sociológica”. Em suas palavras,

[Os defensores da abordagem autonomista] tomam a língua como um cientista naturalista estudaria um fenômeno físico, isto é, *privilegiando as propriedades que existem a despeito das crenças e valores dos falantes individuais ou da natureza da sociedade em que a língua é falada*. (Newmeyer 1986: 5-6) (grifos meus)

Todo cientista, inclusive o lingüista, está autorizado a depurar de um fenômeno o tipo de objeto que quer estudar. Mas há um preço a pagar quando o grau de abstração é tão alto que o objeto estudado não tem quase nenhuma semelhança com o modo como os homens e mulheres comuns compreendem o mesmo fenômeno. E, para os homens e mulheres comuns, a língua é um potente símbolo investido de conotações sociais e muitas vezes étnicas (...). (RAJAGOPALAN, 2004, p. 33)

No entanto, neste item veremos que parte da lingüística (portanto, não só a lingüística aplicada) teve uma grande influência nas relações de ensino no país. Sua introdução na instituição escolar deveu-se também ao contexto histórico-ideológico desenvolvimentista vivido nas décadas de 1960/1970. Como ciência “neutra”, descritivista, portadora da verdade sobre língua, firmou-se nas ciências humanas como ciência-piloto e primou pelo enfoque estruturalista da linguagem. Como tal, era adequada à lógica neoliberal aplicada ao modelo científico, que contribui para que a disciplina viesse a se

firmar como ciência produtiva (objetiva, exata, diga-se: “científica”) para alavancar o ensino no país e o desenvolvimento nacional.

Destacarei duas grandes ramificações dos estudos lingüísticos que considero mais relevantes para o ensino de língua portuguesa hoje no país: *os estudos sobre a textualidade e sobre variação e normas lingüísticas*; farei um esboço de sua história recente e mostrarei em que medida influenciaram as relações de ensino no Brasil.⁵⁰

Nas décadas de 80 e 90 do século passado, houve várias publicações no país que apontavam o texto ora como elemento central nas aulas de língua, ora como objeto de estudo pela lingüística. Além disso, vários autores refletiram sobre o uso escolar do texto (MENDONÇA, 2005c).⁵¹

Em 1984, a discussão sobre a importância do texto como eixo em torno do qual se construiria o conteúdo do ensino de língua portuguesa ganhou corpo com a publicação de *O texto na sala de aula*, coletânea organizada por Geraldi. A coletânea reúne artigos de diversos lingüistas e educadores que já haviam sido publicados em revistas especializadas a partir de 1975. O livro traz, entre outros artigos de Geraldi, “Concepções de linguagem e ensino de português” e “Unidades básicas do ensino de português”, que retomam texto do autor de 1981, “Subsídios metodológicos para o ensino de língua portuguesa” (Cadernos FIDENE, n. 18), o qual foi transformado em proposta de ensino de língua portuguesa. A partir de uma concepção de linguagem embasada na lingüística da enunciação, em que o foco são as relações interativas entre os sujeitos nos processos de enunciação (o que envolve, no interior da escola, atividades de escuta/leitura, fala/escrita, reformulação/reescrita e, portanto, envolve atividades de uso da língua e de reflexão sobre si, o mundo e a linguagem), *o autor propõe que as atividades de análise lingüística*

⁵⁰ Assumo que a retrospectiva que trago ao leitor é parcial e está centrada em áreas específicas e em lingüistas que pesquisam/pesquisavam e ensinam/ensinavam em universidades paulistas. Mas a amostra parece-me já representativa das influências da lingüística nas relações de ensino no país e da conquista, portanto, de um lugar para dizer a língua.

⁵¹ Essa pequena retrospectiva dos estudos sobre a textualidade no Brasil e sua interferência no ensino faz parte de artigo meu escrito como requisito para qualificação de área em Lingüística Textual e publicado em *Cadernos de Qualificações* – Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas. (1), p. 143-156, 2005.

ocorram a partir do texto do aluno, em atividades de reescrita tendo em vista aspectos textuais, morfológicos, fonológicos e sintáticos. Em outro artigo do livro, o autor chama a atenção para a transformação do *texto* em *redação* em contexto escolar: nas atividades de produção de textos no interior da escola, tem-se a *função-aluno* que escreve uma *redação* (não um *texto*) para uma *função-professor*, e não se tem um *sujeito* que usa a palavra, produz um *texto* para um *interlocutor* interessado no que o sujeito-autor diz. O professor, na *função-professor*, *avalia* não como um leitor efetivo, mas só dá a esse olhar um tom normativo, tomando o texto como objeto *formal*. Nesse sentido, para o autor, a *escolarização do texto* anula o professor como leitor, o aluno como autor e o texto como objeto de interação intersubjetiva; isto é, essa escolarização atua principalmente sobre a subjetividade da atividade de linguagem.

Outros estudos sobre redações escolares e em provas de vestibulares também chamaram a atenção para o uso que se fazia dos textos em contexto escolar e ajudaram a divulgar os conceitos de *coesão* e *coerência* textuais.

Pécora (1982/1988, 1983/1992), ao analisar dissertações de vestibulares, chama a atenção para o fato de que os problemas encontrados nesses textos são fruto das condições de produção em que se dá a escrita na escola, que retiram da linguagem sua qualidade de *ação intersubjetiva*. O autor aborda diferentes problemas presentes em textos de vestibulandos: problemas na oração, de coesão textual e de argumentação. Entre estes últimos, podemos destacar o uso de *noções confusas* (que acabam sendo utilizadas como “argumentos-coringa”, prestando-se à demonstração de qualquer tese, ainda que nada digam a seu respeito – e com elas o candidato abandona qualquer projeto de posicionamento pessoal diante do tema); e de *segmentos congelados de linguagem* (*lugares-comuns*, reprodução de outros discursos). Neste último caso, segundo o autor, a imagem do interlocutor – excessivamente rígido, estereotipado – estaria agindo sobre o produtor do texto de forma a tolhê-lo e levá-lo a esconder-se atrás do lugar-comum. O autor conclui que “o processo escolar tende fortemente a uma falsificação das condições de aprendizado da escrita, desvinculando-a de todo *empenho* pessoal de atuação sobre diferentes interlocutores” (p. 163). Assim, a prática da escrita estando esvaziada de sentido,

restaria ao educando preencher seu “texto” com modelos e estereótipos admitidos pela instituição escolar.

Em 1988, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo reimprime, em *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º. e 2º. graus – coletânea de textos*, artigos publicados em 1978 em *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 2º. grau*, textos que visavam implementar a Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º. grau (de 1977). De acordo com Ilari, em 1980 essa era “a melhor antologia de textos relevantes para o ensino de língua materna, escritos por professores brasileiros” (ILARI, 1992, p. 105). No entanto, afirma o autor – o qual escreveu artigo para a coletânea – que a Secretaria da Educação do estado não promoveu cursos e seminários aos professores da rede, como previsto, de forma a permitir uma penetração suficiente das idéias da lingüística. Nessa coletânea, encontra-se artigo de Lemos (1988) que considero importante para a reflexão sobre a textualidade escolar. A autora afirma que os “desvios” do discurso escrito dos vestibulandos que analisa resultam de operações de “preenchimento de uma estrutura vazia” que corresponde a um modelo que o adolescente tem do discurso dissertativo escrito escolar. Um dos fatores indicativos dessa “estratégia de preenchimento” é o mau uso das conjunções. Esse modelo estereotipado de discurso escrito barraria a reflexão do vestibulando.⁵²

A lingüista também aponta um outro fator complicador da escrita em contexto escolar, em que há a ausência de um interlocutor empírico imediato, além de haver uma superposição de interlocutores – entre eles o interlocutor representado e o professor-examinador. Dessa forma, caberia à escola ajudar o aluno a construir a interlocução no discurso escrito – o que o ajudaria a evitar o preenchimento aleatório de uma estrutura pronta.

Val (1991/1994), analisando dissertações produzidas em vestibular da UFMG, encontra como principal “problema” dos textos a falta de informatividade⁵³. Como a

⁵² Este estudo de Lemos é desenvolvimento de pesquisa realizada com redações de vestibular na década de 70. Para maiores detalhes a respeito dessa reflexão sobre “estratégias de preenchimento”, consultar Lemos (1977).

⁵³ A informatividade “(...) diz respeito ao grau de previsibilidade (ou expectabilidade) da informação contida no texto” (Koch, Travaglia, 1990, p. 70-71).

informatividade de um texto deveria ser calculada pelo autor tendo em vista uma representação do leitor, a autora conclui que faltava aos textos dos candidatos uma relação intersubjetiva na produção da significação. Também Bastos (1994), ao analisar narrativas produzidas por alunos de ensino médio, reflete sobre a relação intersubjetiva na produção textual escolar. Chama a atenção para a *necessidade de se definir a situação de interlocução em que se inserem aluno e texto para que se possa falar em coerência e coesão nesses textos* – segundo a autora, como para os outros autores citados, a artificialidade da situação de uso da língua na escola é fator que prejudica a qualidade dos textos dos alunos. Ela mostra ainda que se faz necessária uma distinção entre texto escrito e falado nas relações de ensino: muitos dos “problemas” de coesão em textos escritos são interferências do modelo de língua a que os alunos têm mais acesso – ou seja, a língua falada. No estudo da autora, um exemplo significativo dessa interferência é o uso dos tempos verbais.

Os autores citados, em diferentes perspectivas teóricas, concebiam o texto como *parte de uma atividade social, histórica e/ou interativa*. Ele não era tido como uma seqüência verbal somente, mas um todo que, para significar, precisava do *eu* e do *outro* em relação entre si e/ou em relação com o contexto sócio/histórico em que se realizava a leitura.

Na mesma época, serão veiculadas outras pesquisas que terão também um papel importante na divulgação do conceito de *textualidade*. Fávero e Koch (1983) se propõem introduzir o leitor na então recente área da Linguística Textual no Brasil, apresentando desde uma exposição do que consistia o projeto de elaboração de gramáticas textuais até resenhas informativas de obras que são relevantes para o campo de estudo do texto. Já nesta obra, apesar de forte o enfoque nas gramáticas textuais, citavam-se autores que apontavam para um conceito de texto construído pragmática ou discursivamente.

Koch (1989), Koch e Travaglia (1989, 1990) e Fávero (1991) também expõem e comentam, com análises de textos, o quadro teórico da Linguística Textual que se configurava no exterior do país. Nessas obras, está presente um enfoque descritivo dos fenômenos de coerência e coesão textuais. Em Koch e Travaglia (1990), o conceito de coerência textual assumido é o de Charolles, que, com toda a sua força, está atrelado à

subjetividade e à situação sócio-comunicativa: “não existe o texto incoerente em si, mas o texto pode ser incoerente em/para determinada situação comunicativa.” (p. 50). Vista dessa forma, a coerência textual ganha uma dimensão importante na leitura e análise de textos escolares, ampliando as possibilidades de interpretação tendo em vista os interlocutores, o conhecimento partilhado entre eles, a focalização dada no texto etc. Em Koch (1989) e Fávero (1991), há propostas de classificação dos mecanismos de coesão⁵⁴. As autoras exemplificam esses mecanismos em textos e fragmentos de textos, oferecendo ao leitor-professor uma ferramenta importante para ampliar as possibilidades do “olhar” para o uso que o aluno faz da linguagem. A coesão, dessa forma, revela-se como um instrumento que pode mostrar como aspectos gramaticais estão necessariamente relacionados à textualidade – o estudo das autoras torna-se particularmente importante quando recuperamos o discurso da “gramática aplicada ao texto”, que vem circulando como uma necessidade de realização metodológica nas aulas de língua portuguesa nessas últimas décadas.

Essa relação entre as marcas lingüísticas e aspectos ligados ao sentido dos textos é desenvolvida por Koch em seus livros seguintes. Por exemplo: em Koch (1992), tem-se uma exploração da relação entre linguagem e argumentação; em Koch (1998), aponta-se para casos em que há intersecção entre coesão e coerência (segundo a autora, casos em que as relações coesivas demandam um cálculo maior por parte do leitor para produzir um sentido para o texto), e para a importância da repetição como estratégia na construção de sentidos para o texto falado.

Marcuschi (2001) escreve sobre oralidade/letramento e atividades de retextualização, priorizando nessas atividades o estudo da passagem do texto falado para o escrito, e o estudo dos gêneros orais. Esta obra, como a de Koch (1998), estava em bibliografia indicada em concurso público para professores de Língua Portuguesa do Estado de São Paulo no começo deste século, indiciando não só a relevância dos estudos sobre o texto feitos pelos autores, mas ampliando sua capacidade de atuação, supostamente tendo sido lidos pelos professores. Enfoco, a este respeito, a importante contribuição dos

⁵⁴As autoras, nestas obras, têm propostas diferentes para essa classificação. Pelos objetivos que me coloquei neste estudo, não explorarei/comentarei essas propostas; remeto o leitor interessado no tema às obras. Recentemente, Koch reviu sua classificação – ver Koch (1998).

lingüistas também para o estudo do texto oral, que tem se centrado, no Brasil, em dados colhidos pelo Projeto NURC.

Vejamos como esses estudos de lingüistas foram incorporados às atividades escolares. Um indício de sua importância é o valor que os *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (Língua Portuguesa) – daqui para frente, PCNs –, de 1997, documento dirigido aos educadores brasileiros, dá à textualidade. Um dos objetivos de ensinar língua portuguesa para o ensino fundamental brasileiro, segundo os PCNs, é “*utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos* de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso” (BRASIL, 1997, p. 32 – *itálico adicionado*). No documento, a valorização do *uso da escrita e da fala* substitui a supervalorização de estudo da metalinguagem gramatical presente nas gramáticas tradicionais, direcionando o trabalho gramatical a ser realizado na sala de aula para os aspectos observados no uso lingüístico dos alunos:

Discurso 36

Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise lingüística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (por exemplo, o estudo ordenado das classes de palavras com suas múltiplas subdivisões, a construção de paradigmas morfológicos, como as conjugações verbais estudadas de um fôlego em todas as suas formas temporais e modais, ou de pontos de gramática, como todas as regras de concordância, com suas exceções reconhecidas). **O que deve ser ensinado não responde às imposições de organização clássica de conteúdos na gramática escolar, mas aos aspectos que precisam ser tematizados em função das necessidades apresentadas pelos alunos nas atividades de produção, leitura e escuta de textos.** (BRASIL, 1997 – *negrito adicionado*)

Outro indício de como o estudo da textualidade feito pelos lingüistas foi incorporado nas relações de ensino é a constituição dos conceitos de coesão e coerência em critérios de correção de “redações” em vestibulares de grandes universidades.⁵⁵ Vejamos

⁵⁵ Em Mendonça (2005c), mostro que a conversão desses conceitos, que no interior da lingüística têm um aspecto *descritivo*, em “critérios de correção de redação”, faz com que adquiram um caráter *normativo*. Além disso, o texto, no contexto escolar, acaba sendo concebido ainda como uma *estrutura*, não uma *atividade*.

fragmentos de *Manuais de Candidatos* e de um *Guia do Vestibulando* em que fica clara a importância da coerência e coesão na avaliação da redação:

Discursos 37

A redação, de gênero dissertativo, deverá desenvolver o tema proposto e apresentar as propriedades de coesão, coerência e progressão temática. (...) (*Unesp - Universidade Estadual Paulista – 2. vestibular 2003. Manual do Candidato*, p. 27)

Na correção da redação, serão examinados três aspectos que os avaliadores considerarão, tanto quanto possível, separadamente. (...)

2. Estrutura

Consideram-se aqui, conjuntamente, os aspectos de coesão lingüística (nas frases, períodos e parágrafos) e da coerência das idéias.

Maior ou menor coerência refletem a capacidade (ou incapacidade) do candidato para relacionar os argumentos e organizá-los de forma a deles extrair conclusões apropriadas. Devem ser considerados aspectos negativos a presença de contradições entre frases ou parágrafos, a falta de encadeamento argumentativo, a circularidade ou quebra de progressão discursiva, a falta de conclusão ou, pior ainda, a presença de conclusões não decorrentes do que foi previamente exposto.

Aspectos negativos relativos à coesão são, entre outros, o estabelecimento de relações semânticas impróprias entre palavras e o uso inadequado de conectivos. (...) (*Manual do Candidato – FUVEST 2004*, p.37)

A prova de Redação em Língua Portuguesa tem o objetivo de avaliar a habilidade de expressão na modalidade escrita em prosa e de aplicação das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa na produção textual. O candidato deverá produzir um texto dissertativo (...), legível, caracterizado pela coerência e pela coesão, com base em um tema formulado pela banca examinadora. (...) (*Guia do vestibulando – 2. vestibular 2003 – CESPE/UnB*, p. 63)

O objetivo principal é avaliar o nível de fluência com que o candidato se expressa, utilizando-se da modalidade culta da língua portuguesa no Brasil, em seu registro formal escrito. Serão observados tanto a organização coerente das idéias, como também o domínio de mecanismos coesivos típicos da língua culta. (...) (*Manual do Candidato – Universidade Federal de Viçosa – vestibular 2004*, p. 31)

Sua redação será avaliada segundo os seguintes critérios: (...)

2. A coerência:

Na avaliação da coerência de sua redação, será levado em conta o tipo de texto. Por exemplo, em um texto dissertativo, avaliar-se-á a sua capacidade de relacionar argumentos e de organizá-los de forma a deles extrair conclusões apropriadas; em um texto narrativo, avaliar-se-á a sua capacidade de construir personagens e de relacionar, de forma verossímil, ações e motivações.

3. A coesão:

Seu texto deverá ser bem estruturado e coeso. Neste item será avaliada, portanto, sua capacidade de empregar adequadamente os recursos (vocabulares, sintáticos e semânticos) de que dispõe a língua portuguesa, para relacionar os termos ou segmentos na construção de um texto. Em outras palavras, você deverá demonstrar que sabe fazer uso adequado, por exemplo, dos pronomes e das conjunções.

Deverá também demonstrar que sabe estabelecer relações semânticas adequadas entre as palavras da língua portuguesa. (*Manual do candidato – Vestibular Nacional Unicamp – 2004*, p.40)

Ao mesmo tempo em que o lingüista obtém um lugar para dizer a língua nas relações de ensino quando o tema é *textualidade*, também o faz quando se fala sobre variação lingüística. Na pequena retrospectiva que farei de estudos que enfocaram a questão, optei por buscar aqueles que teriam mais chance de atingir o público leigo e professores, seja pela publicação “didatizada”, seja pela editora de grande circulação nacional, seja pela projeção do livro/artigo em meio acadêmico e escolar.

No Brasil, já em 1961, temos a publicação de *Manual de Expressão Oral e Escrita*, de Mattoso Câmara Jr., em que o autor fixa “(...) o padrão de *correto* e *incorreto* a partir da obediência ou não a *uma linguagem normal*, praticada por toda a sociedade” e reconhece o caráter variável da linguagem (LEITE, 1999, p. 198).

Foi a partir da década de 1970 que pesquisas de sociolingüística propriamente dita foram realizadas no país. Em 1974, saiu publicada no Brasil uma coletânea de artigos de autores que influenciaram as pesquisas feitas aqui na área da sociolingüística. A coletânea reuniu artigos de, entre outros autores, W.Bright, J. Fishman, W. Labov, J. Fisher, C. Ferguson. Na Introdução à coletânea, Paulino Vandresen destaca ser essa a primeira antologia de textos, no Brasil, nesta área da lingüística, que busca com os artigos clássicos selecionados definir “(...) as dimensões e a metodologia básica da sociolingüística” (VANDRESEN, 1974, p. 12), as quais seriam úteis aos pesquisadores brasileiros. O autor aponta a relação entre o desenvolvimento da sociolingüística e o contexto educacional norte-americano das décadas de 1960/1970. Quanto ao contexto brasileiro, escreve:

No Brasil, por exemplo, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) convocou uma reunião com os lingüistas brasileiros, apresentando problemas que estão a exigir pesquisas sociolingüísticas relacionadas com dialetos sociais. Os sistemas estaduais de ensino vêm sentindo o problema do ensino de língua nacional, particularmente no 1. grau. É fácil entender-se a problemática, considerando-se a meta governamental de dar educação básica sistemática de 8 anos contínuos (7 a 14 anos) a todos os brasileiros. Muitas vezes, tem-se atribuído à deficiência mental problemas de aprendizagem em crianças de baixa condição social que têm explicação sociolingüística bem elementar. (VENDRESEN, 1974, p. 11)

Vale a pena destacar, da referida coletânea, artigo de Labov (1974). Nele, o sociolinguísta fala sobre os estágios da aquisição do inglês padrão e aponta diretrizes para a pesquisa sobre os problemas da escola urbana, de forma a permitir que a aprendizagem do inglês padrão se torne possível às crianças e jovens de guetos, residentes em área suburbana de Nova Iorque. Suas considerações são importantes para pensar o ensino da língua padrão a crianças e adolescentes que não têm acesso a ela em sua instância privada de uso da linguagem, e que têm dificuldade na leitura, escrita e uso oral dessa variedade lingüística – situação em que se encontrava (e se encontra ainda hoje) a maioria das crianças brasileiras que chegava à escola nas décadas de 1970/1980. Nos estágios de aquisição da linguagem, o autor aponta os seguintes momentos:

1. *A gramática básica*: estágio em que a criança está sob a influência lingüística dos pais;
2. *O vernáculo*: adquirido entre cinco e doze anos, em que se dá aprendizagem do dialeto local – com vizinhos, amigos –; é, segundo o autor, o mais importante estágio do ponto de vista da evolução da linguagem;
3. *Percepção social*: adquirido no início da adolescência, em que a criança entra em contato com o mundo adulto, em que se expõe a outras formas novas de fala, e aí sua reação subjetiva já se aproxima ao padrão adulto;
4. *Variação estilística*: estágio em que há a variação estilística, que está, na pesquisa de Labov, diretamente relacionada à permanência do adolescente na escola;
5. *O standard consistente*: segundo o autor, trata-se da “habilidade de mudar para um estilo consistente de fala e mantê-lo com uma razoável consistência [por um período determinado de tempo]” (LABOV, 1974, p. 67); as pesquisas de Labov apontavam que essa habilidade era adquirida basicamente pelos grupos de classe média;
6. *Totalidade da amplitude*: diz respeito à habilidade de usar uma amplitude de estilos apropriados para várias ocasiões – Labov conclui que poucos o conseguem, e estes são principalmente pessoas com nível de educação universitária com interesse especial na fala.

Labov mostra que a maioria dos novaiorquinos não consegue atingir os estágios 5 e 6 por conta de um *conflito de sistemas de valores* nas relações de ensino. Considerando a língua um sistema de integração de valores, Labov alia a variação lingüística à identificação com amigos e família, à questão da masculinidade, à pressão do grupo de amizades. Importante para este estudo não somente é o conflito de valores simbolizado na fala dos professores e na dos alunos, mas também no confronto da fala de ambos, que interfere, segundo o autor, diretamente na aprendizagem da língua padrão.

Embora os professores de inglês tenham sido premiados durante muitos anos para tratar o vernáculo simplesmente como “diferente” do inglês *standard*, é claro que a atitude predominante é que o vernáculo dos alunos é “mau inglês”, “incorreto”, e fala “desleixada”. Seria surpreendente se isso não ocorresse. O levantamento da cidade de Nova Iorque mostra que estas opiniões dos professores refletem um sentimento quase universal da comunidade de fala. O conflito é encoberto: tanto o professor quanto o aluno podem estar parcialmente conscientes dos sistemas de valor que levaram ambos a uma inflexível oposição. (...) (LABOV, 1974, p. 72)

A proposta do autor é que os lingüistas, com suas pesquisas sobre variação lingüística, possam ajudar os professores a superar os problemas de ensino de língua padrão a esse grupo de alunos que apresenta problemas no seu uso, superar essa “crise” do desempenho de grupos sociais desfavorecidos seja economicamente, seja étnica e/ou culturalmente. Vê-se também, nesse texto de Labov, o primeiro traduzido e editado aqui, o discurso da *diferença lingüística* substituindo o do *déficit lingüístico*, déficit este consequência de um suposto *déficit social*.

Essa perspectiva aparecerá com mais força em outro texto do autor (LABOV, 1972): concluindo estudo do inglês não-padrão utilizado por adolescentes negros de Harlem, Nova Iorque, o autor mostra que a teoria do déficit lingüístico, apoiada numa concepção equivocada do social, é falsa. Labov também questiona os métodos através dos quais psicólogos e sociólogos haviam chegado às conclusões de que houvesse esse déficit. As entrevistas a que se submetiam os adolescentes negros eram assimétricas e estes, com medo da maneira como suas respostas seriam utilizadas, respondiam de forma

“monossilábica” às questões que lhes eram feitas. Utilizando outra metodologia de abordagem do vernáculo (com um observador vindo do espaço social dos pesquisados, com o encontro desse observador feito em grupos de amigos adolescentes, e com enfoques temáticos da entrevista que se relacionavam com seu universo cultural), Labov mostra que a linguagem desses adolescentes tem uma gramática bem estruturada e é lógica, enquanto que a utilizada pelos adolescentes da classe média seria “verborrágica”, “afetada”, “vaga”. Assim, Labov valoriza a fala dos adolescentes negros do Harlem e culpa à escola, não a eles, pelo insucesso na instituição. Mas, ao valorizar essa fala, o autor cai num “preconceito às avessas”, desvalorizando a fala do jovem de classe média. O autor está em contexto histórico em que os adolescentes negros e pobres fracassam na escola e seu fracasso é atribuído, de forma racista, a seu grupo étnico-social. É por tentar destruir o argumento de seus oponentes que o autor radicaliza e cai em outro extremo. Mas, apesar deste senão, seu trabalho é importante e leva a olhar o vernáculo não-padrão como contendo uma gramática própria, regras específicas de funcionamento, o que lhe dá um estatuto de linguagem bem estruturada e desqualifica o preconceito de que são vítimas seus usuários.

Segundo Leite (1999), foi na década de 1980 que surgiram os primeiros trabalhos brasileiros na área da teoria da variação lingüística, de cunho laboviano. Fernando Tarallo é apontado como um dos primeiros pesquisadores seguidores de Labov no Brasil. Em 1985, escreve *A pesquisa sociolingüística*, em que divulga, além dos resultados de uma pesquisa sua sobre aspectos sintáticos do português do Brasil, a metodologia de trabalho de Labov, os resultados de alguns dos trabalhos desse lingüista e os pressupostos que subjazem a essas pesquisas. Destaco a seguir passagens do livro do autor que dialogam com os discursos citados anteriormente; nelas, Tarallo chama a atenção para a gramaticalidade daquilo que parece um “caos” lingüístico:

Analisar e aprender a sistematizar variantes lingüísticas usadas por uma mesma comunidade de fala serão nossos principais objetivos. O modelo de análise a ser desenvolvido nesse livro é o que se convencionou denominar “teoria da variação lingüística”. Trata-se de um modelo teórico-metodológico que assume o “caos” lingüístico como objeto de estudo. (...)

Uma vez feita a análise segundo o modelo lingüístico proposto, o aparente “caos” desaparecerá e a língua falada avultará como um sistema

devidamente estruturado. Os resultados finais da análise propiciarão a formulação de regras gramaticais. (...) (TARALLO, 1985, p. 6/11)

Labov também influenciou as concepções de *ensino de língua* no Brasil. Magda Soares (1986) analisa diversas ideologias que atravessaram a escola brasileira: a *ideologia do dom* (segundo a qual o ensino é democrático porque dá direitos iguais a todos e, se o aluno fracassa, a causa está nele, que não é capaz de assimilar o saber consagrado); a *ideologia da deficiência cultural* (que, como vimos na crítica de Labov, desloca a culpa do fracasso escolar do indivíduo-aluno para o grupo social a que ele pertence); e a *ideologia das diferenças culturais e lingüísticas* (segundo a qual, como vimos, as diferenças lingüísticas não devem ser tomadas em termos valorativos). Com base nessa última ideologia, conforme Soares, propôs-se, no âmbito do ensino de língua no Brasil, um *bidialetalismo funcional*, isto é, um conjunto de práticas pedagógicas que visavam "aparelhar" o aluno para assumir posições sociais mais elevadas através da aquisição do dialeto padrão – nesse caso tem-se a influência de Labov de tomar como diferença o que se via como deficiência. Mas a autora conclui que, ao aplicar a proposta do bidialetalismo funcional, a escola também não era democrática porque, na tentativa de adaptação das classes desfavorecidas às regras de uma sociedade estratificada, ela desapossava o aluno de seu discurso. À proposta de bidialetalismo funcional, contrapõe-se, no Brasil, o bidialetalismo para a transformação social, que é a proposta de Soares e que consiste em respeitar efetivamente o universo cultural do aluno e não tentar substituir seu dialeto – esse livro da autora foi importante para a divulgação e reflexão sobre a aplicação das teses da sociolingüística no contexto brasileiro (em 2001, estava na 17ª. edição).

Em 1988, os professores paulistas são postos em contato com *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º. e 2º. graus – coletânea de textos*, obra já citada anteriormente. Dos artigos da coletânea escritos por lingüistas, destaco o de Castilho, o de Camacho e o de Gnerre. Castilho expõe conceitos de norma segundo a sociolingüística, e preconceitos presentes em falas de professores. Sua proposta de ensino de língua portuguesa alia o ensino da norma culta vigente ao contato com a variação lingüística e vem resumida a seguir:

Pode-se resumir nossa proposta numa palavra: aumento do repertório lingüístico do aluno mediante práticas de recepção e de produção de textos que considerem as variedades mais importantes do português (...) do ponto de vista fonético, gramatical e lexical (...). Assim, o objetivo maior deveria ser o conhecimento da Língua Portuguesa no Brasil em toda sua riqueza. (CASTILHO, 1988)

O artigo de Gnerre destaca que uma variedade lingüística vale no social aquilo que vale seu falante e, comentando como determinados falantes não têm acesso à variedade de prestígio e, por isso, não entendem, por exemplo, um jornal televisivo como o da Rede Globo, o autor produz uma imagem que é bastante citada: “A linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (GNERRE, 1988, p. 68).⁵⁶

Camacho (1988), na linha de reflexão laboviana, faz exposição dos fatores externos à língua que interferem na variação lingüística: sociais, geográficos, estilísticos e, caracterizando a mudança lingüística, o fator histórico. Face à evasão do 1º. grau e à ineficiência do ensino do português padrão, o autor defende que se eliminem do vocabulário do professor os conceitos de correto/incorreto, para que o aluno possa construir a percepção das diferenças entre as variedades lingüísticas e optar pela padrão em certas situações. Os conceitos de correto/incorreto seriam substituídos por adequado/inadequado em determinadas situações.

Ilari também é autor importante no contexto brasileiro quando se fala da relação entre lingüística e ensino. Em 1980, publica o artigo “Lingüística e ensino de língua”, republicado em livro posteriormente, em que mostra um corpo de contribuições da lingüística para o ensino de língua que “(...) devidamente assimiladas deveriam ter provocado alterações profundas nos hábitos de nossos professores de português” (ILARI, 1992, p. 102) – entre essas contribuições ele destaca a da sociolingüística. Entretanto, afirma que muito pouco se realizara no ensino, a despeito dos cerca de quinze anos de ensino de lingüística nos cursos de Letras brasileiros. Em texto publicado em 1983, também republicado posteriormente em livro, propõe, no que diz respeito à variação lingüística, que se forme no futuro professor de língua uma atitude lingüística isenta de preconceitos

⁵⁶ Este artigo foi publicado em obra do autor já citada neste trabalho (Gnerre, 1985) – sua importância no ensino de língua portuguesa do estado de São Paulo pode ser atestada pela presença da obra em bibliografia indicada para leitura aos inscritos no concurso estadual para ingresso de professores na rede, em 2003.

lingüísticos. Defende que a lingüística tenha importância nos cursos de Letras – uma de suas contribuições seria levar a um ensino diversificado, adequado a cada situação lingüística da região do país, incorporando a necessidade de trabalhar com a língua falada, com os dialetos, com o bilingüismo, com as várias funções da linguagem. Ou seja: para o autor, o caráter descritivo da lingüística (no estudo das propriedades estruturais da fala e das relações entre linguagem e sociedade) seria uma *qualidade* da disciplina a ser aproveitada nas relações de ensino.

Antes de mais nada, convém tirar todas as conseqüências da atitude descritivista adotada pela Lingüística moderna: quando teses inovadoras como a precedência da língua falada, a legitimidade de estudar os falares das camadas sociais desprestigiadas ou o interesse pelas várias línguas maternas que se aprendem no Brasil, além do Português, deixam os princípios e passam a afetar mais concretamente os programas de formação dos professores secundários, os cursos de Letras precisam também assumir agilidade suficiente para formar um profissional sensível à diversidade das situações sociais, capaz de trabalhar basicamente com língua falada, apto a pensar a alfabetização à luz da variação dialetal e eventualmente do bilingüismo, disposto a explorar funções da linguagem em que amplas faixas da população escolar se revelam carentes. Ou seja, é preciso arquivar de vez a diretriz de um modelo único de professor, que seria fabricado em algum gabinete e recomendado por força de lei para todas as situações escolares que se vivem no país.

Por sua sensibilidade às situações em que se dá o ensino de Português, a Lingüística leva em suma a um ensino diversificado, e alguns não hesitam em apontar aí um risco para essa coisa sagrada que são os “valores nacionais”. (ILARI, 1992, p. 19-20)

Geraldi (1984), em coletânea já citada anteriormente, também escreve sobre a variação lingüística, propondo, nesse âmbito, o ensino bidialetal sem desprestígio do dialeto do aluno.

A democratização da escola, **ainda que falsa**, trouxe em seu bojo outra clientela e com ela diferenças dialetais bastante acentuadas. De repente, não damos aulas só para aqueles que pertencem a nosso grupo social. Representantes de outros grupos estão sentados nos bancos escolares. E eles falam diferente. (...)

Agora, dada a situação de fato em que estamos, qual poderia ser a atitude do professor de língua portuguesa? A separação entre a forma de fala de

seus alunos e a variedade lingüística considerada “padrão” é evidente. Sabendo-se que tais diferenças são reveladoras de outras diferenças e sabendo-se que a “língua padrão” resulta de uma imposição social que desqualifica os demais dialetos, qual a postura a ser adotada pelo professor?

Parece-me que simplesmente valorizar as formas dialetais consideradas não cultas, mas lingüísticamente válidas, tomando-as como o objeto do processo de ensino, é desconhecer que “a começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (Gnerre, 1978)

*(...) me parece que cabe ao professor de língua portuguesa ter presente que as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o **domínio** de uma outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que isto signifique a depreciação da forma de falar predominante em sua família, em seu grupo social, etc. Isto porque é preciso romper com o bloqueio de acesso ao poder, e a linguagem é um de seus caminhos. (...) (GERALDI, 1984, p. 44-46 – itálico adicionado)*

Dois outros artigos da referida coletânea devem ser destacados pela forma como os discursos a serem analisados dialogam com eles. Vejamos um deles:

(...) achamos que a lingüística pode contribuir para a constituição de uma atitude do professor. A lingüística afirma que a língua é um complexo de variantes e que não existe superioridade de uma variante sobre outra; discute a noção de correção lingüística. Esses e outros tipos de colocações podem funcionar como um embasamento de uma atitude de tolerância lingüística por parte do professor em relação a diversos dialetos de seus alunos. (ALKMIM, GEBARA, ROMUALDO, 1984, p. 25-26)

Os autores questionam o papel da escola como reprodutora da estrutura social e, por conseguinte, questionam o papel do professor como utilizador de violência simbólica ao impor uma norma relacionada aos dialetos das classes dominantes e “silenciar os detentores dos dialetos marcados pela classe ou origem de classe dos dominados” (p. 28). Incluem, nas contribuições da sociolingüística para a alteração desse quadro, a mudança de *atitude lingüística* do professor, dialogando precisamente com o artigo de Labov em que o sociolingüista aponta como problema nas relações de ensino norte-americanas o sistema de valores dos professores a respeito da linguagem usada pelos alunos.

Outro artigo da coletânea que destaco é o de Possenti (1984). O autor analisa a relação entre política e gramática. Distingue as gramáticas normativas (em que se entendem regras como um conjunto de normas que devem ser seguidas) das descritivas (que estudam as regras das línguas) e das internalizadas (que são as regras que um falante de uma língua domina), vendo o que há de político nelas. As primeiras são excludentes: excluem a fala, a escrita que não seja literária, a escrita contemporânea, a variação lingüística... As segundas também são excludentes porque recortam os fenômenos lingüísticos segundo concepções ideológicas específicas, privilegiam a sincronia e a variedade padrão. As terceiras, como as outras, são também políticas, no sentido em que a comunidade de fala trabalha politicamente, impingindo normas de linguagem e excluindo os que não se submetem a elas. Veja-se que, já na década de 80, o autor indicava o caráter político e ideológico do fazer científico descritivista da lingüística.

Possenti traz em seu discurso desde a problematização de como entender *regras* até a discussão sobre o certo e o errado, e a relação entre variação lingüística e escola:

(...) é preciso dizer com todas as letras que todas as variedades são boas e corretas, e que funcionam segundo regras tão rígidas quanto se imagina que são as regras da “língua clássica dos melhores autores”. As variedades não são, pois, erros, mas diferenças. Não existe erro lingüístico. O que há são inadequações de linguagem, que consistem não no uso de uma variedade, ao invés de outra, mas no uso de uma variedade ao invés de outra numa situação em que as regras sociais não abonam aquela forma de fala. (...)

Se considerarmos que aquelas gramáticas [normativas] adotam uma definição de língua extremamente limitada, que expõem aos estudantes um modelo bastante arcaico e distante da experiência vivida, mais do que ensinar uma língua, o que elas conseguem é aprofundar a consciência da própria incompetência, por parte dos alunos. O resultado é o aumento do silêncio, pois na escola não se consegue aprender a variedade ensinada, e se consagra o preconceito que impede de falar segundo outras variedades. (POSSENTI, 1984, p. 35-36/39)

Nesses discursos, propõe-se, como se vê, valorizar a variedade lingüística do aluno, vendo-a como diferença, não como erro. Esse é, de forma geral, um projeto político de “aparelhamento do aluno” para ter acesso a determinadas instâncias de poder que sua variedade não lhe possibilita. Entretanto, esse diálogo, que nos parece chegar quase em

uníssono, vai aos poucos desvelando suas diferenças. No final da década de 1980, e especialmente na década de 1990, provavelmente pelo questionamento da aplicação do bidialetalismo (questionamento aqui exemplificado por Soares), as diferenças da aplicação das teses da sociolingüística vão aparecer.

Em textos posteriores, Geraldi (1989, 1996a, 1996b, 2005) modifica sua visão sobre o *bidialetalismo*: não mais propõe o ensino da língua padrão, mas uma interação entre variedades (a do aluno e a padrão), isto é: o ensino de língua deveria se constituir não como uma apropriação do dialeto de prestígio, mas como a possibilidade de re-elaboração desse dialeto, através do trabalho lingüístico - partindo-se do pressuposto de que há um movimento histórico de constituição das variedades lingüísticas. Essa proposta já vem explicitada em discurso da década de 1980:

(...) o confronto de diferentes formas lingüísticas produz novas formas lingüísticas: novo que contém velho, mas que não é o velho. E participar da construção do novo, ter acesso às instâncias públicas de uso da linguagem é construir-se em cidadão. Não se trata, portanto, de "aprender a língua padrão" para ter acesso à cidadania. Trata-se de construir a linguagem da cidadania, não pelo esquecimento da "cultura elaborada", mas pela re-elaboração de uma cultura (inclusive a lingüística) resultante do confronto dialógico entre diferentes posições. (GERALDI, 1989)

Já Possenti (1996), em texto posterior, afirma que o papel da escola é ensinar língua padrão – considerando-se sempre que o padrão não é um bloco rígido imune à variação e que equivale à norma culta usada pelos falantes –, mas respeitando a variedade do aluno. Isso, para ele, poderia ser feito ao se privilegiar o trabalho com a gramática internalizada, ou seja: se deveria buscar, prioritariamente, a internalização da língua padrão pelo aluno, que é a que ele ainda não conhece, a partir de atividades de leitura e produção de textos (quer dizer, através do uso lingüístico). Em segundo lugar, numa escala de prioridades, viria o trabalho com a gramática descritiva em atividades de análise/reflexão lingüística a partir dos fatos de linguagem presentes no texto do aluno. A discussão sobre a variação e o padrão lingüísticos poderia entrar nessa “fase de estudos”, da mesma forma que a discussão sobre as diferenças entre fala/escrita, sobre as várias formas de usar a língua para produzir

vários sentidos etc. Em terceiro lugar, viria a explicitação das posições da gramática normativa frente aos fatos analisados nas atividades de reflexão sobre língua.

O que o aluno produz reflete o que ele sabe (gramática internalizada). A comparação sem preconceito das formas é uma tarefa da gramática descritiva. E a explicitação da aceitação ou rejeição social de tais formas é uma tarefa da gramática normativa. As três podem evidentemente conviver na escola. Em especial, pode-se ensinar o padrão sem estigmatizar e humilhar o usuário de formas populares como “nós vai”. (POSSENTI, 1996)

Dessa forma, é consenso para esses lingüistas que se deva respeitar e valorizar as variedades lingüísticas não-padrão, mas não é consensual em seus discursos a tarefa da escola no tocante ao trabalho com língua. Vejamos como o discurso dos lingüistas influenciaram os PCNs.

Nesse documento, face aos avanços científico-tecnológicos que exigem do aluno ferramentas e conhecimentos para ingressar no mercado de trabalho, afirma-se que é preciso “(...) de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (BRASIL, 1997, p. 6). A lingüística, como “ciência” portadora de saberes que colocariam à disposição do aluno ferramentas e conhecimentos para participar do mundo letrado, também é necessária para o projeto educacional brasileiro do final do século XX. Face à insegurança e à concorrência que se observa no mercado de trabalho, os brasileiros devem ser aparelhados cientificamente para ingressar no cenário internacional. A lingüística “científica” tem então, nesse contexto histórico, valorizado seu discurso na instituição escolar. Destaque-se, da citação do documento acima, que uma *ressignificação* ocorre do discurso de alguns lingüistas citados: enquanto estes propõem uma valorização da diversidade nacional e um ensino diversificado, o documento, investido do “caráter nacional”, propõe a integração ao buscar “referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras”. O ensino de língua, também neste caso, está a serviço da reconstrução permanente da nação.

Está a serviço da homogeneização das diferenças, apesar do discurso do respeito às diversidades.

O ensino da língua padrão fará parte dos processos de ensino também porque ele visa a atender à demanda do mercado de trabalho e das relações sociais na esfera pública – tem-se assim uma aplicação prática dos saberes produzidos pela lingüística, tendo em vista o contexto histórico-ideológico vivido pela nação. Esse intuito fica mais ou menos claro em vários trechos do documento:

Discurso 38

(...) um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania. (p. 19)

Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva.

Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que aqui se chama de competência lingüística e estilística. (p. 23)

(...) é preciso que as situações escolares de ensino de Língua Portuguesa priorizem os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem. Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (p. 24)

(...) nas inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola – a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões – os alunos serão avaliados (...) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral. (...) Dessa forma, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas (...). (p. 25) (BRASIL, 1997)

Berenblum (2002) mostra como as reformas educacionais ocorridas no país, particularmente a partir dos anos 80, enquadraram-se na conjuntura histórica do neoliberalismo. Para a implantação de mudanças, seria preciso haver um consenso sobre a sua inevitabilidade, é nesse contexto que se constrói a idéia de que haja um “caos” na educação, o qual deve ser sanado com políticas que se concentram em três diretrizes: rigorosos sistemas de avaliação; descentralização dos serviços educacionais, da administração central para os estados e destes para os municípios; centralização de tomada de decisões no Ministério da Educação, que é quem elabora e executa a política

educacional, avalia o sistema e estabelece conteúdos mínimos. A autora diz que se estabelece como função prioritária do ensino “a formação para o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho” (p. 115).

Essas diretrizes fazem parte de “recomendações” para a definição de políticas educacionais realizadas por organismos internacionais. Berenblum (2002) cita essas recomendações, das quais seleciono algumas, tendo em vista os interesses deste trabalho. Um documento econômico da CEPAL, *Transformação Produtiva com Equidade*, de 1990,

(...) defendia a importância de introduzir, com urgência, mudanças educacionais acordes com a reestruturação produtiva em curso. Assim, os governos deveriam modificar seus sistemas educacionais, a fim de oferecer aos alunos os conhecimentos e habilidades requeridas pelo sistema produtivo. Elas estavam relacionadas com certos saberes que deveriam ser construídos na educação básica: “versatilidade, capacidade de inovação, comunicação, motivação, destrezas básicas, flexibilidade para adaptar-se a novas tarefas e habilidades como cálculo, ordenamento de prioridades e clareza na exposição”. (BERENBLUM, 2002, p. 116)

Em 1992, a CEPAL e a UNESCO publicam *Educación y Conocimiento: Eje de la Transformación Productiva*, documento que relaciona as necessárias reformas educacionais à capacitação profissional e que propõe a elas o seguinte parâmetro: “os objetivos (cidadania e competitividade), critérios inspiradores de políticas (equidade e eficiência) e diretrizes de reforma institucional (integração nacional e descentralização)” (SHIROMA, *apud* BERENBLUM, 2002, p. 117).

Produzido entre 1993 e 1996, o relatório Delors aponta para as tensões que deveriam ser resolvidas, durante o século XXI, entre a mundialização e as culturas locais. Segundo recomenda o documento, a educação média deveria ter por objetivo a “revelação e aprimoramento de talentos além de preparar técnicos e trabalhadores para o emprego existente e desenvolver a capacidade de adaptação a empregos inimagináveis” (SHIROMA, *apud* Berenblum, 2002, p. 117).

Em dezembro de 1996 é aprovada no Brasil a Lei n. 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo normas para o sistema educacional do país. Destaca Berenblum que, já em seus primeiros artigos, a lei estabelece que a educação

escolar “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” e ter como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, *apud* Berenblum, 2002, p. 152), qualificação que fica mais marcada, ao longo do documento, no que se refere ao ensino médio.

É nessa conjuntura nacional, sob pressão das instituições internacionais, que são elaborados os PCNs: sob o impacto da globalização e do neoliberalismo, por um lado; por outro, sob as tensões que exigem uma articulação entre mundialização e valores locais, entre cidadão do mundo e cidadão nacional, mundo do trabalho e respeito às diferenças. Observemos como essa tensão se manifesta no discurso sobre ensino de português no documento, e como as teses da sociolinguística e algumas propostas de ensino vistas neste item são incorporadas ao documento.

Entre os objetivos do ensino de língua portuguesa, tem-se: “conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito lingüístico” e “reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades” (p. 33). O documento, portanto, atualiza a proposta de Castilho, presente em *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 2. grau*, no final da década de 1970, segundo a qual o ensino de língua portuguesa deveria não somente possibilitar um conhecimento sobre a norma padrão em uso pela comunidade como também um conhecimento sobre a variação lingüística presente no país, já que é parte do patrimônio cultural da nação. Além disso, os PCNs propõem um ensino que interfira na auto-avaliação lingüística do falante, isto é: na auto-estima do falante relacionada à linguagem que ele usa. Mas essa valorização das variedades lingüísticas não-padrão não pressupõe a desvalorização da língua padrão – propõe-se uma convivência entre normas. Assim, os PCNs sugerem o ensino da língua padrão e o acesso à diversidade lingüística. Ou seja: por um lado, visam a permitir o desenvolvimento de uma competência lingüística que possibilite o domínio de vários estilos e até de mais de um dialeto para melhorar a comunicação do aluno; por outro, buscam permitir o conhecimento e a valorização das variedades lingüísticas brasileiras, inclusive a valorização da variedade do aluno. Pode-se dizer que os PCNs incorporam as propostas de

lingüistas que, embasados na sociolingüística, visam construir no social, através da escola, atitudes éticas no tocante ao uso lingüístico e, ao mesmo tempo, visam possibilitar o domínio de um padrão lingüístico que permita o melhor desempenho nas instâncias públicas do uso da linguagem.

Essa convivência entre língua padrão e variedades lingüísticas não me parece suficiente, contudo, para realizar aquilo que seria o objetivo a atingir com o ensino de língua para Geraldi, que reproduzo novamente aqui:

Não se trata (...) de "aprender a língua padrão" para ter acesso à cidadania. Trata-se de construir a linguagem da cidadania, não pelo esquecimento da "cultura elaborada", mas pela re-elaboração de uma cultura (inclusive a lingüística) resultante do confronto dialógico entre diferentes posições. (Geraldi, 1989)

Isso seria possível se considerado o conceito de linguagem que explicitamente embasa o documento: a linguagem como “interlocução”.

Linguagem aqui se entende, no fundamental, como ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história. (BRASIL, 1997, p. 20).

Temos, na visão do autor, um padrão lingüístico sempre em movimento devido às relações interativas possibilitadas no processo educativo. Mas os PCNs não problematizam o fato de o padrão ser uma construção histórica, o que lhe pode dar um estatuto de algo “eternamente já-construído” (BERENBLUM, 2002).

Vimos que os discursos dos lingüistas, ao longo dessas décadas, influenciaram os rumos da educação no país; *a instituição escolar é um lugar para dizer a língua que esse sujeito conquistou*. É certo que isso foi possível pelo contexto histórico-ideológico que predominava na época, mas o fato não descarta os esforços políticos de ação no social promovidos por esses profissionais. Nos itens que se seguem, analisarei como o discurso do

lingüista é ressignificado na mídia de referência, outra instância institucional, em sua luta para poder dizer a língua no país. Veremos que, nesse outro contexto, seu espaço é mais restrito, por força do purismo neoliberal e/ou nacionalista.

3.3.3 O purismo neoliberal e simulacros do lingüista produzidos em debate na mídia – não-comprometimento com o cidadão

Vimos que, entre outras áreas, a sociolingüística – que enfoca os aspectos sociais da linguagem, mesmo que não em detrimento dos aspectos estruturais, pelo menos no modelo quantitativo de Labov – teve influência no ensino brasileiro. Mas a visão de linguagem aberta às diferenças, a valorização da cultura popular, do saber popular, dos dialetos não-padrão, das línguas minoritárias, todas bandeiras da sociolingüística, estão em confronto com o modelo político-ideológico que permitiu à Lingüística o acesso ao poder da palavra no social. O modelo atual não sustenta os discursos que embasam uma proposta democrática – no sentido de que valoriza realmente as diferenças sociais – para o ensino; ele entra em contradição com aquilo que permitiu que chegasse ao poder. Portanto, *pode-se levantar a hipótese de que o discurso dos lingüistas tende a ter seu poder mitigado por outras instituições, de forma que não possa chegar a um poder de dizer a língua de fato.*⁵⁷

Neste e no próximo item, serão analisados discursos de lingüistas em confronto com o purismo na mídia, espaço institucional em que esses profissionais têm pleiteado um lugar para dizer a língua. Já percebi indícios, no capítulo anterior, da presença do purismo neoliberal em reportagens e capas de revistas. Veremos que esse purismo também aparecerá nos discursos daqueles que debaterão com os cientistas da linguagem: é o acesso à “norma culta” como ferramenta para suplantar as dificuldades de acesso aos bens, ao “emprego” que mobilizará esses discursos. Neste item, analisarei um debate em que o lingüista é tido como “distante da realidade prática” em que investem os brasileiros,

⁵⁷ Não se compreenda aqui que concebo o social como um sistema que se auto-regula, dentro de um quadro funcionalista de conhecimento. Quero simplesmente dizer que o contexto político-ideológico vivido pelos brasileiros faz com que sejam esperadas reações da classe média e das elites às propostas mais “democráticas”.

principalmente a classe média preocupada com a ascensão profissional (aproveito aqui reflexões produzidas por mim em MENDONÇA, 2005b). Nesse caso, os lingüistas estariam na sua torre de marfim (como propõe RAJAGOPALAN, 2003) *porque não se encaixariam no discurso purista de alcançar o uso “ perfeito” de linguagem para atingir o sucesso*. Assim, a mesma disciplina que ganha corpo no social por estar adaptada à lógica neoliberal da ciência exata é criticada por não se adequar aos anseios advindos desse modelo político-ideológico.

O debate em questão foi produzido no *site* do Observatório da Imprensa a partir de uma reportagem publicada pela revista *Veja* (n. 1.725, 07/11/01, de autoria de Lima – matéria da capa analisada no capítulo 2, Discurso 5). Nesse embate discursivo, o lingüista e outros profissionais opinam sobre ensino e uso de língua padrão. Na referida reportagem, foram citados lingüistas, mas estes não foram nomeados como tais: são chamados genericamente de “professores” ou “acadêmicos” – no discurso 39, “acadêmico” é aquele que está preso à universidade e que não enxerga o que ocorre fora dela, o que já é uma forma de estar “distante da realidade prática” e uma separação entre universidade e sociedade:

Discurso 39

Em geral, os professores que atuam em firmas são **acadêmicos** que fazem esse tipo de trabalho esporadicamente, para ganhar um dinheiro extra. “É fascinante, porque **deixamos de viver na teoria para enfrentar a língua do mundo real**”, diz Antônio Suárez Abreu, livre-docente da Universidade de São Paulo (...). (LIMA, 2001, negrito adicionado).

No final da reportagem, tem-se a passagem que gerou reação de lingüistas e deflagrou o embate que analiso aqui:

Discurso 40

(...) Pasquale, no entanto, não é uma unanimidade. Esteja em São Paulo, Macapá ou Passo Fundo, inevitavelmente ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular – inclusive a

ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do “povo”. O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado. “Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar”, irrita-se Pasquale. “Falar bem significa ser poliglota dentro da própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho.” Felizmente, a maior parte das pessoas não está nem aí para a conversa mole dos relativistas. Quer saber, isso sim, de falar e escrever direito. (...) (LIMA, 2001)

Para o jornalista, os “acadêmicos” brasileiros que relativizam a distinção certo/errado não percebem que o “povo ignorante” precisa aprender a “norma culta” para se dar bem no mercado de trabalho; ele trata essa posição como *corrente relativista* que raciocina segundo um *esquerdismo de meia-pataca*. Esses acadêmicos não são denominados lingüistas, mas os lingüistas sabem que esse discurso apresenta *contrapalavras* aos discursos lançados por alguns deles, exemplificados no item anterior. Talvez pelo tom pejorativo e agressivo, essa foi a passagem da reportagem mais questionada e discutida pelos lingüistas, tanto em cartas à revista, quanto em outros discursos na *internet* e em *site* da ABRALIN, que se propôs convergir os debates travados no grupo de discussões *online* CVL, freqüentado por lingüistas e interessados em questões de linguagem.

Questionado em carta enviada à revista por Marcuschi (que reclama do fato de ter sido mal citado na reportagem), o jornalista Lima confirma essa visão sobre alguns lingüistas, pressupondo que eles adotem uma posição oposta ao ensino de “norma culta” nas escolas:

Discurso 41

Entendo, também, a sua discordância – e de parte da comunidade acadêmica – da linha da reportagem. Existe um grande debate em torno desse assunto. ***Veja como revista, e eu pessoalmente, nos posicionamos claramente em defesa de determinadas posturas, como o ensino em massa da norma culta para possibilitar a todos os brasileiros o domínio da mesma.*** Ficarei feliz se a matéria, ao se posicionar, possa contribuir para movimentar esse debate. (LIMA, *apud* MARCUSCHI, 2001, negrito adicionado).

O *site* do Observatório da Imprensa veicula artigo do lingüista Bagno (2001) que cita a referida reportagem da *Veja* e critica tanto o ensino de gramática tradicional na escola

quanto a visão que Napoleão Mendes de Almeida e Pasquale Cipro Neto têm de lingüistas e da lingüística. Serão usados nesta análise o discurso de Bagno e os daqueles que dialogam direta ou indiretamente com ele e que foram veiculados no *site* (ver textos completos em Anexo 1).⁵⁸

Bagno critica as posições de Cipro Neto e Almeida sobre os lingüistas e a lingüística. Almeida, em *Dicionário de Questões Vernáculas*, escreve o seguinte no verbete "lingüística":

Discurso 42

Para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantinices, perde o estudante o tempo que deveria dedicar ao conhecimento efetivo da língua. [...] Que adorno cultural representa um diploma de lingüística a quem escreve, ou deixa meia dúzia de vezes passar num mesmo artigo de jornal, os mais tolos erros de gramática? [...] Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando gramática, ensinando a língua da terra porque no programa consta 'lingüística'. O objeto da lingüística é a língua no sentido da fala, de dom de expressar o homem por palavras o pensamento; é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. [...] É a lingüística um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras. (ALMEIDA, apud BAGNO, 2001)

Cipro Neto, segundo Bagno, também não poupa o ataque a esses profissionais: “os lingüistas autoproclamados de vanguarda”; “alguns lingüistas perdem seu precioso tempo em devaneios”; lingüistas “deslumbrados”; “lingüistas defensores do vale-tudo”; “Alguns lingüistas (alguns), idiotas, dirão que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc. Esses ociosos não conseguem perceber que os homens não estavam na mesa de um

⁵⁸ Discursos analisados nesse embate:

Marcos Bagno - Preconceito contra a lingüística e os lingüistas (seção IDIOTAS & OCIOSOS, 21/11/2001)

Nilson Lage – Lições de inveja e prepotência (seção LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS, 28/11/2001)

Elso Oliveira Silva – Como a inveja corrói (seção LINGÜISTAS, 28/11/2001)

Alex Sander Santos – Na USP? Nem pensar! (seção LINGÜISTAS, 28/11/2001)

Sírio Possenti – Um equívoco de leitura (seção LAGE vs. BAGNO, 05/12/2001)

Nilson Lage – Lage responde (seção LAGE vs. BAGNO, 05/12/2001)

Sírio Possenti - Sírio Possenti responde a Nilson Lage (seção LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS, 12/12/2001)

Nilson Lage – Lage responde a Sírio Possenti (seção LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS, 12/12/2001)

Attila Louzada – Probus perdeu seu tempo (seção LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS, 12/12/2001)

Alexandre Bandeira – Não censura, mas regulamento (seção LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS, 01/01/2002)

Marinilda Carvalho – A novilíngua do jornalismo pós-moderno (seção PORTUGUÊS DE MENOS, 09/01/2002)

boteco, batendo papo. Estavam falando para o país, sobre um assunto técnico, usando linguagem teoricamente culta”; lingüistas "bichos-grilos".

O lingüista é representado nessa citação como um sujeito distante da “realidade prática”. Essa representação também se configura nos discursos que polemizam direta ou indiretamente com Bagno, em que se sugere que o lingüista, envolvido com suas pesquisas científicas, não se preocupa com os “problemas com a norma culta” enfrentados por estudantes de jornalismo e por jornalistas.

Discursos 43

Claro que a pesquisa científica nada tem com regras consensuais adotadas numa sociedade para o intercâmbio dos discursos técnicos, científicos, informativos e da maioria dos textos literários. (...) E tenho mais uma longa experiência que o Sr Bagno não diz ter – mais de 35 anos editando veículos de comunicação, onde se luta bravamente para tentar manter o padrão exigido no idioma. E outros 30 anos, em parte coincidentes, tentando ensinar a estudantes de Jornalismo tudo que a prepotência de falsos revolucionários rejeita, principalmente no ensino público, que pouco se lixa para a sobrevivência dos alunos no mercado de trabalho. (LAGE: 2001a)

Finalmente, a exaltação dos falares coloquiais, regionais etc. nada tem a ver – e isso é que acho importante – com o sistema de normas formal que rege a língua, falada ou escrita, em textos técnicos, didáticos, científicos, informativos etc. Nove em 10 estudantes, aflitos com seus textos rabiscados pela correção, rogam por uma gramática. (LAGE: 2001c)

Enquanto os lingüistas se batem contra ou a favor do português livre como um passarinho, uma única coisa preocupa os usuários mortais: a língua que estamos realmente escrevendo no jornal ou falando na TV. (CARVALHO, 2002)

Essa representação do lingüista feita pelos jornalistas é um simulacro da auto-representação do lingüista. Bagno destaca que a reação dos lingüistas à tradição gramatical é uma busca de “democratização do saber e da sociedade” face à ação conservadora, excludente e preconceituosa dessa tradição. Dessa forma, o lingüista se representa como um sujeito comprometido com a “realidade prática” no sentido em que sua luta contra o preconceito lingüístico não só é uma valorização do falante e de seu universo cultural, mas também uma luta para diminuir os problemas sociais vividos por esses falantes:

Discurso 44

Pelas mesmas razões que levaram à **transformação da Gramática Tradicional num instrumento de dominação e exclusão social** é que a atividade dos lingüistas brasileiros vem sofrendo ataques

grosseiros por parte de auto-intitulados "filósofos" que representam, na verdade, **a reação mais conservadora (e muitas vezes com acentos claramente fascistas) contra qualquer tentativa de democratização do saber e da sociedade. (...)**

É fácil mostrar de que modo essa oposição à ciência lingüística está viva e ativa no Brasil nos dias de hoje. **Para começar, vamos invocar novamente o espectro daquele que se tornou uma espécie de arquétipo folclórico do gramático autoritário, conservador e intolerante: Napoleão Mendes de Almeida.** Tudo o que ele escreveu constitui um material suculento e abundante para diversos tipos de investigação sobre idéias não-científicas: (...) **dos textos de Napoleão gotejam preconceitos sociais, raciais, lingüísticos entre outros (...).**

Por que uma pessoa tão despreparada, que não passa (como reconhece a própria *Veja*) de um "fenômeno de mídia", se acha no direito de dar palpites infundados e preconceituosos sobre as questões que dizem respeito à língua? Por que os profissionais de outras áreas conseguem se fazer ouvir, mas os lingüistas permanecem não ouvidos? Será que os lingüistas, apesar de se dedicarem ao estudo da língua, não falam? **Será que não se dão conta de seu papel social e político, ou, mesmo conscientes desse papel, há outras forças que não nos deixam falar?** A quem interessa manter calados os estudiosos da linguagem? Por que o discurso gramatical tradicional, já tão amplamente criticado pelos cientistas da linguagem com base em teorias e métodos consistentes e coerentes, ainda tem tanto vigor e obtém tanta defesa? **Que ameaça ao tipo de sociedade em que vivemos representa a democratização do saber lingüístico, a divulgação ampla das descobertas deste campo científico, a liberação da voz de tantos milhões de pessoas condenadas ao silêncio por "não saber português" ou por "falar tudo errado"? A quem interessa defender o "português ortodoxo" de uns pouquíssimos "melhores" contra a suposta "heresia gramatical" de muitos milhões de outros?** (BAGNO, 2001 – negrito adicionado)

Pode-se entender que a semântica dessa ressignificação que se processa no debate se dá da seguinte forma: enquanto o lingüista representa aqueles que privilegiam a tradição gramatical como CONSERVADORES, estes se representam como PRAGMÁTICOS. Esse "pragmatismo" pode ser compreendido na sua relação com o contexto histórico atual, em que a necessidade de dominar a norma culta é parte dos objetivos de ascensão profissional, *em que o acesso à "norma culta" é condição necessária para constituir o cidadão.* Por outro lado, o lingüista se representa como DEMOCRÁTICO, mas o jornalista faz um simulacro dessa representação como NÃO-PRAGMÁTICO (ou FALSO REVOLUCIONÁRIO), isto é: alheio aos interesses profissionais prementes, ou aquele que sonega conhecimento à população. Podemos dizer que essa produção de simulacros está inserida na grande discussão sobre ensino de "norma culta" em nossa sociedade. O lingüista Possenti destaca isso em sua participação na polêmica, afirmando que as teses da sociolingüística são vítimas de *equívocos* e de *incompreensões*:

Discurso 45

Este tópico tem sido lugar de repetidas incompreensões das teses de toda a sociolinguística, quando ousa falar de ensino de língua. Jamais – jamais, insisto – alguém encontrará escrito em qualquer texto (exceto nos de leitores que não entenderam, e as razões para isso podem ser variadas – para mim, de fato, são misteriosas) que a escola deve abandonar o ensino do padrão. Encontrar-se-á, isso sim, a tese de que o ensino do padrão será até mais eficaz se não houver preconceito contra as formas não padrões. Ou que é mais fácil aprender o padrão sem passar pelas gramáticas, como se faz em muitos países.

Mas isso até poderia ser discutido. O que não é legítimo – talvez não seja nem ético – é fazer um linguista dizer que ele é contra o padrão, salvo se tiver dito ou escrito isso. O texto de Bagno aqui publicado não defende este ponto de vista em momento algum. (POSSENTI, 2001a– negrito adicionado)

O que fiz foi chamar atenção para um **equívoco** que se comete sempre sobre uma suposta aversão à língua culta e a seu ensino. (POSSENTI, 2001b – negrito adicionado)

Lage, em resposta a Bagno, deixa clara essa representação do linguista como aquele que, por valorizar as variedades linguísticas, prega o não-ensino da “norma culta”.

Discursos 46

Por que, **se é indiferente**, o Sr. Bagno não escreve digo de que o Pasquale está errado, que nós semos inteligentes, a gente podemos dar um jeito na língua, Maria foi comprar um rolo de papel para limpar os baixos – essas e milhares de outras **formas legítimas da apregoada heresia gramatical das massas**? Por que não aceita em suas bancas de mestrado e doutorado teses escritas assim, não admite aulas ministradas assim, não lê jornais escritos assim, não ouve noticiários falados assim – nem na Globo, nem na CNN, nem na TV5, nem na RTPi, nem na NHK? (...)

Das duas uma: **ou o Sr. Bagno quer que a língua vernácula seja privilégio de um pequeníssimo grupo, do qual, ele, naturalmente, faz parte**; ou pretende que partilhemos, como língua de cultura, neste mundo globalizado, o inglês científico – uma espécie de latim vulgar dos novos tempos. (LAGE, 2001b – negrito adicionado)

Irrita-me o discurso feito em nome de suposto culto da maioria iletrada, como se ser iletrado fosse algo desejável ou aceitável no mundo contemporâneo. (LAGE, 2001b)

Como explicar a um aluno que o sujeito concorda com o verbo se ele não sabe o que é sujeito nem distingue verbo de nome? Como demonstrar que no texto expositivo parágrafos são iniciados frequentemente com sentenças-tópico, se o aluno não sabe o que é sentença? Como convencer o estudante de que orações intercaladas vão entre vírgulas, se ele não sabe o que são orações, muito menos intercaladas? **Alguma gramática, creio, é necessária.** (...) (LAGE, 2001c - negrito adicionado)

O jornalista valoriza a tradição gramatical, mas, ao mesmo tempo, diz que partilha das teses da sociolinguística, julgando-se *mal compreendido* por Possenti (“Não entendo

por que Possenti achou que eu tinha alguma coisa contra a sociolinguística. Não tenho.”). Lage parece acreditar que não deixa de respeitar as variedades linguísticas quando ensina a seus alunos (futuros jornalistas) gramática normativa – “A exaltação dos falares coloquiais, regionais etc. nada tem a ver (...) com o sistema de normas formal que rege a língua, falada ou escrita, em textos técnicos, didáticos, científicos, informativos etc.” Vê a “norma culta” como “norma prescritiva”, sem variação, como está presente nas gramáticas tradicionais. Nesse sentido a norma culta não se relaciona com as variedades linguísticas, são realidades distintas.

Também interessa destacar aqui o discurso de um estudante de jornalismo que escreveu ao Observatório. Relata que teve a oportunidade de ouvir Bechara e Pasquale e compreende que ambos contemplam a norma culta e não desqualificam a variação linguística: “(...) o pensamento do Sr. Bechara se assemelha ao do Sr. Cipro Neto. Nenhum dos dois está propondo censura absoluta a qualquer forma, mas concordam que o uso da língua, “em determinadas circunstâncias”, deve ser regulado, sim” (BANDEIRA, 2002). O estudante acha que esse regular a língua “em determinadas circunstâncias” avaliza o discurso dos gramáticos. Aqui a “norma culta” também é entendida como um bloco independente da variação: convive-se com a variação, mas nas situações formais, no trabalho etc, usa-se a norma (como prescrita nas gramáticas).

Possenti, por seu turno, não compreende “norma culta” nessa acepção (como vimos no item anterior), mas como uma das variedades linguísticas usadas por um grupo de falantes e, por isso, variável. Norma e variação, portanto, não podem ser pensadas separadamente para o linguista. Por essa diferença inconciliável no discurso de ambos (jornalista/ gramático, por um lado; linguista, por outro) instaura-se aquilo que Maingueneau (1984/2005) aponta como próprio de discursos em relação polêmica e que o autor conceitua como *interincompreensão*. Opto aqui por considerar o fenômeno uma forma específica de *compreensão*; na perspectiva bakhtiniana, como visto no Capítulo 1, tem-se compreensão responsiva, contrapalavra, não *incompreensão*. Essa *compreensão* se dá devido ao lugar social em que se localiza o sujeito, que o constitui ideologicamente na relação com as vozes com que dialoga.

Vejamos uma hipótese de como se dá essa dialogia na constituição desses sujeitos. O jornalista dialoga mais de perto com o purismo lingüístico, que, como vimos, tem prevalecido na mídia brasileira contemporânea, e a sociolingüística aparece em seu discurso como uma “máscara de modernização”, de adaptação ao paradigma científico atual para os estudos lingüísticos. *Assumo aqui a hipótese de que, para o jornalista, o discurso da lingüística é um que se acrescenta (ressignificado, é preciso dizer), mas não, digamos assim, aquele que funda seu discurso.* O mesmo ocorre com o gramático contemporâneo, que, como vimos, incorpora à sua maneira, em seu fazer gramatical e em seu discurso, tanto conceitos advindos da lingüística (a “norma culta” ressignificada, por exemplo), como a atitude de preconceito lingüístico “abrandada”.

Quando o lingüista lhes dirige um discurso questionando o outro “modelo de cientificidade” que empregam ao buscar apoio nos “velhos mestres” (tratando-os como “obscurantismo anticientífico”, “mitos preconceituosos e idéias infundadas”), o jornalista e o gramático exageram no tom. As citações que Bagno faz de Almeida e Cipro Neto ilustram esse exagero no discurso de gramáticos, tom que desqualifica o oponente. Veja-se também o que foi escrito pelo jornalista Lage: “Mas eu diria que [Bagno] é, principalmente, bobo”; “a inveja e a prepotência acadêmica [de Bagno]”; “Bagno tem – desculpem-me o trocadilho, não resisto – uma banheira cheia de títulos para jogar na cara dos outros”; “a prepotência de falsos revolucionários”. Mas o “exagero no tom” abre espaço para o outro desqualificar o oponente exaltado. Esse tom do gramático e do jornalista, na polêmica em questão, foi objeto de crítica de Louzada (lingüista), crítica que desqualifica o discurso do outro:

Discurso 47

Esta celeuma em torno do Pasquale Cipro Neto é cansativa, desperdiça tempo útil e não leva o leigo – e uso o termo sem preconceito, apenas referencialmente – nas ciências da linguagem a entender o que se passa de fato nesse mundo da fala e da escrita. Mas a postura intolerante e desrespeitosa desse senhor é inegável. O que Marcos Bagno escreve é citação, não interpretação. Pasquale nos chama de ociosos, idiotas, relativistas (o que quer que tenha tentado dizer com isso), escreve que nossos estudos são balelas. Alguns de nós ficamos na nossa, usamos nosso espaço de professores (coitados?) nas universidades para contrapor modernas teorias lingüísticas à tradição gramatical normativa e analisar a língua em uso. (...)

Uma coisa garanto: não sou ocioso, nem idiota, nem invejoso. Trabalho muito, não amalei meus poucos títulos sem estudo e competência, e tenho meu espaço de trabalho, de que muito me orgulho

e que tento fazer profícuo, contribuindo honestamente para a formação de professores de línguas na minha universidade. Não vou entrar nesse bate-boca inútil, xingando pra lá e pra cá. Mas gostaria mesmo é de ver esse tema debatido na imprensa a sério, sem broncas, sem narizes torcidos nem olhos roxos porque, do jeito que vai, esse troço acaba em pancadaria. (LOUZADA, 2001)

Já o lingüista dialoga de perto com o discurso descritivista, como visto, modelo de cientificidade que funda seu discurso em oposição ao fazer gramatical tradicional, que lhe é inaceitável. Assim, nos debates, apóia-se na *autoridade científica* desse discurso.

A ciência, e portanto a lingüística, está embasada na *vontade de verdade* (FOUCAULT, 1971/2001). Como visto no Capítulo 1 deste trabalho, trata-se de um procedimento de controle do discurso que se apóia em instituições – no caso, a universidade – e é reforçado e reconduzido por práticas discursivas ou não, como o sistema editorial (no Brasil, têm sido publicados muitos livros de lingüística dirigidos a professores, principalmente; citem-se também os PCNs, também direcionados a professores). Essas práticas recobrem não somente esses suportes, mas também as formas como o saber é distribuído e valorizado nas sociedades. A *vontade de verdade*, segundo o autor, “(...) tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1971/2001, p. 18). Assim caracteriza o autor o que denomina “economia política” da verdade:

(...) em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e do confronto social (e lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 1977/1985, p. 13)

Segundo essa perspectiva, o discurso científico é um dispositivo que veicula o que é considerado *verdadeiro* nas nossas sociedades. Nas polêmicas citadas, vê-se que o lingüista

se utiliza desse dispositivo para desacreditar o senso comum das gramáticas tradicionais. Isso fica bastante marcado no artigo de Bagno, do qual transcrevo os primeiros parágrafos:

Discurso 48

O ensino de língua na escola é a única disciplina em que existe uma disputa entre duas perspectivas distintas, dois modos diferentes de encarar o fenômeno da linguagem: a doutrina gramatical tradicional, surgida no mundo helenístico no século III a. C., e a lingüística moderna, que se firmou como ciência autônoma no final do século 19 e início do 20. Qualquer pessoa bem informada acharia no mínimo estranho se um professor de biologia ensinasse a seus alunos que as moscas nascem da carne podre, ou se um professor de ciências dissesse que a Terra é plana e o Sol gira em torno dela, ou ainda se um professor de química afirmasse que a mistura dos "quatro elementos" (ar, água, terra e fogo) pode resultar em ouro! São idéias mais do que ultrapassadas e que começaram a ser substituídas por novas concepções mais verossímeis a partir do período da história do conhecimento ocidental conhecido como o nascimento da ciência moderna (século 16 em diante). Ninguém se espanta, porém, quando um professor de língua ensina que os substantivos são "palavras que representam os seres em geral", ou que sujeito é "o ser do qual se diz alguma coisa", ou que verbo é "a palavra que exprime ação ou movimento". São afirmações tão imprecisas e incoerentes (para não dizer francamente falsas) quanto a de que as avestruzes enterram a cabeça na areia ou que apontar para as estrelas faz nascer verruga nos dedos! E no entanto elas continuam sendo estampadas nos manuais de gramática, nos livros didáticos, nas apostilas, e cobradas em testes, exames e provas de vestibular!

A doutrina gramatical tradicional, mais velha que a religião cristã, passou incólume pela grande revolução científica que abalou os fundamentos do conhecimento e do pensamento ocidental a partir do século 16. Basta examinar o que acontece na escola. É muito comum o ensino das outras disciplinas fazer uma abordagem crítica dos saberes do passado, mostrando de que maneira a evolução da sociedade, da ciência e da tecnologia levou o ser humano a abandonar velhas crenças e superstições. Em livros didáticos de biologia, física, química, história, geografia, etc., é freqüente encontrar afirmações do tipo: "Durante muito tempo se acreditou que [...], mas os avanços da pesquisa e do conhecimento revelaram que [...]". Quem não se lembra de algum professor contando a história de Copérnico, Galileu, Newton, Darwin, Pasteur e outros que revolucionaram o conhecimento humano? Isso só não acontece nas aulas de língua! Os termos e conceitos da Gramática Tradicional – estabelecidos há mais de 2.300 anos! – continuam a ser repassados praticamente intactos de uma geração de alunos para outra, como se desde aquela época remota não tivesse acontecido nada na ciência da linguagem. O ensino tradicional opera assim uma imobilização do tempo, um apagamento das condições sociais e históricas que permitiram o surgimento e a permanência da Gramática Tradicional.

A Gramática Tradicional permanece viva e forte porque, ao longo da história, ela deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais. Assim como, no curso do tempo, tem se falado da Família, da Pátria, da Lei, da Fé etc. como entidades sacrossantas, como valores perenes e imutáveis, também a "Língua" foi elevada a essa categoria abstrata, devendo, portanto, ser "preservada" em sua "pureza", "defendida" dos ataques dos "barbarismos", "conservada" como um "patrimônio" que não pode sofrer "ruína" e "corrupção". Nessa concepção nada científica, língua não é toda e qualquer manifestação oral e/ou escrita de qualquer ser humano, de qualquer falante nativo do idioma: "a Língua", com artigo definido e inicial maiúscula, é somente aquele ideal de pureza e virtude, falado e escrito, é claro,

pelos "puros" e "virtuosos" que estão no topo da pirâmide social e que, por isso, merecem exercer seu domínio sobre as demais camadas da população. A língua deixou de ser fato concreto para se transformar em valor abstrato.

Querer cobrar, hoje em dia, a observância dos mesmos padrões lingüísticos do passado é querer preservar, ao mesmo tempo, *idéias, mentalidades e estruturas sociais* do passado. A Gramática Tradicional, funcionando como uma *ideologia lingüística*, foi e ainda é, como toda ideologia, o lugar das certezas, uma doutrina sólida e compacta, com uma única resposta correta para todas as dúvidas. Por isso, o que não está abonado na gramática normativa é "erro" ou simplesmente "não é português", e se alguma palavra não se encontra no dicionário é porque simplesmente ela "não existe"! **A lingüística moderna, ao encarar a língua como um objeto passível de ser analisado e interpretado segundo métodos e critérios científicos, devolveu a língua ao seu lugar de fato social, abalando as noções antigas que apresentavam a língua como um valor ideológico. Assim, a lingüística, como toda ciência, é o lugar das surpresas, das descobertas, do novo, da substituição de paradigmas, da reformulação crítica das teorias.** (BAGNO, 2001 – negrito adicionado)

Esse suporte do lingüista no *discurso científico* para desqualificar a tradição purista gramatical é presente também na polêmica que será analisada no próximo item, em artigo de Faraco (Discurso 49). O autor indica seus oponentes na batalha do dizer a língua: os “velhos compêndios gramaticais” e o “discurso mítico” do senso comum. Uns são ultrapassados; outros, falsos. Em oposição a eles, apresenta o discurso científico como portador da verdade sobre a língua. Veja-se que o lingüista apresenta sua disciplina ao leitor, já partindo do princípio de que este não a conheça, e o faz realçando seus propósitos científicos.

Discurso 49

Talvez não seja exagero dizer que para boa parte das pessoas soa estranha a afirmação de que as línguas humanas são objeto de ciência. Normalmente acredita-se que os velhos compêndios gramaticais contêm tudo o que há para dizer sobre uma língua. Há, inclusive, uma reverência quase religiosa ao texto das gramáticas. Ao mesmo tempo, o senso comum recobre a língua com um conjunto de enunciados categóricos (não demonstrados) que constituem um poderoso discurso mítico de ampla circulação social.

No entanto, desde o fim do século 18, vem-se construindo um saber científico sobre as línguas humanas. Essa ciência, a lingüística, já está solidamente estabelecida nas universidades do mundo todo e vem acumulando um saldo apreciável de observações e análises que corroem até o cerne tanto a reverência quase religiosa às velhas gramáticas quanto o discurso mítico do senso comum.

A mesma aventura científica moderna que redesenhou radicalmente nossa compreensão dos fenômenos físicos, biológicos e sociais também reorganizou nosso modo de apreensão dos fenômenos lingüísticos. Apesar disso, a lingüística (e aqui nos interessa discutir só o caso brasileiro), de modo diferente de outras ciências, não conseguiu ainda ultrapassar minimamente as paredes dos centros de pesquisa e se difundir socialmente para fazer ressoar o discurso científico em contraposição aos outros discursos que dizem a língua no Brasil.

O claro antagonismo que há entre esses dois conjuntos discursivos ainda não se transformou numa "agonística", isto é, os discursos conflitantes ainda não se confrontam de fato no espaço público. Em consequência, as pessoas em geral não têm acesso a uma crítica ao dizer mítico sobre a língua e este, então, continua a reinar soberano. Em termos de língua, ainda vivemos culturalmente numa fase pré-científica e, portanto, dogmática e obscurantista. (...) (FARACO, 2001/2002, p. 37-38)

É nesse sentido que os lingüistas são compreendidos nos debates como arrogantes e prepotentes, por pretenderem desacreditar o saber lingüístico do senso comum presente no discurso das gramáticas tradicionais. Nesse processo de deslocamento da “centralidade da verdade” do universo da gramática tradicional para o da lingüística, atingem-se em cheio os saberes tradicionais e excludentes da cidade das letras. Esses saberes vêm acompanhando a história da formação da cidade das letras no Brasil. Para esse público leitor escolarizado, as gramáticas são objetos de produção de conhecimento intocáveis. Portanto, aquele que afirma que elas materializam um “discurso mítico”, “afirmações imprecisas e incoerentes (para não dizer francamente falsas)”, “padrões lingüísticos do passado”, “uma concepção nada científica de linguagem”, que “Em termos de língua, ainda vivemos culturalmente numa fase pré-científica e, portanto, dogmática e obscurantista”, que elas são “um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais”, é tomado como aquele que quer ser o “dono da verdade”. Assim, produz-se um outro simulacro: o CIENTISTA (que é representação positiva que o lingüista faz de si) compreende-se como ARROGANTE (que é uma representação produzida tanto pelos aspectos históricos que envolvem a manutenção da sociedade das letras, quanto pelo tom do discurso dos lingüistas em polêmica, que, como o de seus oponentes, é “exagerado”).

Discursos 50

Lições de inveja e prepotência

A inveja e a prepotência acadêmica são motivadores fantásticos. O popular professor Pasquale não é uma sumidade, muito pelo contrário. Mas o Sr. Bagno, que o ridiculariza e tangencia normas éticas, confundindo crítica e insulto, obedece, linha após linha, palavra após palavra, à gramática do professor Pasquale.(...)

Naturalmente, o Sr. Bagno tem – desculpem-me o trocadilho, não resisto – uma banheira cheia de títulos para jogar na cara dos outros.

O chato é que eu também tenho alguns. No entanto, trabalho modestamente na aplicação da Lingüística à teoria do Jornalismo. E, porque não sou pedante (a etimologia dessa palavra conduz ao francês *pedant*, mestre-escola), não invejo o sucesso do Sílvio Santos, da Sandy e do Júnior nem do professor Pasquale.(LAGE, 2001a)

Quando soube da proposta do deputado, compreendi-a como um esforço de proteger a língua portuguesa do Brasil dos abusos que, no final das contas, revelam a nossa relação com nossa pátria. Ao invés de fazer piadas e revelar prepotência, talvez fosse a hora dos intelectuais tirarem os narizes de seus dicionários etimológicos para olhar as ruas desta pátria que pariu tantos Zés e Marias que querem ser Kennedys, Wesleys, Willians, Stefannys, Jeniphers...(VASCONCELOS, 2000)

Ao reivindicar para si o “discurso verdadeiro” sobre língua, nessa batalha para dizer a língua no país, o lingüista é visto também como invejoso do poder no social que os professores-da-mídia têm. Assim, de CIENTISTA também se compreende INVEJOSO.

Discursos 51

Como a inveja corrói...

Enfim, o professor Bagno não conseguiu esconder o porquê desse artigo cretino: o Pasquale é o "Garoto Propaganda do McDonalds" (sic). Ah, como a inveja corrói, destrói e torna indigno o ser humano... (SILVA, 2001)

Na USP? Nem pensar!

(...) Acho que os nossos gramáticos deveriam ser mais flexíveis. Entretanto, lendo o artigo do professor Bagno só consigo perceber despeito, ou quem sabe inveja, visto que atacar sistemática e indiscriminadamente os que pensam de modo diferente é uma tática para se sentir superior. E para parecer superior.

Conclusão 1: Se eu fosse vocês do *Observatório* não publicaria um texto tão emocional e tão pouco racional.

Conclusão 2: Não quero estudar Lingüística, especialmente na USP! (SANTOS, 2001)

Porque compreendido como INVEJOSO, seus interesses são vistos como uma reivindicação individual de reconhecimento, ou da categoria, apesar de frisar que seus objetivos estão centrados no bem da sociedade brasileira, como já citamos em relação aos interesses sociais com que Bagno representa o lingüista, que indiquei com a semântica do DEMOCRÁTICO. Esse interesse do lingüista no bem social também aparece na representação que Faraco (2001/2002) faz de si e seus companheiros:

Discurso 52

Se pensarmos que a questão da língua no Brasil não é uma questão apenas linguística, mas, antes de tudo, uma questão política, uma questão que interessa à "pólis" como um todo, na medida em que ela atravessa diretamente e afeta profundamente inúmeras situações sociais (bastaria lembrar aqui os efeitos deletérios dos preconceitos linguísticos nas nossas relações sociais; e, em particular, na educação linguística que oferecemos a nossas crianças e jovens), fica evidente que está mais do que

na hora de instaurar, no espaço público, um indispensável embate entre os múltiplos discursos que dizem a língua no Brasil.

Contudo parece que estamos ainda longe de alcançar esse ideal democrático. Depois de 40 anos de sua introdução oficial nas universidades brasileiras, a linguística permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral. E isso apesar dos seus expressivos resultados (...).

Os linguistas brasileiros têm produzido também uma substancial crítica dos dizeres míticos que enredam a questão da língua no Brasil e das suas trágicas consequências: temos mostrado quão esquizofrênica é a sociedade brasileira quanto à questão da língua; temos combatido os arraigados preconceitos linguísticos que afetam tão insidiosamente as nossas relações sociais; temos denunciado a miséria da educação linguística que se oferece na escola brasileira. (FARACO, 2001/2002, p. 39-40)

Pode-se acrescentar, pois, uma outra ressignificação que se faz do lingüista nesses debates: da representação de DEMOCRÁTICO que faz de si, constroem-se três simulacros, o NÃO-PRAGMÁTICO, o FALSO REVOLUCIONÁRIO e o INDIVIDUALISTA. Veja-se que também este último vem marcado pelo contexto neoliberal vivido pelos brasileiros, em que as atitudes são muito mais em prol do sucesso pessoal que do bem comum.

Esse purismo presente no debate é uma atitude lingüística sócio-politicamente ditada, como vimos, pela ideologia neoliberal: nesse contexto, não se trata de pôr em discussão normas, mas de a elas submeter-se para obter sucesso no mercado. Como sempre é possível dizer que “há erros”, então o insucesso é individual e não estruturalmente construído. No caso, a questão lingüística é um lugar de emergência desta ideologia de que “todos têm condições, mas só alguns têm sucesso”. Assim, esse purismo é um dispositivo que põe em ação práticas em favor do modelo político-econômico vigente na sociedade brasileira.

3.3.4 O purismo nacionalista e simulacros do lingüista produzidos em debate na mídia – não-comprometimento com a cultura nacional

Como já mostrei no debate anterior, o lingüista é representado pelo “outro” (jornalista/gramático) como não-pragmático porque não se preocuparia com a necessidade de se adquirir a “norma culta” para se dar bem no mercado de trabalho, falso revolucionário porque usaria um discurso libertário/tolerante em relação ao uso da língua que não

permitiria à população carente dominar a “norma culta” e se dar bem na vida, individualista porque pensaria em sua própria projeção no social quando polemiza com os professores da mídia. Todas essas representações convergem para se ter um lingüista alheio à “realidade prática” porque *descomprometido com o cidadão*. Uma outra face desse “distanciamento da realidade prática” do lingüista, nas representações que se fazem dele, é, como veremos, o não-comprometimento com o processo de “usurpação” da pátria e da cultura frente à globalização. Observa-se, nas polêmicas citadas, uma relação entre ser “tolerante” e “colonizado”, como se ambos fossem as duas faces da mesma situação: *a falta de responsabilidade para com o cidadão*, no primeiro caso; *a falta de responsabilidade para com a “desnacionalização” da língua e da cultura*, no segundo.

Esse *lingüista descomprometido-colonizado* está representado no embate já analisado; ver Discurso 48, em que Bagno é tido como um “cidadão do mundo, pela maneira como despreza velhos mestres”, um indivíduo que quer que “partilhemos, como língua de cultura, neste mundo globalizado, o inglês científico”. Em um artigo de Costa, em que temos o purismo nacionalista, também aparece essa representação dos oponentes ao projeto de lei já citado neste trabalho:

Discurso 53

Pode ser que o projeto de lei de autoria do sr. Aldo Rebelo, que está em curso na Câmara dos Deputados, tenha alguns artigos considerados 'ingênuos' por **aqueles que, sob o manto da tolerância e do laxismo, aceitam tudo o que vem de fora como sinônimo de progresso, sem resistências e sem críticas**.

O fato, entretanto, é que a invasão de estrangeirismos, sobretudo de palavras inglesas, na linguagem oral e escrita - na mídia, no trabalho, no comércio, na publicidade etc. - é de tal forma crescente, que, daqui a pouco, no meio de tantos anglicismos fervilhantes, já não bastará desabafar como o velho Fradique Mendes numa de suas cartas: "É uma pena que v. não saiba escrever a sua língua" - mas seremos obrigados a reconhecer, com tristeza, que estamos piores na tabela do que o camponês de Yorkshire e a cada dúzia de palavras do vernáculo defrontamo-nos com um ou dois estrangeirismos, que nos incomodam e desgostam. (...) (COSTA, 2000, p. A3 – negrito adicionado)

O discurso de Costa incorpora o simulacro que a mídia faz dos lingüistas (tolerante – FALSO REVOLUCIONÁRIO) e aplica-o ao discurso contra os estrangeirismos.

Respondendo a seus opositores, em artigo de 2000, Rebelo explicita a polêmica que envolvia o PL à época (Discurso 54). Essa discussão sobre o uso de estrangeirismos e sua

demarcação política estiveram na agenda do brasileiro durante os primeiros anos deste século; fazem parte da grande temporalidade discursiva da rede de vozes que constituem nosso social, o que torna desnecessário dizer que se trata, nesse caso, de uma polêmica indireta – *não estamos falando, neste caso, de um debate direto entre dois ou mais debatedores*. Pois bem, no referido artigo, percebe-se que os argumentos dos críticos ao PL, em sua maioria, têm uma configuração *política*.

Discurso 54

O POVO APÓIA

O projeto de defesa e proteção da língua portuguesa tem recebido apoio de professores, músicos, lingüistas, jornalistas e outras pessoas de várias ocupações. O sucesso com o público tem motivo simples e justo: os brasileiros gostamos do nosso idioma e queremos defendê-lo da saraivada de estrangeirismos que deformam a língua e truncam a comunicação do povo. Alguns críticos, no entanto, deformam nossas idéias. Vamos a eles:

“Lei, não” – O Brasil legisla sobre o idioma desde 1931, quando o Executivo e o Parlamento aprovaram a reforma ortográfica. Os críticos de algibeira desconhecem que temos um vocabulário oficializado e que a Constituição consagra o português como língua do País. A legislação é tão abrangente que, nas Instruções do Formulário Ortográfico de 1943, especifica regras gramaticais – do alfabeto de 23 letras aos sinais de pontuação. A lei do registro civil proíbe nomes exóticos, exceto se aportuguesados de forma que a grafia reproduza a pronúncia estrangeira. Washington vira Uóchinton. Nem letras dobradas (Mello, Vianna, etc.) o cartório pode aceitar. Nosso projeto inscreve-se, portanto, na tradição legislativa de proteção do idioma.

“Punição é autoritarismo” – A punição (a ser definida) dos que, abusiva e desnecessariamente, usarem expressões estrangeiras incompreensíveis ao povo, como é comum em faixas de rua e lojas de centros comerciais, servirá para inibir a macaquice colonizada que desfigura o português. O projeto faz ampla ressalva da liberdade de expressão e de imprensa, mas rejeita excessos como o de um banco americano que, numa placa de rua – uma placa de rua! –, em São Paulo, escreveu “where money lives”. Isso sim é autoritário e arrogante desrespeito à língua do País e aos valores da cidadania brasileira.

“Educar, não punir” – Os acomodados e cúmplices da desnacionalização linguística argumentam que o português se autodefende dos estrangeirismos. “A língua é viva, dinâmica”, dizem. Disso sabemos tanto quanto qualquer um. O português tem sido enriquecido, ao longo dos séculos, por milhares de palavras estrangeiras – do árabe (açúcar) ao russo (dacha). Do francês recebemos tantos e tão aclimados termos que hoje passam por camonianos. Mas daí atribuir ao idioma poder de autodefesa, ditada pelo “mercado”, é como esperar que o organismo defenda-se sozinho das doenças, e jogar o antibiótico no lixo. O aperfeiçoamento do ensino e da aprendizagem da língua portuguesa, primeiros pontos do projeto, são conquistas de longo prazo que não se chocam com medidas de emergência na defesa do idioma.

“Cada um escreve o que quer” – Um aspecto pouco mencionado do nosso projeto é a proposta de revitalização das regras de aportuguesamento das palavras necessárias ao português. Os neologismos, a começar da nomenclatura técnico-científica e de serviços, devem passar pela alfândega léxica. Temos o dever de recusar a inclusão em nosso vocabulário de termos que não sabemos pronunciar ou escrever. É o caso do abominável site e de breakfast, outsider, schwabache, up-to-date e tantos outros que constam, oficialmente, do nosso idioma. A tradição brasileira aceita o

neologismo estrangeiro, mas modela-o com o tempero nacional que mudou “knock-out” em nocaute, “shoot” em chute, “lunch” em lanche. Não ficou melhor? (REBELO, 2000 – itálico adicionado)

O caráter político presente nas críticas de que o deputado se defende fica bastante marcado: “Lei, não”, “Punição é autoritarismo”, “Educar, não punir” e “Cada um escreve o que quer” remetem ao discurso libertário produzido, principalmente, por jornalistas brasileiros, que lutam pela liberdade da palavra, mas que não abrem mão do purismo nacionalista, pregando a liberdade vigiada pelas gramáticas normativas, como vimos no item 3.1.3. Vejamos exemplos desse purismo nacionalista dos jornalistas associado ao tipo de argumento que o deputado tenta rebater:

Discursos 55

LÍNGUA ESTRANHA

A língua portuguesa não vem sendo bem tratada no Brasil. Estrangeirismos, anglicismos em especial, penetram com facilidade no idioma, a despeito de existirem correlatos na língua nacional.

Preocupado em defender a identidade do português brasileiro – patrimônio cultural brasileiro, segundo a Constituição -, o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) submeteu à Câmara um projeto de lei que estabelece o uso compulsório do português e a substituição, também obrigatória, dos termos em língua estrangeira, à exceção dos consagrados pelo uso e estabelecidos pela Academia Brasileira de Letras. (...)

Nem se discuta se são factíveis os objetivos do projeto. Quantos fiscais, e com que nível de instrução, seriam necessários para zelar pela lei? **De resto, vale lembrar que o intercâmbio cultural é um progresso civilizatório. A questão central é saber se o descaso com a língua e a adoção à larga de estrangeirismos se dão em consequência da desproteção legal ao idioma.**

Na verdade, falta cultivo local do idioma. Nas escolas, pouco se difundem os escritores da língua; o idioma é ensinado de forma burocrática, não é vivenciado com apego; lê-se pouquíssimo; o acesso aos livros é difícil e caro à maioria da população, cerca de 30% funcionalmente analfabeta. (...)

O português será menos pisoteado no Brasil se seus praticantes forem mais bem cultivados (...).(EDITORIAL, *Folha de São Paulo*, 10/01/2000, p. 1-2 – negrito adicionado)

LÍNGUA PRESA

É assaz reprochável, para dizer o mínimo, a horda de neologismos que tomou de assalto a língua portuguesa. (...)

Qualquer um que aprecie um bom autor de língua portuguesa tem ganas de deletar essas expressões do idioma. O pior caminho para fazê-lo é o projeto do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), aprovado anteontem pela Comissão de Educação da Câmara, que poderá estabelecer multas para quem empregar “palavra ou expressão estrangeira” que tenha equivalente em língua portuguesa. (...) O português já experimentou outras invasões, notadamente a dos galicismos, e sobreviveu. Na verdade, saiu enriquecido, como às vezes ocorre quando culturas se encontram. Aliás, se não

houvesse essa dinâmica de influências, o português nem existiria. O idioma pátrio ainda seria o proto-indo-europeu.

Ainda não inventaram uma forma de fazer as pessoas terem bom gosto por força de lei. Diante do óbvio, faria melhor o Congresso se direcionasse seus esforços para fins mais úteis, como elevar o nível do ensino ministrado nas escolas. (EDITORIAL, *Folha de São Paulo*, 11/08/2000, p. A2 – negrito adicionado)

Vejamos: o jornalista demarca seu lugar de dizer a língua associando-se à tradição gramatical purista:

- 1) Parafraseia o discurso dos gramáticos de que os estrangeirismos que contenham correlatos na língua devem ser evitados (“Estrangeirismos, anglicismos em especial, penetram com facilidade no idioma, a despeito de existirem correlatos na língua nacional”);
- 2) Associa o uso de estrangeirismos a um “mau uso” da língua (“A questão central é saber se o descaso com a língua e a adoção à larga de estrangeirismos se dão em consequência da desproteção legal ao idioma”; “É assaz reprochável, para dizer o mínimo, a horda de neologismos que tomou de assalto a língua portuguesa”; “Ainda não inventaram uma forma de fazer as pessoas terem bom gosto por força de lei”);
- 3) Apesar de criticar o uso da língua estrangeira que no momento em questão está no poder internacional, assume que as línguas estrangeiras, em outros momentos de nossa história, enriqueceram a língua portuguesa (“De resto, vale lembrar que o intercâmbio cultural é um progresso civilizatório”; “O português já experimentou outras invasões, notadamente a dos galicismos, e sobreviveu. Na verdade, saiu enriquecido, como às vezes ocorre quando culturas se encontram.”).

Dessa forma, a polêmica que o jornalista trava com o projeto de lei em questão não é em relação aos aspectos normativos e puristas da concepção de linguagem assumida no texto da lei, mas em relação aos aspectos ligados à “legislação da palavra” – colocam-se como aqueles que defendem a liberdade de expressão.

Já um outro argumento que o político rebate vem do lugar do cientista da linguagem, que estuda a estrutura da língua, entre outros aspectos que envolvem o fenômeno da linguagem, e aborda a incorporação do estrangeirismo em seu aspecto estrutural: “Os acomodados e cúmplices da desnacionalização linguística *argumentam que o português se autodefende dos estrangeirismos. ‘A língua é viva, dinâmica’*, dizem”. Esse argumento é paráfrase de vários discursos de lingüistas divulgados na mídia nesta passagem do século XX para o XXI.

Discursos 56

[os estrangeirismos não afetam a gramática da língua, mas só seu aspecto mais superficial, o léxico, e a] (...) análise lingüística rigorosa deve evitar ao máximo recorrer à retórica nacionalista e patrioteira que sempre caracterizou o discurso do purismo lingüístico. (...)

A língua (...) é um sistema auto-regulador, que dá conta de suas próprias carências e necessidades. Ela mesma acolhe o que tem serventia e descarta o que é dispensável. (BAGNO, in FARACO, 2002, p. 77-78 / 82)

(...) afirmo que a presença de vocábulos estrangeiros contribui para enriquecer qualquer idioma. Receber palavras de origem estrangeira em forma de empréstimo nada tem a ver com a soberania político-econômica. Os idiomas são palcos de mestiçagem e de interculturalidade e não devem ser vistos como baluartes ou fortalezas de nacionalidade, pois as nações-estados contêm diferentes etnias com diferentes identidades. (SCHMITZ, in FARACO, 2002, p. 104)

Considerando-se essas polêmicas que envolveram o projeto de lei em questão, vejamos como se deu o embate entre o político e o lingüista, em que aparece a representação do lingüista como um sujeito descomprometido com a cultura nacional. Analisemos um debate direto entre Faraco e Rebelo, publicado pela *Folha de São Paulo*.⁵⁹ Teve início no dia 25/3/01 com a publicação do artigo "Guerras em Torno da Língua", de Faraco. Rebelo respondeu em 15/4/01, no texto "A Intriga das Línguas". Ambos voltaram a escrever, respectivamente, em 13/5/01 (“O maiúsculo e o minúsculo”) e em 3/6/01 (“A neolíngua neoliberal”). Em 01/07/01, o *Mais!* encerra a polêmica com a publicação de um pequeno texto de cada autor – “Nacionalismo requeitado” (Faraco) e “Sobre guerras e línguas” (Rebelo).

⁵⁹ Ver textos completos em Anexo 2.

O artigo de Faraco que abre a polêmica, posteriormente publicado em Faraco (2002), já foi citado neste trabalho (Discursos 49 e 52). Nele, o autor reclama da falta de reconhecimento da lingüística na sociedade brasileira e critica o normativismo presente na mídia, de forma geral. Defende o direito de os lingüistas dizerem a língua, direito conferido a eles pelo caráter científico de seus estudos, e os contrapõe à tradição gramatical, criticando-a por ser baseada em saber mítico e ser preconceituosa. Há, no artigo do autor, um caráter de superioridade do discurso científico sobre os outros discursos que dizem a língua no país. Em nome dos lingüistas (cientistas), reivindica um lugar para dizer a língua no social. No item anterior vimos que, na semântica da ressignificação do discurso do lingüista nos debates, da auto-representação do lingüista como CIENTISTA, faz-se o simulacro de ARROGANTE, que é uma representação feita a partir do lugar em que se valoriza o saber gramatical tradicional. Essa representação também tem suporte, como vimos, no discurso do lingüista, que exagera no tom quando em polêmica. Além de criticar duramente essa tradição gramatical, que acredito ser o grande adversário do lingüista nessa luta pelo direito de dizer a língua, o autor se dirige contra figuras destacadas na mídia que se tornam porta-vozes do senso comum. Escreve que suas idéias sobre linguagem são “asneiras”, um “rematado absurdo”. Dirige-se também contra o deputado Aldo Rebelo, afirmando que seu projeto é “grotesco”, “oportunista” e que “revela um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie”. Assim, o projeto é visto segundo a semântica do OPORTUNISMO, da DESINFORMAÇÃO e do AUTORITARISMO.

O lingüista assume, além do discurso a favor da abordagem científica das línguas, o da negação das políticas lingüísticas autoritárias, também se auto-representando como DEMOCRÁTICO.

Rebelo responde a Faraco imbuído do espírito do *purismo nacionalista*, usando, sem os citar diretamente, discursos de escritores e gramáticos – estes mesmos que foram criticados por seu debatedor. Nessa paráfrase, reafirma o discurso da unidade da nação brasileira pela comunhão lingüística entre brancos, negros e índios, *comunhão realizada pelo povo* (valha dizer, como José de Alencar argumentava). Reafirma o discurso da unidade na diversidade, em que o português enriqueceu-se com as contribuições de outras línguas, mas permaneceu uno, “elemento decisivo da unidade nacional”. Considera a língua

uma unidade, um bem intangível da pátria que deve ser preservado em sua pureza e valorizado como tal. Assim, só assume como positiva a influência passada de outras línguas no português. As influências contemporâneas não são aceitas.

Discurso 57

O português falado no Brasil, mais, muito mais que o escrito, demonstrou plasticidade suficiente para atrair a insubstituível contribuição das línguas indígenas e africanas e assim consolidar-se como elemento decisivo da unidade nacional. Essa obra, respeitosamente, não a devemos aos escritores nem à academia. **Edificou-a o povo que se foi formando no Brasil, não mais português, mas uma mistura deste com o africano e o índio.**

Batuque, cafuné, mocambo, samba, camundongo enriqueceram o nosso falar pelo lado africano, da mesma forma que abacaxi, caipira, cambembe e maracanã nos ampliaram a comunicação pela herança indígena.

As incorporações e empréstimos indígenas e africanos apenas prosseguiram a grande capacidade do português de absorver contribuições de outras línguas. (...)

O projeto de lei 1.676/99, de minha autoria, longe da xenofobia de que é acusado ou de rejeitar contribuições de línguas estranhas, tão-somente deseja a valorização da nossa. (...) (REBELO, A intriga das línguas. *Folha de São Paulo*, Mais! 15/04/01 - negrito adicionado)

Esse discurso é paráfrase daqueles que se encontram em nossas gramáticas históricas:

Discursos 58

No Brasil, para onde a língua foi trazida pelos colonizadores, o vocábulo primitivo enriqueceu-se bastante com o concurso que lhe trouxeram os dialetos indígenas e africanos. (COUTINHO, 1936/1973, p. 194)

O português do Brasil não é um todo, um bloco uniforme. É preciso distinguir-lhe os vários matizes, de acordo com as ocasiões, as regiões e as classes sociais. Assim, temos: 1) uso literário, culto; 2) uso corrente (familiar, popular, gíria); 3) uso regional. (...)

2) Os colonizadores vinham de todas as partes de Portugal, de modo que, em contacto e interação, se fundiram num denominador comum, de notável unidade.

3) Acompanhando o destino dos homens, o português primeiro se estabeleceu no litoral. Aí se constituiu, nos dois primeiros séculos de colonização, um falar de marcante unidade, uma *koiné*, em suma. E foi essa *koiné*, falada na costa, que invadiu o interior com as bandeiras e as entradas.

Daí, evidentemente, as raízes das características do português brasileiro: a unidade e o conservadorismo.

4) É indispensável distinguir, desde os tempos mais antigos, os estratos sociais da língua portuguesa usada no Brasil. **Por isso estabelecemos que os portugueses da Europa, e seus filhos falariam um português de notável unidade, enquanto os aborígenes, os negros e os mestiços se entendiam num crioulo ou semi-crioulo. À proporção que se ia firmando a civilização, o**

português, graças ao seu prestígio de língua dos colonizadores e de língua literária, foi-se irradiando. (...)

Esse contato entre negros do grupo norte e do grupo sul e entre índios e brancos, vinha, pois, facilitar a *unidade*. Todas as possíveis divergências se aplainavam e fundiam. (...)

É preciso ter na devida conta que *unidade não é igualdade*: no tecido lingüístico brasileiro há, decerto, gradações de cores. Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias *áreas*. O que é certo, porém, é que o conjunto dos falares brasileiros se coaduna com o princípio da *unidade na diversidade* e da *diversidade na unidade*. (...)

O domínio lingüístico português é, aliás, o reflexo de uma outra unidade superorgânica e até supranacional, de uma substância amalgamada pela História, a que é costume chamar **Cultura Portuguesa**. Cultura admiravelmente plástica, que soube adaptar-se sem perder-se, condescender sem trair-se. (...) Assim criou, como dizíamos, uma unidade para além do tempo e até mesmo para além das soberanias, pois o Brasil e o Império são irmãos gêmeos. (SILVA NETO, 1959/1963, p. 14-15/ 160/ 271/ 273 – negrito adicionado)

Além disso, o político usa argumentos históricos, colocando a língua como “ferramenta de conquista”: “A cultura dominante impõe seu vocabulário à cultura dominada”. Curiosamente, desenvolve esse argumento trazendo o caso da imposição do português no Brasil, no entanto não trata esse caso como imposição, mas como *elemento decisivo na unidade nacional*. Ao mesmo tempo, usa de forma explícita um argumento de uma lingüista, com o qual destaca o prejuízo social que os estrangeirismos podem causar a uma população que não tem acesso a eles, representando-se como aquele que “quer proteger os brasileiros de humilhações” – a lingüista citada, por sua vez, escreve ao Painel do Leitor da *Folha de São Paulo* mostrando que suas idéias foram modificadas pelo deputado.⁶⁰ Usando o argumento da lingüista, Rebelo utiliza-se da autoridade de que seu próprio oponente se utiliza, representando-se como ESCLARECIDO, não aceitando a tese de que seu projeto apresente “equívocos”, como escreve Faraco. Devolve ao lingüista o mesmo “preconceituoso e ignorante” que este lhe lançou : “Penso que acusar o projeto de repetir a política linguística de Franco, Mussolini e outros parecidos não resiste a um sopro sobre a poeira de preconceito e ignorância que reveste o argumento”. Ao mesmo tempo, representa-se como PROTETOR da população menos favorecida economicamente. Dessa maneira, o político faz das representações que lhe atribui o lingüista os seguintes simulacros: não é DESINFORMADO, mas ESCLARECIDO; não é OPORTUNISTA nem AUTORITÁRIO, mas GUARDIÃO DEMOCRÁTICO.

⁶⁰ A carta da lingüista, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, foi reproduzida na nota 37.

O tom de seu discurso é o de uma *falsa humildade*, o que confirma sua representação como ESCLARECIDO (“Desconfio de que o meu pressentimento tenha base científica, pelo menos em tese de doutorado em linguística que me foi enviada pelo professor Georg Otte, chefe do departamento de letras anglo-germânicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais”/ “A lingüista da UFMG viu antes deste modesto escriba...”), e como vítima de um ataque injustificado:

Discurso 59

O projeto de lei 1.676/99, de minha autoria, **longe da xenofobia de que é acusado ou de rejeitar contribuições de línguas estranhas**, tão-somente deseja a valorização da nossa. (...)

Penso que acusar o projeto de repetir a política linguística de Franco, Mussolini e outros parecidos não resiste a um sopro sobre a poeira de preconceito e ignorância que reveste o argumento. Franco e Mussolini, notadamente o primeiro, tentaram impor as línguas dominantes, no caso a de Castela, a povos que tinham línguas próprias, fossem bascos, catalães ou galegos.

Nós não queremos impor o português a ninguém, mas apenas preservá-lo para aqueles que o têm como língua materna e na condição de obrigação constitucional. Ou deveríamos aceitar que a moeda da globalização (o dólar) imponha, além de seus esquemas monetários, seus modelos culturais e também seus padrões linguísticos? Ou alguém acha que o camponês nordestino que denomina um pequeno rio de riinho, riacho, riachinho, corgo, corguinho esculpiu estes vocábulos pelo mesmo cinzel dos esnobes da Barra da Tijuca que entronizaram uma estátua da liberdade em pleno Rio de Janeiro e infestaram suas ruas de placas e anúncios em inglês, no que foram ridicularizados pelo próprio "The New York Times"? A liberdade de os matutos nordestinos conservarem as reminiscências léxicas e sintáticas do português arcaico combinadas com a influência do tupi e da fonética indígena foi magistralmente defendida nos anos 40 pelo mestre Mário Marroquim. (REBELO, A intriga das línguas, *Folha de São Paulo*, Mais! 15/04/01 – negrito adicionado)

Em sua resposta, Faraco chama de questões *minúsculas* as propostas constantes do PL, listando aquelas que considera *maiúsculas* e que deveriam ser postas na agenda da nação como parte de uma nova política lingüística a ser adotada:

Discurso 60

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, **reconhecer o caráter multilíngue do país** (o fato de o português ser hegemônico não deve nos cegar para as muitas línguas indígenas, européias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, **deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado e escrito aqui, vencendo de vez o mito da língua única e homogênea.**

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. **E incluir, ainda, um incentivo permanente à pesquisa científica da complexa realidade**

linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito. (FARACO, O maiúsculo e o minúsculo. *Folha de São Paulo*, Mais! 13/05/01 – negrito adicionado)

O discurso acima confirma essa auto-representação do lingüista como DEMOCRÁTICO (valoriza a heterogeneidade e multiplicidade lingüística do país, bem como combate os preconceitos lingüísticos que são fator de exclusão social) e como CIENTISTA – propõe o “registro mais adequado” da norma padrão real e das outras variedades do português de forma que possa servir de subsídio para o “acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral escrito”. Veja-se que este “cientista” não é alheio à “realidade prática”, como já confirmamos no debate anterior. Porém, apesar do caráter *político* do discurso do lingüista ao propor explicitamente novas políticas lingüísticas para a nação, e de destacar, em sua argumentação, o papel importante do falante na dinâmica do empréstimo, afirmando que ela se realiza de forma adequada às suas necessidades, ele não se abstém de utilizar argumentos que digam respeito à *estrutura da língua*:

Discurso 61

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, **proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras)**, esses estrangeirismos não passam de **uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano**.

Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pela própria ação dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).(...)

Essas afirmações, embora retumbantes, são, todas elas, rigorosamente falsas, conforme demonstrou, em bela argumentação (sim, porque o bom debate democrático pede afirmações sustentadas e bem informadas, e não apenas asseverações categóricas), o professor José Luiz Fiorin, da USP, em texto publicado pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil em seu "Boletim 4": **não há nenhum indício de que o léxico do português esteja minimamente afetado por esses estrangeirismos; muito menos estão afetadas a fonologia, a morfologia e a sintaxe da língua**.

O que ocorre é o contrário: qualquer palavra que vem de fora, incorporada definitivamente ou não, é, de imediato, submetida às regras do português; e isso não depende de nenhuma especial sabedoria: é a regra do jogo em qualquer língua. O que pode demorar é a sua adaptação gráfica, ou porque essa adaptação acaba por não se justificar (vide a palavra "show"), ou porque é desnecessário entupir o formulário ortográfico com palavras cedo abandonadas. (FARACO, O maiúsculo e o minúsculo. *Folha de São Paulo*, Mais! 13/05/01 – negrito adicionado)

É dessa maneira que desqualifica como “rigorosamente falsos” alguns dos argumentos constantes no projeto, chamando aqueles que estão com o deputado de “arautos do apocalipse” por fazerem “(...) crer que estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa; que o português está hoje seriamente ameaçado; que a nossa língua passa por uma transformação sem precedentes históricos”. Completa que os argumentos de Rebelo são autoritários (retomando a semântica do AUTORITARISMO) e que este passa a imagem “do bom-mocismo” ao dizer que só quer coibir abusos e proteger os brasileiros de humilhações. BOM-MOÇO e AUTORITÁRIO são, nesse discurso, simulacros de GUARDIÃO DEMOCRÁTICO/NACIONALISTA.

Na seqüência da polêmica, tem-se o artigo “A neolíngua neoliberal”, de Rebelo. O autor continua a dizer a língua do lugar da tradição gramatical, pois, ao rebater o argumento do “mito da língua única”, escreve que “(...) o ‘mito’ foi construído por falantes e artífices da língua mais, mas muito mais mesmo, ilustres, doutos e/ou talentosos do que o modesto escrevinhador destas linhas” – cita então escritores portugueses e brasileiros, inclusive populares (mantendo seu discurso dentro da semântica do GUARDIÃO DEMOCRÁTICO). Assim, os escritores teriam um espaço importante na construção da língua única, lugar tão importante quanto a tradição gramatical lhes dá.

Neste artigo, o político, de forma irônica, refere-se aos lingüistas como “ilustres professores” e os chama de INTELECTUAIS COLONIZADOS. Parece-me que este simulacro tem sua base na semântica do CIENTISTA quando este usa o discurso da estrutura da língua. Isso já é indiciado no Discurso 54, citado anteriormente, em que Rebelo escreve: “*Os acomodados e cúmplices da desnacionalização linguística argumentam que o português se autodefende dos estrangeirismos. ‘A língua é viva, dinâmica’, dizem.*” Vejamos o discurso a seguir:

Discurso 62

(...) Ou terá razão Friedrich von Hayek (1899-1992), o economista austríaco, profeta da tirania do mercado e do atual neoliberalismo? A língua, como o mercado, dispensa a mediação das leis e dos Estados nacionais? Ou tanto uma como o outro, criação e expressão de relações sociais forjadas no entrechoque dos interesses de seus criadores, agrupados em etnias, classes e nações no atual período da história humana, carecem de regras que bloqueiem o darwinismo econômico, social e o linguístico?

A língua é algo vivo, que precisa respirar e, não duvido, se enriquece e fortalece em contato com outras línguas e culturas. É viva justamente porque é um fato das relações sociais e não tem, como parecem acreditar ilustres professores, vida própria independente da ação dos homens e da sociedade.

A vulgaridade dos argumentos de alguns detratores do projeto que apresentei na Câmara dos Deputados se deveu, creio eu, à ignorância desse ambiente político, ideológico e cultural carregado de conflitos que conduzem para a encruzilhada da sobrevivência ou da degradação de povos e nações em todos os quadrantes da terra. (...)

Recentemente, em debate em prestigiada universidade do Sul, ilustre professora acresceu ao mito da língua única o mito da unidade territorial. Agora sou acusado de propagar o mito do território único. Imaginei uma conferência mundial para redesenhar todas as fronteiras alteradas ao longo dos séculos por guerras e processos coloniais violentos.

Perguntei se o mito se referia apenas à unidade territorial do Brasil ou se o questionamento se estendia para além de nossas fronteiras. Pensei, por exemplo, nos Estados Unidos diante de uma corte internacional devolvendo um terço do território usurpado dos mexicanos.

De qualquer forma lembrei nossa professora de que o discurso do combate ao mito da unidade territorial brasileira "cai bem" para pretendentes mais do que conhecidos aos recursos da biodiversidade amazônica.

Intelectuais colonizados - Frantz Fanon foi médico, psicanalista e escritor. Nasceu na Martinica, mas assumiu a causa da independência da Argélia, nos anos 50 e 60, e escreveu uma obra - "Os Condenados da Terra"- considerada a bíblia das lutas de libertação nacional daquele período. Ele observou que o intelectual colonizado "lança-se freneticamente na aquisição furiosa da cultura do ocupante, tendo o cuidado de caracterizar pejorativamente a sua cultura nacional, **ou se acantona na enumeração circunstanciada, metódica, passional e rapidamente estéril dessa cultura**".

Para Fanon, "se a cultura é a manifestação da consciência, não hesitarei em afirmar, no caso que nos ocupa, que a consciência nacional é a forma mais elaborada de cultura". Bem, dirão alguns, eram outros tempos, tempos de intelectuais como Fanon.

Ah, mas há tantas humilhações, e muito piores, em límpido português. Por que se preocupar com mais uma, o abuso do estrangeirismo? É a fala do algoz a justificar o maltrato; quem sabe, um ato falho. (REBELO, A neolíngua neoliberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2001. Mais!, p. 19 – negrito adicionado)

Minha hipótese é, como disse, que a produção do simulacro INTELECTUAIS COLONIZADOS se dá a partir da representação CIENTISTA quando o lingüista retoma o discurso da estrutura da língua. Vejamos: quando Faraco, em seu segundo texto, cita argumentos como “qualquer palavra que vem de fora, incorporada definitivamente ou não, é, de imediato, submetida às regras do português; e isso não depende de nenhuma especial sabedoria: é a regra do jogo em qualquer língua”, ele é ressignificado como aquele que vê a língua como autônoma, independente das relações sociais e políticas. Rebelo, baseado nessa semântica do “cientista-da-estrutura alheio às questões políticas”, desenvolve sua argumentação: relaciona a língua que “carece de regras” ao mercado, que dispensa a mediação de leis e Estados Nacionais (retome-se aqui também o simulacro “tolerante”,

FALSO REVOLUCIONÁRIO, que se produz com base na auto-representação do lingüista como DEMOCRÁTICO); sugere que o “mito do território nacional” presente no discurso de uma lingüista seja entendido como uma incitação à entrega de nosso território aos países que cobiçam as riquezas de nossa biodiversidade; sugere, enfim, que o lingüista seja um intelectual colonizado, no sentido de ser um sujeito descomprometido com a cultura nacional.

Esse simulacro se produz com uma *generalização* a partir de fragmentos do discurso de Faraco, que enfoca muito mais o político na sua relação com as línguas do que os aspectos estruturais destas. É com esse enfoque político que, em seu último texto, Faraco representará o deputado como aqueles que fazem um “nacionalismo requentado”, buscando nos estrangeirismos “o dragão da maldade”, como se eles fossem nosso problema. Assim, o lingüista compreende como NACIONALISMO REQUENTADO o NACIONALISMO da semântica do discurso do político:

Discurso 63

A questão maior não é, de fato, a meia centena de palavras estrangeiras que circulam por aí, e sim como responder politicamente às perplexidades do tempo em que vivemos. Para o deputado, tudo se resolve por uma ligeira requentada em um discurso nacionalista. Eu, contudo, considero que isso apenas tapa o sol com a peneira e nos deixa ainda mais frágeis para fazer frente aos vendavais do nosso tempo, que exigem bem mais do que simplesmente trancar ou escancarar as portas do país. O historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, em seu livro "Nações e Nacionalismo desde 1780" (ed. Paz e Terra), nos apresenta uma interessante análise dessas **erupções de nacionalismo no fim do século 20**, com diferentes roupagens em diferentes locais do mundo, mas cumprindo todas uma mesma função. **Buscam elas preencher o vazio decorrente da incapacidade desses grupos políticos de gerar interpretações plausíveis (não simplistas, portanto) para as transformações pelas quais o mundo vem passando, interpretações que pudessem sustentar programas políticos concretos de enfrentamento dos desafios postos pela rapidez e pelo tamanho dessas transformações.**

Perplexos diante do que está ocorrendo, órfãos de seus velhos referenciais e incapazes de formulação política, põem-se esses grupos a requentar apelos nacionalistas. Hobsbawm vai ainda adiante: contrastando esse nacionalismo com aquele do início do século 19, ele nos mostra como o requentado de hoje não é mais vetor de desenvolvimento histórico, porque não oferece resposta política efetiva ao que está posto pela conjuntura e se exaure em ser essencialmente negativo, isto é, **busca apenas localizar um bode expiatório e dirigir contra ele todas as baterias.**

Como no Brasil não temos imigrantes na proporção dos países da Europa Ocidental e dos EUA; como não temos uma questão religiosa (que direcionasse o nacionalismo para um fundamentalismo ao estilo do Afeganistão); como nossas manifestações culturais estão, em sua maior parte, constitucionalmente protegidas da sanha dos tuteladores e guardiões de plantão, sobrou a presença

de palavras estrangeiras para ocupar o lugar do dragão da maldade do nacionalismo requentado (...). (FARACO, Nacionalismo requentado. *Folha de São Paulo*, Mais! 01/07/01 – negrito adicionado)

Já no último artigo de Rebelo (“Sobre guerras e línguas”), tem-se uma representação do lingüista como quem não deseja a melhoria do ensino no país – a “lógica” do deputado é: se o projeto propõe:

Discurso 64

- I. Melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;
- II. Incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;
- III. Realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral (...). (REBELO, Aldo. Projeto de Lei no. 1676)

e se os lingüistas são contra o projeto, então são contra medidas que visem “melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa”.

Discurso 65

O último censo escolar realizado pelo governo brasileiro revelou uma tragédia: 40% dos alunos da primeira série do ensino fundamental repetem de ano. E um escândalo: em oito Estados a primeira série tem mais alunos reprovados que aprovados. Em outra pesquisa, também oficial, piorou o desempenho dos alunos em língua portuguesa entre 1997 e 1999. O inquérito da Unesco e do governo brasileiro recentemente concluído nos deixou como campeões em repetência entre 45 países pesquisados. **Ainda assim há quem julgue uma boa causa entrar em pé de guerra contra um projeto para melhorar o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa no Brasil.** (REBELO, Sobre guerras e línguas. *Folha de São Paulo*, Mais! 01/07/01 – negrito adicionado)

Entra nessa “lógica” do político o simulacro que a mídia faz dos lingüistas: *o sujeito descomprometido com o cidadão*. Some-se a ele o simulacro do *sujeito descomprometido com a cultura nacional* e temos produzida, nesses debates, a representação do lingüista como *sujeito “distante da realidade prática”*.

Em resumo, pode-se dizer que o lingüista, nesses últimos trinta anos, produziu para si um lugar para dizer a língua no social: no ensino de língua. Vimos que os estudos sobre a textualidade e sobre a língua falada e suas variações foram incorporados, a seu modo, em

provas de vestibulares e em documentos oficiais dirigidos a professores (PCNs). No âmbito do ensino de língua, nesse sentido, é menor a distância entre universidade e sociedade.

Entretanto, em outra instituição (na mídia) ainda o poder de dizer a língua se encontra nas mãos da tradição gramatical, que, como vimos, adapta seu discurso ao contexto científico em voga, mas não abandona a atitude purista – ela produz paráfrases do “discurso tradicional” que se deslocam em direção ao tema, como o concebe Bakhtin/Volochinov (1929/1988). Essa tradição e o discurso dos escritores, na historicidade do purismo lingüístico no Brasil, entrelaçam-se quando da constituição da cidade das letras com poder de dizer a língua no país, poder de que a mídia de referência se alimenta.

Nos embates analisados entre lingüista e jornalista/político, produz-se uma representação (simulacro) do cientista da linguagem cuja semântica se dá pelo não-comprometimento com o cidadão e com a cultura nacional. O mecanismo básico dessa produção de simulacros é a compreensão do discurso do outro a partir do lugar que se ocupa no social e das ideologias/discursos que constituem esse sujeito que compreende. Assim, é a partir do purismo neoliberal que se produzem os simulacros do lingüista quando o assunto é ensino da “norma culta”, e aí temos um *lingüista descomprometido com o cidadão*. Por outro lado, é a partir do purismo nacionalista que se produz o simulacro *lingüista descomprometido com a cultura nacional*. As representações e seus simulacros produzidos nos debates podem assim ser sistematizados:

Auto-representação do lingüista	Simulacros produzidos do lingüista pelo jornalista – não-comprometimento com o cidadão
DEMOCRÁTICO	NÃO-PRAGMÁTICO FALSO REVOLUCIONÁRIO INDIVIDUALISTA
CIENTISTA	ARROGANTE INVEJOSO

Quadro 4 – Representações do lingüista (I)

Auto-representação do jornalista	Simulacro produzido do jornalista pelo lingüista
PRAGMÁTICO	CONSERVADOR

Quadro 5 – Representação do jornalista

Auto-representação do lingüista	Simulacros produzidos do lingüista pelo político – não-comprometimento com a cultura nacional
DEMOCRÁTICO	FALSO REVOLUCIONÁRIO
CIENTISTA	INTELECTUAL COLONIZADO

Quadro 6 – Representações do lingüista (II)

Auto-representação do político	Simulacros produzidos do político pelo lingüista
GUARDIÃO DEMOCRÁTICO NACIONALISTA	AUTORITÁRIO OPORTUNISTA BOM-MOÇO ADEPTO DE NACIONALISMO REQUENTADO
ESCLARECIDO	DESINFORMADO

Quadro 7 – Representações do político

4.

PALAVRAS QUE FALTAM

Os debates analisados mostram que o diálogo sobre língua entre lingüistas e sujeitos que participam da cidade das letras no Brasil é tenso. Essa tensão tende a se manter, porque o discurso purista que constitui o senso comum no país é incompatível com o discurso do lingüista que valoriza o falante comum. Assim, o sujeito purista compreende o discurso do outro segundo suas próprias categorias e do lugar social que ocupa; da mesma forma, o sujeito lingüista, constituído pelos mecanismos de controle do discurso como a universidade e a disciplina lingüística, compreende o purismo segundo seu campo de visão. Os debates, desta feita, não mudam a opinião dos debatedores, o que nos levaria a considerá-los inócuos se não fossem um espaço para a luta pelo poder/direito de dizer a língua. Acredito que os espectadores que assistem à disputa que se passa na arena ganham porque têm contato com vozes que se cruzam e que ajudam a produzir as compreensões que serão suas contrapalavras. Portanto, a participação dos lingüistas em debates, a publicização de suas pesquisas e opiniões via mercado editorial, programas de TV, *sites* etc. é positiva, mesmo que os resultados não sejam os esperados por eles, mesmo que se sintam “incompreendidos” ou vítimas do “outro”. No diálogo que se trava no social, segundo a perspectiva teórica assumida aqui, não há, *stricto sensu*, vítimas: todos, sem exceção, são compreendidos segundo a perspectiva do outro, e as diferenças são inevitáveis.

O que ocorre é que a instância que está no poder utiliza-o em prol de seus interesses. Vimos (Capítulo 2) como a mídia no Brasil produz realidades sobre língua que não são as realidades aceitas pelos lingüistas. Há micro-poderes que agem na direção oposta à seguida por eles: a política da citação, definindo quem é autoridade para falar sobre língua e quem não é, anulando a voz do lingüista na edição do texto ou produzindo simulacros de seu discurso; a produção de relevâncias nas capas de revistas de grande circulação, em que a “norma culta” é objeto de ascensão social, mas só para os bem-estudados, bem-vestidos, bem aparentados. A mídia brasileira é patrimonial (SODRÉ, 2000), estando, desde o início de sua constituição, ligada a alguns poucos grupos econômicos. É esperado que, dada essa historicidade, os que desejam realmente democratizar a sociedade brasileira não encontrem muito espaço para dizer a cultura do povo brasileiro, dizer os movimentos sociais, dizer as etnias quase que “invisíveis” para a nação, e também dizer a língua de uma perspectiva

menos excludente. Assim, quem não está no poder da palavra sempre é, de alguma forma, vítima, não por não ser compreendido, mas por ser “esquecido”.

Em relação às políticas lingüísticas e à participação dos lingüistas nesse processo, vimos que houve ganhos: o projeto do deputado foi substituído por outro menos autoritário. Acredito que seja necessário avançar na luta para dizer a língua nesse âmbito, porque, se o lingüista não “consegue ser ouvido” nos debates sobre língua quando o tema é língua e nação, ele pode ser compreendido de forma mais democrática por aqueles que são os “espectadores”, que nem sempre compreendem o discurso como o senso comum o faz.

Faltam algumas palavras sobre as relações de ensino, que abriram uma brecha para o discurso dos lingüistas, e esse espaço me parece que seja o mais acessível hoje para esse profissional lançar sua voz. Voz que será, no entanto, como tenho frisado aqui, sempre ressignificada de alguma forma, já que a “verdade” do cientista da linguagem não será a do professor, a do aluno, a do pedagogo, a do autor do livro didático. Cada um desses sujeitos compreende o discurso do outro na relação com as vozes que o constituem. Vimos que o senso comum ressignifica a “norma culta” e a “língua padrão” que aparecem no discurso dos lingüistas. Enquanto aquele as vê separadas da variação lingüística - o senso comum ainda não distingue norma culta de norma prescritiva -, estes concebem a variação como inerente a elas. Tendo em vista a forte tradição gramatical dos estudos escolares e o fato de a escola ainda ser um espaço de apropriação do conhecimento da sociedade letrada, acredito que há muitas chances de esses conceitos também serem ressignificados pelos professores como a norma presente nas “gramáticas tradicionais”.

Um indício de que essa ressignificação vem se realizando, mas no mercado dos livros didáticos, é o que ocorre na *Coleção Língua Portuguesa: palavras*, de Hermínio Sargentim (Ed. IBEP, 2002).⁶¹ A coleção, dirigida a alunos da 5^a. à 8^a. série do ensino fundamental, contém no seu índice as seções “Estudos lingüísticos” e “Variações lingüísticas” – o que supõe uma adequação do ensino tradicional de língua à proposta dos PCNs. Entretanto, essas seções reproduzem reflexões-padrão presentes na norma

⁶¹ Esta pesquisa foi realizada, sob minha orientação, por três alunas do curso de letras do Uni-FACEF (Franca-SP): Cíntia Rinaldi, Maria Cláudia de Souza e Maria Imaculada dos Santos, e consta de um artigo intitulado “Variação lingüística: como o livro didático de ensino fundamental aborda essa questão?”.

prescritiva, como exercícios de fixação da metalinguagem da gramática tradicional. Vejamos um exemplo:

Discurso 66



Variações lingüísticas (colocação dos pronomes)

1. Observe a posição do pronome:

A – Eu te ajudei neste trabalho.
B – Ajudei-te neste trabalho.
C – Ajudar-te-ei neste trabalho.

Em relação ao verbo, o pronome átono pode ser colocado em três posições:

1ª) antes do verbo – chamamos **próclise**;
2ª) depois do verbo – chamamos **ênclise**;
3ª) no meio do verbo – chamamos **mesóclise**.

Fonte: SARGENTIM, 2002, p. 225.

Parece-me que o problema central dessa problemática é o papel que se atribui à escola de propagação e preservação dos valores/saberes da sociedade letrada. Bourdieu e Passeron (1970/1982) já haviam aliado essa função da escola – a de preservação do “capital lingüístico escolarmente rentável” e sua *distribuição controlada* aos que não tinham o *habitus*, isso é, não o utilizavam na vida cotidiana – à reprodução social. Eu compreendo essa questão como a necessidade de o lingüista ainda continuar lutando pelo direito de dizer a língua no contexto escolar, uma luta que não acabou e que só tem fundamento porque é política.

Faltam ainda palavras sobre a relação entre ciência e senso comum. Santos (1987/2002, p. 56) afirma que

A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado

e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico.

Mas o que fazer quando o senso comum não somente é conservador, mas excludente, como nos discursos sobre língua que circulam na sociedade letrada brasileira? Não consigo compreender nele nenhuma dimensão libertadora. Talvez seja porque, de meu lugar de lingüista, não consiga ver o outro lado com os olhos dele. E aqui me faltam palavras.

REFERÊNCIAS

TEXTOS ANALISADOS

ALCALDE, L. Mania de Gerúndio. *Tudo*. 01 abr. 2001.

ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975 (série didática).

_____. *Poscrito a Diva*. In PIMENTEL PINTO, Edith. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. *Bênção Paterna*. In PIMENTEL PINTO, Edith. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. *Pós-Escrito à 2. ed. de Iracema*. In PIMENTEL PINTO, Edith. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo*. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1956.

BAGNO, Marcos. Preconceito contra a lingüística e os lingüistas. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd211120011.htm>. Acesso em: 21 nov. 2001.

BANDEIRA, A. Não censura, mas regulamento. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/caixa/cp010120024.htm>. Acesso em: jul. 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

_____. PROVÃO – 2000. Disponível em www.inep.gov.br.

CARVALHO, Marinilda. A novilíngua do jornalismo pós-moderno. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd090120021.htm>. Acesso em: 09 jan. 2002.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 32.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

CHELLES Marcio F. F. Carta. *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1999. Editoria: Opinião dos Leitores, p.10.

CIPRO NETO, Pasquale, INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CONTAR, Alberto. Carta. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1999. Painel do Leitor.

COSTA. *A Tribuna*, Santos-SP, 8 set. 2000. Pág. A3.

- COUTINHO, L. Todo mundo fala assim. *Veja*. 25 jul. 2001.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares S.A., 1972.
- DART, Hugo. Carta. *Jornal do Brasil*, 11 nov. 1999. Editoria: Opinião dos Leitores, p.10.
- DIAS, Gonçalves. Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal. In PIMENTEL PINTO, Edith. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- EDITORIAL. Português a fórceps. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 mar. 2001. p. A2.
- _____. Língua Estranha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2000, p. 1-2 .
- _____. Língua Presa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2000, p. A2.
- FARACO, Carlos Alberto. (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- _____. Guerras em Torno da Língua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001. Caderno Mais!, p. 30-31.
- _____. O maiúsculo e o minúsculo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001. Caderno Mais!, p. 23.
- _____. Nacionalismo requeentado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2001. Caderno Mais!, p. 18.
- FARACO, C. E., MOURA, F. M. *Gramática*. 12.ed. São Paulo: Ática: 2000.
- FORMENTI, Lígia. Abuso de estrangeirismos causa polêmica. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar 2000, p. A20.
- FUVEST. *Manual do Candidato – 2004*.
- GENTIL, Flávio de Lima. Cartas, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 dez. 2001. Caderno Folhateen, p. 2.
- GIL, Gilberto. Discurso de posse como Ministro de Estado da Cultura do Brasil, em 15 jan. 2003.
- HELVÉCIA, Heloísa. Cada um com sua língua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jun. 2003. Caderno Sinapse.
- LAGE, Nilson. Lições de inveja e prepotência. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd281120015.htm>. Acesso em: jul. 2004. (2001a)

_____. Nilson Lage responde. Disponível em:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/caixa/cp051220018htm>. Acesso em: jul. 2004.
(2001b)

_____. Lage responde a Sírío Possenti. Disponível em
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd121220013.htm>. Acesso em: jul.
2004. (2001c)

LIBRANDI, A. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2001. Caderno Folhateen, Cartas.

LIMA, João Gabriel. Falar e escrever: eis a questão. *Veja*, n. 1.725, 7 nov. 2001.

LOUZADA, A. Probus perdeu seu tempo. Disponível em
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd121220013.htm>. Acesso em jul.
2004.

LUZ, Helder. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 nov. 1997. Caderno Folhateen, Cartas.

MACIEL, Dr. Maximino. *Grammatica descritiva baseada nas doutrinas modernas*. 7ª.
Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves: Aillaud, Alves & Cia: Paris, 1918.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Lede. In: PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil:*
textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro:
Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p.13-
16.

MARCUSCHI, L. A. Publicação eletrônica (correspondência para grupo *online* CVL).
Mensagem enviada para CVL@yahoogroups.com em nov. 2001.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 4.ed. Rio de
Janeiro: Acadêmica, 1971.

MILLÔR FERNANDES, *Revista Língua Portuguesa*. Número 01, Ano 01 – Ago. 2005.

_____. *Daily Millor*: opinião pública é coisa que se publica. Ano 01, nº 52, novembro
2001 – Disponível em <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/001/052.htm>.
Acesso em 3 jan. 2006.

_____. *Daily Millor*: opinião pública é coisa que se publica. Ano 02, nº 03, janeiro 2002
In: <http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/002/003.htm>. Acesso em 3 jan. 2006.

NICOLA, José de, INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*.
7.ed. São Paulo: Scipione, 1991.

NISKIER, A. Conferência em Seminário sobre a língua portuguesa: desafios e soluções.
Maio 1999.

NOVA ESCOLA. Capas, maio 2003, set. 2001.

PAPAROUNIS, Demetrius. O valor do bom português. *Tudo*, edição n. 60, 22 mar. 2002,
p. 32-37.

POSSENTI, Sírío. Um equívoco de leitura. Disponível em
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/caixa/cp051220018.htm>. Acesso em: jul. 2004

_____. SÍrio Possenti responde a Nilson Lage. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd121220013.htm>. Acesso em: jul. 2004.

REBELO, Aldo. Projeto de Lei no. 1676.

_____. O Povo Apóia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 ago. 2000.

_____. A Intriga das Línguas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001. Mais!, p. 22-23.

_____. A neolíngua neoliberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2001. Mais!, p. 19.

_____. Sobre guerras e línguas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jul 2001. Mais!, p. 18.

SANTOS, A. S. Na USP? Nem pensar! Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/caixa/cp2811200192.htm>. Acesso em: jul. 2004.

SARGENTIM, H. *Coleção língua portuguesa: palavras*. Ed. IBEP, 2002.

SCHMITZ, John Robert. O projeto de lei no. 1676/99 na imprensa de São Paulo. In: FARACO, Carlos A. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

SILVA, E. O. Como a inveja corrói. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/caixa/cp2811200192.htm>. Acesso em: jul. 2004.

SILVA, W. Barbosa. *Folha de São Paulo*. TV Folha, Cartas, 01 fev. 1998.

SILVEIRA, Mauro. Português: que língua é essa? *Você S/A*, 27 nov. 2002.

SUASSUNA, Ariano. Um projeto de lei. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2000a. Caderno Ilustrada.

_____. Uso de palavras estrangeiras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jul. 2000b. Caderno Ilustrada.

SUPERINTERESSANTE, Capas, São Paulo: Ed. Abril, Out. 2004 e Fev. 2005.

TV CULTURA. As licenças de linguagem na internet empobrecem a língua portuguesa? Debate veiculado em 29 mar. 2005.

UnB/CESPE. *Guia do vestibulando* – 2. vestibular de 2003.

UNESP - Universidade Estadual Paulista. *Manual do Candidato*. – 2. vestibular 2003.

UNICAMP. *Manual do candidato* – Vestibular Nacional Unicamp – 2004.

_____. *Caderno de Questões: a Unicamp Comenta suas Provas*. Campinas: Unicamp/Banespa, 2001.

VASCONCELOS, Vânia. A pátria que os pariu. *O Povo*, Fortaleza - Ceará. 10 Set. 2000.

VEJA, Capas. São Paulo: Ed. Abril, 23 mar. 2005, 12 mar. 2003, 13 nov. 2002, 29 ago. 2001, 07 nov. 2001.

VELLOSO, Dirceu de Alencar. *Jornal do Brasil*. 26 fev. 2000. Editoria: Opinião dos Leitores, p. 08.

VOCÊS/A. Capas. São Paulo: Ed. Abril, set. 2002, out. 2002, jan. 2003, jun. 2004.

VRCIBRADIC, Cibele. Carta. *Jornal do Brasil*. 31 mar. 1998. Editoria: Opinião dos Leitores, p.10.

TEXTOS DE REFERÊNCIA

ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. (org.) *Comunicação e indústria cultural*. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

ALKMIM, Tânia M. Estereótipos lingüísticos: negros em charges do séc. XIX. In: ALKMIM, T. M. (org.) *Para uma história do português brasileiro*. Novos estudos, v. III. FLP/USP, 2002.

ALKMIM, Tânia M., GEBARA, Ester, ROMUALDO, Jonas A . A lingüística e o ensino de língua materna. In: GERALDI, João Wanderley (org.) *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2.ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Jevangelista e Maria Laura V. de Castro. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1992.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 19. Campinas: IEL, 1990.

_____. *Palavras incertas*: as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico*: o que é, como se faz. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

_____. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos A. (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAKHTIN/VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Hacia uma filosofía del acto ético. In *Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos* (comentários de Iris Zavala e Augusto Ponzio). Barcelona/San Juan. Anthropos/Univ. de Puerto Rico.1997.

BARZOTTO, Valdir Heitor. A materialidade do texto publicado em revistas periódicas. *Leitura: teoria & prática*, n.31, jun/1998. Campinas: ALB: Porto Alegre: Mercado Aberto.

BASTOS, Lúcia K. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BERENBLUM, Andrea. *A invenção da palavra oficial: identidade e língua nacional em tempos de globalização*. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2002.

BOITO Jr., Armando. Neoliberalismo e burguesia no Brasil. Disponível em <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/nlboito.doc>. Acesso em 11 jan. 2006.

BOSI, Alfredo. Nacional, artigo indefinido. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 maio 1981.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P, PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRITTO, Luiz Percival L. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto. A variação linguística. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Educação. Coordenadoria de Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º. e 2º. graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. v. 1.

CAMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa*. 4ª.ed. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, s /d.

CASTILHO, Ataliba T. de. Variação linguística, norma culta e ensino da língua materna. In: SÃO PAULO, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para 1. e 2. graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. v.1.

_____. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, M. (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. 103p.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães [et. al.]. Campinas: Pontes, 1987.

FARACO, Carlos A. Linguistas e senso comum: ainda há espaço para uma racionalidade científica? Uma carta ao Rajan. In: LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *Linguagem e diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003.

_____. (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

- FÁVERO, Leonor L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FÁVERO, Leonor L., KOCH, Ingedore V. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FISCHER, Rosa M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. V.24, n.1, p. 39-59, jan./jun. 1999.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma T. Muchail. 7^a. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- _____. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz F. B. Neves. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. 7. ed. São Paulo, Loyola, 2001.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. P. Vassalo. 4^a. ed.. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GARCEZ, Pedro M. Os lingüistas que não ficam na mão: observando mais de perto os esforços de voz frente à proposta de legislação antiestrangeirismos no Congresso Nacional do Brasil. LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.
- GENRO, PALOCCI. *Projeto de Lei n. 3582/04*, apresentado à Câmara dos deputados em 2004. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>, acesso em 04 nov. 2005.
- GERALDI, João Wanderley (org.) *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2.ed. Cascavel: Assoeste, 1984.
- _____. Educação e linguagem. *Leitura: Teoria & Prática*. Ano 8, Dez./1989, n. 14.
- _____. *Portos de passagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. Convívio paradoxal com o ensino da leitura e escrita. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (31):127-144, jul./dez. 1996. 1996a
- _____. Descrição da língua e ensino da língua. *ABRALIN – Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. V. 9, dez.1996: 9-13. (1996b)
- _____. Depois do “show”, como encontrar encantamento? *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (44):251-261, Jan./Jun. 2003.
- _____. Pesquisa em linguagem na contemporaneidade. Texto apresentado em mesa redonda do XI SETA – Seminário de Teses em Andamento. Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 17 out. 2005.
- GINZBURG, C. Sinais. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

- _____. Linguagem e poder. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Educação. Coordenadoria de Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º. e 2º. graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. v. 1.
- GUIMARÃES, Juarez. A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002. São Paulo Perspec., vol.15, no.4, São Paulo, Oct./Dec. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400015. Acesso em 11 jan. 2006.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, L. C., FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino de língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KOCH, Ingedore V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. (Caminhos da Linguagem)
- LABOV, W. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M. S. V., NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- _____. The logic of Nonstandard English. In: _____. *Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LACOSTE, Yves. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. In: LACOSTE, Yves, RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- LEMOES, Cláudia T. Guimarães. *Cadernos de pesquisa*, n. 23, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1977.
- _____. Coerção e criatividade na produção do discurso escrito em contexto escolar: algumas reflexões. In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1. e 2. graus*. São Paulo: SE/CENP, 1988. 3v.
- LOPES DA SILVA, Fábio. Dois casos de preconceito lingüístico na mídia. In: LOPES DA SILVA, Fábio, MOURA, Heronides M.M. (orgs.) *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. Introdução a FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírrio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução: Freda Indursky. 2.ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1993.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATTOS, Florisvaldo. Prêmio de reconhecimento. *A tarde on-line*. 10 de ago. de 2002. Disponível em <http://www.secrel.com.br/jpoesia/floris2.html>, acesso em 08 dez. 2004.
- MENDONÇA, Marina Célia. Língua e ensino: políticas de fechamento. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Discursos sobre o estrangeirismo em gramáticas: políticas de fechamento. *Avepalavra*. UNEMAT-MT, v.2, p. 36-46, 2000/2003.
- _____. Discursos sobre o estrangeirismo em gramáticas: um enfoque em suas contradições. Texto apresentado em Simpósio sobre Análise do Discurso, na Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia – MG) em 2004 e a ser publicado em livro pela mesma instituição. 2005a
- _____. Notas sobre a constituição do “sujeito-lingüista” na mídia. *Estudos Lingüísticos XXXIV*, p. 869-874, 2005. [870 / 874] 2005b.
- _____. Coesão e coerência textuais escolarizadas: políticas de fechamento. *Cadernos de qualificações*. Departamento de Lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas (SP), (1) p. 143-156, 2005c.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: LOPES DA SILVA, Fábio, MOURA, Heronides M.M. (orgs.) *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000.
- OLIVEIRA E PAIVA, Vera Lúcia M. Carta. Painele do Leitor, *Folha de São Paulo*, 19 abr. 2001.
- PAIM, Paulo. *Projeto de Lei n. 3198/2000*, apresentado à Câmara dos deputados em 2004. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/proposicoes>, acesso em 04 nov. 2005.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et al]. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.] Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M., FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F., HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.] Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

PÉCORA, A. Problemas de argumentação na redação escolar. In ZILBERMAN, R. (org.) *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Problemas de redação*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

PIMENTEL PINTO, Edith. Introdução. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. XV-LVIII.

POSSENTI, S. Gramática e política. In: GERALDI, J. W. (org.) *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2.ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

_____. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

_____. Palpite infeliz. In www.primapagina.com.br, em 14/08/2001.

_____. *Mal comportadas línguas*. Curitiba: Criar Edições Ltda., 2000.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAJAGOPALAN, K. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, L. M. A., ORRICO, E.G.D. (orgs.) *Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico presente no Brasil. In: LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Yves, RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

RIBEIRO, Ilza. Quais as faces do português culto brasileiro? In ALKMIM, T. M. (org.) *Para uma história do português brasileiro*. Novos estudos, v. III. FLP/USP, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. Foucault, político. Revista Cult (*online*), disponível in http://www2.uol.com.br/cult/cult_81_foucault.htm.

RINALDI, C., SOUZA, M. C., SANTOS, M. I. Variação lingüística: como o livro didático de ensino fundamental aborda essa questão? (mimeo).

RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e teoria crítica da sociedade: fundamentos da crítica à indústria cultural em Adorno*. 2^a. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 13^a. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed.

Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. 2^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

THOMPSON, J. B. O conceito de ideologia. In: _____. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VANDRESEN, P. Introdução. In: FONSECA, M. S. V., NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

VLACH, Vânia Rubia F. L'instauration de l'État-nation Brésil, 1930-1960. *Herodote*, Paris, (98): 63-95, 2000.

ANEXO 1

IDIOTAS & OCIOSOS

Preconceito contra a lingüística e os lingüistas

Marcos Bagno (*)

O ensino de língua na escola é a única disciplina em que existe uma disputa entre duas perspectivas distintas, dois modos diferentes de encarar o fenômeno da linguagem: a doutrina gramatical tradicional, surgida no mundo helenístico no século III a. C., e a lingüística moderna, que se firmou como ciência autônoma no final do século 19 e início do 20. Qualquer pessoa bem informada acharia no mínimo estranho se um professor de biologia ensinasse a seus alunos que as moscas nascem da carne podre, ou se um professor de ciências dissesse que a Terra é plana e o Sol gira em torno dela, ou ainda se um professor de química afirmasse que a mistura dos "quatro elementos" (ar, água, terra e fogo) pode resultar em ouro! São idéias mais do que ultrapassadas e que começaram a ser substituídas por novas concepções mais verossímeis a partir do período da história do conhecimento ocidental conhecido como o nascimento da ciência moderna (século 16 em diante). Ninguém se espanta, porém, quando um professor de língua ensina que os substantivos são "palavras que representam os seres em geral", ou que sujeito é "o ser do qual se diz alguma coisa", ou que verbo é "a palavra que exprime ação ou movimento". São afirmações tão imprecisas e incoerentes (para não dizer francamente falsas) quanto a de que as avestruzes enterram a cabeça na areia ou que apontar para as estrelas faz nascer verruga nos dedos! E no entanto elas continuam sendo estampadas nos manuais de gramática, nos livros didáticos, nas apostilas, e cobradas em testes, exames e provas de vestibular!

A doutrina gramatical tradicional, mais velha que a religião cristã, passou incólume pela grande revolução científica que abalou os fundamentos do conhecimento e do pensamento ocidental a partir do século 16. Basta examinar o que acontece na escola. É muito comum o ensino das outras disciplinas fazer uma abordagem crítica dos saberes do passado, mostrando de que maneira a evolução da sociedade, da ciência e da tecnologia levou o ser humano a abandonar velhas crenças e superstições. Em livros didáticos de biologia, física, química, história, geografia, etc., é freqüente encontrar afirmações do tipo: "Durante muito tempo se acreditou que [...], mas os avanços da pesquisa e do conhecimento revelaram que [...]". Quem não se lembra de algum professor contando a história de Copérnico, Galileu, Newton, Darwin, Pasteur e outros que revolucionaram o conhecimento humano? Isso só não acontece nas aulas de língua! Os termos e conceitos da Gramática Tradicional – estabelecidos há mais de 2.300 anos! – continuam a ser repassados praticamente intactos de uma geração de alunos para outra, como se desde aquela época remota não tivesse acontecido nada na ciência da linguagem. O ensino tradicional opera assim uma imobilização do tempo, um apagamento das condições sociais e históricas que permitiram o surgimento e a permanência da Gramática Tradicional.

A Gramática Tradicional permanece viva e forte porque, ao longo da história, ela deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais. Assim como, no curso do tempo, tem se falado da Família, da Pátria, da Lei, da Fé etc. como entidades sacrossantas, como valores perenes e imutáveis, também a "Língua" foi elevada a essa categoria abstrata, devendo, portanto, ser "preservada" em sua "pureza", "defendida" dos ataques dos "barbarismos", "conservada" como um "patrimônio" que não pode sofrer "ruína" e "corrupção". Nessa concepção nada científica, língua não é toda e qualquer manifestação oral e/ou escrita de qualquer ser humano, de qualquer falante nativo do idioma: "a Língua", com artigo definido e inicial maiúscula, é somente aquele ideal de pureza e virtude, falado e escrito, é claro,

pelos "puros" e "virtuosos" que estão no topo da pirâmide social e que, por isso, merecem exercer seu domínio sobre as demais camadas da população. A língua deixou de ser fato concreto para se transformar em valor abstrato.

Querer cobrar, hoje em dia, a observância dos mesmos padrões lingüísticos do passado é querer preservar, ao mesmo tempo, *idéias, mentalidades e estruturas sociais* do passado. A Gramática Tradicional, funcionando como uma *ideologia lingüística*, foi e ainda é, como toda ideologia, o lugar das certezas, uma doutrina sólida e compacta, com uma única resposta correta para todas as dúvidas. Por isso, o que não está abonado na gramática normativa é "erro" ou simplesmente "não é português", e se alguma palavra não se encontra no dicionário é porque simplesmente ela "não existe"! A lingüística moderna, ao encarar a língua como um objeto passível de ser analisado e interpretado segundo métodos e critérios científicos, devolveu a língua ao seu lugar de *fato social*, abalando as noções antigas que apresentavam a língua como um *valor ideológico*. Assim, a lingüística, como toda ciência, é o lugar das surpresas, das descobertas, do novo, da substituição de paradigmas, da reformulação crítica das teorias.

Ora, o novo assusta, o novo subverte as certezas, compromete as estruturas de poder e dominação há muito vigentes. Não é por acaso que, mesmo entre profissionais que deveriam ter a lingüística como seu corpo teórico e prático de referência, a doutrina gramatical tradicional ainda encontre um apoio e uma defesa quase irracionais. É o que se vê, hoje em dia, na imprensa e na mídia brasileira, com essa enxurrada de programas de televisão e de rádio, colunas de jornal e revista que tentam preservar as noções mais conservadoras do "certo" e do "errado", desprezando o saber acumulado por mais de um século de ciência lingüística moderna, que tem no Brasil centros de pesquisa de excelência reconhecida internacionalmente. A matéria de capa da revista *Veja* de 7/11/2001 ("Falar e escrever bem") e a estréia de Pasquale Cipro Neto no programa *Fantástico* da Rede Globo são exemplos perfeitos do obscurantismo anticientífico que envolve, nos meios de comunicação, tudo o que diz respeito à língua e ao ensino da língua. A participação de Pasquale no *Fantástico* faz regredir em pelo menos 25 anos os grandes avanços já obtidos pela Lingüística na renovação do ensino de língua na escola brasileira.

Sustentar a doutrina gramatical sem submetê-la a uma crítica serena e bem-fundada é, a meu ver, uma atitude que só pode ter duas explicações: a *ignorância científica* (a pessoa nunca ouviu falar de lingüística) ou a *desonestidade intelectual* (tendo entrado em contato com a ciência lingüística, finge que não a conhece) — pior ainda é quando essa atitude se sustenta num indissfarçado e indissfarçável *preconceito social*. Não podemos aceitar nenhuma dessas explicações para justificar o trabalho daqueles que se proclamam "especialistas" em questões de linguagem. Que um leigo continue a repetir os mitos preconceituosos e as idéias infundadas que circulam na sociedade sobre língua e linguagem é algo que podemos compreender e explicar com base numa análise sociológica e histórica. Mas que assim proceda um autoproclamado especialista que, ainda por cima, se atribui o papel de julgar e condenar o comportamento lingüístico de seus semelhantes... é algo que não podemos aceitar e que devemos, sim, denunciar e combater.

"Português herético"

Pelas mesmas razões que levaram à transformação da Gramática Tradicional num instrumento de dominação e exclusão social é que a atividade dos lingüistas brasileiros vem sofrendo ataques grosseiros por parte de auto-intitulados "filósofos" que representam, na verdade, a reação mais conservadora (e muitas vezes com acentos claramente fascistas) contra qualquer tentativa de democratização do saber e da sociedade. É a mesma ira que leva os fundamentalistas (pseudo)cristãos a querer impedir o ensino da teoria evolucionista de Darwin em escolas norte-americanas.

É fácil mostrar de que modo essa oposição à ciência lingüística está viva e ativa no Brasil nos dias de hoje. Para começar, vamos invocar novamente o espectro daquele que se tornou uma espécie de arquétipo folclórico do gramático autoritário, conservador e intolerante: Napoleão Mendes de

Almeida. Tudo o que ele escreveu constitui um material suculento e abundante para diversos tipos de investigação sobre idéias não-científicas: como já vimos na segunda parte deste livro, dos textos de Napoleão gotejam preconceitos sociais, raciais, lingüísticos entre outros; ao mesmo tempo, pululam neles as afirmações mais estapafúrdias possíveis sobre língua, gramática e ensino. Vamos repetir aqui o que ele escreveu no *Dicionário de Questões Vernáculas*, no verbete "lingüística":

"Para fixar inúteis, pretensiosas e ridículas bizantinices, perde o estudante o tempo que deveria dedicar ao conhecimento efetivo da língua. [...] Que adorno cultural representa um diploma de lingüística a quem escreve, ou deixa meia dúzia de vezes passar num mesmo artigo de jornal, os mais tolos erros de gramática? [...] Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando gramática, ensinando a língua da terra porque no programa consta 'lingüística'. O objeto da lingüística é a língua no sentido da fala, de dom de expressar o homem por palavras o pensamento; é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. [...] É a lingüística um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras."

Como essa citação dispensa comentários, quero apenas chamar a atenção para o seguinte fato: Napoleão Mendes de Almeida morreu em 1998 (aos 87 anos). Se tivesse escrito esse verbete até 1930, seria mais fácil entender sua postura anticientífica, analisando-a dentro do contexto das idéias e das concepções de língua e linguagem que vigoravam naquela época, em que a ciência lingüística ainda não tinha se instalado definitivamente nos grandes centros de ensino e de pesquisa. Mas, em 1998, muita água já tinha passado debaixo da ponte científica, os estudos da linguagem já tinham enfrentado diversas revoluções epistemológicas, amplamente divulgadas nos meios acadêmicos e até nas escolas fundamental e média. Não há nada que possa justificar esse conceito tão mesquinho e tacanho, essa idéia tola de que a lingüística só estuda os sons da fala...

Faço referências a Napoleão Mendes de Almeida porque sua morte mereceu um artigo assinado por Pasquale Cipro Neto na *Folha de S. Paulo*, jornal onde Pasquale é "consultor de português" (?). Nesse artigo, depois de falar do estilo rebuscado e barroco de Napoleão, Pasquale escreveu o seguinte (27/4/1998):

"Talvez por isso, os lingüistas autoproclamados de vanguarda o têm como conservador e consideram inútil o estudo de sua obra. Metódico, Napoleão era essencialmente gramático e como tal deve ser encarado. Muita gente o admira e respeita, sobretudo por seu curso de português e latim por correspondência." E conclui o artigo com estas palavras: "Uma coisa, porém, é incontestável: quem quiser estudar o português ortodoxo – para prestar concurso público, advogar, exercer a magistratura ou carreira diplomática – certamente precisará consultar a obra de Napoleão".

É muito interessante aqui o uso da expressão "português ortodoxo". Como se sabe, a noção de *ortodoxia* foi inventada – pouco depois da instituição do cristianismo como religião oficial do império romano – para definir os dogmas oficiais da Igreja, as únicas maneiras certas e admissíveis de acreditar em Deus, em Cristo, na Virgem Maria, na Santíssima Trindade etc. Quem se desviasse desses dogmas era acusado de *heresia* e condenado às mais diversas punições, como o exílio, a prisão, a tortura e a morte na fogueira. O conceito de *ortodoxia* se relaciona com uma série de outras noções do mesmo campo semântico: *dogma*, *intolerância*, *inflexibilidade*, *pecado*, *penitência*, *castigo*, *excomunhão* e outras aparentadas. Ao "erro" do herético corresponde a "infalibilidade" do ortodoxo. Se é possível falar em "português ortodoxo" é porque certamente também deve existir, na mentalidade de seus defensores e em oposição a ele, um "português herético", um "português pecador", que merece castigo e excomunhão... E nós sabemos que é

precisamente essa mentalidade de perseguição, acusação e condenação que está por trás, até hoje, da ação dos defensores intransigentes dessa nebulosa "ortodoxia" gramatical.

Nome aos bois

Mas o que será, afinal, o "português ortodoxo" de Pasquale Cipro Neto? Não é muito difícil descobrir, basta ler com atenção as coisas que ele escreve. Analisando, por exemplo, a fala do político Francisco Rossi, candidato ao governo de São Paulo em 1998, Pasquale escreveu, na mesma *Folha de S. Paulo* (21/8/1998):

"Referindo-se a Gilson Menezes, Rossi disse que o prefeito de Diadema 'foi um dos que levantou bandeira'. Alguns lingüistas perdem seu precioso tempo em devaneios com que tentam explicar por que o falante brasileiro prefere o singular nesses casos. Dizem que essa opção ocorre porque o que se quer é colocar em evidência o elemento de que se fala. Balela. Por que não se aceita que se diga 'Ela é uma das moças bonita da sala', ou 'Ele é um dos deputados inscrito para falar'? Porque não se quer dizer que ela é a única moça bonita, nem que o deputado é o único inscrito. Das moças bonitas, ela é uma. Dos deputados inscritos para falar, ele é um. Dos que levantaram bandeira, Gilson é um. Então Gilson foi um dos que levantaram bandeira."

Temos aqui uma das muitas ocasiões em que Pasquale, sistematicamente, só menciona os lingüistas para lançar sobre eles as mais diversas acusações. Nesse texto, temos a associação de *lingüistas* com *devaneios* e *balela*. Mas é sempre assim. Quem consultar, por exemplo, o jornal *Folha de S. Paulo* a partir de 1994, vai ver que nas colunas assinadas por Pasquale, a palavra *lingüista* vem sempre acompanhada de alguma nota depreciativa. Também na revista *Cult*, onde escreve regularmente, Pasquale já chamou os lingüistas de "deslumbrados".

Sobre o fato gramatical que ele analisa, detectando "erro comum" na fala de Francisco Rossi, é muito instrutivo ler o que o filólogo e gramático Evanildo Bechara afirmou numa entrevista ao jornal *UERJ em questão* (nº 72, fevereiro/abril de 2001). Para justificar a suposta necessidade de elaboração de uma gramática normativa com a chancela da Academia Brasileira de Letras, Bechara declarou:

"Vejamos um exemplo: a expressão 'um dos que'. A língua permite que você diga: 'Carlos é um dos alunos que trabalha'; ou 'um dos alunos que trabalham'. Há professores que consideram mais lógica a concordância do verbo no plural. Outros acham que a concordância deve ser no singular. Mas a língua admite as duas possibilidades. O que não se pode fazer é optar por uma forma e considerar a outra errada, como muitas vezes fazem as bancas examinadoras."

Evanildo Bechara é, sem a menor dúvida, o mais importante gramático brasileiro vivo. Apesar de sua inegável competência como estudioso da língua, suas posturas políticas e pedagógicas não têm nada de revolucionárias, e o simples fato de pertencer à Academia Brasileira de Letras é exemplo de sua filiação a um ideário conservador e elitista. Ora, Pasquale Cipro Neto consegue ser mais conservador e elitista ainda do que Bechara. Para o gramático profissional, "a língua admite as duas possibilidades". Para o colunista da *Folha*, a admissão dessas possibilidades representa "devaneios" e "balela". Agora fica mais fácil entender o que Pasquale chama de "português ortodoxo": é um conceito de língua certa que é mais certa ainda do que a língua dos gramáticos profissionais, da própria Academia Brasileira de Letras.

Em outra coluna (28/5/1998) ele fala de "lingüistas defensores do vale-tudo", numa absoluta distorção do verdadeiro papel do lingüista como investigador de todos os fenômenos da língua, e não só como caçador de "erros" e juiz do uso.

Vejamos um último exemplo dessa concepção obscurantista que Pasquale Cipro Neto divulga da lingüística e dos lingüistas, e que em nada difere da opinião de Napoleão Mendes de Almeida. A única diferença entre os dois é que Napoleão nunca escondeu suas posições retrógradas, tendo-as assumido com toda franqueza e nitidez ao longo de sua vida, ao passo que Cipro Neto tenta dar verniz "moderno" à sua atividade, posando de progressista. O abismo entre seu discurso e sua prática, no entanto, é amplo, largo e fundo. Numa coluna publicada em 20/11/1997, comentando a fala de representantes do governo numa entrevista na televisão, Pasquale escreveu:

"Quem assistiu à entrevista coletiva concedida pela equipe econômica no último dia 10 deve ter tido congestão de 'de que'. Um dos membros da equipe, cujo nome é melhor não citar, abusou do direito de usar a bendita expressão: 'O governo considera de que'; 'Não nos parece de que esse caso'; 'Penso de que não será' etc. Santo Deus! De onde o homem, graduadíssimo, professor, tirou tanto de? Os verbos considerar, pensar e parecer pedem a preposição de? É óbvio que não. Alguém pensa algo, alguém considera algo, algo parece a alguém. Onde está o de? Perguntem ao homem. Nada de 'de que': 'Não nos parece que', 'Penso que', 'O governo considera que'." E agora, ao ataque: "Alguns lingüistas (alguns), idiotas, dirão que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc. Esses ociosos não conseguem perceber que os homens não estavam na mesa de um boteco, batendo papo. Estavam falando para o país, sobre um assunto técnico, usando linguagem teoricamente culta. Quem assiste a esse tipo de transmissão normalmente acredita nessas pessoas, tem-nas como modelo. Adolescentes que vão fazer vestibular ouvem o cidadão dizendo 'de que, de que, de que' e acham que isso é o máximo. A Fuvest faz uma questão a respeito, como já fez há dois ou três anos. E muitos, ingenuamente, erram. E alguns idiotas, ociosos, dizem que a fala é sempre boa, que isso é aquilo".

Esse tipo de afirmação é tão chocante, é reveladora de um tamanho desconhecimento, de uma ignorância tão manifesta, que leva mesmo a pensar que Pasquale não acredita no que escreve. Que deve haver alguma razão secreta para ele publicar coisas que depõem tão abertamente contra sua própria inteligência! Afinal, o fenômeno do *dequeísmo* já tem merecido, nos últimos quinze anos pelo menos, a atenção de diversos pesquisadores, já foi tema de dissertações e de teses, de artigos publicados em livros e revistas científicas... Será que custava tanto assim ele procurar ler, informar-se sobre o fenômeno? E quem são afinal esses "lingüistas idiotas e ociosos" que dizem que a língua falada não merece reparo, que a fala é sempre boa etc.? Pasquale nunca dá nome aos bois. Por isso, apesar de sempre escrever "*alguns* lingüistas", ele nunca diz quem, onde e quando. Assim, fica fácil deduzir que esse "*alguns*" é um mero disfarce para seu preconceito contra *todos* os lingüistas.

Democratização do saber

Segundo a já mencionada reportagem de *Veja* (nº 1725), as críticas que Pasquale Cipro Neto recebe de uma "certa corrente relativista", formada por representantes de um "raciocínio torto de um esquerdismo de meia-pataca" deixam "irritado" o garoto-propaganda das lanchonetes MacDonald's. Ora, o que parece realmente irritar Pasquale é o fato de que, apesar de obter tanto sucesso entre os leigos, nada do que ele diz ou escreve é levado a sério nos centros de pesquisa científica sobre a linguagem, sediados nas mais importantes universidades do Brasil. Muito pelo contrário, se o nome de Pasquale é mencionado nas nossas universidades, é sempre como exemplo de uma atitude anticientífica dogmática e até obscurantista no que diz respeito à língua e seu ensino. Se Pasquale se irrita com os cientistas da linguagem, é porque sabe que não tem como responder às críticas que recebe por parte dos pesquisadores, dos teóricos e dos educadores empenhados num conhecimento maior e melhor da realidade lingüística do nosso país. Digo isso com base na experiência de já ter participado de três debates junto com Pasquale e ter conhecido sua estratégia de nunca responder com argumentos consistentes às críticas a ele dirigidas, preferindo sempre retrucar com arrogância, prepotência, grosserias e ataques pessoais (falando da existência de lingüistas "bichos-grilos") ou

fazendo-se de vítima de alguma perseguição (num desses encontros ele declarou sentir-se como um "boi de piranha").

A razão para essa falta de argumentos consistentes é muito simples: Pasquale não tem formação científica para tratar dos assuntos de que trata. Suas opiniões se baseiam exclusivamente na arcaica doutrina gramatical normativo-prescritiva, cuja inconsistência teórica e cujos problemas epistemológicos graves vêm sendo demonstrados e criticados pela Lingüística moderna desde pelo menos o final do século 19. As concepções de Pasquale de "certo" e de "errado" estão em franca oposição, não só com as teorias científicas mais atuais, mas até mesmo com a postura investigativa dos gramáticos profissionais de sólida formação filológica (coisa que ele definitivamente não tem), para não mencionar as diretrizes pedagógicas das instâncias superiores da Educação nacional.

Por que uma pessoa tão despreparada, que não passa (como reconhece a própria *Veja*) de um "fenômeno de mídia", se acha no direito de dar palpites infundados e preconceituosos sobre as questões que dizem respeito à língua? Por que os profissionais de outras áreas conseguem se fazer ouvir, mas os lingüistas permanecem não ouvidos? Será que os lingüistas, apesar de se dedicarem ao estudo da língua, não falam? Será que não se dão conta de seu papel social e político, ou, mesmo conscientes desse papel, há outras forças que não nos deixam falar? A quem interessa manter calados os estudiosos da linguagem? Por que o discurso gramatical tradicional, já tão amplamente criticado pelos cientistas da linguagem com base em teorias e métodos consistentes e coerentes, ainda tem tanto vigor e obtém tanta defesa? Que ameaça ao tipo de sociedade em que vivemos representa a democratização do saber lingüístico, a divulgação ampla das descobertas deste campo científico, a liberação da voz de tantos milhões de pessoas condenadas ao silêncio por "não saber português" ou por "falar tudo errado"? A quem interessa defender o "português ortodoxo" de uns pouquíssimos "melhores" contra a suposta "heresia gramatical" de muitos milhões de outros?

(*) Lingüista, doutor em Língua Portuguesa pela USP, autor de *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz* (Loyola), *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social* (Loyola) e *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa* (Parábola), entre outros.
URL:<www.marcosbagnio.com.br>

LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS

Lições de inveja e prepotência

Nilson Lage (*)

A inveja e a prepotência acadêmica são motivadores fantásticos. O popular professor Pasquale não é uma sumidade, muito pelo contrário. Mas o Sr. Bagno, que o ridiculariza e tangencia normas éticas, confundindo crítica e insulto, obedece, linha após linha, palavra após palavra, à gramática do professor Pasquale.

Por que, se é indiferente, o Sr. Bagno não escreve digo de que o Pasquale está errado, que nós semos inteligentes, a gente podemos dar um jeito na língua, Maria foi comprar um rolo de papel para limpar os baixos – essas e milhares de outras formas legítimas da apregoada heresia gramatical das massas? Por que não aceita em suas bancas de mestrado e doutorado teses escritas assim, não admite aulas ministradas assim, não lê jornais escritos assim, não ouve noticiários falados assim – nem na Globo, nem na CNN, nem na TV5, nem na RTPi, nem na NHK? Por que se submete à ignorância que atribui ao pobre do Pasquale – que, na verdade, está ficando rico, e esse é o problema?

Das duas uma: ou o Sr. Bagno quer que a língua vernácula seja privilégio de um pequeníssimo grupo, do qual, ele, naturalmente, faz parte; ou pretende que partilhemos, como língua de cultura, neste mundo globalizado, o inglês científico – uma espécie de latim vulgar dos novos tempos.

Claro que a pesquisa científica nada tem com regras consensuais adotadas numa sociedade para o intercâmbio dos discursos técnicos, científicos, informativos e da maioria dos textos literários. E a

correção de mil definições ou normalizações erradas não impede que, no mesmo sistema, haja centenas de milhares de outras aplicáveis e corretas.

Na verdade, não há outro procedimento didático que não a indicação das formas preferíveis. Dos modelos científicos – Saussure, C. S. Peirce, Frege, Strawson, Austin, Grice, Sperber... – não há como derivar critérios de qualidade.

Naturalmente, o Sr. Bagno tem – desculpem-me o trocadilho, não resisto – uma banheira cheia de títulos para jogar na cara dos outros.

O chato é que eu também tenho alguns. No entanto, trabalho modestamente na aplicação da Linguística à teoria do Jornalismo. E, porque não sou pedante (a etimologia dessa palavra conduz ao francês *pedant*, mestre-escola), não invejo o sucesso do Sílvio Santos, da Sandy e do Júnior nem do professor Pasquale.

E tenho mais uma longa experiência que o Sr. Bagno não diz ter – mais de 35 anos editando veículos de comunicação, onde se luta bravamente para tentar manter o padrão exigido no idioma. E outros 30 anos, em parte coincidentes, tentando ensinar a estudantes de Jornalismo tudo que a prepotência de falsos revolucionários rejeita, principalmente no ensino público, que pouco se lixa para a sobrevivência dos alunos no mercado de trabalho.

Naturalmente, o Sr. Bagno deve ser um jovem, e provavelmente também um cidadão do mundo, pela maneira como despreza velhos mestres e instituições nacionais. Mas eu diria que é, principalmente, bobo.

(*) Jornalista, professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, doutor em Linguística pela UFRJ

LINGÜISTAS

Como a inveja corrói...

Enfim, o professor Bagno não conseguiu esconder o porquê desse artigo cretino: o Pasquale é o "Garoto Propaganda do McDonalds" (sic). Ah, como a inveja corrói, destrói e torna indigno o ser humano...

ElsO Oliveira Silva

Na USP? Nem pensar!

Eu me interesso pelo estudo de idiomas, especialmente pela filologia, e leciono inglês há vários anos. Não sou conservador em sentido lingüístico, até por influência da minha segunda língua, o inglês, que é mais aberta a mudanças do que o português, e que incorpora palavras estrangeiras com facilidade. Acho que os nossos gramáticos deveriam ser mais flexíveis. Entretanto, lendo o artigo do professor Bagno só consigo perceber despeito, ou quem sabe inveja, visto que atacar sistemática e indiscriminadamente os que pensam de modo diferente é uma tática para se sentir superior. E para parecer superior.

Além disso, o autor detrai do valor de seu texto por usar argumentos falazes. Comparar a gramática tradicional à teoria geocêntrica ou à alquimia é puro exagero; colocar um ponto de interrogação (?) após referir-se a Pasquale Cipro Neto como "consultor de português" é simples provocação ou – pior ainda – desdém, o que não é de nenhum valor argumentativo. O "professor-doutor" Bagno só quer manchar a imagem de um colega professor quando usa expressões como "obscurantista" e "ignorante". Isso não é argumento para alguém que se gaba de usar métodos "científicos"!

Ademais, quando leio a expressão "português ortodoxo", entendo-a como significando simplesmente "português tradicional", e não como "idioma santo, não-herético, não-pecador" (o próprio professor Pasquale reconhece a existência de uma norma culta e da fala popular).

O doutor ainda distorce o artigo de *Veja*, pois este não diz que o professor Pasquale "não passa de um fenômeno de mídia". A *Veja* não usa a expressão "não passa de", nem dá a entender algo assim.

Mais uma falácia. E, por último, desejo assinalar que "entendo de que" dói nos ouvidos, que "a razão... é muita simples" (penúltimo parágrafo) soa péssima, e que a rede de restaurantes é McDonald's, e não MacDonald's.

Conclusão 1: Se eu fosse vocês do *Observatório* não publicaria um texto tão emocional e tão pouco racional.

Conclusão 2: Não quero estudar Lingüística, especialmente na USP!

Alex Sander Santos

LAGE vs. BAGNO

Um equívoco de leitura

Li um texto de Nilson Lage criticando, se estou certo, pelo menos uma tese e o tom do texto de Marcos Bagno publicado recentemente neste *Observatório*. Algumas passagens do texto de Lage poderiam ser consideradas do mesmo quilate das que ele critica em Bagno. Mas não quero entrar nesta questão.

Queria comentar um equívoco da leitura de Lage. Segundo ele, para Bagno ser coerente deveria escrever em português não padrão. Este tópico tem sido lugar de repetidas incompreensões das teses de toda a sociolingüística, quando ousa falar de ensino de língua. Jamais – jamais, insisto – alguém encontrará escrito em qualquer texto (exceto nos de leitores que não entenderam, e as razões para isso podem ser variadas – para mim, de fato, são misteriosas) que a escola deve abandonar o ensino do padrão. Encontrar-se-á, isso sim, a tese de que o ensino do padrão será até mais eficaz se não houver preconceito contra as formas não padrões. Ou que é mais fácil aprender o padrão sem passar pelas gramáticas, como se faz em muitos países.

Mas isso até poderia ser discutido. O que não é legítimo – talvez não seja nem ético – é fazer um lingüista dizer que ele é contra o padrão, salvo se tiver dito ou escrito isso. O texto de Bagno aqui publicado não defende este ponto de vista em momento algum. É só reler. Sim, porque não basta escrever corretamente...

Por um estranho movimento, a posição de defesa do não padrão é entendida como ataque ao padrão. É como se a notícia de um estupro tornasse o repórter defensor da violência. Como se a descrição de um câncer por um médico pudesse ser interpretada como um conselho para desenvolver um. Como se a descrição de uma bomba significasse "joguem".

É evidente que Lage tem o direito de criticar todas as teses de Bagno. Aliás, ele tem defendido várias. Em número suficiente para não ser necessário atribuir-lhe uma que nunca defendeu para criticá-lo.

Lage diz que Bagno é invejoso e bobo (entre outras coisas). Não o conheço o suficiente para saber se é invejoso. Bobo ele certamente não é. Por exemplo, jamais trataria as teses de gente como Austin, Strawson, Peirce, Grice, Sperber – Frege é mais complicado – como científicas.

Sírio Possenti, lingüista

Nilson Lage responde

O que posso dizer com relação à intervenção de Sírio Possenti é que sou forçado a lidar com número enorme de estudantes a quem não se ensinou, nos estudos básicos, o mínimo da língua nacional, em nome de uma área de estudos científicos - de fato, os considero científicos - que nada tem com isso. Abomina-me que se desdenhe de velhos mestres. Irrita-me o discurso feito em nome de suposto culto da maioria iletrada, como se ser iletrado fosse algo desejável ou aceitável no mundo contemporâneo. Quanto à questão técnica, não cabe discuti-la nesse contexto. A gramática que se ensina é um conjunto de convenções, algumas referidas ao passado da língua (como as

mesóclises ou a segunda pessoa do plural), no entanto ainda convenientes para o acesso do estudante a discursos mais antigos (como o Hino Nacional ou Os Sertões, de Euclides da Cunha, por exemplo); outras à prática contemporânea, o que nos permite, entre outras coisas, denunciar as estruturas em que se disfarçam manobras do poder (os jargões da economia, as leis "flexibilizadas", os devedores "caloteiros", as classes "afluentes" - locuções ao mesmo tempo referenciais, informativas mas, sobretudo, fortemente argumentais). Mas Possenti é amigo de Bagno. Logo, não se pode criticar Bagno que Possenti parte, com sua espada, para o duelo. Na academia, um por todos, todos por um! N.L.

LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS

Sírio Possenti responde a Nilson Lage

A resposta de Nilson Lage a minha observação sobre a interpretação a meu ver insustentável que ele fizera de um texto de M. Bagno ameaça assumir tom indesejável. O que fiz foi chamar atenção para um equívoco que se comete sempre sobre uma suposta aversão à língua culta e a seu ensino. Na verdade, me espantava que Lage também caísse nele. No comentário a minha intervenção, no entanto, parece-me que Lage repete o discurso.

Sugere que haja quem cultive a maioria iletrada (ainda o Bagno?). Espero que não pense isso de mim, até porque sou considerado um dinossauro pelos defensores de que todas as manifestações culturais são do mesmo quilate. Ele se queixa – justamente – de ter que lidar com estudantes a quem não se ensinou o mínimo de língua nacional. Minha opinião é que isso é lamentável. Creio mesmo que ele deveria ter mais tempo para ensinar jornalismo. Eu também tenho que lidar com estudantes que eventualmente escrevem errado (eu os corrijo, aliás).

Mas confesso que tenho (talvez por sorte) menos dificuldade com alunos que "erram" do que com os que vão às fontes e lêem o que nelas não está escrito. Repetem o que já sabiam antes de ler. Creio que ambas as coisas são problemáticas para quem lida com linguagem. Repórteres, por exemplo, deveriam ser fiéis às fontes. Como leitor de jornais, eu diria que isso é até mais importante do que algumas regências (eu disse MAIS importante; não desimportante).

Acrescento uma observação de caráter quase pessoal. Não sei se Nilson lembra, mas eu, sim (é que conversar com ele é muito interessante; além disso, é uma referência bibliográfica importante): passamos boas horas juntos, quando de uma defesa de dissertação orientada por ele, em Florianópolis, e ainda no dia seguinte, ele perdendo seu tempo e me mostrando a Ilha, gentilíssimo. De fato, o tempo que já passei com ele é maior do que o que já passei com Bagno. De modo que o juízo segundo o qual eu defendi Bagno por ser seu amigo é uma inferência injusta. Ou teríamos que admitir que os que discordam dele o fazem por serem seus inimigos...

Poder concordar com ou discordar de N. Lage ou de Bagno, ou de quem quer que seja, sem que isso exija relações de amizade ou implicâncias pessoais, deveria ser possível. Eu acho que é.

Nilson Lage responde a Sírio Possenti

Parece que a contenda Bagno-Pasquale (não conheço ambos) assume formas não pressentidas. Por exemplo, quando eu escrevi que Bagno era bobo não o achava parecido com um relógio nem com um anão ocupado em agradar alguma corte. Apenas deixei claro que é grossa ingenuidade criticar um sujeito como o Pasquale, de grande sucesso popular, justamente quando ele lança uma gramática – é o tipo da coisa que só serve para vender mais a gramática.

Também é ingênuo, ao criticar Pasquale, sair dando cotoveladas em velhos mestres, porque, é claro, iguala esses velhos mestres ao Pasquale, o que, ainda que fosse cabível, não levaria água ao moinho da crítica.

Finalmente, a exaltação dos falares coloquiais, regionais etc. nada tem a ver – e isso é que acho importante – com o sistema de normas formal que rege a língua, falada ou escrita, em textos técnicos, didáticos, científicos, informativos etc. Nove em 10 estudantes, aflitos com seus textos rabiscados pela correção, rogam por uma gramática.

Como explicar a um aluno que o sujeito concorda com o verbo se ele não sabe o que é sujeito nem distingue verbo de nome? Como demonstrar que no texto expositivo parágrafos são iniciados freqüentemente com sentenças-tópico, se o aluno não sabe o que é sentença? Como convencer o estudante de que orações intercaladas vão entre vírgulas, se ele não sabe o que são orações, muito menos intercaladas? Alguma gramática, creio, é necessária.

Claro que recebi bem o professor Possenti. Minha posição não é pessoal. E não envolve repórteres, que fazem o que podem com as condições que têm, nem professores de primeiro e segundo grau que (eu sei; minha mulher trabalha nisso há 25 anos) nada podem fazer diante de um sistema que quer eliminar a repetência aprovando todo mundo e transfere para a sala de aula as mais recentes teorias sobre qualquer coisa.

Não entendo por que Possenti achou que eu tinha alguma coisa contra a sociolinguística. Não tenho.

LINGÜÍSTICA & LINGÜISTAS

Probus perdeu seu tempo

Attila Louzada (*)

Esta celeuma em torno do Pasquale Cipro Neto é cansativa, desperdiça tempo útil e não leva o leigo – e uso o termo sem preconceito, apenas referencialmente – nas ciências da linguagem a entender o que se passa de fato nesse mundo da fala e da escrita [veja remissões abaixo]. Mas a postura intolerante e desrespeitosa desse senhor é inegável. O que Marcos Bagno escreve é citação, não interpretação. Pasquale nos chama de ociosos, idiotas, relativistas (o que quer que tenha tentado dizer com isso), escreve que nossos estudos são balelas. Alguns de nós ficamos na nossa, usamos nosso espaço de professores (coitados?) nas universidades para contrapor modernas teorias lingüísticas à tradição gramatical normativa e analisar a língua em uso.

Particularmente, deixo claro aos estudantes que há normas lingüísticas adequadas a diversas condições de emprego e que à lingüística não cabe julgar o que é bom ou ruim, mas descrever o que se passa e procurar explicações. Até porque não há como controlar e impedir a fluxo natural da variação e mudança.

O caso da concordância em expressões do tipo a maioria de x + verbo é um bom exemplo. A regra é clara (copyright Arnaldo César Coelho): o verbo concorda com o núcleo do sujeito. Assim a maioria das pessoas é, e pronto. Mas não é nada categórico o uso: os falantes dividem-se entre o verbo no singular (concordando corretamente com maioria) e no plural (concordando erradamente com pessoas). O mais legal é que o manual da *Folha de S.Paulo*, jornal no qual Pasquale é consultor, recomenda a concordância errada como padrão nos textos do jornal: a concordância se fará com o adjunto adnominal.

Alguns autores de livros didáticos já se dão conta de "novidades" no uso do português, e deixam, por exemplo, de obrigar crianças a conjugar a segunda pessoa do plural, um ente em franca extinção na língua falada no Brasil, não importa o grau de educação do falante ou a formalidade de seu discurso. Também o assombroso "cujo" começou a sair de circulação há tempos, e vem sendo substituído pelo singelo "que" desde a primeira metade do século 19. Não sei se isso é bom ou ruim, e não importa. É assim que se dá no português falado e escrito no Brasil. Fazer o quê? Brigar com o mundo, chamar todos de idiotas, porque não sabem falar ou escrever o que defino como correto? Ou procurar identificar o que os falantes, mesmo os chamados cultos, fazem com a língua e descrever os processos que subjazem essas evidentes e inevitáveis mudanças?

Mas, em sua heterogeneidade, a sociedade treme insegura diante desse fenômeno, como se seus valores fundamentais estivessem sendo destruídos, deturpada a sua identidade cultural. Nesse quadro, agarrar-se à língua da tradição é normal. Há sempre um momento na história das línguas – todas as línguas – em que as coisas meio que saem do controle. Impulsionadas por fatores pra lá de identificados por estudiosos de todo o mundo, elas começam a se mover na direção de formas não cultas, consagrá-las e adotá-las, empurrando para um canto formas cultas que desaparecem ou são readaptadas a novos usos.

Bate-boca inútil

O famoso *index probi* está aí para não me deixar mentir. Anexo a uma gramática de Probus, no início da era cristã, recomendava, por exemplo, que não se dissesse *rius*, forma errada, mas *flumen*. O usuário do latim vulgar – isto é, o povão das diversas classes sociais das diversas regiões onde o latim era falado então – agradeceu a recomendação e, para encurtar a história, séculos mais tarde, a forma culta do português é "rio", de cuja origem suponho ninguém duvide. Já o vocábulo "janela" tem sua origem no diminutivo de *janua*, do latim, que significava "porta".

E aí? Parece que o sujeito que emendou a gramática do Probus, acrescentando-lhe uma longa lista de certos e errados, perdeu seu tempo: melhor teria feito procurando sistematizar o que de fato se usava no século 3, descrevendo a fala então contemporânea e explicando as novas formas e seu emprego.

Uma coisa garanto: não sou ocioso, nem idiota, nem invejoso. Trabalho muito, não amalei meus poucos títulos sem estudo e competência, e tenho meu espaço de trabalho, de que muito me orgulho e que tento fazer profícuo, contribuindo honestamente para a formação de professores de línguas na minha universidade. Não vou entrar nesse bate-boca inútil, xingando pra lá e pra cá. Mas gostaria mesmo é de ver esse tema debatido na imprensa a sério, sem broncas, sem narizes torcidos nem olhos roxos porque, do jeito que vai, esse troço acaba em pancadaria.

(*) Professor titular da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, doutor em Lingüística pela UFRJ; e-mail: dlaatila@super.furg.br

LINGÜISTAS & LINGÜÍSTICA

Não censura, mas regulamento

Sou estudante de Jornalismo, e me interessei pela discussão levantada pelo Sr. Bagno, embora discorde de alguns pontos levantados por ele.

Tive a oportunidade, recentemente, de entrevistar o gramático Evanildo Bechara para a revista onde eu trabalho, aqui no Recife – *Continente Multicultural* – e o seu pensamento me parece claro: embora reconheça que "não se pode optar por uma forma e considerar a outra errada", não é função da gramática normativa abonar as duas formas. Eu sei porque ouvi da boca do professor Bechara: "O problema central é que ela (a gramática normativa) só tem compromisso com a língua padrão. Você não vai escrever uma gramática para ensinar uma coisa que todo mundo sabe (as variantes populares da língua). Você vai escrever para ensinar uma modalidade que a pessoa tem que aprender para usar em determinadas circunstâncias." Neste sentido, o pensamento do Sr. Bechara se assemelha ao do Sr. Cipro Neto. Nenhum dos dois está propondo censura absoluta a qualquer forma, mas concordam que o uso da língua, "em determinadas circunstâncias", deve ser regulado, sim.

Também tive a oportunidade de assistir a uma palestra do Sr. Cipro Neto, e achei razoável o seu argumento a favor do ensino da segunda pessoa do plural, mesmo que em franca decadência. Os alunos precisam conhecer o pronome "vós" para que possam compreender textos que o utilizem – Machado de Assis, por exemplo.

Não acredito que a ortodoxia a que o Sr. Cipro Neto se refere seja uma de fundo ideológico. O Sr. Bagno busca na origem do termo razões para acreditar que sim. Ora, se o termo existe há tanto tempo, não é justo pensar que tenha evoluído e perdido componentes ideológicos?

"Ao 'erro' do herético corresponde a 'infalibilidade' do ortodoxo. Se é possível falar em 'português ortodoxo' é porque certamente também deve existir, na mentalidade de seus defensores e em oposição a ele, um 'português herético', um 'português pecador', que merece castigo e excomunhão...", escreveu o Sr. Bagno, em relação ao Sr. Cipro Neto. Acredito que é o que se pode chamar de sofisma, mas não serei categórico; que em discussões acadêmicas é costume se tomar os argumentos ao pé da letra, o que degradinga tudo. Como ocorreu aqui com o Sr. Cipro Neto, que, no máximo, escolheu mal as palavras.

Apesar de tudo, parabéns ao Sr. Bagno por uma discussão saudável.

Alexandre Bandeira

PORTUGUÊS DE MENAS

A novilíngua do jornalismo pós-moderno

Marinilda Carvalho

Enquanto os lingüistas se batem contra ou a favor do português livre como um passarinho, uma única coisa preocupa os usuários mortais: a língua que estamos realmente escrevendo no jornal ou falando na TV. De uns cinco, seis anos para cá, assistimos na mídia a uma carnificina do português, que contamina cartas dos leitores, artigos de opinião e, o que é pior – por alimentar o círculo vicioso –, focas do jornalismo.

Alguns exemplos, colecionados ao longo das últimas semanas:

**** Especialistas/entendidos/estudiosos.** O que é isso? Não basta uma palavra? Pois imitando os textos dos executivos (ai, que modelo...), seja de americanos ou de brasileiros colonizados, jornalista deu para escrever sinônimos entre barras. É um tal de "torcedores/fãs/amantes do esporte", "defensores/amigos/admiradores do Sol" que só se pode concluir/deduzir/inferir que o sinônimo acabou/terminou/morreu.

**** O mesmo.** Os muitos empregos de *mesmo*, seja o adjetivo ("As palavras seriam as mesmas da comédia; a ilha é que era outra", Machado de Assis, *Quincas Borba*, pág. 156), seja o substantivo ("Mandar-vos comprar vossa soltura a custo de tão leve risco, quase que é o mesmo que perdoar-vos", Alexandre Herculano, *Lendas e Narrativas*, I, pág. 392) eram sempre nobres no jornalismo – à altura destes dois exemplos tirados do *Aurélio*.

O uso da palavra como substituto de pronome ou artigo era privativo de secretárias, advogados e executivos de imaginação pouca, que precisavam apenas daquele textinho burocrático, sem alcance maior, para executar sua missão na Terra. Pois "o mesmo" agora está nos jornais e na TV. O mau gosto chegou a tal ponto que a versão 3.0 do *Aurélio Eletrônico* registra uma inédita recomendação:

[Parece conveniente evitar o emprego de o mesmo com outra significação que não essa, ou seja, como equiv. do pron. ele, ou o, etc.: Vi ontem F. e falei com o mesmo a respeito do seu caso; Velho amigo desse rapaz, já tirei o mesmo de sérios embarços. No primeiro exemplo se dirá, mais apropriadamente, falei com ele, ou falei-lhe (por "falei com o mesmo"), e no segundo, já o tirei (em vez de "já tirei o mesmo"). É tão freqüente esse uso, pelo menos deselegante, de o mesmo, que podemos observá-lo num mestre como Camilo Castelo Branco (*Cenas da Foz*, p. 30): "A primeira mulher que amei era uma dama de alto nascimento, que tivera bastante influência no quartel-general de Lord Wellington, e jogara, por causa de um ajudante-de-ordens do mesmo, o sopapo com uma viscondessa celebrada." Seria melhor, sem dúvida, por causa de um seu ajudante-de-ordens (sem perigo, a nosso ver, de ambigüidade), ou por causa do ajudante-de-ordens deste.]

"Pelo menos deselegante." É preciso dizer mais alguma coisa?

**** 1,2 mil.** Como ler isso? O que é 1,2 mil? Qual o problema com 1.200? Invenção da *Folha*, alastrou-se como praga por jornais e revistas do país, mesmo os mais cuidadosos com a língua, maltratando o perplexo leitor. Culpa de quem? Provavelmente das primeiras concessões em títulos, até necessárias porque economizavam os muitos zeros: 1,2 bilhão cabia na manchete. Daí passamos a 1,2 bi, 1,2 mi (para milhão) e 1,2 mil... Que não tem razão alguma de ser, já que exige dois caracteres a mais do que 1.200!

**** Enviar para.** Ninguém mais envia alguma coisa a alguém, mas para alguém. Praga que se estende a outros verbos: *dar para o pobre*, em vez de *dar ao pobre*; *pedir para ele*, em vez de *pedir a ele*. Deve ser resultado da má qualidade da escola, que não ensina mais ao aluno regência de verbo. Como parece que repórteres e redatores atuais não sabem mais conjugar verbos, combinar e o que dirá contrair preposição e artigo, acabamos no *para*. No caso específico, *enviar para* não existe. A única forma correta é *enviar a*. Ajuda muito a postura colonizada dos "novijornalistas": como os bons e velhos tradutores estão saindo de cena nas redações, traduz-se o verbo inglês "send to" como "enviar para".

**** Existe.** Da mesma forma, nada mais *há*, só *existe*. Como não sabem conjugar o verbo *haver*, os novijornalistas usam *existir*. Se tomam coragem, tascam *houveram* em casos como "não houve demissões". "Mas como? Demissões é plural!", argumentam, céticos. Espanto! Então, para não pensar, usam a praga do *existir*. Há redações inteiras em que nem uma única pessoa sabe que "houveram demissões" é errado.

**** TV's, DVD's, ONG's, CD's.** Nem é necessário comentar que essa praga vem do inglês, certo? Pois ela aparece, cada vez com maior frequência, nos textos da nossa imprensa. Na internet e nos folhetos (em português!) das multinacionais são a coisa mais comum. Será que os lingüistas da liberdade acham que devemos incorporar isso também?

**** Onde.** "Uma época onde", "uma novidade onde"; "Muitas cores, onde a variedade...", "Uma revolução de arquivos, onde"... E por aí vai, dia após dia, na TV, na imprensa. Desconhecem que o uso de *onde* se aplica apenas a *lugar*: "Vim da redação, onde vi um bando de analfabetos". Mais uma praga do mau inglês: os ignorantes daqui reproduzem as mancadas dos ignorantes de lá.

**** Comentar sobre.** Não se comenta *sobre*. Comenta-se *a* festa ou *o* evento. Qual será a origem desta nova praga? O *Aurélio* diz, numa das acepções de *comentar*:

Falar sobre; conversar acerca de: Todos comentavam o desastre; "Elisiário entrou a comentar a bela obra anônima" (Machado de Assis, Páginas Recolhidas, p. 33).

Falar sobre, portanto, tudo bem. Mas *comentar sobre* não existe!

**** Irá escrever.** Escreverá ou vai escrever, como pede a nossa língua, nem pensar. Tem que usar o colonizado "will" do inglês.

**** Cujo o.** Ignorância levada às últimas conseqüências, é cada vez mais comum nos textos jornalísticos. Alguns argumentam que *cujo* ficou "arcaico", e preferem "de que", "do qual". Besteira, não sabem é usar este belo e preciso pronome relativo, que economiza palavras.

**** Dentro de.** Não se usa mais *em*, *no*. Só se vê "dentro do partido", "dentro na escola", "dentro da empresa". Vem de onde? De lá: "Inside the company..."

**** sol, lua, terra.** Assim mesmo, em minúsculas. Embora devam ser grafados com inicial maiúscula, se usados na acepção de corpos celestes que têm seus nomes próprios, aparecem sempre desse jeito na imprensa.

**** Segunda-feira, Terça-Feira, Agosto, Setembro.** Assim mesmo, em maiúsculas. Só porque dias da semana e meses do ano são grafados desse jeito em inglês. Nossos colonizados executivos e secretárias determinam essa grafia, e o rebanho obediente vai atrás.

**** Folha de São Paulo, Estado de São Paulo.** É o que mais se vê na imprensa. Até em texto de jornalista veterano. Quem escreve assim nunca sequer olhou para o logotipo dos dois jornais, nos quais se lê: *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Com o "S" assim mesmo, colado no ponto. Parece bobagem, porque não é uma questão de respeito à língua. Mas é desrespeito ao que está diante de nossos olhos.

Algumas pérolas recentes

**** Ele fez a ação.** É como subir para cima ou descer para baixo. (*Em cima da hora*, Globo News)

**** Apanhou muito de carcerários.** A apresentadora mirava os *carcereiros*, mas acertou nossa rica língua que, claro, caiu fulminada: prevê apenas "população carcerária", "sistema carcerário", "equipamentos carcerários", nada além. (*Em cima da hora*, Globo News)

**** Local onde ele foi deslocado.** Além de atingir nosso vocabulário, por não descobrir variações para as palavras *local* e *deslocado*, essa agressão põe *onde* no lugar de *para o qual*. (*Em cima da hora*, Globo News)

**** Acha possível então encontrarmos formas de vida lá embaixo?** O repórter queria saber de um técnico se no fundo das águas de um rio amazônico inexplorado haveria vestígios da presença de tribos antigas. (*Globo Repórter*, TV Globo)

**** A Venezuela será o único país que o Brasil ganhou.** O Brasil ganhou a Venezuela? Ou a Venezuela será o único país *de que* o Brasil ganhou? (TV Globo, colaboração do leitor Jhebal G.Lino)

**** Vão ter dois candidatos do governo, é isso?** O certo, claro, é *vai* ter. "Ué, mas dois candidatos não é plural???" Espanto! (TV Globo, idem)

**** Existem momentos que nós precisamos de mais uma oportunidade.** O locutor, ignorante, não tem condição de consertar o péssimo texto do ignorante redator. (Chamada do Warner Channel)

**** Por se tratar de um meio que convivo diariamente e tenho muito amor.** Nunca ouviu falar de *no qual* e *pelo qual*. (Texto de um jornalista)

**** O jogo que reuniu os dois jogadores melhores ranqueados entre os participantes (...)** O autor não põe vírgulas separando o apostro, emprega *melhores* no lugar de *mais bem* – também nunca ouviu falar da regra – e usa sem-cerimônia um verbo não incluído em dicionário. Tudo bem, a língua é viva! (*Folha Online*)

**** Vamos mostrar o que acontece por trás dos bastidores de Harry Potter e a pedra filosofal.** O que mais pode haver *por trás* dos bastidores do filme? Só os esgotos e a "casa dos artistas"... (Canal USA)

**** "Quando toda a honra e a dignidade de uma nação repousa em chuteiras, meus amigos, melhor estar onde repousa o Saldanha..."** Será que concordância também é questão de liberdade da língua? (*Jornal do Brasil*)

Romildo Guerrante, na edição nº 13 do *site* Nave da Palavra, de 15/10/99 <www.navedapalavra.com.br/cronicas/novilingua.htm>, fala da "novilíngua" das secretárias ("Ele não se encontra" e "Quem gostaria?") e de seus chefes:

"Os economistas pegaram a palavra 'apoio' e a substituíram por 'suporte', que eu tenho lá em casa para não deixar a estante cair. Trouxeram diretamente do inglês, sem a menor preocupação com a existência de uma palavra apropriada na língua-mãe."

Para quem já ouviu Malan falar na TV, esse trecho não surpreende. Guerrante continua:

"Eu já estava até suportando essa palavra quando li num texto que me enviaram para revisão: '...as ações serão suportadas...'. Não dá! De algum tempo para cá venho notando uma substituição eufemística de algumas palavras por outras supostamente mais sofisticadas. Morrer tornou-se falecer, ter virou possuir, parentes foi substituída por

familiares, aliás foi trocada por inclusive, vender foi vencida por comercializar, definir ocupou o lugar de decidir, pôr virou colocar (exceto para o Sol que se põe e para as galinhas poedeiras, felizmente). Todas foram mudanças impróprias. Mas estão aí, impulsionadas pela mídia."

Não falta apenas conhecimento da língua, mas cultura, e da mais simples. Para ilustrar: a TV exibiu no outro dia um costureiro explicando com muitas palavras e muitos gestos, como se fosse algo novo, difícil de entender, o que é o corte enviesado. Ignorava completamente, e a repórter idem, pois não interferiu, a velhíssima palavra *evasé*, de origem francesa e usadíssima nos anos 60 e 70. Imaginem a dificuldade para explicar isso sem recorrer a "corte enviesado" ou "evasé"! Se um repórter não consegue contextualizar o *evasé*, o que dizer de todos os fenômenos filosóficos, sociológicos, políticos e econômicos de nossa complexa sociedade?

A atual geração de jornalistas é diplomada, mestrada, doutorada, preparada, fala línguas, domina a tecnologia, tem tudo para trabalhar direito. O que falta então? Os especialistas podem pesquisar, virar o problema do avesso, mas não adianta: o que falta é leitura. A maioria dos jovens jornalistas nasceu ontem, e acha que seu ontem é o passado mais remoto que existe.

O ponto de esgarçamento

De quem é a culpa concreta dessa catástrofe? Primeiro, da família. Pais e mães não lêem mais, e a criança, que segue exemplos, não lê também. Segundo, da escola, de todos os níveis, cujos professores, humilhados e desmotivados, mal se sustentam em pé diante da classe. Terceiro, do governo, que nada faz para devolver à escola aquele eterno fazer febril que, nos anos 50 e 60, estava nos transformando em nação. Quarto, da população, especialmente a classe média, que determina o padrão dos serviços: trocou a escola pública pela particular (fez o mesmo com saúde e segurança), caiu na teia do lucro capitalista e vive uma angustiante busca de uma escola melhor, que é sempre mais cara, mais fria. Quinto, da TV, que brutaliza, inibe a imaginação e a fantasia que só o livro é capaz de adubar.

Sexto, da imprensa. Todos os jornais são culpados, porque expulsam cada vez mais das redações a figura do redator – não há mais quem mostre ao jovem repórter os erros de seu texto. Os editores mal têm tempo de baixar suas páginas na hora, quanto mais pôr um repórter do lado para falar de matéria. E são culpados especialmente alguns jornais. No tempo em que o *Correio da Manhã* e depois o *Jornal do Brasil* eram os jornais-modelo, o texto jornalístico era primoroso. Bem, pode-se dizer o mesmo da família, da escola, da classe média, do governo...

Hoje, os manuais de redação é que orientam a juventude. São até razoáveis: tentam ensinar as regras básicas da língua, condenam os clichês, mostram o caminho da escrita clara e eficiente. Tirando o da *Folha*. O manual de redação da *Folha* produziu uma regra desastrosa, mais ou menos assim: cada parágrafo deve ter no máximo três linhas, contendo no máximo duas sentenças, com no máximo dois conceitos. Por considerar o leitor burro, o manual da *Folha* emburreceu seus repórteres. E, como atualmente os jovens jornalistas do país têm na *Folha* seu jornal-modelo, todo mundo emburreceu junto. Hoje a *Folha* nem é assim tão rígida, mas o mal está feito.

Os defensores da mobilidade do português precisam estabelecer pelo menos um limite para o esgarçamento da língua, não importa se a popular ou a culta – as duas caminham juntas. Lembro que nos anos 70 uma novela da Globo causou furor nos jornais e nas conversas de rua porque o ator Tarcísio Meira disse num diálogo "entre eu e você", e não "entre mim e você"! Hoje, os erros cometidos nos telejornais são muitíssimo mais graves. Até que ponto podemos chegar? É bom saber, porque se formos muito longe pode não haver mais língua alguma.

ANEXO 2

GUERRAS EM TORNO DA LÍNGUA

Autor: CARLOS ALBERTO FARACO

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 30-31

Edição: Nacional, 25 Mar 2001

Talvez não seja exagero dizer que para boa parte das pessoas soa estranha a afirmação de que as línguas humanas são objeto de ciência. Normalmente acredita-se que os velhos compêndios gramaticais contêm tudo o que há para dizer sobre uma língua. Há, inclusive, uma reverência quase religiosa ao texto das gramáticas. Ao mesmo tempo, o senso comum recobre a língua com um conjunto de enunciados categóricos (não demonstrados) que constituem um poderoso discurso mítico de ampla circulação social.

No entanto, desde o fim do século 18, vem-se construindo um saber científico sobre as línguas humanas. Essa ciência, a linguística, já está solidamente estabelecida nas universidades do mundo todo e vem acumulando um saldo apreciável de observações e análises que corroem até o cerne tanto a reverência quase religiosa às velhas gramáticas quanto o discurso mítico do senso comum.

A mesma aventura científica moderna que redesenhou radicalmente nossa compreensão dos fenômenos físicos, biológicos e sociais também reorganizou nosso modo de apreensão dos fenômenos linguísticos. Apesar disso, a linguística (e aqui nos interessa discutir só o caso brasileiro), de modo diferente de outras ciências, não conseguiu ainda ultrapassar minimamente as paredes dos centros de pesquisa e se difundir socialmente para fazer ressoar o discurso científico em contraposição aos outros discursos que dizem a língua no Brasil.

O claro antagonismo que há entre esses dois conjuntos discursivos ainda não se transformou numa "agonística", isto é, os discursos conflitantes ainda não se confrontam de fato no espaço público. Em consequência, as pessoas em geral não têm acesso a uma crítica ao dizer mítico sobre a língua e este, então, continua a reinar soberano. Em termos de língua, ainda vivemos culturalmente numa fase pré-científica e, portanto, dogmática e obscurantista.

Se pensarmos que a questão da língua no Brasil não é uma questão apenas linguística, mas, antes de tudo, uma questão política, uma questão que interessa à "pólis" como um todo, na medida em que ela atravessa diretamente e afeta profundamente inúmeras situações sociais (bastaria lembrar aqui os efeitos deletérios dos preconceitos linguísticos nas nossas relações sociais; e, em particular, na educação linguística que oferecemos a nossas crianças e jovens), fica evidente que está mais do que na hora de instaurar, no espaço público, um indispensável embate entre os múltiplos discursos que dizem a língua no Brasil.

Contudo parece que estamos ainda longe de alcançar esse ideal democrático. Depois de 40 anos de sua introdução oficial nas universidades brasileiras, a linguística permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral. E isso apesar dos seus expressivos resultados, que incluem, por exemplo, um impressionante acervo de descrições do português que aqui se fala e um quadro relativamente bem delineado da complexa realidade linguística de um país em que se falam perto de 180 línguas, somando-se ao português as línguas dos outros grupos europeus e asiáticos que participaram da colonização, e, é claro, as línguas indígenas.

Os linguistas brasileiros têm produzido também uma substancial crítica dos dizeres míticos que enredam a questão da língua no Brasil e das suas trágicas consequências: temos mostrado quão esquizofrênica é a sociedade brasileira quanto à questão da língua; temos combatido os arraigados

preconceitos linguísticos que afetam tão insidiosamente as nossas relações sociais; temos denunciado a miséria da educação linguística que se oferece na escola brasileira.

Mesmo assim, continuamos invisíveis e inaudíveis. Alguns exemplos podem ilustrar bem essa discussão. Durante o período em que assinalamos os 500 anos da chegada dos portugueses às terras que são hoje costas brasileiras, chamou a atenção o fato de que, dentre os vários eventos multidisciplinares com certa repercussão nacional que buscaram refletir sobre nossas muitas questões, nenhum tratou da questão linguística. Falou-se das artes, da literatura, da comida, da questão indígena, da questão africana, da construção do Estado e da identidade nacional, mas nada sobre a língua.

Pode-se concluir daí que, para a sociedade brasileira, não há propriamente uma questão linguística. Pode-se concluir mais: que o modo científico de dizer a realidade linguística nacional não conseguiu ainda se fazer ouvir a ponto de colocá-la como uma questão concreta sobre a mesa. Apesar de todos os problemas linguísticos que nos afetam, os discursos tradicionais, e apenas eles, parecem bastar à sociedade.

É visível, por outro lado, que nossa intelectualidade, pelo menos aquela que circula pela mídia, desconhece o discurso científico sobre a linguagem verbal. O linguista Sírrio Possenti, da Universidade Estadual de Campinas, em seu recente livro "Mal Comportadas Línguas" (Criar Edições), dá alguns exemplos bem interessantes desse desconhecimento. Em geral, um intelectual da área de ciências humanas e sociais no Brasil não inclui a questão da língua como uma de suas questões críticas e, paradoxalmente, quando fala da língua, apenas se faz porta-voz das matrizes discursivas do senso comum.

O mesmo se pode dizer da mídia impressa e televisiva. Tanto figuras destacadas como Jô Soares, Elio Gaspari ou Marilene Felinto quanto a grande massa dos profissionais da área (lembramos que se trata de profissionais de nível universitário) desconhecem os princípios básicos, comezinhos, da abordagem científica das línguas e caem sempre no lamentável equívoco de apenas reiterar preconceitos e mitos, o que limita consideravelmente a possibilidade de realizar uma saudável peleja em torno da questão da língua no Brasil.

De Jô Soares, Sírrio Possenti, no livro citado, colecionou uma pérola sobre as línguas africanas, que, segundo ele, seriam fáceis de aprender porque têm poucas palavras e porque essas poucas palavras costumam ter muitos significados. Aparentemente uma asneira na boca de um barão douto (afinal, Jô Soares estudou na Suíça, fala fluentemente várias línguas e, portanto, não pode ser listado entre os excluídos dos bens culturais). Uma asneira, porque todas as línguas humanas têm léxico suficientemente rico e em todas elas as palavras sempre têm muitos significados. Contudo, como bem destaca Possenti, antes de uma asneira, é um grosseiro preconceito linguístico e cultural que, em outras circunstâncias, atingiria, sem maiores cerimônias, alguns modos brasileiros de falar o português, com todas as trágicas consequências disso.

De Elio Gaspari, pode-se citar sua defesa, pela voz de Madame Natasha, do projeto do deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP) contra os estrangeirismos (Folha, 17/10/99). Nela, apenas repisam-se os velhos argumentos que desvelam um desconhecimento (novamente em um profissional de não poucas qualidades) de como as línguas funcionam e de como as comunidades de falantes administram a dinâmica de suas práticas de linguagem. Marilene Felinto, em artigo publicado na Folha (4/1/ 2000), ao constatar a qualidade ruim de alguns textos da imprensa, em especial da redação de algumas notícias, conclui que a razão disso está no fato de que "o português aqui (no Brasil) se transformou num vernáculo sem lógica nem regras".

Ora, essa afirmação não passa de rematado absurdo, já que nenhuma língua humana existe nessas condições, isto é, sem uma lógica própria e sem regras. A jornalista aponta com precisão um fato que pede, sem dúvida, uma boa discussão. Contudo atribui a ele uma causa de todo impossível, já que absurda. No fundo, revela-se aqui o velho equívoco de achar que, se certos modos de falar a

língua não manifestam as mesmas regras que estão em rançosos compêndios gramaticais, segue que eles não têm regra ou lógica.

Deixando a esfera da imprensa, podemos encontrar outro exemplo interessante para nossa discussão no próprio projeto do deputado Aldo Rebelo. Todos conhecemos sua proposta de legislar sobre o uso de palavras estrangeiras. A justificativa de seu projeto de lei reúne em apenas três páginas uma das coleções mais impressionantes de alguns dos mais arraigados preconceitos e mitos sobre a questão da língua no Brasil. Não obstante seu projeto caminha pelo Congresso Nacional sem encontrar obstáculo, o que é claro sinal de que a questão linguística não é ainda uma questão da sociedade. Se o fosse, certamente o projeto não avançaria assim sem maiores percalços, porque, de uma forma ou outra, o Congresso é (desculpado o cansado lugar-comum) uma caixa de ressonância da sociedade.

O projeto de Aldo Rebelo poderia ser visto apenas pelo seu lado grotesco; ou como um oportunismo devido aos seus evidentes efeitos midiáticos. Machado de Assis, aliás, se vivo fosse, estaria se deliciando em ironizar as "boas intenções" do deputado, como o fez em suas belas crônicas contra a cruzada antiestrangeirismos do médico Castro Lopes nos fins do século 19.

A situação, contudo, é mais complexa do que aparenta. Além de se alimentar de equívocos e preconceitos linguísticos e, pior, de alimentá-los, o projeto revela um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e a dinâmica da vida cultural, quer impor o homogêneo e o único. Todo gesto de legislar sobre a língua tem, aliás, essa triste característica.

Sobre isso, vale lembrar não só de casos históricos clássicos como a legislação linguística de Franco e Mussolini; mas também vale incluir nesse mesmo balaio as colunas semanais de vários jornais brasileiros em que se condenam raivosamente vários fenômenos perfeitamente normais do nosso português.

Sem muita exceção, esses conselheiros gramaticais deixam transparecer sua espantosa ignorância da realidade linguística nacional; operam em confusão ao não distinguirem adequadamente a língua falada da língua escrita e a língua falada formal da informal. Pior: tentam impingir, sem o menor fundamento, um absurdo modelo único e anacrônico de língua. Sustentam-se no danoso equívoco de que a língua padrão é uma camisa-de-força que não admite variação nem se altera no tempo. Essas colunas semanais, embora inócuas para o que se propõem, têm um efeito lastimável sobre nossa auto-estima linguística (fica sempre a imagem de que não sabemos falar e isso tem resultados negativos de grande monta para o cidadão em geral e para a educação linguística em particular). Elas têm também um efeito desastroso sobre nossa compreensão cultural do que deve ser o cultivo de um desejável padrão de língua. Diante disso, o mínimo que se poderia esperar é que o espaço da imprensa se abrisse também para a divulgação do pensamento científico. O país merece esse contraponto.

Já o projeto do deputado Aldo Rebelo teve um mérito interessante: pôs os linguistas brasileiros em pé de guerra. Entendeu-se que era uma excelente oportunidade de avançarmos em direção a um rico confronto, no espaço público, sobre a questão linguística brasileira. Contudo nossa grita generalizada não tem tido nenhuma ressonância: o deputado continua nos ignorando e, fechado em copas, apenas repete sua preconceituosa e equivocada ladainha. A imprensa, por seu lado, não enxerga os linguistas como contendores dessa batalha e, portanto, não busca ouvir sua voz. Nesse sentido, é interessante fazer referência aos editoriais da grande imprensa sobre o tal projeto: a maior parte fez críticas a ele, mas com base apenas num genérico bom senso. Em nenhum momento o discurso científico mereceu espaço.

Esse complexo quadro tem, obviamente, múltiplas determinações e alterá-lo não é, portanto, tarefa simples. Sua alteração exige o envolvimento de vários parceiros. Nesse sentido, é indispensável a participação da imprensa, que terá de se abrir para uma compreensão mais honesta aos leitores dos temas linguísticos.

Aos linguistas, coloca-se o desafio de trabalharem essas questões todas como questões fundamentalmente políticas e de buscarem meios para projetar sua voz, contribuindo, assim, para a instauração de uma necessária guerra cultural entre os discursos que dizem a língua no Brasil.

Um passo institucional importante já foi dado pela Associação Brasileira de Linguística, quando da gestão da professora Leonor Scliar-Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina. Naquela ocasião, provocou-se um debate interno que culminou num documento que arrola considerações pertinentes com vista à definição de políticas linguísticas para o Brasil.

Trata-se de um documento preliminar e, por isso, insuficiente, mas não pode ser esquecido. Ele sintetiza, mesmo que ainda de forma genérica (mas com bastante propriedade), as principais características do rosto linguístico do Brasil; introduz o importante conceito de direitos linguísticos do cidadão; comenta pontos de resistência à elaboração de uma política linguística; e, por fim, arrola algumas iniciativas para que a voz da linguística se torne audível.

Acima de tudo, porém, podemos todos começar por discutir e enfrentar as razões que historicamente têm gerado o profundo distanciamento entre universidade e sociedade no Brasil, uma das causas da calamitosa forma de tratar as questões de linguagem por aqui.

Carlos Alberto Faraco é professor de linguística da Universidade Federal do Paraná e autor de "Linguística Histórica" (Ed. Ática), entre outros.

A INTRIGA DAS LÍNGUAS

Autor: ALDO REBELO

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 22-23

Edição: Nacional, 15 Abr 2001

"Embebedaram-se ambos/ garrafas secaram três/ cachorro fez um discurso/ falando na língua inglês;/ gato embolava no chão/ também falando francês" (José Pacheco, "A Intriga do Cachorro com o Gato")

A língua, como o tacape, a espada, a pólvora e a moderna tecnologia, tem sido uma ferramenta de conquista. A cultura dominante impõe seu vocabulário à cultura dominada. Quando as tropas indonésias ocuparam o Timor Leste em 1974, a primeira providência dos invasores foi proibir o ensino e o uso do português. Banido das escolas, o português passou a ser defendido pelas armas dos guerrilheiros da Fretilin, que restabeleceram o uso do idioma tão logo alcançaram a autonomia da antiga colônia portuguesa. O uso da palavra para a conquista de nações e territórios tem um exemplo eloquente no Brasil. Quando Portugal decidiu empreender a colonização, cuidou de providenciar um idioma para a comunicação com os nativos.

Ao contrário do que se pensa, os 2 milhões de índios não falavam, como os 200 mil remanescentes não falam, apenas o tupi, e sim numerosas línguas e dialetos.

O português falado no Brasil, mais, muito mais que o escrito, demonstrou plasticidade suficiente para atrair a insubstituível contribuição das línguas indígenas e africanas e assim consolidar-se como elemento decisivo da unidade nacional. Essa obra, respeitosamente, não a devemos aos escritores nem à academia. Edificou-a o povo que se foi formando no Brasil, não mais português, mas uma mistura deste com o africano e o índio.

Batuque, cafuné, mocambo, samba, camundongo enriqueceram o nosso falar pelo lado africano, da mesma forma que abacaxi, caipira, cambembe e maracanã nos ampliaram a comunicação pela herança indígena.

As incorporações e empréstimos indígenas e africanos apenas prosseguiram a grande capacidade do português de absorver contribuições de outras línguas. Açúcar, almirante, algarismo, azeite soam tão naturais para ouvidos brasileiros que muitos estranhariam ou mesmo contestariam a origem árabe destes vocábulos. Mesmo futebol, que tomamos do inglês, tivemos a sabedoria de adaptá-lo na pronúncia e na escrita, mudando não apenas vogais, mas também a entonação da expressão inglesa. É o caso de toalete, restaurante e milhares de francesismos que acomodamos ao nosso falar e a nossa escrita.

"Sale", "delivery" - O projeto de lei 1.676/99, de minha autoria, longe da xenofobia de que é acusado ou de rejeitar contribuições de línguas estranhas (o autor faz referência ao artigo "Guerras em Torno da Língua", de Carlos Alberto Faraco, publicado no *Mais!* de 25/3), tão-somente deseja a valorização da nossa. Por que substituir liquidação ou "queima" das lojas populares pelo pedante "sale", para não falarmos de "delivery", "playoffs", "valet parking", "drive thru"? Outro dia um empertigado apresentador de canal noticioso espatifou contra a tela a descoberta de uma nova estrela na constelação de "Oráion", pronunciada assim mesmo, em inglês, uma palavra grega, há séculos latinizada e conhecida em português: Órion.

Penso que acusar o projeto de repetir a política linguística de Franco, Mussolini e outros parecidos não resiste a um sopro sobre a poeira de preconceito e ignorância que reveste o argumento. Franco e Mussolini, notadamente o primeiro, tentaram impor as línguas dominantes, no caso a de Castela, a povos que tinham línguas próprias, fossem bascos, catalães ou galegos.

Nós não queremos impor o português a ninguém, mas apenas preservá-lo para aqueles que o têm como língua materna e na condição de obrigação constitucional. Ou deveríamos aceitar que a moeda da globalização (o dólar) imponha, além de seus esquemas monetários, seus modelos culturais e também seus padrões linguísticos? Ou alguém acha que o camponês nordestino que denomina um pequeno rio de riinho, riacho, riachinho, corgo, corguinho esculpiu estes vocábulos pelo mesmo cinzel dos esnobes da Barra da Tijuca que entronizaram uma estátua da liberdade em pleno Rio de Janeiro e infestaram suas ruas de placas e anúncios em inglês, no que foram ridicularizados pelo próprio "The New York Times"? A liberdade de os matutos nordestinos conservarem as reminiscências léxicas e sintáticas do português arcaico combinadas com a influência do tupi e da fonética indígena foi magistralmente defendida nos anos 40 pelo mestre Mário Marroquim.

Aprofundar o fosso social - Acolher sob os mesmos argumentos a substituição de palavras e expressões consagradas em língua portuguesa pelo dialeto de Miami é contribuir para aprofundar o fosso social com novas barreiras linguísticas, como se não bastassem as já existentes em país tão socialmente desequilibrado como o Brasil.

Desconfio de que o meu pressentimento tenha base científica, pelo menos em tese de doutorado em linguística que me foi enviada pelo professor Georg Otte, chefe do departamento de letras anglo-germânicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. "A Língua Inglesa enquanto Signo na Cultura Brasileira", tese de autoria da professora Vera Lúcia Menezes, percorre 394 páginas descrevendo e documentando com esmero e talento a ação e a presença de signos em língua inglesa na comunicação de massa do Brasil.

A linguista da UFMG viu antes deste modesto escriba -seu doutoramento ocorreu em 1991- que "a língua estrangeira se torna muito mais um instrumento de dominação do que de comunicação, uma vez que a maioria da população não tem acesso a essa língua nem como produtora nem como receptora".

As medidas que proponho reclamam a melhoria do ensino e do aprendizado da língua portuguesa. Convocam o poder público, as universidades e os meios de comunicação a um esforço para promover e valorizar um bem intangível da pátria e do povo: o idioma. As restrições que estabelecem não se aplicam às comunidades indígenas, a situações que decorram da livre

manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

Preserva a informação destinada a estrangeiros, o ensino e o aprendizado das línguas estrangeiras e as palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no vocabulário ortográfico da língua portuguesa. Coíbe apenas o abuso, o pedantismo que humilha brasileiros desconhecedores de outra língua senão o português.

Aldo Rebelo é deputado federal pelo PC do B de São Paulo.

O MAIÚSCULO E O MINÚSCULO

Autor: CARLOS ALBERTO FARACO

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 23

Edição: Nacional, 13 Maio 2001

É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites estritos do idiossincrático (são mera crença ou opinião pessoal), parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações com repercussão para além do idiossincrático, a situação se torna, no mínimo, preocupante.

É o que tem ocorrido ultimamente com uma certa discussão em torno da língua. Nessa área, há, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas. O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma nova política linguística para si, superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós, como procurei mostrar no texto publicado no caderno Mais! de 25/3/2001.

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país (o fato de o português ser hegemônico não deve nos cegar para as muitas línguas indígenas, européias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado e escrito aqui, vencendo de vez o mito da língua única e homogênea.

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. E incluir, ainda, um incentivo permanente à pesquisa científica da complexa realidade linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito.

Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente, foi uma questão minúscula que, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras e expressões da língua inglesa em determinadas áreas do nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano.

Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pela própria ação dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).

Dinâmica do empréstimo - Uma simples passada de olhos, aliás, pela história do português (como de qualquer outra língua) revela, com absoluta transparência, que os estrangeirismos nunca constituíram problema: os falantes, sem a tutela de ninguém e sem leis esdrúxulas, sempre souberam gerir a dinâmica do empréstimo lexical. Se adotam, num determinado momento, pelas mais diversas razões (estéticas, culturais, comerciais, pragmáticas, identitárias, estilísticas etc.), um número grande de palavras estrangeiras, só conservam, com o passar do tempo, empréstimos sentidos como realmente necessários, descartando simplesmente todo o resto. É por isso que desse processo resulta sempre enriquecimento e nunca empobrecimento da língua (sobre esse tema vale a pena ler o esclarecedor texto dos professores Pedro Garcez e Ana Zilles, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, publicado no livro "O Direito à Fala", pela editora Insular/Florianópolis). Apesar da cristalina lição dos fatos de hoje e de ontem, preferiu-se criar, por razões que nos escapam, um cenário apocalíptico, querendo-nos fazer crer que estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa; que o português está hoje seriamente ameaçado; que a nossa língua passa por uma transformação sem precedentes históricos. Essas afirmações, embora retumbantes, são, todas elas, rigorosamente falsas, conforme demonstrou, em bela argumentação (sim, porque o bom debate democrático pede afirmações sustentadas e bem informadas, e não apenas asseverações categóricas), o professor José Luiz Fiorin, da USP, em texto publicado pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil em seu "Boletim 4": não há nenhum indício de que o léxico do português esteja minimamente afetado por esses estrangeirismos; muito menos estão afetadas a fonologia, a morfologia e a sintaxe da língua.

O que ocorre é o contrário: qualquer palavra que vem de fora, incorporada definitivamente ou não, é, de imediato, submetida às regras do português; e isso não depende de nenhuma especial sabedoria: é a regra do jogo em qualquer língua. O que pode demorar é a sua adaptação gráfica, ou porque essa adaptação acaba por não se justificar (vide a palavra "show"), ou porque é desnecessário entupir o formulário ortográfico com palavras cedo abandonadas.

Mas tudo isso é, por razões nunca reveladas, solenemente ignorado pelos arautos do apocalipse. Preferem crer (e tentam nos fazer crer), a partir de uma precária leitura da história, que os dominadores simplesmente impõem sua língua aos dominados. Estabelecem aí uma conveniente relação simplista de causa e efeito, esquecendo que a língua é poderoso elemento de identidade e, por conseguinte e em geral, de resistência à dominação. Os exemplos se multiplicam: os árabes dominaram a Península Ibérica por 700 anos e nem por isso os povos ibéricos falam árabe. Os otomanos submeteram a Grécia a um domínio de 300 anos e nem por isso os gregos falam turco.

Modernamente, para ficar num só exemplo, a China invadiu o Tibete, violentou a cultura do país e vem impondo sua lei com mão-de-ferro há 50 anos _e os tibetanos continuam corajosamente a falar sua língua. Não é bom, portanto, simplificar o que é complexo.

Sem argumentos minimamente razoáveis e perdidos em afirmações categóricas (e, por consequência, autoritárias), os arautos do apocalipse buscam, por fim, passar a imagem do bom-mocismo: querem só coibir abusos (esquecem de nos dizer quem serão os grandes iluminados que dirão quando o uso é abuso e com quais critérios); querem só proteger os brasileiros de humilhações (como se humilhações não houvesse, e muito piores, em límpido português).

Todos queremos um português vigoroso no país e, por isso, defendemos a construção democrática de uma nova política linguística que enfrente, de fato e não apenas com vazias generalidades, as questões maiúsculas. Jamais, porém, ao custo de ignorar a complexa realidade linguística do país e, muito menos, pelo reforço acrítico ao nocivo discurso da língua única, pura e homogênea que tanto estrago já nos causou.

Carlos Alberto Faraco é professor de linguística da Universidade Federal do Paraná e co-autor, com Cristovão Tezza, de "Prática de Texto para Estudantes Universitários" (Vozes).

A NEOLÍNGUA NEOLIBERAL

Autor: ALDO REBELO

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 19

Edição: Nacional, 3 Jun 2001

A língua, como o mercado, dispensa a mediação das leis e dos Estados nacionais? Ou tanto uma como o outro, criação e expressão de relações sociais forjadas no entrechoque dos interesses de seus criadores, carecem de regras que bloqueiem o darwinismo econômico, social e linguístico?

"Acreditávamos num mundo sem fronteiras, mais solidário, e a palavra patriotismo se fazia esquecida. Hoje é dele que precisamos: tudo mudou. A nossa soberania está ameaçada, e defendê-la deve ser nossa maior preocupação."

(Oscar Niemeyer, arquiteto)

"Na verdade, a língua configura, como acentua Hayek, uma Ordem Espontânea do mesmo tipo do que o Mercado capitalista."

(J.O. de Meira Penna, escritor)

O artigo 13º da Constituição assegura a todos os brasileiros o direito de se comunicarem em língua portuguesa: "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil", diz o singelo artigo. Confesso que temo pelo futuro do modesto dispositivo constitucional. Sobreviverá ele ao furor desconstitucionalizante que retirou direitos básicos e desfigurou o texto constitucional?

Já há quem aponte nele aberrações e deformidades da mesma natureza dos chamados direitos adquiridos ou da simples distinção entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro, estes já devidamente banidos da Constituição pela onda modernizante.

Terá razão Niemeyer ou os que como ele pensam que a face atual do internacionalismo é se integrar à corrente dos povos que defendem sua identidade, sua língua, culinária, herança cultural contra a ditadura uniformizadora e empobrecedora da globalização de mão única?

Ou terá razão Friedrich von Hayek (1899-1992), o economista austríaco, profeta da tirania do mercado e do atual neoliberalismo? A língua, como o mercado, dispensa a mediação das leis e dos Estados nacionais? Ou tanto uma como o outro, criação e expressão de relações sociais forjadas no entrechoque dos interesses de seus criadores, agrupados em etnias, classes e nações no atual período da história humana, carecem de regras que bloqueiem o darwinismo econômico, social e o linguístico?

A língua é algo vivo, que precisa respirar e, não duvido, se enriquece e fortalece em contato com outras línguas e culturas. É viva justamente porque é um fato das relações sociais e não tem, como parecem acreditar ilustres professores, vida própria independente da ação dos homens e da sociedade.

A vulgaridade dos argumentos de alguns detratores do projeto que apresentei na Câmara dos Deputados se deveu, creio eu, à ignorância desse ambiente político, ideológico e cultural carregado de conflitos que conduzem para a encruzilhada da sobrevivência ou da degradação de povos e nações em todos os quadrantes da terra.

Falso debate - Daí a imposição do falso debate: proibir ou não proibir estrangeirismos. Esquecem a essência do projeto (se é que por ela se interessaram), no seu artigo segundo:

"I. Melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;

- II. Incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;
- III. Realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;
- IV. Incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do país;
- V. Fomentar a participação do Brasil na comunidade dos países de língua portuguesa;
- VI. Atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vista ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Acrescenta ainda o mesmo artigo: "Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma dessa lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores" (pár. 1º).

Acusam-me agora de alimentar o mito da língua única. "Data venia", quem sou eu para arcar com o peso de tão grave acusação. Por favor, senhores, o "mito" foi construído por falantes e artífices da língua mais, mas muito mais mesmo, ilustres, doutos e/ou talentosos do que o modesto escrevinhador destas linhas. Querem ver? Camões, Bocage, Eça, Vieira, Machado, Euclides, Drummond, Chico Buarque, Elomar, Cartola, Ariano.

Há outros, populares, mas não menos talentosos, que podem assumir o madeiro e a via-crúcis do crime da língua única: Inácio da Catingueira (negro, escravo, analfabeto, paraibano, talvez o mais importante poeta repentista do século 19, provavelmente ignorado em certos ambientes acadêmicos assaltados pelo desamor ao idioma pátrio), Severino Pinto, José Pacheco, Leandro Gomes de Barros, para não falar dos atuais Ivanildo Vilanova, Geraldo Amâncio, Oliveira de Panelas, Jayme Caetano Braun (este gaúcho), entre tantos que cobriram e cobrem de bondade e beleza a língua portuguesa e o Brasil com seus versos, repentinos e cordéis.

Recentemente, em debate em prestigiada universidade do Sul, ilustre professora acresceu ao mito da língua única o mito da unidade territorial. Agora sou acusado de propagar o mito do território único. Imaginei uma conferência mundial para redesenhar todas as fronteiras alteradas ao longo dos séculos por guerras e processos coloniais violentos.

Perguntei se o mito se referia apenas à unidade territorial do Brasil ou se o questionamento se estendia para além de nossas fronteiras. Pensei, por exemplo, nos Estados Unidos diante de uma corte internacional devolvendo um terço do território usurpado dos mexicanos.

De qualquer forma lembrei nossa professora de que o discurso do combate ao mito da unidade territorial brasileira "cai bem" para pretendentes mais do que conhecidos aos recursos da biodiversidade amazônica.

Intelectuais colonizados - Frantz Fanon foi médico, psicanalista e escritor. Nasceu na Martinica, mas assumiu a causa da independência da Argélia, nos anos 50 e 60, e escreveu uma obra _"Os Condenados da Terra"_ considerada a bíblia das lutas de libertação nacional daquele período. Ele observou que o intelectual colonizado "lança-se freneticamente na aquisição furiosa da cultura do ocupante, tendo o cuidado de caracterizar pejorativamente a sua cultura nacional, ou se acantona na enumeração circunstanciada, metódica, passional e rapidamente estéril dessa cultura".

Para Fanon, "se a cultura é a manifestação da consciência, não hesitarei em afirmar, no caso que nos ocupa, que a consciência nacional é a forma mais elaborada de cultura". Bem, dirão alguns, eram outros tempos, tempos de intelectuais como Fanon.

Ah, mas há tantas humilhações, e muito piores, em límpido português. Por que se preocupar com mais uma, o abuso do estrangeirismo? É a fala do algoz a justificar o maltrato; quem sabe, um ato falho.

Aldo Rebelo é deputado federal pelo PC do B de São Paulo.

NACIONALISMO REQUENTADO

Autor: CARLOS ALBERTO FARACO

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 18

Edição: Nacional, 1 Jul 2001

Ficou evidente, para quem acompanhou a polêmica sobre o projeto de lei de "defesa da língua portuguesa", que o deputado Rebelo não rebateu, de fato, nenhuma das minhas críticas. Em seu último texto, contentou-se em me xingar de neoliberal e intelectual colonizado; e nos convidou a aderir incondicionalmente a seu projeto em nome de um nacionalismo requentado.

Finalmente chegamos ao ponto. A questão maior não é, de fato, a meia centena de palavras estrangeiras que circulam por aí, e sim como responder politicamente às perplexidades do tempo em que vivemos. Para o deputado, tudo se resolve por uma ligeira requentada em um discurso nacionalista. Eu, contudo, considero que isso apenas tapa o sol com a peneira e nos deixa ainda mais frágeis para fazer frente aos vendavais do nosso tempo, que exigem bem mais do que simplesmente trancar ou escancarar as portas do país.

O historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, em seu livro "Nações e Nacionalismo desde 1780" (ed. Paz e Terra), nos apresenta uma interessante análise dessas erupções de nacionalismo no fim do século 20, com diferentes roupagens em diferentes locais do mundo, mas cumprindo todas uma mesma função. Buscam elas preencher o vazio decorrente da incapacidade desses grupos políticos de gerar interpretações plausíveis (não simplistas, portanto) para as transformações pelas quais o mundo vem passando, interpretações que pudessem sustentar programas políticos concretos de enfrentamento dos desafios postos pela rapidez e pelo tamanho dessas transformações.

Perplexos diante do que está ocorrendo, órfãos de seus velhos referenciais e incapazes de formulação política, põem-se esses grupos a requentar apelos nacionalistas. Hobsbawm vai ainda adiante: contrastando esse nacionalismo com aquele do início do século 19, ele nos mostra como o requentado de hoje não é mais vetor de desenvolvimento histórico, porque não oferece resposta política efetiva ao que está posto pela conjuntura e se exaure em ser essencialmente negativo, isto é, busca apenas localizar um bode expiatório e dirigir contra ele todas as baterias.

Como no Brasil não temos imigrantes na proporção dos países da Europa Ocidental e dos EUA; como não temos uma questão religiosa (que direcionasse o nacionalismo para um fundamentalismo ao estilo do Afeganistão); como nossas manifestações culturais estão, em sua maior parte, constitucionalmente protegidas da sanha dos tuteladores e guardiões de plantão, sobrou a presença de palavras estrangeiras para ocupar o lugar do dragão da maldade do nacionalismo requentado, já que o Ronaldinho, no seu depoimento à CPI do futebol, não quis colaborar para transformar nossa derrota para a França, na Copa de 98, num outro portentoso dragão.

Infelizmente não há espaço para comentar as outras bobagens que me foram atribuídas. Espero apenas que essa polêmica tenha contribuído para tornar mais visíveis a magnitude das questões linguísticas brasileiras e a necessidade de desencadearmos um amplo debate nacional com vista à construção de uma nova política linguística para o Brasil que nos dê condições de demolir mitos, superar preconceitos e valorizar, de modo efetivo, nossas caras e nossas riquezas linguísticas.

Carlos Alberto Faraco é professor de linguística da Universidade Federal do Paraná e co-autor, com Cristovão Tezza, de "Prática de Texto para Estudantes Universitários" (ed. Vozes).

SOBRE GUERRAS E LÍNGUAS

Autor: ALDO REBELO

Origem do texto: Especial para a Folha

Editoria: MAIS! Página: 18

Edição: Nacional, 1 Jul 2001

"No princípio era o Verbo"

(João, I, 1)

Entre os séculos 17 e 18 os aristocratas de todo o mundo falavam entre si em francês, mas não conseguiam se comunicar no idioma de seus próprios países. As revoluções capitalistas varreram a aristocracia da etiqueta e da espada, mas criaram outra, a do consumo de luxo e da especulação financeira. A nova aristocracia trocou o francês pelo inglês, Paris por Nova York e Miami e a etiqueta pela vulgaridade. Permaneceu a incapacidade de se comunicar com seus cidadãos e o desprezo pela própria língua.

Quando a Índia ficou livre do domínio britânico e elaborou sua própria Constituição em 1948, o país estava dividido entre uma minoria que governava e usava o inglês e a imensa maioria governada que não conhecia o idioma do colonizador. Quarenta anos depois a situação agravara-se com o aumento das tensões sociais entre os usuários das duas línguas no mesmo país.

Samuel Huntington (em "Choque de Civilizações") descreve o caso indiano com riqueza de detalhes. John Naisbitt (em "Paradoxo Global") observa como o idioma se transformou em retaguarda defensiva de povos e nações ao se defrontarem com os efeitos da dissolução globalizante. Huntington e Naisbitt são ensaístas do mercado e defensores da "civilização" baseada no inglês e no dólar. O panorama que pintam da resistência dos povos em torno de seus idiomas não está a serviço de nenhuma idiosincrasia ou nacionalismo.

Quando os Estados Unidos exigem a livre circulação de suas mercadorias e produção cultural, o fazem com o conhecimento da vantagem de se comunicarem com o mundo usando seu idioma e o pleno domínio sobre os satélites e as tecnologias de comunicação. É como governar o planeta de fato, por cima dos governos nacionais, das línguas nacionais, dos interesses nacionais. Só assim se entende gigantes como a França, a China e a Rússia, ao lado de pequenas nações como a Islândia e Lituânia, adotarem medidas para proteger suas línguas e identidades.

O último censo escolar realizado pelo governo brasileiro revelou uma tragédia: 40% dos alunos da primeira série do ensino fundamental repetem de ano. E um escândalo: em oito Estados a primeira série tem mais alunos reprovados que aprovados. Em outra pesquisa, também oficial, piorou o desempenho dos alunos em língua portuguesa entre 1997 e 1999. O inquérito da Unesco e do governo brasileiro recentemente concluído nos deixou como campeões em repetência entre 45 países pesquisados. Ainda assim há quem julgue uma boa causa entrar em pé de guerra contra um projeto para melhorar o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa no Brasil.

Aldo Rebelo é deputado federal pelo PC do B de São Paulo.

ANEXO 3

PROJETO DE LEI Nº, 1676 DE 1999 (Do Sr. ALDO REBELO)

Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Nos termos do caput do art. 13, e com base no caput, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

I - é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

II - é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;

III - constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no caput, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º. Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

I - melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;

II - incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;

III - realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV - incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;

V - fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI - atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

§ 1º. Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º. À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º. É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I - no ensino e na aprendizagem;

II - no trabalho;

III - nas relações jurídicas;

IV - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI - nos meios de comunicação de massa;

VII - na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII - na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º. A disposição do caput, I- VIII deste artigo não se aplica:

I - a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II - a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III - a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV - a membros das comunidades indígenas nacionais;

V - ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI - a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

VII - a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º . A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

I - tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

II - uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º . Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei. Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

I - prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

II - prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III - prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º . Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art. 6º . O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, com multa no valor de:

I - 1.300 (mil e trezentas) a 4.000 (quatro mil) UFIRs, se pessoa física;

II - 4.000 (quatro mil) a 13.000 ((treze mil) UFIRs, se pessoa jurídica.

Parágrafo único. O valor da multa dobrará a cada reincidência.

Art. 7º . A regulamentação desta lei tratará das sanções premiais a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

Art. 8º . À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art. 9º . O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura - seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos - como "holding", "recall", "franchise", "coffee-break", "self-service" - e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados - como "startar", "printar", "bidar", "atachar", "database". E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse - um autêntico milagre brasileiro - está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria "on sale" significa que esteja em liquidação? Ou que "50% off" quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um "Jose" - sem acentuação! E o que falar do serviço de "clipping" da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da "newsletter" da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de "personal banking" do Banco do Brasil - Banco DO BRASIL - espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso << idioma >> oficial (Constituição Federal, art. 13, caput) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar - caput, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural - a língua materna -, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar - com conhecimento, sensibilidade e altivez - a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, MACHADO DE ASSIS, nosso escritor maior, deixou- nos, já em 1873, a seguinte lição: "Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade." (IN: CELSO CUNHA, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1981, p. 25 - na ortografia original de 1968).

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por EDIRUALD DE MELLO, no seu artigo *O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções*, publicado em *CADERNOS ASLEGIS*, n° 4, 1998.

O Projeto de Lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei n° 75-1349, de 1975, substituída pela Lei n° 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o PL proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio. A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiais, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do projeto de lei ora apresentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

O momento histórico do País parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria *Quero a minha língua de volta!*, de autoria do jornalista e poeta JOSÉ ENRIQUE BARREIRO, publicada há pouco tempo no *JORNAL DO BRASIL*.

Em segundo lugar, há que ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições,

ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em, terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita como oralmente, como bem demonstra a matéria de capa - A ciência de escrever bem - da revista ÉPOCA de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto - tal qual a falamos - da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o PL ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura - a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores lingüistas, NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA, no Prefácio de sua Gramática Metódica da Língua Portuguesa (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), "conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. ... A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?".

Movido por esse espírito, peço toda a atenção dos meus nobres colegas de parlamento no sentido de apoiar a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, em 1999.

Deputado ALDO REBELO